

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS DE SOUZA LIMA

**DIPLOMACIA IMPERIAL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS VIAGENS
DE DOM PEDRO II (1871-1888)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Santana do Livramento

2024

LUCAS DE SOUZA LIMA

**DIPLOMACIA IMPERIAL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS VIAGENS
DE DOM PEDRO II (1871-1888)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Flávio Augusto Lira
Nascimento

Santana do Livramento

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

L933p LIMA, LUCAS DE SOUZA

DIPLOMACIA IMPERIAL: A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NAS
VIAGENS DE DOM PEDRO II (1871-1888) / LUCAS DE SOUZA LIMA.
213 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.

"Orientação: FLAVIO AUGUSTO NASCIMENTO LIRA".

1. Política Externa Brasileira. 2. Dom Pedro II. 3. Diplomacia Imperial. 4. Prestígio
. 5. Brasil Império. I. Título.

LUCAS DE SOUZA LIMA

**DIPLOMACIA IMPERIAL ATRAVÉS DAS VIAGENS DE DOM PEDRO II ENTRE
1871 E 1888**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ____ / ____ / ____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
(Universidade Federal do Pampa)

Prof^ª.Dr^ª Kamilla Raquel Rizzi
Membro da Banca

Prof. Dr. Rafael Balardim
Membro da Banca

Dedico este trabalho ao povo brasileiro, cuja história é marcada pela incansável luta pela liberdade e pelo progresso, e ao imperador Dom Pedro II, cuja visão de um Brasil moderno e integrado ao mundo inspira até hoje. Que cada conquista reflita o espírito de justiça, dignidade e soberania que molda nossa nação, projetando-a como um protagonista ativo nas Relações Internacionais. A nós, que carregamos a esperança de um futuro mais digno e promissor, minha mais profunda admiração.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de dedicar essas primeiras linhas em agradecimento a meus pais, Eliane Regina de Souza Lima e Rodolfo Leite de Lima, pelo seu amor incondicional que não tem nenhuma outra razão a não ser de existir. Meus pais que tanto me apoiaram desde meus primeiros momentos nesse mundo e que sempre serão meu alicerce na vida, como exemplo de seres humanos bons e dignos, e com sua eterna amizade, pela qual sempre serei grato. Através de confiança e força, eles me ensinaram a nunca desistir dos meus sonhos, e sei que, quando eu os alcançar, eles estarão em local de destaque, orgulhosos de cada conquista.

Não obstante, agradeço a meus irmãos mais novos, Isabelle e Gabriel, sangue do meu sangue, que, mesmo à distância, me enchem de alegria e determinação. Seu apoio incondicional, suas palavras de incentivo e a companhia nos momentos que compartilhamos ao longo da vida são fontes constantes de força para mim. Eles são exemplos de coragem e dedicação, seja na busca incessante nos estudos ou nos momentos de descontração que tanto valorizo. Obrigado por serem quem são, por dividirem comigo os sonhos e as risadas, e por, de maneira tão genuína, me inspirarem a ser uma pessoa melhor.

De modo igual, agradeço toda minha família, em especial meus avós Dona Elza e Dona Yara, bem como meus avôs Saulo e José, por terem sido, em vida ou em memórias, exemplos para mim a serem seguidos, como pessoas que levam a vida com leveza, amor e alegria, e que mostram o valor da família e do trabalho, da dedicação, humildade e generosidade. Também agradeço a Maria de Lourdes, por ter cuidado de mim desde pequeno, por ser um exemplo para mim de força e apoio, e que sempre demonstrou seu amor e cuidado por mim mesmo estando longe. Também agradeço meus padrinhos, Regina e Paulo, por seus conselhos e cuidados, por seu amor e amizade, por me auxiliarem nessa jornada para tão longe, e que também são exemplos, para mim, de pessoas que agregaram em muito em minha vida, aos quais com certeza sou extremamente grato. Finalmente, também agradeço a todos os meus tios e tias, primos e primas, os quais são numerosos, mas sempre presentes. Costumo dizer que tive a sorte de nascer em um berço familiar que é acolhedor e amigo, e que sempre trouxe alegria e grandes exemplos para mim.

Agradeço também ao amor da minha vida, Yasmin, cujo apoio constante aos meus sonhos foi uma base incansável de alegria e paz em minha existência. Sua presença tornou a

distância mais leve e trouxe luz aos meus dias, mesmo nos momentos mais desafiadores desta jornada acadêmica. Você, Yasmin, é um exemplo de determinação e força, alguém que luta por seus próprios sonhos enquanto me acompanha em cada passo dos meus. Obrigado por estar ao meu lado quando me senti aflito, por acreditar em mim e por ser minha eterna companheira nos altos e baixos dessa trajetória. De modo igual agradeço a sua família, Anna Clara, Telmo e Silvania, por também apoiarem minha ida para longe nos estudos, e por me acolherem em seu eixo.

Passando agora para o ambiente universitário, agradeço a primeiramente a instituição da Universidade Federal do Pampa, por proporcionar a mim uma educação pública de qualidade, que são os alicerces da grandeza de nosso país. Em especial, agradeço a meu orientador Flavio Lira por proporcionar um ambiente de pesquisa leve e aberto, que me permitiu fluir da maneira que achei certo, e sempre trabalhou para estar disposto em me auxiliar como pesquisador, seja através das aulas ministradas com maestria e dedicação, ou através dos conselhos, para área profissional ou para a pesquisa em si, agradeço sinceramente por sua amizade e confiança Lira.

Agradeço também aos professores: Fernando Meinero, pelos anos de trabalho juntos na Coordenação do Campus que me foram muito gratificantes e proporcionaram experiências que irei guardar com certeza, assim como pelas aulas maestrais, por acreditar em mim e minhas capacidades, e por sua alegria e amizade ao longo dessa jornada; Kamilla Rizzi, por sua amizade e incentivo a pesquisa, por suas aulas únicas que me inspiraram, através da grandeza de nossa área acadêmica, ainda mais a seguir meu sonho diplomático. Tenho certeza que nossos debates enriqueceram muito minha jornada acadêmica, e sempre serão fontes de espelho para meus futuros objetivos. Ao Rafael Balardim, também por sua amizade e acolhimento, seja nas risadas acompanhadas de churrasco em sua residência, ou pelas aulas de manhã que sempre se tornaram mais leves através de sua presença, assim como o apoio constante a pesquisa universitária, de meus artigos e apresentações.

De mesmo modo, agradeço aos professores: Letícia Britto, não apenas pelas aulas inovadoras através de simulações, mas também pela disposição em participar dos nossos momentos e seu apoio que transformaram a experiência universitária em algo muito mais leve e gratificante. Ao professor Rafael Schmidt, seja pelo acompanhamento durante o período em que fui monitor, no qual acreditou em mim como alguém competente e prestativo, assim como

pela amizade e abertura, no incentivo a pesquisa e auxílio constante, agradeço por sua amizade professor!

Outroassim, agradeço ao professor Renatho Costa, que mostrou para mim que o ambiente universitário pode abrigar diferentes opiniões, e proporcionar a partir disso debates e discussões que quebram a barreira da mera ignorância, que apenas propaga o ódio e não o estudo. Desse modo, suas aulas mostraram para mim um ambiente aberto e leve, e foram de grande estima, assim como sua amizade em me auxiliar durante as pesquisas e jornada acadêmica, bem como em momentos de descontração e alegria na vida, estar em sua aula equivale a mesma saudosa experiência de beber uma Coca-Cola geladinha.

Também agradeço aos professores Fabio Bento e Anna Carletti, por também terem me proporcionando a experiência de monitoria, por terem acreditado em minhas capacidades e incentivarem minhas pesquisas, através de debates e conhecimento que em muito me agregaram, em especial ao mostrarem que o debate religioso pode sim coexistir no meio acadêmico.

Agradeço a professora Nathaly pela formação do meu núcleo teórico e pelos ricos debates apresentados em sala; e ao professor Marcio por seu conhecimento e aulas que foram além do debate convencional, e que mesmo apenas em pouco tempo, mostrou seu profissionalismo e abertura com os discentes em sala de aula. Subsequentemente, agradeço a todos os professores Altacir, Alessandra, Rafael Ferraz, Pierre, Jair, Patricia, Leticia Fernanda, Martiele e Flaviani por serem parte de meu eixo de formação, e por cada ensinamento que, direta ou indiretamente, contribuiu para meu crescimento acadêmico e pessoal. Cada um de vocês, com seu conhecimento, dedicação e paixão pelo ensino, ajudou a moldar meu olhar sobre o mundo e a consolidar os pilares que levarei para além da universidade. Assim, como uma mensagem ao corpo docente, e também aos servidores Djalma, Sandro, Chiclete e Cesar, sou profundamente grato por terem compartilhado sua experiência e sabedoria, inspirando-me a seguir em frente em busca de novos conhecimentos.

Por último agradeço a minha orientadora da Universidade Carolíngia de Praga, Marketa Krizova, e meus colegas Radek e Felipe Honorato, por me proporcionarem uma experiência de cooperação entre Brasil e Republica Tcheca através de nossos anos de pesquisa conjunta na UNIGOU, os quais para um estudante de graduação foram muito bem agraciados. Agradeço a Marketa por sua gentileza, em me ajudar a quebrar a barreira do inglês e da insegurança ao falar com estrangeiros, em seus conselhos para apresentações e por seu constante apoio a nossa

pesquisa sobre imigração tcheca no Brasil, que culminará em uma prestigiada publicação. Agradeço também a Felipe, por sua dedicação a área acadêmica e por suas lições quanto a pesquisa e futuro acadêmico. Me ensinastes muitas lições Felipe, em especial também por sua humildade ao me tratar como um igual, mesmo ao estar me níveis de graduação acima de mim, seu apoio ao incentivar meus estudos no exterior serão, para mim, uma grande fonte de inspiração.

Agora, a meus amigos que fizeram parte dessa jornada, agradeço inicialmente os nomes de Bruno, Vitor, Christian e Guilherme, os primeiros que junto a mim, rumaram para grande batalha que seria a graduação. Não se enganem meus amigos, reservei espaço para cada um de vocês nessas linhas.

Seguindo pela ordem em que fomos apresentados, Guilherme, você foi o primeiro a conversar comigo nessa universidade ainda no período EAD, e desde então, formamos uma grande amizade através de nossos gostos em comum, e também visões de mundo. Obrigado por seu carinho, em se preocupar comigo nos momentos difíceis, e por compartilhar sua alegria em momentos bons, pois sei que tal qual Guts, nós passamos pelos vales das trevas nessa Universidade, mas ainda sim nutrimos a coragem necessária para vencer.

Ao Vitor, vindo da terra dos arranha-céus, agradeço por sua amizade inquestionável, desde os momentos em que me moramos juntos, até os laços que se seguirão. Você me mostrou um mundo artístico lindo e belo, e o modo que se importa com os outros, através de dentro da sua própria alma, é algo que sempre irei guardar. Também tomo liberdade para escrever algumas palavras para sua companheira Marina, a qual me agraciou com sua amizade, tendo sido alguém que, se é perfeita para ti, então também é alguém que considero por todos esses anos!

Chris, meu amigo carioca, também tenho que lhe agradecer por todos esses anos de amizade, pelo período que moramos juntos e além. Creio que ter um amigo nerdola ao lado foi inquestionavelmente muito bom para mim, compartilhando os gostos por RPG e afins, mas também no meio acadêmico através de pesquisas e trabalhos. Muito obrigado por todas as refeições e risadas! Tomo liberdade, de modo igual a anteriormente, a agradecer também sua companheira Luciele, por todos esses anos de amizade e risadas, e sei que ambos serão excelentes em suas vocações acadêmicas! Obrigado por serem parceiros de orientação também!

Bruno, assim como mencionaste, te considere um dos meus melhores amigos, e até mesmo um irmão. Agradeço por toda a paciência do mundo que sei que você não teve, e pela

maneira que criamos um laço durante todos esses anos. Dividir um lar com você é a maior expressão do quão você é importante na minha vida, afinal, lar é onde você se sente leve, seguro, em casa... e eu consegui isso estando contigo! Obrigado por tudo!

Iannic, meu amigo nordestino, você sempre alegrou meus dias com sua presença! Agradeço por todos esses anos de amizade, te considero meu peixada! Sei que ainda vai conquistar muitas coisas boas na vida! Agradeço por todas as mesas juntos, e por todas as vezes que se demonstrou interessado pela forma que nutro esse lado narrativo!

Gustavo, mein freund. Também lhe escrevo essas palavras por todos os anos em que estivemos juntos durante a graduação. Você é uma pessoa incrível, e foi muito bom ter acompanhado essa trajetória ao seu lado, desde os episódios de House of The Dragon, até os trabalhos juntos. Todos esses momentos me permitiram me sentir em casa, e consequentemente, me auxiliaram a estar bem aqui. Você é um exemplo de resiliência para mim!

Igor meu caro amigo, amo discordar de você em todos os sentidos, pois sei que a partir disso se nutrirá mais uma discussão intelectual que nos acrescentará muito. De certo que somos muito diferentes em como enxergamos o mundo, mas por muitas vezes acabamos encontrando pontos de conciliação. Obrigado por sua amizade! E espero que tenhamos mais dessas conversas no futuro!

Julia, uma das minhas melhores amigas, agradeço por seu acolhimento em sua casa, por todas tardes de cafezinho e noite de slides. Sei que já agradeço a Marina, mas aqui ta incluso ela também pois vocês sempre estão juntas! Dessa forma, agradeço a Marina por ser minha amiga durante esses anos da Universidade, por ter me apresentando um mundo totalmente diferente através dos seus gostos e emoções. Vocês sem dúvidas são pessoa incríveis, que tornaram meu ambiente universitário mais leve. Espero reencontra você Marina, com seus sonhos alcançados! E espero encontrar você no Itamaraty Julia, pois sei que é um sonho que iremos alcançar juntos!

Aos Veteranos ou amigos fora da minha graduação, agradeço a Ana Paula, por todos anos de amizade, os churrascos em sua casa e por mostrar esse lado gaúcho do Brasil que aprendia a gostar; a Valaderes e Pedro, também pela amizade sincera e por tornarem minha graduação mais leve através de suas presenças; a Victória VT pelas noites dos Slides, te conhecer foi muito bacana e agradeço por ter permitido isso, espero que consiga muitos frutos bons no Direito; A Irina, a uruguaia mais legal que conheci e por sua amizade; a Nayane, por

todos os anos de amizade desde o início do curso, sua transferência me deixou bastante triste, mas sei que você conquistará seus sonhos em qualquer lugar que estiver!

Também agradeço a meus amigos que irão permanecer aqui dos outros semestres Juan, por sua amizade no Village e companheirismo nas mesas, Helo, por ser uma nerdola igualmente e por se preocupar com todos, Samuel, por todas as vezes que falou da Taylor e pela amizade sincera, e Diego que é o homem mais notável de Uruguaiana e meu bruxo. Valeu pessoal! Espero que consigam conquistar a graduação assim como eu! Não desistam!

Notoriamente, também agradeço a Naomi minha psicóloga ao longo desse período, que me mostrou um jeito mais leve de trilhar essa jornada acadêmica, e me aproximasse de quem eu sou de verdade. Obrigado por acreditar nos meus sonhos, e por me auxiliar de maneira que talvez eu nunca consiga retribuir. Sou eternamente grato por seu auxílio Naomi! E por sua amizade!

Por fim, não poderia deixar de agradecer a meus irmãos da Ordem DeMolay, e Tios Maçons, os quais ambos são numerosos e por tanto não os poderia listar, mas que, em conjunto, formaram o meu pensamento através da proteção das liberdades civis, religiosas e intelectuais, sob tetos diferentes. E as lições das 7 chamas que ardem eternamente. Agradeço eternamente, pois, ainda que não sejamos irmãos de sangue, prestamos o mesmo juramento sob a cruz das espadas sem mancha, e por tanto, seremos ligados por todos os séculos que se seguirem, vocês fomentaram em mim a busca pela responsabilidade, o amor pela minha pátria, e a luta por um ideal digno.

Que as sementes de liberdade, direito e justiça, que estas páginas contêm, dêem uma boa colheita e elevem o Brasil à dignidade de país livre, como o foi em 1822 à de nação soberana, perante a América e o mundo. (Nabuco, 1883, p. 24).

RESUMO

Essa presente monografia analisa a política externa brasileira durante o Segundo Reinado, destacando as viagens internacionais de Dom Pedro II como instrumentos de diplomacia e projeção de prestígio do Império Brasileiro entre 1871 e 1888. Dessa forma, através de uma abordagem construtivista e do conceito de política de prestígio, investigamos como o imperador utilizou sua imagem e seus encontros com líderes estrangeiros e intelectuais para fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional e promover uma identidade nacional moderna e progressista através de conferências, arbitragens e congressos. Outroassim, o estudo também examina a influência dessas viagens na construção de uma imagem favorável do Brasil perante as potências europeias e os Estados Unidos, com o objetivo de elevar o status do país como uma potência regional e vencer a imagem de um país periférico escravista, além de pouco conhecido no cenário internacional. Para tal, realizamos uma análise qualitativa de fontes históricas, documentais e bibliográficas, através de cartas, diários e documentos, explorando o impacto da presença do imperador em eventos internacionais e encontros durante as viagens na consolidação de uma política externa autônoma e prestigiada. A pesquisa comprova que as viagens internacionais de Dom Pedro II tiveram um papel em fortalecer o prestígio do Brasil no cenário global, projetando o imperador como um monarca ilustrado e progressista, parte de uma política maior de Prestígio que foi aproveitada posteriormente, no âmbito geral de seus ganhos, em seguimento da republica através do Barão do Rio Branco.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Dom Pedro II; Diplomacia Imperial; Prestígio; Relações Internacionais; Brasil Império; Século XIX; Construtivismo.

ABSTRACT

This monograph analyzes Brazilian foreign policy during the Second Reign, highlighting Dom Pedro II's international travels as instruments of diplomacy and projection of prestige for the Brazilian Empire between 1871 and 1888. Using a constructivist approach and the concept of prestige politics, we investigate how the emperor used his image and his encounters with foreign leaders and intellectuals to strengthen Brazil's position in the international arena and promote a modern and progressive national identity through conferences, arbitrations, and congresses. The study also examines the influence of these travels in building a favorable image of Brazil among European powers and the United States, aiming to elevate the country's status as a regional power and to overcome its image as a peripheral, slave-holding, and little-known nation in the international sphere. To achieve this, we conducted a qualitative analysis of historical, documentary, and bibliographic sources—including letters, diaries, and documents—exploring the impact of the emperor's presence at international events and meetings during his travels in consolidating an autonomous and prestigious foreign policy. The research confirms that Dom Pedro II's international travels played a role in strengthening Brazil's prestige on the global stage, projecting the emperor as an enlightened and progressive monarch, and forming part of a larger prestige policy that was later leveraged, in its overall benefits, by the republic through the work of Barão do Rio Branco.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Dom Pedro II; Imperial Diplomacy; Prestige; International Relations; Empire of Brazil; 19th Century; Constructivism

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Juramento da princesa Isabel como regente. Óleo de Francisco Tirone, 1871	80
Imagem 2: Charge de Angelo Agostini: “Telegrama de Lisboa anuncia que d. Pedro passa bem; a tripulação nem tanto...”	83
Imagem 3: Pedro II com um humor ácido, pelo caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro em dois momentos: a quarentena em lazareto, e por carregar, ele mesmo, sendo um imperador, sua mala e guarda-chuva durante suas viagens ao exterior.....	86
Imagem 4: Dom Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva no Egito.....	101
Imagem 5: Página do caderno de estudo de língua árabe de d. Pedro II.....	102
Imagem 6: D. Pedro II subindo na pirâmide de Quéops com a ajuda dos árabes.....	109
Imagem 7: “Ele quer ver o mundo inteiro” Charge de 1877 na Revista Ilustrada.....	110
Imagem 8: D. Pedro II e comitiva ao lado da Esfinge e pirâmides.....	112
Imagem 9: Charge de 1877 na Revista Ilustrada “Sua Majestade em Roma”.....	116
Imagem 10: D. Pedro II visita os ateliês do Moniteur Universel e do Monde Illustré, gravura de Dauderarde. CRV.....	120
Imagem 11: Imperador Astrônomo nos jornais “Revista da Semana”	131
Imagem 12: Abertura da Exibição do Centenário Americano 1876, arte pelo artista Melton Prior do The Illustrated London News, Dom Pedro II a esquerda.....	133
Imagem 13: D. Pedro II, Tereza Cristina Maria e outras pessoas em Niagara Falls.....	135
Imagem 14: Recepção de Homenagem a Dom Pedro em São Francisco.....	137
Imagem 15: Dom Pedro II no Congresso de Orientalistas em St. Petersburgo.....	144
Imagem 16: Permissão de entrada em mesquitas e sítios arqueológicos de Pedro preservada no ACervo e Bueno Museu Imperial.....	148
Imagem 17: Arte de Zahed Kobeissi em Caligrafia Árabe de Dom Pedro II e sua égua branca no Líbano durante exposição em Beirute.....	153
Imagem 18: Pedro II em peregrinação no oriente como Beduíno Arquivo Nacional.....	159
Imagem 19: Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva em visita as ruínas de Pompéia.....	171
Imagem 20: O Imperador D. Pedro II, Imperatriz e comitiva a bordo do vapor "Congo", de volta da Europa.....	173

LISTA DE ABREVIATURAS

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ONU - Organização das Nações Unidas

EUA - Estados Unidos da América

Lei Áurea - Nome popular da lei que aboliu a escravidão no Brasil

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	18
2.EMBASAMENTO TEÓRICO	22
2.1.CONSTRUTIVISMO	23
2.2.POLÍTICA DE PRESTÍGIO.....	26
2.3.PRESTÍGIO PESSOAL DO LÍDER COMO FERRAMENTA DIPLOMÁTICA... 35	
3.A PERCEPÇÃO ESTRANGEIRA DO BRASIL IMPÉRIO E ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	40
3.1.HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA IMPERIAL	40
3.2.A IMAGEM BRASILEIRA NO SISTEMA INTERNACIONAL AOS OLHOS ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX.....	57
3.3.A IMAGEM DE DOM PEDRO II E O PRESTÍGIO PESSOAL DO IMPERADOR COMO FERRAMENTA DIPLOMÁTICA	65
4.AS VIAGENS DO IMPERADOR DE 1871, 1876 E 1888.....	77
4.1.A VIAGEM DE 1871	78
4.1.1.Primeira parada na Europa: O Imperador na aristocracia europeia	82
4.1.2.Passagem pelo Oriente Médio e África do Norte: O Imperador da “Terra Dos Papagaios” no Egito.....	97
4.1.3.De volta a Europa: O Imperador e Sucessor De São Pedro, retorno a França e Portugal.....	113
4.2.A VIAGEM DE 1876	124
4.2.1América Do Norte: Dom Pedro II e a Conferência de Filadélfia	127
4.2.2.Europa: O Imperador no Leste Europeu	140
4.2.3.Grécia, Asia Menor, África do Norte e Oriente Médio: Visita ao Império Otomano e retorno Ao Egito.....	146
4.2.4.A Viagem de volta pela Europa: Novos encontros intelectuais.....	161
4.3.A VIAGEM DE 1888	165
4.3.1.O retorno à Europa antes do golpe republicano	167
5.ANÁLISE DAS VIAGENS SOB AUSPÍCIO DO CONSTRUTIVISMO, A POLÍTICA DE PRESTÍGIO E DA IMAGEM DO LÍDER.....	179
5.1. ANALISE DOS ENCONTROS COM OUTROS LÍDERES.....	180
5.2. ENCONTROS COM INTELECTUAIS E FIGURAS ILUSTRES.....	190
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
7.REFERÊNCIAS.....	206

1. INTRODUÇÃO

Durante o Segundo Reinado, o Brasil Império passou por uma verdadeira reestruturação em sua maneira de agir diplomaticamente, buscando a construção de uma política externa séria e arquitetada, diferentemente do que ocorrerá no governo de Dom Pedro I com uma série de tratados desiguais assinados na busca pelo reconhecimento de Independência, que em muito prejudicaram o Brasil, em especial pela influência britânica (Cervo e Bueno, 2002).

Dom Pedro II, nascido e crescido no Brasil, fora preparado desde sua infância para atender as demandas relacionadas, de forma prática, à realidade brasileira em sua época que já passava por um período regencial de revoltas e rebeliões internas. Cervo e Bueno (2002) separa a Política Externa do Brasil Império em 4 fases, e durante a Terceira Fase, marcada pela busca ao prestígio internacional, autonomia e a formulação de um projeto nacional, Dom Pedro II foca inicialmente em apaziguar internamente o Império, em troca de uma instabilidade externa, com uma mudança da neutralidade para um papel intervencionista, em especial na região do Prata, com o Brasil realizando políticas para projetar sua esfera de influência na região sul ocasionando na Guerra contra Oribes e Rosas, a intervenção na Guerra Civil Uruguaia dos Blancos e Colorados, e posteriormente a Guerra da Tríplice Aliança (ou do Paraguai).

Desde o momento em que assumiu aos 15 anos de idade, até sua longevidade, Dom Pedro II esteve envolta de uma grande emanção política para alavancar seu prestígio como Imperador do Brasil. Pedro II apostou justamente em seu prestígio pessoal, o que pode ser caracterizado através de várias formas, seja pela Casa de Bragança, e Bourbon através do casamento, e sua relevância na nobreza: o que para Schwarcz (1998) é elucidado como um grande diferencial, vide o Brasil ter sido o único império monárquico da América do Sul, sendo o simbolismo da realeza uma expressão de prestígio nacional através do Imperador. Ou então através de seu verdadeiro ar intelectual de um homem enviesado na ciência.

Dom Pedro II utilizou dessa imagem através de suas viagens para visitar chefes de Estado, participar de congressos científicos ou conferências internacionais, com o objetivo de angariar a visão do Brasil como um verdadeiro Estado Moderno e progressista. O prestígio de Dom Pedro II era algo que se destacava, e por tanto auxiliava, justamente, em suas viagens ao exterior. Sant'Anna (2015) diz que a imagem do Imperador era de fato algo promulgado como propaganda de prestígio para nação, desde o momento que assumira sua posse.

Guimarães (2001) explica em seu livro “Quinhentos anos de periferia” sobre como o sistema internacional tem, desde sua evolução, sua dinâmica sendo conduzida pelo seu centro,

ou seja, as potências do sistema. Mesmo que ao pensarmos em países desenvolvidos e países em desenvolvimento, as próprias diferenças que esses países tem entre si, explicam segundo ele, o isolamento recíproco desses Estados, em parte pela característica da fragilidade econômica e política. Com o sistema internacional tendo sua agenda, e até mesmo a parte cultural ao falarmos de soft-power, moldada pelas potências centrais, nota-se fatalmente o quão isolados os países do eixo periférico ficam, além de estarem a mercê dessa política.

Ao contexto da pesquisa, o Brasil Império era visto, em parte, como uma ex-colônia portuguesa que acabara de se afirmar como país a menos de um século, isolado do restante do mundo e gradativamente lutando por sua maior inserção no sistema internacional, além de, assim como Guimarães (2001) elucidou, estar sobre forte influência das potências da época, e nesse caso seria o Império Britânico com suas políticas capitalistas da emergente revolução industrial. Foi das ações de Dom Pedro II em criar, de fato, um projeto de nação, que a política externa do Brasil passou a batalhar contra as adversidades impostas por estar em um eixo periférico do sistema.

Neste sentido, as três grandes viagens de Dom Pedro II, realizadas entre 1871 e 1888, ainda que de caráter pessoal, visavam consolidar a posição do Brasil como um império respeitável e progressista. Essas viagens colocaram o Imperador em contato direto com líderes de outras nações e permitiram que ele projetasse uma imagem de intelectualismo e modernidade, características que ajudavam a fortalecer a percepção internacional do Brasil como um país distinto das antigas colônias latino-americanas. Assim, o problema de pesquisa deste estudo se concentra em investigar de que modo as três grandes viagens de Dom Pedro II, realizadas entre 1871 e 1888, influenciaram a política externa brasileira do século XIX, considerando seu papel na consolidação da imagem internacional do Brasil Imperial.

Assim sendo, dos objetivos, o objetivo geral da presente pesquisa é analisar a política de prestígio do Império Brasileiro, resgatando os antecedentes e o decorrer das viagens empregadas por Dom Pedro II entre 1871 e 1888. A estruturação da pesquisa também está embasada em seus objetivos específicos: i) Compreender a política de prestígio no Império Brasileiro, sob a égide do Imperador Pedro II, à luz das teorias construtivistas, da política de prestígio de Hans Morgenthau, e da imagem do líder nas relações internacionais; ii) Analisar os antecedentes históricos do século XIX no contexto das viagens do Imperador. iii) Evidenciar como a política de prestígio é aplicada por Dom Pedro II durante seu percurso. iv) Entender como o prestígio imperial influenciou a percepção internacional do Brasil v) Investigar os

encontros bilaterais entre o Imperador Dom Pedro II e os chefes de Estado/Governo em suas viagens de 1871, 1876 e 1888.

A metodologia científica adotada nesta pesquisa é qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo e fundamentada em uma abordagem de natureza básica. O propósito central consiste em realizar uma análise minuciosa de um amplo conjunto de fontes bibliográficas e documentais, abrangendo livros, periódicos, artigos e biografias relacionadas a política externa do Império Brasileiro e as viagens do Imperador Dom Pedro II. Essa análise buscou integrar informações provenientes tanto de manuscritos do próprio imperador quanto de documentos e cartas da época, com o intuito de examinar os eventos que envolveram Pedro II sob uma perspectiva científica, especialmente no contexto da Política Externa Brasileira. O enfoque da pesquisa está em, ao analisar as informações da viagem nesse arcabouço de referências citado, localizar em que aspectos a política externa de prestígio está sendo utilizada, ainda que em contextos menos políticos, como partes turísticas da viagem de Pedro II.

A figura do Imperador Dom Pedro II sempre foi objeto de discussão tanto entre os brasileiros quanto entre estrangeiros, destacando-se como um personagem de grande relevância histórica, reconhecido, por muitos, como visionário e progressista, um entusiasta da ciência e do progresso tecnológico, além de ser poliglota, tradutor e hábil político. Mesmo com divergências ideológicas, é possível encontrar diversos pontos de convergência ao discutir Dom Pedro II, sendo um grande defensor do avanço das leis abolicionistas as quais inevitavelmente abalaram as elites estabelecidas ao longo dos anos de colonização, culminando na queda do império e no golpe de 1889.

De modo igual, a Política Externa Brasileira tem sido objeto de estudo na esfera das relações internacionais de forma contínua. No entanto, é crucial reconhecer a singularidade da abordagem diplomática adotada por Dom Pedro II durante seu reinado. Ao analisarmos a literatura acadêmica concernente à política externa, é evidente a existência de uma lacuna significativa quando se trata do período imperial, com a maioria dos estudos concentrando-se predominantemente na política presidencial contemporânea.

Além disso, dentro do próprio âmbito da política externa imperial, observa-se uma carência ainda maior de pesquisas pertinentes ao Segundo Reinado. Estas, em sua maioria, se limitam a abordar os conflitos fronteiriços, as projeções de poder na região do Prata, as contribuições de figuras proeminentes como o Barão do Rio Branco, e o impacto da Guerra do Paraguai.

As viagens de Dom Pedro II ao exterior representam eventos importantes para a compreensão da política externa brasileira durante o século XIX, ocorrendo em um contexto marcado por eventos estruturais significativos: do lado Europeu, desde as guerras prussianas, a política externa britânica colonialista da Rainha Vitória e a Conferência de Berlim, o crescente sentimento de rebeldia étnica e nacional no Império Otomano e até mesmo as crises entre o alto-pontífice e as autoridades italianas. No âmbito das Américas, o contexto pós-Guerra do Paraguai merece destaque, com tensões exacerbadas na delimitação das terras amazônicas, além do processo em curso de abolição da escravidão em diversos países americanos.

Não obstante, conflitos regionais como a Guerra do Pacífico, envolvendo Chile, Peru e Bolívia, também contribuíram para o panorama internacional da época. A nível interno, enquanto Dom Pedro II se ausentou em suas viagens, o treinamento de Isabel como futura imperatriz e sua relação com Rio Branco emergiram como aspectos destacados. Diante disso, esta pesquisa se justifica como um esforço para analisar as viagens realizadas por Pedro II ao exterior como um meio fundamental de compreender novos aspectos dessa política externa imperial. Examinar motivos, reuniões realizadas, os itinerários, os diários do Imperador, as cartas e todo o registro histórico da diplomacia realizada é relevante para a área de Relações Internacionais.

O estudo da política externa imperial brasileira busca preencher uma lacuna significativa na literatura acadêmica da área de relações internacionais, e resgatar essa política através das viagens do Imperador Dom Pedro II traz uma nova abordagem para que futuros estudos possam se complementar, traçando uma linha de continuidade e identificando a construção histórica da Política Externa Brasileira ao longo do tempo

Por fim, como hipótese dessa monografia, pontuamos que as viagens de Dom Pedro II ampliaram a presença do Brasil no sistema internacional ao promoverem a percepção da nação, através do prestígio imperial, como uma entidade séria e em busca de se tornar uma potência regional.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

Como fundamentação teórica desta monografia, serão abordados os aspectos da teoria construtivista de Alexander Wendt, a Política de Prestígio do realismo clássico de Hans Morgenthau, bem como estudos teóricos de Balmas (2017), Yoo e Jin (2015), e Ingenhoff e Klein (2018) que analisam como a imagem pessoal da liderança de um Estado pode ser utilizada para ganhos diplomáticos e na imagem do país no exterior. Esses conceitos teóricos serão utilizados como forma de analisar como o prestígio pessoal do Imperador Pedro II influenciou a imagem internacional do Brasil e sua política externa. Este capítulo teórico tem a função de explicar essas teorias e proporcionar uma base sólida para a aplicação analítica das mesmas ao longo da pesquisa, especialmente no contexto das viagens do Imperador durante o Segundo Reinado do Brasil.

Ainda que esse aspecto seja abordado de forma abrangente nas próximas linhas, se faz necessário ressaltar que a teoria construtivista e o realismo clássico se divergem em diversos pontos, o que torna difícil uma convergência harmônica entre as teorias. Enquanto, em síntese, o realismo clássico enfatiza o poder material e a segurança nacional como elementos-chave na formulação da política externa, o construtivismo destaca a importância das ideias, normas e identidades na construção das relações internacionais.

No entanto, mesmo diante dessas diferenças, a Política de Prestígio de Morgenthau oferece um ponto de diálogo com a ideia de imagem e identidade não materializada, conceitos que também são levantados por teóricos construtivistas, embora para propósitos distintos. Enquanto Morgenthau enfoca o prestígio como um instrumento de poder e influência na arena internacional, os construtivistas destacam a formação de identidades e a construção de narrativas como componentes essenciais na dinâmica das relações entre os Estados.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, será adotada uma abordagem de convergência dessas ideias, que permite uma análise mais profunda e contextualizada dos aspectos do prestígio imperial de Pedro II na política externa. De modo que se tenha uma estrutura interpretativa flexível, capaz de capturar tanto os elementos da Política de Prestígio de Morgenthau, quanto os aspectos simbólicos e identitários que influenciaram a política externa do Brasil durante o período imperial mediante aos conceitos de prestígio no construtivismo.

2.1. CONSTRUTIVISMO

Tratando-se primeiramente do conceito teórico “macro” a ser elucidado, a teoria construtivista surge durante a década de 1980 em meio ao contexto do final da Guerra Fria e da desintegração da União Soviética. Este período gerou debates sobre a aplicabilidade das teorias neorrealistas, que se focavam predominantemente no aspecto materialista das relações internacionais. Os teóricos construtivistas começaram a afirmar que as dinâmicas da anarquia e do equilíbrio de poder poderiam ser melhor compreendidas através dos pensamentos e ideias, em vez de apenas fatores materiais (Carvalho, 2020).

Alexander Wendt (1999), teórico construtivista, descreve em seu livro "Social Theory of International Politics", que a anarquia no sistema internacional pode ser entendida através de 3 conceitos culturais diferentes, sendo da anarquia: Hobbesiana, onde os Estados se veem como inimigos e a política internacional é marcada pela desconfiança e conflito; Lockean, onde os Estados se veem como rivais, mas reconhecem mutuamente o direito à existência e seguem regras mínimas de coexistência; e a Kantiana, onde os Estados se veem como amigos e a cooperação e a paz são normais. Nesse sentido, Wendt (2013), em seu artigo seminal "A Anarquia é o que os Estados Fazem dela", apresenta uma crítica robusta ao neorrealismo, argumentando que a autoajuda e a política de poder, frequentemente vistas como inevitáveis sob a anarquia, são na verdade construções sociais. Segundo Wendt, os neorrealistas, como Kenneth Waltz, percebem a anarquia como uma condição permissiva que inevitavelmente leva à competição e ao conflito entre os Estados devido à ausência de uma autoridade central. Este ponto de vista sugere que a natureza egoísta e a busca por poder dos Estados são respostas automáticas à anarquia, inerentes ao sistema internacional.

No entanto, Wendt desafia essa premissa ao afirmar que a anarquia por si só não dita um comportamento específico dos Estados. Ele argumenta que a autoajuda e a política de poder são instituições sociais, não características inerentes da anarquia. Isso significa que as práticas e interações entre os Estados são as responsáveis por moldar essas instituições. Em outras palavras, a estrutura da anarquia não possui uma lógica intrínseca que determina o comportamento dos Estados; ao invés disso, são as práticas sociais e as relações de poder que criam e sustentam essa estrutura (Wendt, 2013).

Além disso, Wendt critica a visão neorrealista por sua abordagem reducionista que desconsidera a complexidade das interações entre os Estados. Ele sugere que os neorrealistas falham em reconhecer que identidades e interesses dos Estados são formados e transformados

através da interação social e não são predominantemente fixos. Para Wendt, essa fixação em uma visão estática da anarquia negligencia a possibilidade de mudanças significativas nas relações internacionais através da evolução cooperativa e da reconstituição das identidades dos Estados (Wendt, 2013).

Wendt propõe que, ao invés de ver a anarquia como um estado de natureza que força os Estados a adotarem comportamentos egoístas, devemos entendê-la como um contexto em que as políticas de poder e a autoajuda são contingentes e mutáveis. Ele introduz a ideia de que a anarquia pode ser reconfigurada pela prática social, sugerindo que a soberania, a cooperação evolutiva e os esforços conscientes para transformar identidades egoístas em coletivas são maneiras pelas quais as dinâmicas da anarquia podem ser alteradas (Wendt, 2013).

Ao afirmar que "a anarquia é o que os Estados fazem dela", Wendt não apenas desafia a justificativa para ignorar os processos de formação de identidades e interesses, mas também nos convoca a considerar as implicações das práticas internacionais. Se as práticas e interações dos Estados moldam as estruturas e normas do sistema internacional, então mudanças nessas práticas podem potencialmente transformar a natureza da anarquia e da política internacional (Wendt, 2013).

Analisando essas afirmações, podemos notar que essa perspectiva construtivista apresenta uma visão mais dinâmica e flexível do sistema internacional, onde a transformação é possível através da mudança nas práticas e interações entre os Estados. Ao focar no processo social, Wendt abre espaço para a possibilidade de que a política internacional não seja necessariamente um jogo de soma zero, mas que pode evoluir para formas mais cooperativas e menos conflitivas de organização social.

Seguindo em sua argumentação, Wendt reitera que a anarquia no sistema internacional não tem uma lógica intrínseca ou inevitável. Diferentemente dos realistas, que veem a anarquia como uma condição que inevitavelmente leva à competição e conflito, Wendt propõe que a anarquia é uma estrutura cuja natureza é definida pelas práticas e interações dos Estados. Se os Estados interagem de maneira competitiva, a anarquia será competitiva; se interagem de forma cooperativa, a anarquia pode ser pacífica (Wendt, 2013).

Ademais, Wendt (2013) enfatiza a relação mútua entre estruturas sociais e agentes (Estados), onde as estruturas não apenas constroem os agentes, mas também são constituídas por eles. Diferentemente da perspectiva racionalista-comportamental, que trata a identidade e os interesses estatais como algo que já existe de forma fixa e que influencia o comportamento dos atores internacionais de maneira externa, o construtivismo está interessado em entender

como as práticas sociais, ou seja, as ações e interações entre os atores internacionais, moldam a identidade desses atores. Isso significa que os teóricos construtivistas querem saber como as ações realizadas no cenário internacional influenciam quem somos e o que valorizamos como indivíduos e como nações.

Como um exemplo amplamente difundido disso, a identidade da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial passou por uma transformação significativa. De um estado agressor durante a guerra, a Alemanha Ocidental reconstruiu sua identidade como uma democracia pacífica e um membro cooperativo da comunidade internacional, integrando-se à OTAN e à União Europeia. Ao aplicarmos a teoria nesse contexto, esta nova identidade foi moldada por interações com outros Estados democráticos e pelas normas de cooperação e integração europeias, bem como o contexto da Guerra Fria em contraste com o lado oriental do bloco soviético.

Seguindo essa linha de pensamento, é possível observar o conceito de “identidade” dos Estados sendo formado, onde Wendt (2013) descreve que a identidade, com seus vínculos apropriados da realidade psicológica, é sempre uma identidade situada dentro de um contexto específico e socialmente construído. Cada indivíduo possui diversas identidades associadas aos papéis institucionais que desempenha, tais como irmão, filho, professor, aluno e cidadão. De maneira análoga, um estado pode possuir múltiplas identidades, como "soberano", "líder do mundo livre", "potência imperial", entre outras. O comprometimento com identidades específicas varia, mas cada identidade constitui uma definição inerentemente social do ator, fundamentada nas teorias que os atores coletivamente possuem sobre si mesmos e sobre os outros, e que, por conseguinte, moldam a estrutura do mundo social.

Para ilustrar essas ideias, é possível observarmos exemplos práticos como o Estados Unidos no século 19 que desenvolveram uma identidade nacional única, marcada pela "destino manifesto", a crença de que tinham a missão divina de expandir seu território e influenciar o continente norte-americano. Esta identidade justificava a expansão territorial e políticas como a Doutrina Monroe, que proclamava a oposição americana à intervenção europeia nas Américas. Além disso, a identidade dos Estados Unidos como "terra da liberdade" e "experimento democrático" influenciaram sua política interna e externa. (Simão; Mota, 2018).

A partir desse conceito, o construtivismo de Wendt sugere que os aspectos de soberania de um Estado vêm como uma norma socialmente construída que desempenha um papel central nas relações entre os atores. Quando os Estados se reconhecem mutuamente como soberanos, eles institucionalizam essa prática, estabelecendo expectativas de respeito mútuo à autonomia

e não-interferência, facilitando um ambiente de estabilidade e previsibilidade, que instiga a cooperação. O que torna a soberania, para além de um princípio jurídico, uma construção social que emerge das práticas e interações contínuas entre os Estados (Wendt, 2013).

Em um sistema hobbesiano, como já mencionado, onde a desconfiança e o medo dominam, a cooperação é intrinsecamente difícil. Wendt, no entanto, argumenta que a cooperação pode evoluir mesmo em um ambiente anárquico propenso ao conflito, vide que a soberania, ao reduzir o medo da perda de autonomia, cria um espaço para a cooperação. À medida que os Estados interagem e buscam ganhos mútuos, a desconfiança inicial pode ser superada, e normas de cooperação podem emergir e se consolidar, com a cooperação não sendo apenas um resultado de interesses materiais, mas um processo social que transforma a natureza, novamente, a interação desses Estados (Wendt, 2013).

Nesse sentido, Wendt propõe que os Estados têm a capacidade de transformar identidades egoístas em identidades coletivas através de interações deliberadas e intencionais. Quando os Estados começam a ver a segurança e o bem-estar de outros Estados como interdependentes com os seus próprios, as identidades e interesses se alinham em direção à cooperação e à solidariedade, através da construção de diálogo e confiança, assim como as relações humanas (Wendt, 2013).

Dessa forma, é possível observar como Wendt argumenta que as identidades dos Estados são construídas através de interações sociais e que essas identidades influenciam os interesses e as ações dos Estados. A identidade de um estado pode, portanto, afetar significativamente sua imagem externa e como outros atores internacionais o percebem, o que torna interessante analisar como esse conceito de identidade se alinha com os interesses da política externa dos países. Wendt e o Construtivismo trouxeram ganhos significativos para o estudo das identidades dos atores nas relações internacionais, e por tanto, tornam-se fundamentais para essa análise da política externa imperial.

2.2. POLÍTICA DE PRESTÍGIO

Antes de adentrarmos especificamente na política de prestígio, se faz necessário elucidar os aspectos gerais da teoria realista de Hans Morgenthau como uma base sólida para servir de sustentação aos aspectos do prestígio que ele elucidada. Em seu livro “Política entre Nações”, Morgenthau (2003) descreve que a política internacional é governada pela natureza humana, que ele considera inerentemente egoísta e propensa à busca de poder. Em sua análise

realista da natureza humana, ele argumenta que o mundo político é um reflexo das relações de poder inerentes a essa natureza, com essa visão antropológica sustentando que os líderes políticos agem de acordo com seus interesses próprios e dos seus Estados, impulsionados pelo desejo de poder e segurança.

Dessa forma, como aspectos gerais desse realismo político, a política internacional seria essencialmente uma luta pelo poder, onde independentemente das diferenças culturais, ideológicas ou políticas, todos os Estados buscam maximizar sua força para garantir sua sobrevivência e segurança. O poder é, portanto, tanto um meio quanto um fim na política internacional, em que essa busca incessante de fortalecimento é intrínseca ao comportamento dos Estados, que operam dentro de um sistema anárquico onde não há uma autoridade central para regular suas relações (Morgenthau, 2003).

Para o teórico, a política deve ser entendida como uma esfera distinta com suas próprias regras e lógicas, analisadas independentemente de outras esferas, como a moralidade ou a economia, com os interesses dos Estados sendo moldados pelas circunstâncias, tendendo a mudar ao longo do tempo. (Morgenthau, 2003).

Assim, Morgenthau (2003) argumenta que na política internacional, a moralidade é frequentemente sacrificada em prol dos interesses nacionais, as decisões políticas são guiadas principalmente pelo pragmatismo e não por considerações éticas. Ou seja, **os princípios morais não são universais** e nem aplicáveis a todos os contextos políticos, com cada Estado seguindo suas próprias normas e valores

Passando desses aspectos gerais para a política de prestígio, segundo o Dicionário Etimológico (2024), a palavra “Prestígio” está atrelada a *Fama*, que do latim resumia o conjunto de opiniões sobre determinado indivíduo, indo além, *Fama* viria do grego *Pheme*, ambas entidades greco-romanas mensageiras. No entanto, “Prestígio” também se constitui, segundo o Dicionário Priberam (2024), a noções de reconhecimentos derivados de qualidades demonstradas, seja por influência, importância ou mérito fatural.

Ademais, quando buscamos os conceitos de prestígio em teóricos clássicos, é possível achar elementos interessantes que podem auxiliar a entender como esse mesmo conceito se aplica aos Estados no sistema internacional. O antigo filósofo grego Aristóteles (1991), em sua obra “Ética a Nicômano” composta por dez livros, descreve um “tratado” ético onde ele aborda diversos conceitos dentre virtude moral, felicidade, justiça, ética, amizade, etc. Dentre todos os aspectos descritos, se faz necessário uma distinção a sua noção de amizade *Philia*.

Aristóteles (1991) descreve no Livro X, que amizade verdadeira é um dos maiores bens que os seres humanos podem possuir, a nível pessoal, e que de maneira pública, se torna algo virtuoso perante a todos da sociedade. Nesse contexto, seguindo para sua outra obra “Política”, Aristóteles (1998) discute como o prestígio e a reputação desempenham um papel na política e na vida social, especialmente nas seções que tratam da ética do líder e da importância do reconhecimento público.

O filósofo argumenta que a liderança política requer não apenas habilidades técnicas, mas também uma reputação sólida atrelada a um grau de prestígio entre os governados. Em suma, um líder que é respeitado e admirado por suas virtudes e realizações tende a ter mais sucesso na condução do Estado do que aquele que carece de prestígio, o que comunga a reputação, ou seja, imagem que externos têm sobre algo, a prestígio, imagem que é passada por alguém de forma virtuosa (Aristóteles, 1998).

Ainda que esses conceitos clássicos se diferem do que Morgenthau tem como “moralidade”, eles servem para entender o que de fato “prestígio” significa. No entanto, em "Política entre Nações" de Morgenthau (2003), a política de prestígio é descrita como uma forma de demonstração de poder que determinado Estado detém. Ela é frequentemente subestimada na bibliografia política moderna, apesar de ele considerar uma das três manifestações principais da luta pelo poder no cenário internacional. Morgenthau atribui essa negligência a três razões principais: a política de prestígio é obscurecida pelo foco no poder material, é vista como anacrônica e frívola devido às suas formas aristocráticas no mundo diplomático, e raramente é um fim em si mesma, servindo mais como meio para alcançar objetivos de políticas de status quo e imperialismo.

Morgenthau (2003) argumenta que essa visão subestima a importância da política de prestígio, que é tão intrínseca às relações internacionais quanto o desejo de prestígio o é nas relações individuais. Segundo ele, na política, assim como na vida social, o reconhecimento dos outros é uma força dinâmica que molda as relações e cria instituições. Dessa forma, a percepção dos outros sobre nós é crucial na luta pelo poder, tornando essencial que a imagem social correspondida seja pelo menos verdadeira. A política de prestígio busca convencer outras nações do poder real ou presumido de um país, usando cerimonial diplomático e exibição de força militar para esse fim:

Seu propósito é convencer outras nações do poder que seu país realmente possui - ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém. São dois os instrumentos

específicos que servem a esse propósito: o cerimonial diplomático, na mais ampla acepção do termo, e a exibição de força militar. (Morgenthau, 2003, p. 148 - 149)

O prestígio de um Estado, por tanto, abre novas oportunidades em dialogar, bem como participar mais ativamente das relações exteriores ao figurar as opiniões e decisões do país como algo a ser levado em consideração por outros atores do sistema internacional, seja pelo a coerção da exibição da força militar, ou no cerimonial diplomático que serão explicados a seguir.

Tratando-se primeiramente do cerimonial diplomático na política de prestígio, Morgenthau (2003) usa inicialmente Napoleão para exaltar como ela se aplica de forma prática, usando como exemplo dois momentos da vida do Imperador Francês, um no auge de sua força política, e outro em sua decadência. Como exemplo do auge ele explica que não só o fato de Napoleão ter se auto coroado, retirando o poder do Papa de fazê-lo, é algo que se aplicaria com o simbolismo em volta do prestígio, como também, todas as ações que precederam esse momento.

Em 1804, tanto o Papa quanto Napoleão desejavam mostrar sua superioridade sobre o outro, e Napoleão teve mais êxito em fazê-lo, ao encontrar o Papa de forma totalmente “anti-protocolar”, em meio a uma cerimônia de caça, fazendo o alto pontífice sujar os sapatos e as roupas brancas de lama, bem como ao andar lado a lado com o Imperador, como se fossem iguais, algo que para o Papa era pior do que ser considerado inferior (Morgenthau, 2003).

Desse modo, Morgenthau enfatiza o simbolismo do prestígio, não apenas pela força do exército francês, de modo material, mas pelo respeito e pela influência que Napoleão exerceu no concerto das nações, ao quebrar com o simbolismo aristocrático da coroa sendo entregue pela Igreja aos reis.

O outro exemplo apresentado, é quando, na decadência de Napoleão, o mesmo se encontrou com o chanceler austríaco Metternich, em 1813 após a derrota na Rússia, e agiu como o grande Senhor da Europa, enquanto o Chanceler lhe tratou como alguém derrotado. Segundo Morgenthau (2003), Napoleão, aparentemente para testar sua superioridade, deixou cair seu chapéu, esperando que o porta-voz da coalizão o apanhasse. No entanto, quando Metternich ignorou o gesto, tornou-se evidente para ambos que uma mudança significativa na situação de prestígio e poder de Napoleão havia ocorrido. Metternich sintetizou a situação ao final da discussão, afirmando a Napoleão que o considerava um homem perdido.

Morgenthau (2003) observa que as relações diplomáticas servem como instrumentos naturais de uma política de prestígio, já que os diplomatas representam simbolicamente seus países. O respeito demonstrado aos diplomatas, assim como os insultos que recebem, reflete diretamente no prestígio de seus respectivos Estados. Um exemplo histórico é quando o rei Luís XIV, em 1698, determinou que o embaixador da República de Veneza fosse apresentado pelo príncipe de Lorena, gesto que conferiu à Veneza um novo prestígio comparável ao de um reino, o qual a Cidade-Estado demonstrou grande gratidão, vide que sua relevância era constantemente contestada por outras cidades italianas no contexto da Itália fragmentada durante o renascimento.

Da mesma forma, na corte pontifícia, o papa recebia diplomatas de diferentes Estados em salões distintos, os embaixadores da realeza e de Veneza eram recebidos na *Sala Reggia*, e os representantes de repúblicas e demais príncipes na *Sala Ducale*. Gênova tentou, por diversos métodos, persuadir o Papa para serem admitidos na *Sala Reggia*, e Veneza se opôs veementemente à possibilidade de Gênova ser tratada com igualdade, o que teria implicado uma igualdade de prestígio que Veneza não podia tolerar. (Morgenthau, 2003).

Morgenthau (2003) descreve que, no final do século XVIII, era costume na corte de Constantinopla que embaixadores e seus séquitos, ao serem apresentados ao sultão otomano, fossem agarrados por funcionários da corte e forçados a baixar a cabeça como um símbolo da inferioridade de poder de seus países, como forma de assegurar o prestígio do Império Otomano frente a essas nações.

E como um exemplo mais recente, Morgenthau descreve quando, durante o governo de Theodore Roosevelt, todos os representantes diplomáticos eram recebidos juntos no dia 10 de janeiro para cumprimentar o presidente. O presidente Taft alterou essa prática, fazendo com que embaixadores e ministros fossem recebidos separadamente. Este novo procedimento levou a um incidente com o ministro espanhol, que não foi informado da mudança e teve sua entrada recusada na Casa Branca, resultando em um protesto formal do governo espanhol, com esse evento sublinhando como as nações, mesmo aquelas em declínio, insistem em manter um prestígio à altura de sua antiga grandeza (Morgenthau, 2003).

Já em 1946, durante uma festa de celebração da vitória em Paris, o ministro do Exterior da União Soviética protestou ao ser colocado na segunda fila, enquanto os representantes das outras grandes potências estavam na primeira fila. Este gesto demonstrou que a União Soviética, recentemente reconhecida como grande potência, exigia o prestígio correspondente a essa nova condição. Outro exemplo ocorreu na Conferência de Potsdam, em 1945, quando

Churchill, Stalin e Truman não conseguiram decidir quem deveria entrar primeiro na sala da conferência, resultando em uma entrada simultânea por portas diferentes. Tal ato simbolizava a igualdade de poder entre suas nações, pois conceder precedência a qualquer um deles implicaria em um prestígio de superioridade inaceitável para os outros dois. Assim, a igualdade de poder se refletia no respeito ao prestígio simbólico das nações envolvidas (Morgenthau, 2003).

Morgenthau (2003) argumenta que a política de prestígio, manifestada pela demonstração do poder que uma nação possui (ou deseja que as outras nações acreditem que possui), encontra um campo fértil na escolha da localização de encontros internacionais. Quando diversas reivindicações antagônicas se confrontam sem conciliação possível, o local escolhido para a reunião frequentemente recai em um país neutro em termos de prestígio, como Haia, nos Países Baixos, ou Genebra, na Suíça. Essas cidades são preferidas por sua neutralidade, evitando a simbolização de primazia de poder. Um exemplo é o Congresso de Berlim de 1878, realizado na capital do recém-restaurado Império Alemão, após sua vitória sobre a França, demonstrando o novo prestígio da Alemanha como a principal potência europeia.

Originalmente, a União Soviética se opôs à escolha de Genebra como sede das Nações Unidas devido às lembranças do baixo prestígio russo entre as duas guerras mundiais. No entanto, mais tarde, quando a distribuição de poder dentro da ONU, sediada em Nova York, mostrou que a União Soviética parecia estar em minoria permanente diante da liderança americana, os soviéticos passaram a advogar a transferência da sede da ONU para Genebra, uma cidade sem conotações de preponderância americana (Morgenthau, 2003).

O encontro entre o presidente Nixon e o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai em Pequim, em 1972, ao invés de Washington ou um local neutro, simbolizou as mudanças percebidas na distribuição de poder na Ásia e no mundo. Normalmente, uma nação com preponderância de poder em uma determinada área ou região insiste que conferências internacionais sobre esses assuntos ocorram em seu território ou próximo a ele. Assim, muitas conferências marítimas foram realizadas em Londres, sobre assuntos japoneses em Washington ou Tóquio, e sobre o futuro da Europa após a Segunda Guerra Mundial em território russo ou próximo a ele, como em Moscou, Yalta, Potsdam ou Teerã. Em 1947, a mudança de situação política levou o presidente Truman a declarar que só se reuniria com Stalin em Washington, refletindo a confiança americana crescente (Morgenthau, 2003).

Através desses diversos exemplos Morgenthau demonstra a complexidade do cerimonial diplomático, e como o mesmo pode ter muitas raízes e conotações distintas, ainda que sua função seja demonstrar superioridade (ou a não “inferioridade”) com base na conjuntura dos atores no dado momento. Aspectos como religião, no caso napoleônico, ou de recém-conquista, como no do Império Otomano, demonstra como o simbolismo, no sistema internacional, tinha um valor prático em instigar.

Podemos mitigar ainda mais esses aspectos da teoria, ao figurar como a própria sociedade da época entendia determinados conceitos de prestígio que são diferentes ao longo do tempo, como o da aristocracia do século XIII vinculado o poder do Rei ao prestígio da Nação, ou de forma contemporânea em um contexto de pós-segunda guerra mundial, em que a URSS entendia a emergência como nova potência e pretendia ser tratada, no cerimonial diplomático, como tal.

Passando para o segundo meio em que a política de prestígio é exercida, temos a exibição militar. Morgenthau (2003) descreve que a força militar é a medida mais evidente do poder de uma nação. Por exemplo, o convite a representantes militares estrangeiros para assistirem a manobras de tropas não visa compartilhar segredos militares, mas impressionar os observadores e seus governos com o estado de preparação militar do país. O convite a observadores estrangeiros para assistir aos testes com bombas atômicas no Pacífico em 1946 ilustra isso, esperando-se que os observadores fossem impressionados tanto pelo poderio naval dos Estados Unidos quanto pelos avanços tecnológicos americanos.

As demonstrações navais têm sido um dos instrumentos favoritos da política de prestígio, dada a alta mobilidade das esquadras e a forte impressão que causam. Por exemplo, a visita da frota francesa ao porto russo de Kronstadt em 1891 e a visita de retribuição da frota russa ao porto francês de Toulon em 1893 sinalizaram ao mundo a solidariedade política e militar entre França e Rússia, que se concretizaria em uma aliança política e militar. Essas visitas demonstraram a solidariedade e prepararam o terreno para a aliança franco-russa (Morgenthau, 2003).

Outro exemplo significativo é a visita do Kaiser Guilherme II a bordo de um navio de guerra ao porto de Tânger, no Marrocos, em 1905, para contrabalançar as reivindicações francesas sobre o país. Enquanto que, na contemporaneidade, os cruzeiros navais americanos aos portos italianos, gregos e turcos no Mediterrâneo serviram como uma resposta às aspirações russas na região, demonstrando o poderio militar e a determinação dos Estados Unidos em manter o status quo na Europa Ocidental (Morgenthau, 2003).

Ademais, a mobilização parcial ou total também é uma forma drástica da política de prestígio. Em 1914, a mobilização do exército russo foi seguida pela convocação das forças austríacas, alemãs e francesas, e em 1938 e 1939, a França e a Checoslováquia mobilizaram suas tropas para demonstrar sua força militar e a determinação de usar esse poder para apoiar seus objetivos políticos. Dessa forma, Morgenthau descreve que o prestígio, que ele configura como a reputação de poder, é usado tanto como meio de dissuasão quanto como preparação para a guerra, fundindo as estratégias políticas e militares em tempos de paz e conflito (Morgenthau, 2003).

Tratando-se dos objetivos dessa política de prestígio, Morgenthau (2003) explica que a mesma tem dois deles bem distintos: ser um fim em si mesma, como já mencionado, ou ser utilizada no campo das relações internacionais, em apoio a uma política de status quo ou de imperialismo. A busca de prestígio como fim em si mesma está atrelada a líderes egocêntricos que veem a política internacional como um meio de exaltar seu próprio país e humilhar os demais, confundindo a cena nacional com a internacional. Morgenthau descreve exemplos históricos como Guilherme II e Mussolini, que, inebriados pelo poder doméstico recentemente conquistado, agiram como se, segundo ele, a política internacional fosse uma forma de esporte pessoal, ignorando os interesses nacionais e a necessidade de poder proporcional às suas pretensões (Morgenthau, 2003).

Já a política de prestígio para as políticas de status quo e de imperialismo deriva da natureza da política internacional, que Morgenthau descreve como baseada em uma avaliação das relações de poder entre as nações em um determinado momento. A política externa de uma nação busca influenciar essas avaliações, como por exemplo, se os Estados Unidos conseguirem inculcar nas nações latino-americanas a noção da grandeza de seu poder, a preponderância daquele país no hemisfério ocidental provavelmente não será desafiada (Morgenthau, 2003).

Morgenthau (2003) segue dando mais exemplos, ilustrando que a relativa estabilidade política da Europa durante as décadas de 1920 e 1930 se deveu em grande parte ao prestígio da França, então a mais forte potência mundial. De forma semelhante, o imperialismo nazi-germânico deve seus triunfos a uma vitoriosa política de prestígio, que convenceu as nações interessadas na manutenção do status quo da superioridade alemã, através de filmes documentários mostrando cenas da "blitzkrieg" na Polônia e na França. Assim, o autor conclui que o prestígio em si, não deve ser utilizado se o mesmo não pode ser verdadeiro, um país não

pode realizar uma parada com armamentos de última geração falsos, pois ainda que cause enganação, em caso de conflito real o mesmo não se sustenta:

Sejam quais forem os objetivos finais da política externa de uma nação, o seu prestígio - a saber, a sua reputação de dispor de poder - constitui sempre um fator importante, e por vezes decisivo, na determinação do sucesso ou da falência de sua política externa. Portanto, uma política de prestígio constitui um elemento indispensável em uma política exterior que se queira racional (Morgenthau, 2003, p 163).

Ademais, Morgenthau (2003) discute que o prestígio se tornou uma ferramenta política crucial em um período onde a luta pelo poder é travada não apenas por meio da pressão política tradicional e da força militar, mas também pela conquista das mentes das pessoas, outra vez saindo do materialismo clássico do realismo. Para exemplificar isso, Morgenthau diz que em várias regiões do mundo, a Guerra Fria foi uma competição entre filosofias políticas, sistemas econômicos e modos de vida rivais, onde o prestígio - ou a reputação de desempenho e poder - tornou-se a principal meta na guerra política.

Dessa forma, a propaganda e a ajuda externa são os principais instrumentos desta batalha, visando aumentar o prestígio de um lado e diminuir o do inimigo. Países que vissem o modo de vida “socialista” ou “capitalista” dando certo, tenderiam a, obviamente que manipulados pelo jogo de poder no sistema bipolar, a modificar suas pautas ideológicas em seus países.

Morgenthau (2003) também argumenta que uma política de prestígio atinge seu verdadeiro sucesso quando uma nação consegue uma reputação de poder tão forte que não precisa recorrer ao uso concreto desse poder. Exemplos históricos incluem os Impérios Romano e Britânico, e a política norte-americana da Boa Vizinhança, onde a reputação de poderio inquestionável, combinada com o autocontrole no uso desse poder, garantiu uma posição estável e respeitada no cenário internacional.

Essa abordagem, conforme ilustrado por Morgenthau, mostra que o prestígio não é apenas um objetivo em si, mas uma ferramenta para alcançar e manter a hegemonia no cenário internacional, influenciando as percepções de poder de outras nações e garantindo uma posição de liderança sem a necessidade de demonstrações constantes de força militar.

Finalizando esse conceito teórico, Morgenthau (2003) discute três deteriorações comuns na política de prestígio de uma nação. Primeiro ele argumenta que a supervalorização do prestígio em uma iniciativa desproporcional pode levar ao fracasso, pois o prestígio reflete

a soma total das qualidades e ações de uma nação, não o resultado de uma ação isolada. Além disso, como segundo ponto, a tentativa de exagerar o poder real para construir uma reputação de robustez que excede a capacidade real transforma a política de prestígio em uma política de blefe, como já mencionado o caso da Itália durante a Guerra da Etiópia e a Segunda Guerra Mundial, onde a pretensa política de prestígio foi desmascarada pela ineficiência militar.

E como terceiro tópico, a subvalorização do prestígio, como ocorreu com os Estados Unidos e a União Soviética entre as duas guerras mundiais, pode levar ao desprezo e ataques dos inimigos, prejudicando os interesses vitais dessas nações. Concluindo que, dentre todas as coisas, Morgenthau enfatiza a importância de uma política de prestígio que reflita adequadamente o poder real de uma nação (Morgenthau, 2003).

2.3. PRESTÍGIO PESSOAL DO LÍDER COMO FERRAMENTA DIPLOMÁTICA.

Como a presente monografia pretende analisar a política externa brasileira sob o foco específico nas viagens de Pedro II, se torna indispensável buscar acadêmicos e pesquisadores que estudam, de forma pontual, como o prestígio e a imagem do líder de um determinado país influencia suas relações internacionais, bem como na imagem que o próprio país passa ao exterior.

Visando essa abordagem, as pesquisadoras Diana Ingenhoff e Susanne Klein (2018) apresentam em seu artigo "A imagem de um líder político na diplomacia pública e na construção da marca nacional: O impacto da competência, carisma, integridade e gênero", um estudo de caso específico em que elas demonstram um experimento social para entender o quanto a imagem da liderança influencia nos aspectos internacionais do de um país.

As pesquisadoras Ingenhoff e Klein (2018) apresentam a distinção entre os termos "imagem do país" e "identidade nacional". Enquanto o primeiro refere-se à percepção por parte de um público estrangeiro, o segundo descreve as percepções dos habitantes sobre seu próprio país. Essa distinção é essencial, pois as pesquisadoras exploram conceitos de marketing internacional, destacando como a diplomacia pública, em contraste com a tradicional, que envolve diálogo entre diplomatas, foca na comunicação direta com os cidadãos de outros países como forma de obter ganhos no jogo entre nações.

Para fundamentar seus argumentos, elas recorrem a autores como Balmas, M. (2017); e Yoo, J.-W., e Jin, Y.-J. (2015) que também explanam que a imagem do Estado em sua política externa e os seus potenciais efeitos de repercussão são temas centrais de investigação para as

relações públicas internacionais e a diplomacia pública, uma vez que é de grande importância para um país ter uma imagem positiva que atraia, por exemplo, turismo e investimento.

A pesquisadora Balmas (2017) vai além, ao configurar como os aspectos da liderança de determinado país podem, em certa medida, influenciar diretamente como cidadãos de outras nações veem os habitantes da nação do mesmo. De acordo com Balmas, a projeção pessoal é um efeito que ocorre quando as características pessoais atribuídas aos líderes de um país são projetadas nos cidadãos e no próprio país. Seu estudo inédito no contexto da política internacional analisa como a percepção de líderes estrangeiros pode influenciar a opinião pública sobre suas nações.

Segundo Balmas (2017), a comunicação política desempenha um papel crucial na sociedade, influenciando pensamentos e afetos humanos, e impacta diretamente a gestão das relações exteriores e a diplomacia pública. Para ela, a diplomacia pública visa melhorar a imagem de um país entre o público estrangeiro e os formuladores de políticas, promovendo o conceito de soft-power através de ativos intangíveis como personalidade atraente, cultura e valores políticos.

A personalização política, onde líderes se tornam âncoras principais na interpretação política, tem ganhado destaque, e líderes nacionais são frequentemente vistos como exemplares de seus países. Este fenômeno, exemplificado pelo "efeito Obama", mostra que a imagem de um líder pode afetar significativamente a percepção internacional de sua nação, influenciando áreas como comércio internacional e turismo (Balmas, 2017).

Desse modo, Balmas (2017) analisa dois tipos de projeção do líder nacional para seu grupo (ou seja, a nação). A primeira aborda a projeção das características pessoais percebidas do líder sobre os cidadãos da sua nação. Segundo ela, supõe-se que participantes que leem um artigo positivo sobre um líder tendem a projetar essas características positivas nos cidadãos desse líder. Inversamente, um foco nas qualidades negativas do líder levaria os participantes a avaliar desfavoravelmente os cidadãos da nação desse líder.

Esse fenômeno baseia-se em teorias da psicologia social que indicam que a visão dos seres humanos sobre membros de grupos externos tende a ser reducionista e estereotipada, fazendo com que sejam vistos como "todos iguais" e semelhantes ao membro mais proeminente do grupo, que neste caso é o líder do país. Segundo a análise de sua pesquisa, os julgamentos das pessoas sobre os cidadãos de um país estrangeiro são moldados pelas características percebidas do seu líder (Balmas, 2017)

Dando um grande exemplo dessa pesquisa, é possível utilizar os conceitos de Balmas para entender como esse aspecto de liderança influencia diretamente na percepção estrangeira. Kershaw, (2008) descreve que a liderança de Adolf Hitler durante o período nazista deixou uma marca profundamente negativa na percepção global dos alemães como cúmplices de seu regime cruel no pós-segunda guerra. As atrocidades cometidas sob seu comando durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto levaram a uma associação entre os cidadãos alemães e o nazismo, crueldade e militarismo.

Embora a responsabilidade individual dos alemães variasse, a imagem de Hitler influenciou fortemente a percepção global dos alemães por décadas, e até hoje ainda é vista como um estigma social. Segundo Evans (2009), a Alemanha teve que se esforçar significativamente na reconstrução de sua imagem internacional através de processos como a desnazificação e a construção de uma democracia robusta na República Federal da Alemanha.

Pegando o exemplo alemão, Angela Merkel, como chanceler da Alemanha, era amplamente respeitada por sua abordagem calma e pragmática em relação à política e crises internacionais. Dessa forma, Merkel foi frequentemente vista como a líder de facto da União Europeia e sua liderança durante a crise financeira europeia e a crise migratória de 2015 consolidou a imagem dos alemães como disciplinados, organizados e compassivos. A postura firme e conciliadora de Merkel influenciou a percepção de que os cidadãos alemães compartilham dessas qualidades (Paterson, 2010)

Seguindo com Balmas (2017), o próximo aspecto investigado por ela é a projeção emocional, ou seja, uma relação causal entre o tom afetivo do conteúdo noticioso em jornais e meios de comunicação sobre um líder nacional e a percepção emocional dos participantes sobre a nação desse líder como um todo. Seus resultados mostraram que uma descrição positiva de um líder nacional leva os participantes a expressar sentimentos positivos e alto respeito pela nação do líder, enquanto uma descrição negativa provoca sentimentos negativos e baixo respeito.

Paralelamente, Ingenhoff e Klein (2018) realizaram um estudo para entender essa percepção estrangeira entre nações, bem como o papel da liderança nesse aspecto. Na pesquisa elas empregaram uma análise estatística prática, utilizando um desenho experimental fatorial 2x3 com cidadãos suíços e alemães. Dessa forma, para o experimento, os países Dinamarca e Suécia foram escolhidos, cada um representado por um líder político fictício, para controlar as percepções pré-existentes dos participantes. Ambos os países foram selecionados devido à sua similaridade estrutural e ao fato de serem menos conhecidos pelos europeus continentais. A

escolha de líderes políticos fictícios evitou possíveis viesés e confusões que poderiam surgir com o conhecimento prévio dos participantes sobre a imagem real dos líderes políticos.

Os resultados do experimento de Ingenhoff e Klein indicaram que a imagem de um líder político tem uma influência direta sobre a imagem de seu país. Alguns atributos se mostraram mais significativos do que outros, sendo a integridade do líder político o fator de maior impacto na percepção da imagem do Estado no exterior, seguida pela competência e carisma. Além disso, foram observadas diferenças na percepção entre líderes masculinos e femininos.

Embora o estudo tenha sido conduzido com rigor, algumas limitações foram identificadas, como a inter-relação das dimensões de caráter e o método experimental adotado. No entanto, ele contribui de forma significativa para o entendimento da influência do líder político na imagem nacional, destacando a importância de considerar os traços de caráter do líder ao implementar estratégias de diplomacia pública e campanhas de comunicação para promover uma imagem favorável do país (Ingenhoff e Klein, 2018).

Yoo e Jin (2015) realizaram um estudo que investigou o impacto das imagens dos principais líderes chineses na reputação da China entre os residentes da Coreia do Sul, país com laços próximos com a China. Foram selecionados para análise o atual presidente Xi Jinping e o ex-presidente Hu Jintao. Segundo o estudo, os resultados indicaram um declínio estatisticamente significativo na reputação percebida da China após a exposição às imagens desses líderes, contrastando com pesquisas sobre os efeitos das celebridades, onde geralmente se observa um impacto positivo nas organizações associadas.

Yoo e Jin (2015) descrevem seu estudo como extremamente importante por não ter uma abordagem ocidental, ampliando o debate acadêmico. Uma de suas descobertas mais importantes é que a reputação percebida da China diminuiu significativamente após a exposição a imagens de líderes políticos chineses, contradizendo estudos anteriores que indicavam um impacto positivo das celebridades nos desempenhos organizacionais. Esta discrepância pode ser explicada pela percepção dos sul-coreanos sobre líderes políticos em contextos socialistas e capitalistas, onde os líderes chineses podem ser vistos como ilegítimos comparados aos líderes democraticamente eleitos em países capitalistas.

Outra possível explicação é a influência da mídia capitalista sul-coreana, que retrata líderes chineses como autocráticos e militarmente poderosos, e sentimentos históricos negativos em relação à China, exacerbados pelo apoio contínuo da China à Coreia do Norte. Além disso, não foram encontradas diferenças significativas entre as percepções dos líderes Xi

Jinping e Hu Jintao, sugerindo que características pessoais não têm grande efeito nas percepções sul-coreanas (Yoo e Jin, 2015).

Adicionalmente, a atratividade percebida dos líderes foi menos relevante do que sua expertise na formação de visões negativas sobre a China, refletindo a outros estudos que eles compararam em sua análise. Estas descobertas sugerem que estudos sobre reputação nacional, predominantemente centrados no Ocidente, podem produzir resultados diferentes em contextos políticos, sociais e culturais variados. Para as autoridades governamentais chinesas, as implicações práticas incluem a necessidade de novas estratégias de gerenciamento de imagem e programas voltados para o Ocidente, visando projetar uma imagem mais positiva de seus líderes políticos (Yoo e Jin, 2015).

Dessa forma, os estudos de Yoo e Jin demonstraram que não necessariamente a imagem pessoal da liderança modifica sua percepção, mas o que ela representa no cenário político sim, como o caso da “não legitimidade” democrática dos presidentes chineses aos olhos sul-coreanos, vinculando a China como um país autoritário. Essa abordagem também é significativa pois vai além dos outros estudos de Balmas e Ingenhoff e Klein, demonstrando o aspecto político da liderança a imagem do país.

3. A PERCEPÇÃO ESTRANGEIRA DO BRASIL IMPÉRIO E ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Nesse capítulo serão abordados os aspectos centrais da política externa do Brasil Império através de uma análise que compreende a evolução dessa política exterior desde suas raízes no período colonial até as complexas interações com potências estrangeiras e vizinhos sul-americanos ao final do império. Também será explorado como as escolhas políticas internas, como a manutenção da monarquia e da escravidão, moldaram a imagem do Brasil no cenário internacional. Além disso, examina-se o uso do prestígio pessoal do Imperador Dom Pedro II como ferramenta diplomática, bem como sua própria estratégia em elevar o prestígio brasileiro, através da participação de arbitragens e congressos, influenciando as relações internacionais do Brasil no século XIX.

3.1. HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA IMPERIAL

A análise da Política Externa Imperial constitui um objeto de estudo de grande relevância para a presente monografia, dado que se encontra intrinsecamente vinculada ao contexto das viagens internacionais de Dom Pedro II e à sua política de prestígio. Nesse sentido, a investigação detalhada dessa política externa imperial, antes e durante o Segundo Reinado, revela-se essencial para fundamentar e enriquecer o desenvolvimento da pesquisa, a qual será explorada com maior profundidade nas próximas linhas.

De acordo com Cervo e Bueno e Bueno (2002), a Política Externa pode ser definida como o conjunto de ações e estratégias deliberadas que um Estado adota no âmbito internacional, com o intuito de proteger e promover seus interesses, bem como de atingir objetivos específicos no cenário global. Esse conjunto estratégico, condicionado pelos contextos históricos e pelas circunstâncias internas e externas, engloba o uso de uma ampla gama de instrumentos, como a diplomacia, alianças políticas e militares, e as negociações econômicas, visando à preservação e ao fortalecimento da posição do Estado no sistema internacional.

Não obstante, em determinadas situações, a Política Externa pode também recorrer à utilização de meios coercitivos, como a força militar, como recurso para a defesa dos interesses nacionais ou para a imposição de soluções favoráveis a seus propósitos. Assim, esse campo de atuação governamental reflete não apenas a interação do Estado com o ambiente internacional,

mas também a maneira como busca moldar e responder aos desafios, pressões e oportunidades que emergem no âmbito global, de acordo com suas prioridades e valores históricos, culturais e políticos (Cervo e Bueno e Bueno, 2002).

Posto isso, ao analisarmos a estruturação da política externa brasileira durante o período imperial, é evidente que muitos dos elementos que a moldaram são uma herança direta do antigo ex-soberano Império Português, como apontado por Cervo e Bueno (2002). Esses condicionamentos históricos, que remontam à era colonial, foram cruciais na formação das bases da política externa do Brasil independente, com as dinâmicas de poder, a estrutura social e as relações econômicas estabelecidas durante esse período servindo como pré-condições que viriam a influenciar e guiar a inserção do Brasil no sistema internacional (Cervo e Bueno, 2002).

Segundo Rubens Ricupero (2017), a "internalização da metrópole" durante os treze anos de presença da corte portuguesa no território brasileiro facilitou uma transição relativamente suave de poder após a independência, evitando grandes rupturas ou conflitos regionais, com a liderança de Dom Pedro I tendo sido crucial para conferir legitimidade ao processo, desencorajando resistências significativas por parte de setores leais à coroa portuguesa.

Em virtude disso, o Brasil foi poupado da fragmentação em múltiplos Estados, como ocorreu com as ex-colônias hispânicas, o que consolidou a unidade territorial e a centralização sob a Monarquia. Essa continuidade de poder, marcada pela ausência de secessões regionais e pela centralização administrativa através da transferência da corte para o Rio de Janeiro, evidenciam o "excepcionalismo brasileiro", com fatores externos exercendo um papel mais decisivo na formação das características definidoras da história brasileira do que os fatores internos (Ricupero, 2017).

Tratando-se dessa mudança governamental, em 1808, a transferência da corte portuguesa representou um divisor de águas na história colonial, ocorrendo em resposta à invasão das tropas napoleônicas em Portugal e levando a Família Real a buscar refúgio na então colônia Brasil. Tal decisão não apenas marcou o fim do Pacto Colonial, o regime de subordinação econômica entre colônia e metrópole, como também inaugurou uma nova fase na relação entre o Brasil e Portugal (Ricupero, 2017).

A chegada da corte trouxe consigo a abertura dos portos às nações amigas, decretada por Dom João VI, rompendo o monopólio comercial que restringia o Brasil ao comércio exclusivo com Portugal, permitindo o ingresso de outras potências. (Cervo e Bueno, 2002). A

assinatura dos Tratados de Aliança e Amizade de 1810 com a Inglaterra é um exemplo claro dessa transformação, vide que esses acordos consolidaram a posição britânica como o principal parceiro comercial do Brasil, em condições mais vantajosas do que as concedidas à própria metrópole portuguesa (Cervo e Bueno, 2002).

Além das transformações econômicas, Dom João VI implementou um conjunto abrangente de reformas administrativas, culturais e institucionais com o objetivo de consolidar a presença e a estabilidade da corte no Brasil, o que, por sua vez, contribuiu significativamente para a construção de uma identidade nacional brasileira e pavimentou o caminho para a independência (Lima, 2019). Dentre essas medidas, destacam-se a criação do Banco do Brasil, a fundação de academias e teatros, e a modernização da infraestrutura urbana, fatores que coletivamente transformaram o Brasil em um espaço que, embora ainda formalmente uma colônia, começava a exibir características de um centro político-administrativo autônomo (Lima, 2019).

No campo da política externa joanina, o período é marcado por ações como a invasão da Guiana Francesa, em meio aos conflitos napoleônicos, e a ocupação da Cisplatina, justificada por Dom João como medida defensiva em resposta aos conflitos na Argentina (Cervo e Bueno, 2002). Segundo Rubens Ricupero (2017), durante a guerra contra a Espanha Bonapartista, aliada de Napoleão, Buenos Aires e Montevidéu foram alvos de expedições britânicas em 1806 e 1807, ambas repelidas por milícias locais. Essas vitórias reforçaram o espírito de autonomia dos colonos e enfraqueceram ainda mais a autoridade espanhola na região, enquanto os britânicos, ao perceberem as dificuldades de conquista territorial dada a resistência local, redirecionaram seus esforços para assegurar a supremacia mercantil, promovendo o livre comércio sem os custos e riscos de ocupação direta.

Em contraste com essa política britânica, a estratégia portuguesa visou a conquista territorial, buscando estabelecer controle sobre a margem norte do Rio da Prata e a Banda Oriental como parte de um esforço para alcançar a fronteira "natural" no sul. A tentativa inicial de Portugal, a partir de 1808, incluiu uma proposta de união comercial e proteção ao Cabildo de Buenos Aires sob o pretexto da defesa contra a ameaça napoleônica, que foi prontamente rejeitada devido à sua natureza imperialista (Ricupero, 2017).

Posteriormente, a corte portuguesa tentou explorar os direitos dinásticos de Carlota Joaquina, esposa de Dom João VI, para legitimar suas ambições sobre as possessões espanholas nas Américas. Essas pretensões encontraram apoio limitado entre os platinos e geraram

incertezas até mesmo entre aliados britânicos, como o almirante Sidney Smith que não encorajou essas medidas (Ricupero, 2017).

Em vista disso, segundo Elizeu Sousa (2017), o processo de independência do Brasil se desenvolveu inicialmente da seguinte forma: em resposta à pressão do Congresso de Viena de 1815, Dom João VI elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com o advento da Revolução Liberal do Porto em 1820, Dom João retornou a Portugal, deixando seu filho, Dom Pedro, no Brasil. Entre 1822 e 1825, consolidou-se a permanência de Dom Pedro I no Brasil e o rompimento com as Cortes de Lisboa, culminando na declaração de independência sob o apoio de Maria Leopoldina e José Bonifácio. Esse ato marcou o início de uma intensa batalha diplomática para o jovem Estado brasileiro, que buscava seu reconhecimento como um Estado soberano no sistema internacional.

No que se segue adiante, Cervo e Bueno (2002) organiza o seu estudo da Política Externa Imperial em 4 fases distintas: 1) A independência e o alto preço do reconhecimento da nacionalidade (1822 – 1828); 2) A sociedade bloqueada e a espera pela formulação de um projeto de inserção internacional autônomo (1828 – 1844); 3) Prestígio, autonomia e a formulação de um projeto nacional (1844 – 1876); 4) O apogeu e a decadência (1876 – 1889).

Na primeira fase da política externa do Brasil, denominada “a independência e o alto preço do reconhecimento da nacionalidade (1822 – 1828)”, Dom Pedro I, filho de Dom João VI, permaneceu no Brasil como regente e liderou os processos de independência. Essa independência, frequentemente caracterizada como conservadora, preservou o modelo agroexportador colonial, a escravidão, as elites agrárias, a monarquia sob uma dinastia lusitana, e restringiu-se a garantir liberdade apenas no âmbito comercial (Ricupero, 2017). O jovem Estado brasileiro adotou um perfil similar ao da antiga metrópole portuguesa, mantendo princípios burocráticos, conservadores e monárquicos, além de firmar tratados que resultaram em submissão econômica e diplomática à Inglaterra (Cervo e Bueno, 2002).

Os primeiros passos da política externa do Império do Brasil em 1822 revelam a assinatura de uma série de tratados desiguais por Dom Pedro I na busca pelo reconhecimento da independência. As concessões feitas pelo Brasil em prol desse reconhecimento prejudicaram significativamente o comércio nacional, a navegação, as indústrias, os direitos dos cidadãos e a soberania, afetando diversos setores governamentais (Cervo e Bueno, 2002).

A Missão Stuart, liderada pelos britânicos em Portugal, pressionou Dom João VI a reconhecer a independência do Brasil, uma vez que Dom João inicialmente planejava conceder autonomia a Dom Pedro, seu herdeiro dinástico, e propôs uma união entre Portugal e Brasil

com um exército e setores administrativos unificados, proposta que foi desencorajada pela Inglaterra. Paralelamente, países como Áustria, França e Rússia expressaram suas condições e descontentamentos, alinhando-se favorável ou contrariamente às intenções britânicas (Calógeras, 2021).

A Áustria e a Rússia, ambas integrantes da Santa Aliança, mantiveram uma postura de não intervenção direta nos processos de independência da América Latina. No caso do Brasil, a Rússia propôs uma mediação coletiva que não prosperou, enquanto a Áustria preferiu concentrar-se na manutenção da ordem europeia, evitando envolvimento direto, o que, de certo modo, facilitou o reconhecimento da independência brasileira em moldes monárquicos (Cervo e Bueno, 2002).

Já a França, por exemplo, enviou o conde de Gestas ao Brasil, resultando no Tratado de 8 de janeiro de 1826. Que foi acompanhada por, Áustria, Prússia e as Cidades Hanseáticas, reconhecendo através de tratados a independência em 1827, com Dinamarca, Estados Unidos¹ e Países Baixos aderindo em 1828, consolidando o sistema de tratados internacionais com base no princípio da "nação mais favorecida", um padrão na política internacional do período (Cervo e Bueno, 2002).

No contexto das relações com os países sul-americanos, apesar das tentativas de integração continental promovidas por Simón Bolívar, como o Congresso do Panamá em 1826, a independência do Brasil seguiu um percurso relativamente isolado, sem envolvimento direto significativo de seus vizinhos: Grã-Colômbia, Peru e Chile foram algumas das nações com as quais o Brasil manteve contato diplomático. Em 1826, o representante colombiano Leandro Palácios foi acreditado no Rio de Janeiro, com a missão de negociar tratados de amizade, comércio e navegação, além de tentar mediar o conflito entre Brasil e Buenos Aires na região platina. No entanto, tais iniciativas resultaram em avanços limitados, devido às divergências doutrinárias sobre fronteiras e mediações, que dificultaram acordos substanciais (Cervo e Bueno, 2002).

De acordo com Cervo e Bueno (2002), a Missão Stuart mencionada anteriormente, enviada pela Inglaterra, operou sob instruções rígidas que exigiam que Portugal reconhecesse

¹O reconhecimento dos Estados Unidos foi motivado por interesses estratégicos e comerciais. Embora inicialmente hesitantes em razão da natureza monárquica do novo regime brasileiro, os EUA visavam desafiar a influência britânica e expandir seu comércio na América. O reconhecimento formal ocorreu em 1824, seguido pela assinatura do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio em 1828, consolidando as relações bilaterais entre os dois países (Cervo e Bueno, 2002).

a independência do Brasil por meio de um ato unilateral, além de aceitar o enviado britânico como plenipotenciário. Paralelamente, o Brasil deveria concordar com essa mediação para assegurar o reconhecimento por parte da Inglaterra, mantendo vigente o tratado de comércio de 1810 até sua renovação. Essa mediação britânica configurou uma porta de entrada para a ingerência inglesa nas relações do recém-independente Estado brasileiro, permitindo que a Inglaterra estabelecesse as diretrizes das relações bilaterais, como demonstrado nas negociações iniciadas em julho de 1825 no Rio de Janeiro, segundo as palavras de Cervo e Bueno:

No primeiro momento, fez o Brasil ceder quatro vezes, associando dom João ao título imperial, aceitando uma independência outorgada livremente por Portugal, prometendo não se unir a colônias portuguesas da África e pagando dois milhões de esterlinos pelo reconhecimento, mediante convenção secreta. Era, sem dúvida, uma excelente recompensa a Portugal, pelos benefícios da tradicional aliança, conquanto não viesse a Inglaterra a exigir logo recompensas para si, por mais esse serviço prestado. O tratado de 29 de agosto de 1825, pelo qual o Brasil obteve o reconhecimento português e normalizou suas relações com a ex-metrópole. Foi o primeiro fracasso formal da diplomacia brasileira: só trouxe benefícios a uma das partes, mesmo considerando o comércio bilateral, indispensável somente aos portugueses (Cervo e Bueno, 2002, p. 37 – 38).

Conforme Cervo e Bueno (2002), a herança portuguesa, ainda sob a supremacia inglesa, permaneceu evidente nas relações com o Brasil, especialmente com a reafirmação do Tratado de Amizade e Aliança de 1827. O Estado brasileiro, por outro lado, empenhou-se em romper os vínculos com Portugal através de diversas iniciativas, como a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, a expulsão das tropas portuguesas e a formação de um corpo diplomático independente. Essas medidas contribuíram para a ruptura dos laços políticos e jurídicos entre os dois países, com um exemplo notável dessa desvinculação sendo o fato de que as colônias portuguesas passaram a manter relações econômicas mais intensas com o Brasil do que com a antiga metrópole. Ademais, o perfil autoritário do nascente Império Brasileiro, sob o governo de Dom Pedro I, fomentou a eclosão de revoltas no Nordeste e de distúrbios políticos no cenário interno.

Ricupero (2017) ressalta que o Tratado de Paz e Aliança, que oficializou o reconhecimento da independência do Brasil, estabelecia no artigo III que “Sua Majestade Imperial promete não aceitar as proposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil”. Essa cláusula visava, em especial, Angola, cujos interesses econômicos estavam mais alinhados com o Brasil do que com Portugal naquele período. Tal conexão é ilustrada pela eleição de dois deputados angolanos para as Cortes portuguesas,

incluindo Eusébio de Queiroz Coutinho da Silva, pai do futuro político brasileiro de mesmo nome, responsável pela abolição definitiva do tráfico de escravos em 1850.

O tratado que previa a abolição do tráfico de escravos a partir de 1830 enfrentou grande impopularidade e gerou indignação na Assembleia Geral, mas a resistência foi infrutífera, uma vez que a Constituição de 1824 conferia ao imperador o poder exclusivo de celebrar tratados internacionais. Apesar da sua promulgação, o acordo não obteve os resultados esperados, como corretamente previsto pelo negociador Gordon, que antecipou que o tráfico aumentaria significativamente nos anos subsequentes, com a permissão tácita das autoridades brasileiras para que ele continuasse de forma clandestina (Ricupero, 2017).

De acordo com os dados apresentados por Ricupero (2017), estima-se que, após 1830, mais de meio milhão de escravos foram introduzidos ilegalmente no Brasil, totalizando mais de um milhão de escravos trazidos ao país entre 1800 e 1830, metade dos quais de maneira ilícita.

Durante o período da independência, o ideário do “americanismo” também emergiu, ainda que de maneira tênue, como uma proposta para a política externa brasileira. Em seus primórdios, entre 1822 e 1823, José Bonifácio defendeu a independência com base na ideia de unidade continental e na proximidade com o sistema americano liberal (Cervo e Bueno, 2002). Apesar de iniciativas como a busca de alianças com o Prata em 1822, os Estados Unidos em 1824, e a tarifa equalizadora de 1828, o americanismo brasileiro falhou em consolidar-se devido à concorrência com o bolivarismo e o monroísmo. Esse fracasso, segundo Cervo e Bueno (2002), foi generalizado, com Brasil, Estados Unidos e Argentina não participando do Congresso do Panamá por exemplo.

Os conflitos na região do Prata, originados pela histórica rivalidade entre Portugal e Espanha, passaram a envolver o Brasil e a Argentina após a incorporação da Província Cisplatina ao Império do Brasil, processo iniciado anteriormente por Dom João. Em 1825, em resposta à declaração de independência do Uruguai, Buenos Aires procedeu à anexação da Cisplatina, o que levou Dom Pedro I a reagir por meio da deflagração de guerra (Cervo e Bueno, 2002).

Explicando as origens desse conflito, Ricupero (2017) destaca que, entre a chegada da família real ao Brasil e a abdicação de Dom Pedro I, as questões internacionais do país estavam amplamente ligadas à assimetria de poder em relação à Grã-Bretanha, continuamente a desigualdade entre os dois países permitiu que a preponderância inglesa atingisse seu auge no Brasil nesse período, embora começasse a declinar após 1827. Tal relacionamento poderia ter

evoluído de forma mais construtiva, mas a anexação da Banda Oriental como Província Cisplatina criou tensões com Buenos Aires, que considerava a região parte integral do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Com a ascensão de Bernardino Rivadavia na Argentina e o florescimento econômico de Buenos Aires, a guerra pela posse da Banda Oriental se intensificou em 1825, com a invasão liderada por Juan Antonio Lavalleja.

No que diz respeito a esse conflito, a logística de guerra favorecia Buenos Aires, dada sua proximidade com a Banda Oriental, enquanto as forças imperiais brasileiras sofriam com derrotas em terra, como a batalha de Ituzaingó. A guerra não só teve consequências militares como também impactou economicamente as duas nações, especialmente com o bloqueio do porto de Buenos Aires pelo Brasil e sua superioridade bélica naval, levando a guerra a um impasse entre a supremacia terrestre argentina e a supremacia naval brasileira (Ricupero, 2017).

Esse bloqueio prejudicou tanto o comércio argentino quanto os interesses britânicos, o que levou George Canning a buscar uma solução para o conflito. Dessa forma, a guerra terminou com a mediação da Inglaterra e a assinatura da Convenção Preliminar de Paz em 1828, que resultou na independência da Banda Oriental, agora a República Oriental do Uruguai, como um “Estado tampão” entre as duas nações conflituosas (Ricupero, 2017).

Como pode-se notar, no decorrer do século XIX, as relações de poder na América do Sul eram amplamente influenciadas pela hegemonia europeia, com a Inglaterra exercendo papel central em conflitos que, à primeira vista, pareceriam ser de natureza local. A interferência da Grã-Bretanha no Uruguai é apenas um pequeno exemplo de como, ainda que independentes, os Estados sul-americanos estavam sob uma esfera de influência imperialista europeia, que intervinham da maneira que achassem necessário para manter seus próprios interesses nacionais (Ricupero, 2017).

Cabe ressaltar que a guerra da cisplatina também inspirou tentativas de coligações hispano-americanas contra o Brasil, com Simón Bolívar inicialmente desconfiado de um possível alinhamento do Império com a Santa Aliança para reconquistar as antigas colônias espanholas. Entretanto, a prudência prevaleceu entre Bolívar e seus aliados especialmente após a Inglaterra solicitar que as nações hispano-americanas não intervissem no conflito entre o Brasil e a Argentina (Ricupero, 2017).

Além disso, Ricupero (2017) menciona que, durante a crise da Cisplatina, o Brasil foi convidado a participar do Congresso Anfictiônico do Panamá, idealizado por Bolívar, mas o representante imperial nunca chegou ao seu destino, como já mencionado, refletindo o

isolamento relativo do Brasil em relação às nações hispano-americanas recém-independentes, com exceção das complexas relações com o Rio da Prata.

É possível concluir que todos esses aspectos mencionados mostram um início difícil para uma nação recém posta no sistema mundial. Segundo Cervo e Bueno (2002) as decisões do jovem Estado Brasileiro consolidaram, a priori, um visível reconhecimento da nacionalidade brasileira de forma legítima, mesmo que o preço pago tenha sido excessivamente maior, levando Dom Pedro I a impopularidade dentro do governo, e posteriormente ao período regencial que só viria acabar com o golpe da maioria.

O recém-estabelecido Império do Brasil demonstrou-se como um Estado intervencionista e agressivo em relação aos seus vizinhos regionais. A falência do ideário americanista, a celebração de tratados desiguais e as dificuldades nas negociações internacionais evidenciam uma política externa marcada pela lentidão e pela inexperiência em lidar com as complexidades das relações internacionais. Ademais, sua estrutura socioeconômica permaneceu alinhada aos moldes da antiga colônia, caracterizada pelo conservadorismo e pela dependência do modelo agroexportador, mantendo uma administração similar à do Estado português, além de uma contínua submissão à Inglaterra.

A segunda fase da política externa do Brasil imperial “a sociedade bloqueada e a espera pela formulação de um projeto de inserção internacional autônomo (1828 – 1844)” caracteriza-se por uma série de eventos que refletem tanto a impopularidade de Dom Pedro I quanto as dificuldades enfrentadas pelo Império em consolidar sua posição internacional. Dom Pedro I, já desgastado politicamente no cenário interno devido ao seu autoritarismo e à série de tratados desiguais firmados com potências estrangeiras, enfrentou ainda mais descrédito por causa dos altos custos da Guerra da Cisplatina (1825-1828). O armistício da guerra, seguida pela independência da República Oriental do Uruguai, somou-se ao cenário de insatisfação interna, agravando a percepção negativa de seu governo. Esse desgaste culminaria na sua abdicação em 1831, marcando o início do período regencial, uma fase tumultuada em que a integridade territorial do Brasil foi constantemente ameaçada por revoltas e insurgências regionais, como a Cabanagem, a Balaiada e a Revolta dos Farrapos (Cervo e Bueno, 2002).

Durante o período regencial, a política externa brasileira permaneceu limitada, com as atenções voltadas para a preservação da unidade nacional e a contenção das revoltas internas. A incapacidade de projetar poder de forma assertiva no cenário internacional levou o governo regencial a adotar uma postura de neutralidade no Rio da Prata, em contraste com as intervenções mais agressivas de Dom Pedro I. As principais preocupações da diplomacia

brasileira concentravam-se, portanto, na manutenção da integridade do Império, evitando envolvimento direto em conflitos externos que pudessem comprometer ainda mais a frágil estabilidade interna (Cervo e Bueno, 2002).

Ricupero (2017) destaca que, durante o período das rebeliões da Regência, o Brasil Imperial, apesar das dificuldades enfrentadas, jamais perdeu totalmente o controle de suas províncias. Em contraste, a situação na Argentina era marcada pela fragmentação política e pela autonomia quase total de líderes regionais. Segundo o autor, Justo José de Urquiza, em Entre Rios, Juan Facundo Quiroga, em La Rioja, Estanislao López, em Santa Fé e Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires governavam suas regiões com uma independência que assemelhava suas províncias a Estados independentes.

As dificuldades de consolidar uma identidade nacional e uma estrutura política centralizada na Argentina seria aproveitado futuramente pelo Império Brasileiro com suas novas intervenções no Prata. Curiosamente, a própria trajetória de nomes do país argentino torna-se reflexo dessa instabilidade, que passou de "Províncias Unidas del Río de la Plata" (1810), para "Províncias Unidas en Sud America" no Congresso de Tucumán (1816), até se tornar "Confederação Argentina" nos anos 1830, antes de adotar o nome definitivo de "República Argentina" (Ricupero, 2017).

Contudo, essa postura conservadora começaria a mudar com a ascensão de Dom Pedro II ao trono, em 1840, por meio do Golpe da Maioridade. Com apenas 15 anos, Dom Pedro II assumiu o trono em um momento crucial, mas diferentemente de seu pai, conseguiria desenvolver uma política externa de maior sucesso e estabilidade. Uma das primeiras grandes medidas que marcaram sua gestão foi a promulgação das Tarifa Alves Branco em 1844, que de caráter essencialmente protecionista visava fomentar a industrialização e o mercado interno brasileiro, impondo elevadas taxas sobre produtos importados e criando condições mais favoráveis para o desenvolvimento da economia nacional (Cervo e Bueno, 2002).

A política protecionista implementada por meio das tarifas, no entanto, não foi bem recebida pela Grã-Bretanha, que até então gozava de um status privilegiado nas relações comerciais com o Brasil. As medidas de proteção ao mercado interno, ao elevar as taxas de importação de produtos britânicos, feriram os interesses comerciais da principal potência industrial do século XIX, levando a um acirramento nas relações diplomáticas entre os dois países, o que eventualmente culminaria na chamada "Questão Christie" na década seguinte, quando tensões envolvendo a Grã-Bretanha atingiram seu ápice (Cervo e Bueno, 2002).

Entretanto, as Tarifas Alves Branco evidenciaram um claro marco de mudança na política externa brasileira, que, sob a liderança de Dom Pedro II, passou a buscar uma maior autonomia econômica, independência frente aos eixos centrais e uma política externa mais assertiva, capaz de equilibrar as demandas internas por desenvolvimento e as pressões externas exercidas pelas grandes potências. A partir desse ponto, o Brasil começaria a construir um perfil mais independente no cenário internacional, sem, no entanto, perder de vista as dinâmicas de poder que continuavam a influenciar suas relações com os países europeus e, especialmente, com a Grã-Bretanha.

A terceira fase da política externa do Império Brasileiro “Prestígio, autonomia e a formulação de um projeto nacional (1844 – 1876)”²; é caracterizada pelo reinado de Dom Pedro II e pelo esforço em estabilizar internamente o país, ao custo de uma crescente instabilidade externa. Durante este período, o Brasil buscou aumentar seu prestígio internacional, abandonando a política de neutralidade em favor de uma atuação intervencionista, especialmente na região do Prata. O objetivo era claro: projetar e consolidar a influência do Império na América do Sul (Cervo e Bueno, 2002).

Essa fase tem início com a implementação das Tarifas Alves Branco, em 1844, e se encerra em 1876, com a retirada das últimas tropas brasileiras do território paraguaio. Nesse intervalo, a diplomacia brasileira também ganhou destaque, com questões cruciais sendo resolvidas de maneira bilateral, consolidando as fronteiras nacionais por meio de tratados baseados no princípio do *uti possidetis*², em oposição às antigas demarcações coloniais (Cervo e Bueno, 2002).

De acordo com Bazuchi (2016), as grandes distâncias e as barreiras naturais impostas pela Floresta Amazônica e pelos Andes dificultaram a circulação terrestre entre o Brasil e outros países da América do Sul, resultando em um relacionamento muito limitado com seus vizinhos. A estratégia diplomática adotada pelo Brasil focou em acordos de definição de fronteiras, com o objetivo de neutralizar as preocupações sobre o expansionismo herdado do período colonial. Essas negociações ocorreram gradualmente, conforme os países vizinhos se mostraram dispostos a abrir canais de comunicação, como a Grã-Colômbia em 1826, Bolívia em 1835 e Peru em 1841. Embora não tenham sido firmados tratados definitivos nesse período,

² O princípio do *uti possidetis* se refere ao direito pelo qual as partes em um conflito mantêm a posse do território ocupado no momento da cessação das hostilidades, estabelecendo as fronteiras conforme as ocupações pré-existentes. O conceito tem raízes no direito romano e foi amplamente utilizado na América Latina após a descolonização, para evitar disputas territoriais entre os novos Estados independentes (Lima, 2017).

as fronteiras começaram a ser delineadas, baseando-se no princípio do "uti possidetis" de 1822, como mencionado anteriormente.

A relação com a Bolívia foi particularmente relevante, com o país chegando a doar terras à esquerda do Rio Paraguai na década de 1830. No entanto, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a Bolívia pressionou o Brasil a assinar um acordo de fronteiras definitivo, sem os devidos reconhecimentos na região amazônica, o que posteriormente levou aos conflitos no Acre (Bazuchi, 2016).

Outro eixo da atuação diplomática brasileira foi evitar a criação de um sentimento de solidariedade hispânica que pudesse ameaçar a segurança do país. Esse receio foi evidente durante a Guerra contra Rosas e mais significativamente durante a Guerra da Tríplice Aliança, quando o Peru chegou a romper temporariamente relações com o Brasil. Além disso, ocorreram alguns incidentes com o Peru envolvendo a navegação de navios de guerra pelo Rio Amazonas (Bazuchi, 2016).

A questão amazônica reveste-se de grande importância histórica, pois o Império Brasileiro enfrentou significativas pressões externas, especialmente no que se refere à abertura da Amazônia para a navegação internacional, sob a égide da Doutrina Monroe e das ambições imperialistas dos Estados Unidos, que buscavam essa abertura em virtude do mercado da borracha. O Brasil, ciente das implicações dessa demanda, avaliou com cautela não apenas os planos norte-americanos para a ocupação das terras amazônicas, mas também a possível perda de sua soberania nacional (Cervo e Bueno, 2002).

Para contrabalançar essas demandas, o Brasil, sob auspício do Barão de Mauá, estabeleceu uma companhia nacional de navegação e adotou uma estratégia de adiamento, apresentando promessas vagas ao representante norte-americano, Trousdale, na tentativa de ganhar tempo para avaliar todas as possibilidades. Paralelamente, buscou apoio de outras nações latino-americanas para resistir à pressão imperialista dos Estados Unidos (Cervo e Bueno, 2002).

Conforme destacado por Cervo e Bueno (2002), as relações entre Brasil e Estados Unidos, embora por vezes tensas devido a posturas de certos agentes, deveriam ser fundamentadas em uma cooperação de alto nível, considerando os interesses comuns entre ambas as nações. O comércio bilateral era o maior do continente e mutuamente vantajoso, além de que aliança entre Brasil e Estados Unidos contribuía para o equilíbrio de poder entre Europa e América, uma meta externa compartilhada.

Assim, para Cervo e Bueno (2002), as duas grandes nações do continente tinham ciência que deveriam manter boas relações estratégicas, superando conflitos ocasionais. Dois fatores que contribuíram para a diminuição da pressão norte-americana a partir de 1855 foram a aproximação da Guerra Civil nos EUA e a crescente defesa da Amazônia por parte dos brasileiros, que contestavam as ideias norte-americanas e a proposta da "República Amazônica".

O jogo diplomático relacionado à navegação no Amazonas passou por três fases distintas. Inicialmente, a resistência brasileira em ceder às pressões internacionais intensificou o perigo da situação, com alguns países latino-americanos inclinados a apoiar os Estados Unidos. No entanto, a estratégia diplomática brasileira foi bem-sucedida, trazendo o conflito de volta à esfera bilateral, evitando novamente que ficasse "cercado" por países com interesses distintos, uma vez que diante do risco de influência imperialista externa, para o Brasil, negociar não implicava ceder (Cervo e Bueno, 2002).

A partir de 1860, a corrente liberal começou a prevalecer no Brasil, defendendo a abertura do Amazonas em nome do progresso e da civilização. Propostas de integração regional, como a de Pimenta Bueno, buscavam resolver questões de navegação e fronteiras com os países da Bacia Amazônica. Embora nenhuma dessas propostas tenha avançado significativamente, em 1866 o governo brasileiro decretou finalmente a abertura incondicional da navegação no Amazonas, excetuando os navios de guerra (Cervo e Bueno, 2002).

Cervo e Bueno (2002) ressaltam que a política brasileira foi firme e calculada, adiando a abertura até que se tornasse seguro. A manutenção do fechamento do Amazonas até a eliminação do risco de dominação externa não configurava uma medida mesquinha ou irresponsável, a exemplo de como os Estados Unidos anexaram o Texas do México, mas uma decisão estratégica, fundamentada em lições de conflitos passados. Assim, a crise culminou na abertura unilateral em 1866, em um momento oportuno para o Brasil, que se encontrava imerso na Guerra do Paraguai, representando um importante marco na diplomacia brasileira.

Para além da questão amazônica, um dos episódios diplomáticos de maior relevância durante o período foi a chamada "Questão Christie", que culminou no rompimento temporário das relações entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha. Segundo Youssef (2019), o conflito teve origem em dois incidentes distintos: a apreensão de cinco navios mercantes brasileiros pela marinha britânica e o tratamento violento dispensado a marinheiros britânicos no Rio de Janeiro, após o saque de uma carga oriunda de um naufrágio nas costas brasileiras. A Grã-

Bretanha, liderada pelo então embaixador William Dougal Christie, exigiu reparações do governo brasileiro, considerando o episódio como uma afronta à dignidade nacional britânica.

Apesar de o imperador Dom Pedro II ter concordado, inicialmente, com o pagamento de uma indenização para evitar um agravamento da situação, o Brasil buscou uma solução diplomática mais sólida, submetendo a questão à arbitragem internacional. O rei Leopoldo II da Bélgica foi escolhido como árbitro, e sua decisão final favoreceu o Brasil, considerando que as exigências britânicas eram desproporcionais aos incidentes ocorridos. Com o veredito, a Grã-Bretanha foi obrigada a se retratar formalmente, emitindo um pedido oficial de desculpas ao Império brasileiro (Youssef, 2019).

Esse desfecho representou uma vitória significativa para a diplomacia brasileira, reafirmando sua soberania e capacidade de negociar em pé de igualdade com uma das principais potências mundiais da época. O sucesso do Brasil em resolver a questão por vias pacíficas e legais, sem recorrer a confrontos diretos e sob liderança de Dom Pedro II, destacou-se como um marco na política exterior, fortalecendo sua imagem internacional e prestígio.

No tocante à região do Prata durante essa fase, a intervenção brasileira foi decisiva e se deu por meio do uso da força para garantir suas ambições geopolíticas. Essa mudança de postura se materializou com a Guerra contra Oribe, no Uruguai, e Rosas, na Argentina, em 1851. Oribe e Rosas haviam buscado unificar os dois países, uma iniciativa que ameaçava não apenas o Brasil, mas também o Paraguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. O conflito foi rapidamente resolvido com a intervenção das tropas brasileiras, que removeram ambos os líderes do poder, realinhando os interesses políticos da região em favor do Brasil (Cervo e Bueno, 2002).

A política intervencionista brasileira voltou a ganhar destaque em 1864, com a intervenção na Guerra Civil Uruguaia, envolvendo os partidos Blancos e Colorados. O Império Brasileiro, ao depor o então presidente Aguirre, representante dos Blancos, e apoiar Venâncio Flores, líder do Partido Colorado, conseguiu consolidar sua influência política sobre o Uruguai. Todavia, essa intervenção teve repercussões mais amplas, desencadeando o maior conflito da América do Sul: a Guerra do Paraguai (Cervo e Bueno, 2002).

Após a derrota dos Blancos em 1864, Solano López, governante do Paraguai, temendo que o Brasil e a Argentina pudessem invadir seu país, decidiu lançar uma ofensiva militar contra o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Motivado por ambições expansionistas, López almejava a criação de um "Paraguai Maior", unificando o Paraguai, os Blancos uruguaiois e as províncias dissidentes da Argentina. No entanto, sua estratégia expansionista fracassou,

resultando na formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Uruguai e Argentina, que se opôs ao Paraguai (Ricupero, 2017).

O conflito logo se transferiu para o território paraguaio, onde ocorreram batalhas decisivas, como a Batalha do Riachuelo, em que a marinha paraguaia foi destruída pela frota brasileira, e a Batalha de Tuiuti, a maior travada em solo sul-americano. Apesar desses grandes sucessos, a Tríplice Aliança sofreu uma grave derrota na Batalha de Curupaiti, o que levou à nomeação do Duque de Caxias como comandante das tropas brasileiras. Sob sua liderança, o exército brasileiro foi reorganizado e profissionalizado, culminando na vitória final da Aliança, na morte de Solano López e na rendição da fortaleza de Humaitá (Cervo e Bueno, 2002).

O desfecho da Guerra do Paraguai, com a retirada das últimas tropas brasileiras do Paraguai em 1876, marcou o fim de uma fase importante da política externa brasileira. Esse período consolidou a posição do Brasil como uma potência regional, com o Império Brasileiro atingindo seu ápice de projeção de poder ao sul na Bacia do Prata, estabelecendo um novo paradigma diplomático e militar para o país no cenário internacional. Além disso, Dom Pedro II passou a utilizar sua “política de prestígio” no âmbito internacional como forma de ressaltar o Brasil no sistema internacional, tal política será explicada mais a frente em um subtópico próprio, dada sua importância para o objeto dessa monografia.

Por fim, a quarta e última fase da Política Externa Imperial “O apogeu e a decadência (1876 – 1889)” se inicia com a retirada das últimas tropas brasileiras do Paraguai em 1876. Cervo e Bueno (2002) argumenta que a política externa brasileira, entre o término da Guerra do Paraguai e a queda da monarquia em 1889, foi marcada por duas tendências principais: a distensão externa e o universalismo. A distensão, promovida pelo Estado, era uma resposta aos desafios internos e externos resultantes do conflito. Por um lado, buscava-se reduzir tensões e evitar novos atritos, especialmente com a Inglaterra e nas fronteiras, além de manter relações pacíficas com a Argentina, evitando o risco de uma nova guerra.

Ao mesmo tempo, a política externa procurava expandir a presença do Brasil no cenário internacional, com o Imperador participando de eventos globais, o envolvimento em congressos e arbitramentos internacionais, e o estabelecimento de relações com o Oriente. Essas tendências refletiam a necessidade de introspecção para lidar com questões internas, como a abolição da escravatura e a reorganização do Estado, mas também a urgência de adaptação ao cenário internacional em rápida transformação, com o crescimento do imperialismo europeu e novas rivalidades econômicas globais (Cervo e Bueno, 2002).

Cervo e Bueno (2002) ressalta que, ao contrário de muitos países, nessa fase o Brasil não adotou uma postura imperialista agressiva, exemplificado pela falta de ações para resgatar as dívidas uruguaias, o que demonstra a limitação de seu "imperialismo". Ao não socorrer o empresário Mauá em seus momentos de dificuldade, o governo brasileiro contribuiu para sua falência internacional, favorecendo, por outro lado, o retorno de investimentos britânicos, ajustados às regras vigentes

O Brasil também enfrentou questões pendentes em relação às dívidas de guerra do Paraguai, que, conforme os convênios de 1872, incluíam dívidas públicas e privadas. No entanto, o Paraguai encontrava-se em tal estado de debilidade econômica que sequer conseguia converter em apólices as indenizações devidas. Um pequeno grupo parlamentar brasileiro pressionava o governo para tomar medidas mais enérgicas, comparando-se aos procedimentos britânicos no Egito. Porém, o ministro de Relações Exteriores, Barão de Cotegipe, resistiu a essa pressão, reafirmando a política brasileira de distensão e a rejeição de qualquer ação coercitiva, preferindo manter boas relações com o Paraguai (Cervo e Bueno, 2002)

Sobre as disputas de fronteira, Cervo e Bueno (2002) explica que, após os tratados com Uruguai, Peru, Venezuela, Bolívia e Paraguai, o ímpeto do governo imperial para solucionar as questões limítrofes pendentes diminuiu, postergando-as para o período republicano. O fracasso nas negociações com a Colômbia e a protelação das disputas com as Guianas Inglesa e Francesa indicam a relutância do Brasil em enfrentar novos atritos territoriais. Contudo, a questão de fronteira com a Argentina, especialmente na zona de Palmas, permaneceu uma fonte de tensão até seu arbitramento final em 1895, seguindo o princípio do *uti possidetis*.

Dessa forma, é possível ver uma política externa versátil e de sucesso do Brasil na aproximação com o Chile e a Bolívia. Através de tratados de limites, comércio e navegação, o Brasil procurou integrar esses países à sua esfera de influência. Durante a Guerra do Pacífico (1879-1883), o Brasil manteve sua neutralidade, sendo respeitado pelos contendores e participando das comissões arbitrais no pós-guerra, o que reforçou seu prestígio internacional. Essa política de aproximação com novos aliados contribuiu para o manejo das rivalidades tradicionais com a Argentina, trazendo-a à mesa de negociações e evitando confrontos diretos, uma postura que caracterizou a política externa brasileira no fim do Império (Cervo e Bueno, 2002).

Esse período é denominado "apogeu e decadência" justamente por representar tanto o auge quanto o declínio das políticas e intervenções realizadas pelo Brasil ao longo do Império. Segundo Cervo e Bueno (2002), caracteriza-se pela promulgação de importantes leis

abolicionistas, como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, culminando na abolição definitiva da escravidão em 1888, resultado da crescente pressão da Inglaterra sobre o país

Simultaneamente, essa fase foi caracterizada pela crescente insatisfação das forças armadas, que passaram a reivindicar melhorias nos salários, nos equipamentos e nas condições laborais. A administração interna de Dom Pedro II também enfrentava desafios cada vez mais significativos, especialmente em virtude das dívidas maciças contraídas durante a Guerra do Paraguai e do elevado número de baixas ao longo do conflito. Ademais, a insatisfação militar tornou-se mais evidente com as manifestações públicas de oficiais, que foram reprimidas por meio de detenções (Cervo e Bueno, 2002).

Nesse contexto, o cenário político nacional presenciava o fortalecimento das ideias liberais, particularmente aquelas advindas das elites cafeeiras paulistas, que pressionavam por transformações. Em uma tentativa de manter o controle político, Dom Pedro II propôs reformas inspiradas no republicanismo em 1888, as quais, no entanto, foram rejeitadas pelo parlamento. A crise se intensificou juntamente com a crescente insatisfação das elites com relação a abolição da escravidão, com a dissolução do parlamento e, finalmente, em 1889, o golpe de Deodoro da Fonseca depôs o imperador, encerrando o regime monárquico no Brasil. Esse episódio marcou o fim do Império, abrindo caminho para a proclamação da República (Cervo e Bueno, 2002).

Dessa maneira, conclui-se que a política exterior do Império, até 1831, apresentou um processo bastante limitado, influenciado pela herança portuguesa e pela aliança com a Inglaterra. Entretanto, a partir da Regência, o Brasil começou a desenvolver uma política externa autônoma, alinhada à crescente nacionalização do Estado, e essa trajetória se consolidou no início do Segundo Reinado (Cervo e Bueno, 2002).

Neste período, sob égide de Dom Pedro II, a política exterior adquiriu maior autonomia e racionalidade, sendo orientada por metas concretas do interesse nacional, as quais eram continuamente avaliadas e criticadas em diversas esferas do poder, como o Parlamento, o Conselho de Estado e o Gabinete. É importante ressaltar que a análise constante era essencial para garantir que as decisões fossem fundamentadas nas necessidades reais do país, e não apenas em pressões externas, como frequentemente ocorria. A consolidação das instituições internas foi crucial para assegurar a continuidade da política exterior, refletindo a estabilidade institucional que se desenvolvia nesse período (Cervo e Bueno, 2002).

De acordo com Cervo e Bueno (2002), a adesão ao sistema internacional do capitalismo industrial foi realizada sem a necessidade de impor compensações comerciais, dado que a

Europa não era, naquele momento, uma consumidora significativa dos produtos brasileiros de exportação. Isso proporcionou ao Brasil uma rara oportunidade de desenvolver sua produção interna e promover mudanças estruturais, especialmente por meio da diversificação econômica. Todavia, essa oportunidade foi subaproveitada, e o Estado cedeu às pressões externas, sacrificando o interesse nacional de maneira desnecessária, o que retardou o processo de modernização e industrialização.

Cervo e Bueno (2002) observa que a política externa do Império obteve êxito em preservar a autonomia do Brasil em questões de soberania e decisões estatais, especialmente no campo diplomático, mantendo uma rede de agentes altamente capacitados e preservando a dignidade da diplomacia. Contudo, a política de hegemonia regional no Prata constituiu um erro estratégico que, embora atendesse a determinados interesses econômicos e de segurança, consumiu recursos que poderiam ter sido utilizados de forma mais produtiva na superação da dependência estrutural do Brasil.

Em síntese, Cervo e Bueno (2002) destaca que, embora a política exterior do Império tivesse potencial para impulsionar o país rumo a uma verdadeira potência através do desenvolvimento material, acomodou-se a uma mediocridade relativa, em parte imposta pelo modelo escravista de produção. Mesmo com sucessos parciais em áreas como a defesa territorial e a manutenção da autonomia nas decisões estatais, a política exterior não conseguiu superar os desafios estruturais que limitavam o crescimento do Brasil a nível interno, industrial e social.

3.2. A IMAGEM BRASILEIRA NO SISTEMA INTERNACIONAL AOS OLHOS ESTRANGEIROS DO SÉCULO XIX

Neste tópico, abordaremos inicialmente o âmbito geral da imagem do Brasil no sistema internacional do século XIX, oferecendo uma visão ampla sobre como o país era percebido no cenário externo, sob auspício da obra “Quinhentos anos de periferia” do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (1999), uma referência ilustre para área de relações internacionais. No entanto, as percepções específicas de cada nação visitada, como por exemplo com o Império Otomano e o Império Brasileiro se relacionavam, serão analisadas posteriormente no capítulo dedicado às viagens de Dom Pedro II, à medida que suas interações com o imperador forem discutidas.

Durante o século XIX, o Brasil, recém-independente em 1822, passou a ser observado de maneira particular por potências estrangeiras, como evidenciado no histórico da política externa imperial, vide a busca pelo reconhecimento internacional e a série de tratados desiguais assinados. Desse modo, com quase um século de história imperial, a percepção internacional sobre o país foi moldada por fatores diversos ao longo das décadas, como a excepcionalidade da monarquia em uma América cercada de repúblicas, a economia agrária-exportadora, o tráfico de escravos, a propaganda e imprensa, e a geopolítica das Américas, especialmente em relação aos Estados Unidos, Grã Bretanha e o restante da Europa.

Segundo Guimarães (1999), a dinâmica internacional é frequentemente interpretada como um processo positivo, no qual a globalização e a interdependência levam ao progresso econômico, e benefícios materiais e espirituais para todos os países. Aqueles que não acompanham esse progresso, sendo esses o que ele denomina países da “periferia” do mundo, são considerados culpados por seu próprio fracasso, devido a suas características arcaicas ou incompetência.

É fundamental reconhecer que, embora o Brasil esteja inserido na periferia do sistema internacional, o país enfrenta desafios únicos que emergem tanto das desigualdades internas quanto das dinâmicas externas. A vulnerabilidade em relação às potências centrais impõe um dilema crítico: a necessidade de desenvolver estratégias eficazes que permitam superar essas fragilidades do Estado. A busca por uma maior integração nas estruturas hegemônicas de poder é imperativa, pois isso não apenas facilitaria um ambiente de cooperação e crescimento econômico, mas também reforçaria a estabilidade política e a integridade territorial. Por outro lado, Guimarães descreve que a inação pode conduzir à estagnação econômica, à instabilidade política e até à fragmentação territorial, comprometendo a soberania nacional e o bem-estar da população:

Os grandes Estados da periferia, e disso não escapa o Brasil, apresentam enormes disparidades de renda e de propriedade, de riqueza e de pobreza, de cultura e de barbárie. Apesar disso, em sua história recente, o Brasil, se comparado aos demais Estados periféricos, até recentemente apresentava um grau mais elevado de mobilidade social e espacial (Guimarães, 1999, p. 18).

Dessa forma, Guimarães observa que os grandes Estados periféricos apresentam uma enorme diversidade em termos de composição social, cultural e histórica, sendo que alguns, como a Índia, possuem civilizações milenares e profundas tradições culturais e religiosas, enquanto outros, como o Brasil e a Argentina, são sociedades ocidentais mais recentes, ainda

em formação e fortemente influenciadas por ideologias estrangeiras. Dito isso, essas sociedades periféricas, embora estejam sob constante impacto das ideias e costumes dos países centrais, permanecem isoladas entre si, com um conhecimento mútuo limitado, muitas vezes mediado pela visão das potências hegemônicas.

Furtado (2005) analisa em sua obra “Formação Econômica do Brasil” como, desde o período colonial até os anos vindouros de 1929, o Brasil se prostou como um país totalmente agrícola e não industrializado. Mostrando, através de seus estudos, que existiu um certo padrão que se estendeu por todos esses anos, fazendo o Estado Brasileiro ter uma política econômica plenamente agrária e voltada para exportação, o que, de certa forma, ainda continua como uma sombra mesmo nos dias de hoje.

Esses ciclos econômicos, seja do pau-brasil, o açúcar, algodão, a corrida pelo ouro e o café, são responsáveis também pela forma de como se estruturou a sociedade brasileira, com grandes senhores de terras latifundiários desde o sistema colonial. As consequências dos sistemas econômicos, socioculturais e raciais que levaram o Brasil a se tornar um país “periférico” aos outros Estados é descrito na obra do embaixador Guimarães (1999):

O Brasil é um grande Estado periférico que se distingue em especial por ser uma sociedade de origens plurirraciais, que passa desde seu início por processos de profunda miscigenação, na qual a origem étnica ou religiosa por si só não "classifica", e caracteriza-se pela presença de um idioma único e pela ausência de conflitos territoriais, tanto internos quanto externos (Guimarães, 1999, p. 18).

De acordo com o embaixador Guimarães (1999), a América Latina foi colonizada por potências europeias como Espanha e Portugal, que dominaram as populações locais e estabeleceram sistemas econômicos baseados no mercantilismo. Porém, apesar de serem influentes no século XVI, essas nações não conseguiram avançar no desenvolvimento capitalista devido a fatores como tratados desiguais, a exemplo do Tratado de Methuen com a Inglaterra, a resistência religiosa às ideias modernas e a exploração colonial. Consequentemente, isso impediu o crescimento econômico e industrial seja nas metrópoles, quanto nas colônias, criando estruturas coloniais baseadas em monopólios comerciais.

No caso do Brasil, após a independência, obtida de forma relativamente pacífica com alguns combates localizados, o país permaneceu dentro da esfera de influência britânica, uma relação que já havia sido estabelecida anteriormente por meio de Portugal. Isolado geograficamente de seus vizinhos latino-americanos por barreiras naturais e fronteiras pouco povoadas, o Brasil enfrentou rivalidades, especialmente ao sul, mas sempre dentro da

influência de grandes potências, como a Inglaterra e, mais tarde, os Estados Unidos (Guimarães, 1999).

Ricupero (2017) argumenta que, no Brasil, a estabilidade do regime monárquico-parlamentar gerou um sentimento de superioridade em relação às instáveis repúblicas sul-americanas. No entanto, tal superioridade não impediu que a monarquia brasileira fosse vista como um elemento anacrônico pelos demais países sul-americanos, destoando das repúblicas vizinhas, que, embora imperfeitas, estavam mais alinhadas com os ideais de progresso do século XIX, a exemplo da escravidão perpetuada em solo brasileiro, que era cada vez mais considerada um sinal de atraso frente à abolição que avançava nos demais países do continente, iniciando um processo de “isolamento” da imagem brasileira.

Nícia Villela Luz (1966) oferece uma análise profunda sobre as tensões diplomáticas enfrentadas pelo Brasil imperial, sobretudo no contexto das relações com as repúblicas hispano-americanas. Luz (1966) destaca que a constituição de uma monarquia no Brasil causou desconfiança entre seus vizinhos republicanos, especialmente devido às rivalidades históricas entre portugueses e espanhóis na região do Prata. Essas desconfianças foram amplamente exploradas por figuras como Juan Manuel de Rosas, que aproveitou o cenário para propagar a ideia de que o Brasil buscava “monarquizar” as repúblicas hispano-americanas. Tal retórica tinha o intuito de enfraquecer a imagem do Brasil na região, associando-o a intenções imperialistas.

Além disso, Luz argumenta que, embora o governo dos Estados Unidos mantivesse relações cordiais com o Brasil, a oposição à monarquia era explorada por grupos americanos com interesses na Amazônia. Um exemplo relevante disso foi o caso de Philo White, representante norte-americano no Equador, que, em 1854, emitiu uma nota oficial alertando sobre os perigos das monarquias na América Latina. Embora não mencionasse diretamente o Brasil, o contexto indicava que a nação brasileira estava no centro dessas preocupações (Luz, 1966)

A influência da política colonial portuguesa no Prata reforçou as suspeitas sobre as intenções do Brasil, com por exemplo, Monteagudo, ministro das relações exteriores do Peru, em referência ao Primeiro Reinado, que chegou a sugerir que o Brasil se prestaria a auxiliar as ambições da Santa Aliança contra as repúblicas latino-americanas, alimentando ainda mais a desconfiança. Bolívar, por sua vez, expressou preocupações semelhantes, o que explica, segundo Luz, a ausência do Brasil para o Congresso Panamericano organizado por ele (Luz, 1966).

Apesar dessas suposições, Luz (1966) observa que a política brasileira no Prata era frequentemente motivada por contingências locais e pela necessidade de manter o equilíbrio regional, e não pela intenção de interferir nos regimes políticos das nações vizinhas. Essa postura foi reafirmada em diversas ocasiões, como no manifesto do Príncipe Regente em 1822, redigido por Ledo, e mais tarde, durante o Segundo Reinado, quando Paulino Soares de Souza, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, enfatizou a política de não intervenção nas questões internas de outros países.

No entanto, Luz (1966) ressalta que, apesar dos esforços diplomáticos para manter uma postura não intervencionista e uma imagem pacífica, o Brasil permanecia isolado no cenário internacional, tanto na América quanto na Europa. Isso era percebido como um dos argumentos dos republicanos, que, em 1870, criticavam o regime monárquico como uma forma de governo que não inspirava simpatia nem adesão. O isolamento do Brasil, segundo a autora, foi um dos fatores que, combinado com questões internas como a abolição da escravidão e o avanço do federalismo, contribuiu para a queda da monarquia em 1889.

Segundo Lyra (1939), o imperador do Brasil, Dom Pedro II, pertencia a uma das linhagens mais prestigiadas da Europa, sendo filho e neto de reis e imperadores. Sob o ponto de vista monárquico, o Brasil oferecia a vantagem de ser o perpetuador desse princípio na América, uma vez que a ideia de uma monarquia na América era tratada, pelas cortes europeias, com curiosidade e pontos de conexão, representando uma vantagem do ponto de diálogo que o Imperador Pedro II poderia ter com os demais monarcas, muito vinculado a seu prestígio pessoal que será abordado no próximo subtópico.

Portanto, Luz (1966) descreve que a forma monárquica de governo no Brasil teve efeitos incontestáveis em suas relações exteriores, mas a monarquia não foi imposta por influências externas, resultando, sim, de uma dinâmica interna voltada à preservação da integridade territorial e da unidade nacional no contexto da independência. Contudo, com a destruição da ordem escravista e o surgimento de novas forças políticas, a monarquia brasileira perdeu sua capacidade de manter a coesão interna, abrindo caminho para a república.

Sant'Anna (2015) destaca ainda que a monarquia brasileira, tanto no âmbito interno quanto no cenário internacional, vinculava grande parte de sua propaganda à imagem de um Estado próspero e mais bem-sucedido em comparação aos seus vizinhos hispano-americanos, o que era recebido por grande estima dos países europeus a nível. Essa percepção estava fortemente associada à figura de Dom Pedro II como um estadista exemplar, algo que será discutido de forma mais detalhada no tópico seguinte.

A escravidão, notoriamente, teve grande impacto na imagem que o Brasil transmitia para o exterior durante o século XIX. De acordo com Skidmore (2009), os movimentos e pressões pela abolição da escravidão no Brasil já estavam presentes desde o início do século, com figuras como José Bonifácio defendendo a emancipação gradual. A abolição foi impulsionada principalmente pela influência externa, em especial pela Grã-Bretanha, que tinha fortes interesses econômicos e políticos em encerrar o comércio de escravos.

De acordo com Cervo e Bueno (2002), as relações entre o Brasil e a Inglaterra no que diz respeito à repressão ao tráfico de escravos foram divididas em duas fases distintas. A primeira fase, que se estendeu do período pós-Independência até 1845, foi marcada por uma cooperação limitada, com acordos que, apesar das tentativas de implementação, falharam em interromper o comércio de escravos. A partir de 1845, a relação entre os dois países entrou em um período de ruptura, com a Inglaterra adotando medidas unilaterais, muitas vezes caracterizadas pelo uso da força. Esse confronto, entretanto, não se mostrou eficaz até que, em 1850, o Brasil, por meio de uma decisão soberana, implementou ações próprias e bem-sucedidas para extinguir o tráfico, o que também resultou em efeitos duradouros no relacionamento bilateral.

Ainda segundo Cervo e Bueno (2002), a ruptura de 1845 foi um ponto de inflexão nas relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, haja visto que a pressão britânica se intensificou devido à insatisfação com a continuidade do tráfico de escravos e a percepção de ambiguidade por parte do governo brasileiro em relação ao cumprimento das leis antitráfico. As relações foram marcadas por protestos mútuos, pois enquanto o Brasil condenava os julgamentos considerados ilegítimos em Serra Leoa e os apresamentos de embarcações brasileiras, a Inglaterra demonstrava descontentamento com a falta de eficácia nas ações brasileiras para combater o tráfico. Esse cenário culminou na adoção de medidas unilaterais por parte da Inglaterra e em uma crescente hostilidade diplomática que perduraria por décadas, mesmo após a abolição do tráfico.

Portanto, apesar das iniciativas legislativas iniciais para combater o tráfico de escravos, a escravidão permaneceu uma realidade no Brasil até a promulgação da Lei Áurea em 1888, evidenciando a profunda dependência econômica do país no sistema escravista e a subordinação de sua política externa aos interesses britânicos, fatores que impactaram negativamente a imagem do Brasil no cenário internacional. As elites políticas e econômicas brasileiras temiam que a abolição abrupta pudesse desencadear o colapso da economia agrária, retardando o progresso nacional. Nesse contexto, leis gradativas como a Lei do Ventre Livre

(1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) foram adotadas como medidas paliativas para atenuar as pressões externas e internas, sem, no entanto, dismantelar integralmente o sistema econômico escravista que sustentava o país (Skidmore, 2009).

Um exemplo notório de como a escravidão influenciou negativamente a imagem do Brasil no exterior são os próprios comentários do cientista naturalista Charles Darwin em sua visita ao Brasil. De acordo com Fernande e Moraes (2008), embora Darwin não tenha destacado a condição dos cativos no mercado de escravos, os maus tratos que eles sofriam não passaram despercebidos por ele. Um episódio, no qual um escravo demonstrou medo de ser punido por uma atitude de Darwin, o fez sentir vergonha e condenar tais abusos. Ao retornar à Inglaterra, Darwin mencionou ter ouvido gemidos em Recife que indicavam um escravo sendo torturado, e relembrou outras situações de crueldade que o impactaram profundamente, especialmente em relação aos escravos no Rio de Janeiro. Obviamente que, sendo Darwin uma figura ilustre no meio científico, os comentários do naturalista não passaram despercebidos ao redor do globo.

Curiosamente, Charles Darwin também reconheceu, no entanto, através de cartas, a singularidade de Dom Pedro II como um líder progressista, que visava a abolição da escravidão (Lyra, 1939), o que notoriamente mostra como a monarquia, de forma constitucional, simbolizava também uma verdadeira luta política interna entre aqueles que desejavam manter os privilégios agrários escravistas, e Dom Pedro II que temia que uma ruptura abrupta da escravidão leva-se a uma guerra civil, semelhante a guerra de secessão americana igualmente vinculada ao caráter abolicionista, escolhendo assim pelo gradualismo da passagem de leis antiescravidão (Chalhoub, 1990)

Ainda nesse tema, Lenzi (2019) destaca a vida do fotógrafo açoriano José Christiano de Freitas Henriques Júnior, que se tornou famoso por sua prática de fotografar imagens exclusivamente escravizados no Brasil, as quais vendia no formato de cartes de visite para estrangeiros que voltavam à Europa. Tais imagens contribuíram para moldar uma imagem internacional do Brasil como um país atrasado e exótico, onde a escravidão ainda fazia parte da paisagem social e econômica, mesmo após o avanço abolicionista em outras partes do mundo.

Segundo Lima (2024), o sistema escravocrata brasileiro foi um dos últimos bastiões de uma era que o mundo civilizado já começava a rejeitar, e o prolongamento dessa prática manchou a imagem do país, afetando suas relações comerciais e diplomáticas. O tráfico negreiro clandestino, mantido por interesses privados e governamentais, exemplifica como o

Brasil se distanciou das normativas internacionais que, cada vez mais, condenavam a escravidão.

Lima (2024) destaca o legado de Luiz Gama, advogado negro autodidata, poeta e abolicionista, que se tornou uma das figuras mais proeminentes na defesa dos direitos civis no Brasil, com sua luta pelos direitos dos escravizados não se limitando a uma questão nacional, e sim buscando alinhar o Brasil às demandas internacionais por justiça. De modo que, ao denunciar os abusos da escravidão, Gama apontava a necessidade de o país se adaptar às novas normatividades que exigiam o fim do tráfico.

Segundo Lima (2024), Luiz Gama foi um pioneiro ao entender que a questão abolicionista estava inserida em um contexto mais amplo de transformação global, defendendo que o Brasil, para alcançar progresso e legitimidade internacional, precisava alinhar-se com essas novas correntes de pensamento jurídico antiescravidão.

Através de todos esses autores apresentados, é possível perceber como a imagem brasileira participava de uma verdadeira dualidade. Inicialmente, para com seus vizinhos, era vista de forma negativa e receosa, dada as próprias ações intervencionistas do Brasil, mas que posteriormente, com o advento da política de prestígio e tratados de fronteira, passou a ser apaziguada. Paralelamente, o Brasil enfrentou em seus anos iniciais uma série de tratados desiguais e uma subserviência para com a Inglaterra, que também passou a ser enfrentada, através de uma política externa mais independente, sob auspício da política de prestígio de Pedro II.

O fator monárquico se destacava, tanto positivamente quanto negativamente, pois se para alguns autores como Luz e Ricupero a monarquia, embora garantisse certa estabilidade interna, representava um anacronismo que distanciava o Brasil de seus vizinhos republicanos latino americanos, que a vinham com temor, bem como por estranheza em certas cortes europeias. Para Lyra e Cervo e Bueno, a monarquia foi bem utilizada no que tange ao prestígio dinástico que Dom Pedro II poderia usufruir em melhor contato com outras dinastias na Europa, bem como manter a unidade territorial.

A análise de Samuel Pinheiro Guimarães (1999) destaca o Brasil como um estado periférico, cujas fragilidades internas e a dependência das dinâmicas externas restringiram seu desenvolvimento autônomo no sistema internacional, gerando um dilema crítico para o país na busca por maior integração nas estruturas hegemônicas para alcançar estabilidade econômica e política, ou enfrentar as consequências de um isolamento potencialmente devastador.

Furtado (2005) ilustra como a estrutura econômica do Brasil, marcada por ciclos agrários e a dependência de exportações, reforçou sua posição de subalternidade no cenário global. Esse histórico contribuiu para perpetuar desigualdades internas e consolidar o país como um grande Estado periférico, caracterizado por diversidades culturais e sociais, mas também por uma coesão territorial singular na América Latina.

As análises de Luz (1966) e Cervo e Bueno (2002) reforçam que as relações exteriores do Brasil eram frequentemente complicadas por suas escolhas políticas internas, como a manutenção da monarquia e da escravidão, que causavam desconfiança e isolamento no continente sul-americano e entre as potências europeias. A pressão internacional pela abolição da escravidão, especialmente por parte da Inglaterra, ilustra como as influências externas moldaram as políticas internas do Brasil, afetando diretamente sua imagem global.

A imagem brasileira, dada a escravidão, distanciava o país dos ideais de um mundo moderno, o que lhe aprontava a visão de um “império escravista do Sul”, com figuras como Charles Darwin visitando o país e tendo uma percepção ainda maior de tamanha barbárie que ainda era difundida no país durante o século XIX. Portanto, a posição do Brasil no século XIX revela as dificuldades de um Estado periférico em se afirmar de maneira soberana em um mundo dominado por potências centrais, em que, apesar dos esforços para superar as limitações impostas pelas desigualdades internas e pela dependência externa, o país enfrentou desafios significativos em sua busca por reconhecimento e influência no cenário internacional.

3.3. A IMAGEM DE DOM PEDRO II E O PRESTÍGIO PESSOAL DO IMPERADOR COMO FERRAMENTA DIPLOMÁTICA

A História está completa com nomes de grandes homens e mulheres que motivaram seus países através de sua figura. Júlio César, ditador romano, exercia claramente a sua influência através de seu prestígio adquirido com as guerras na Gália, que o levaram inerentemente a usar isso em suas relações com as demais nações da época, como por exemplo, a influência que Roma exercia no Egito Ptolomaico de Cleópatra, através de Cesar. Outro exemplo seria Elizabeth I da Casa Tudor, que através de sua presença e liderança, e seu prestígio como monarca implacável, usou de sua imagem e os fatos que lhe precederam para motivar os ingleses a vencerem a grandiosa armada espanhola em 1588.

Para tempos mais modernos e próximos de Dom Pedro II talvez o exemplo mais famoso seria o próprio Napoleão Bonaparte, que segundo a célebre frase do ex-primeiro ministro e

general britânico, Arthur Wellesley, Duque de Wellington “Eu costumava dizer que a presença dele (Napoleão) no campo de batalha fazia a diferença de quarenta mil homens.”, algo referente não só capacidade de Napoleão, mas também como sua presença vista por outros soldados aumentava a moral dos mesmos para morrerem e lutarem pela França, sendo esse o prestígio de Napoleão em favor de suas ambições imperialistas para o Estado Francês.

Desse modo, “O prestígio do nascimento é de tal natureza que não se pode comprar, nem vender, trocar ou alienar de modo algum”. Essas palavras, de autoria do Marquês de Maricá (1846), um político, poeta e filósofo brasileiro do século XIX, refletem diretamente a natureza do prestígio imperial, uma vez que, sendo a dinastia um status social de honra que uma pessoa herda de sua família ou linhagem, torna-se notável a aplicabilidade ao contexto de Dom Pedro II em sua política de prestígio para o exterior.

De fato, o prestígio é um objeto comum no que tange a dinastias desde a antiguidade, assim como as figuras dinásticas que esse prestígio representa. Com um exemplo notório sendo a própria disputa pelo corpo de Alexandre o Grande da Macedônia por seus sucessores que vinham nisso, para além de uma deificação helenística do conquistador, um fator de legitimação e prestígio para seus próprios governos (Nascimento, 2018).

A exemplo disso, ressalta-se que construção de Dom Pedro II como futuro estadista promissor, com imagens atribuídas a ele como um monarca virtuoso, não vieram de formulas vazias, mas sim orquestradas mesmo antes de seu próprio nascimento como forma de construir um herdeiro virtuoso (Sant’Anna, 2015).

Em sua obra “Diferentes Vozes, Diferentes Imagens: Representações, Requerimentos, Petições e Súplicas a D. Pedro II”, Sant’Anna (2015) analisa a existência de uma preocupação e empenho, durante o período imperial, em construir uma representação específica e positiva do monarca Pedro II. Segundo a autora, isso fazia parte de uma estratégia maior de ressignificação das representações pela maioria da população do país, através de um processo de produção e reprodução da imagem do monarca representando o núcleo do povo brasileiro.

Segundo Sant’Anna (2015), durante a crise do Primeiro Reinado, a figura de D. Pedro II foi amplamente utilizada tanto por jornais governistas quanto oposicionistas como símbolo de liberdade e constitucionalidade. Para os primeiros, o príncipe representava a continuidade da dinastia Bragança e a preservação da ordem monárquica contra o caos republicano das nações vizinhas. Já para os opositores, ele era visto como um genuíno brasileiro, diferente de Pedro I, e capaz de garantir a autonomia e os direitos conquistados em oposição ao absolutismo português. Além disso, após a abdicação de D. Pedro I, a imagem de D. Pedro II foi moldada

como o "órfão da nação", especialmente por meio da carta da imperatriz Amélia, que apelava às mães brasileiras para que "adotassem" o jovem príncipe, construindo assim uma imagem de inocência e responsabilidade nacional.

As imagens de D. Pedro II, retratado como maduro e de inteligência precoce, além da reintrodução do ritual do beija-mão³ em 1838, integraram um conjunto de estratégias destinadas a fortalecer a imagem real durante o período regencial. O objetivo era resgatar a tradição monárquica, obscurecida pela simplicidade da Regência, e aproximar o jovem imperador do cenário político (Sant'Anna, 2015).

Por conseguinte, essa construção simbólica passou a ser uma peça central no debate político, especialmente nas discussões parlamentares sobre a antecipação da maioridade do imperador. Enquanto alguns parlamentares, como o visconde de Albuquerque, exaltavam a aptidão intelectual de D. Pedro II, dizendo que esperar mais "3 anos" não lhe faria falta por inteligência ter de "sobra", outros, como o deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, expressavam preocupações sobre sua imaturidade, temendo que sua ascensão prematura pudesse favorecer interesses facciosos. Ao longo dessas discussões, emergiu também a imagem de D. Pedro II como símbolo de conciliação, capaz de unificar o país e pacificar as divisões partidárias (Sant'Anna, 2015).

Segundo Sant'Anna (2015), nas duas primeiras décadas de seu reinado, D. Pedro II foi amplamente retratado, tanto no Brasil quanto no exterior, como um monarca ilustrado, sábio e defensor do progresso, da civilização e da união do império. Essa imagem foi reforçada por diversas publicações, tanto brasileiras quanto estrangeiras, que destacavam sua personalidade pacífica e seu papel como promotor das ciências, artes e da instrução pública.

Seguindo com Sant'Anna (2015), obras como "Dom Pedro II, Emperador del Brazil", de José Maria de Mora, e "Le Brésil", de Charles Reybaud, "Brazil and Brazilians" de Fletcher e Kidder (1856), *Le Brésil sous l'empereur Dom Pedro II* de Pereira da Silva (1858), entre outras, apresentavam um Brasil estável e em desenvolvimento, atribuindo esses avanços diretamente aos esforços do imperador. Essas narrativas reforçavam a ideia de que o Brasil, sob o governo de D. Pedro II, havia se distanciado da instabilidade das repúblicas hispano-americanas, emergindo como um modelo próspero e civilizado entre as nações latinas, e

³ A cerimônia do beija-mão era uma representação pública, de origem medieval, que punha o monarca em contato direto com seus vassallos. Este, por sua vez, lhe apresentava as devidas reverências e suplicava por alguma mercê, frequentemente concedida pelo rei. Pleno de significado simbólico, o cerimonial reforçava a autoridade paterna do soberano protetor da nação, bem como o respeito à monarquia, confirmado pela postura altamente reverencial diante dos reis e pelo fascínio que exercia sobre o povo em geral (Cotin, 2021).

elevando o Brasil "como o representante mais próspero da raça latina", como procurava destacar Pereira da Silva

Para além dessa propaganda política, no entanto, Sant'Anna (2015) destaca que tal prestígio do Imperador era vinculado justamente a uma estratégia de formação intelectual que Dom Pedro II teve desde sua infância, excepcionalmente pela tutoria de figuras como José Bonifácio e o Marquês de Itanhaém:

A fabricação do “príncipe perfeito”, um dos assuntos discutidos por Carvalho em “D. Pedro II”, pressupunha um conjunto de ideias transmitidas sobre como deveria ser um monarca e seus deveres. Os tutores do imperador, José Bonifácio e Manuel Inácio de Andrada Souto Maior Pinto Coelho, o marquês de Itanhaém, encarregaram seus mestres de transmitir os ensinamentos. São conhecidas as instruções de Itanhaém, de 1838, nas quais orientava o jovem Pedro, segundo o modelo de imperador que deveria ser: "humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista, tolerante um governante perfeito, dedicado integralmente a suas obrigações acima das paixões e dos interesses privados" (Sant'Anna, 2015. p 41).

A educação de Dom Pedro II foi fortemente influenciada por um conjunto de princípios que mesclavam iluminismo, humanismo e moralismo, refletindo a visão de um monarca ideal. Para alcançar esse ideal, o jovem imperador deveria seguir uma disciplina rigorosa, com estudos intensivos e dedicação às ciências, além de ser imparcial, justo e atento ao bem público. As instruções do marquês de Itanhaém reforçavam a importância do trabalho e da vigilância sobre funcionários públicos, além de recomendar que o imperador valorizasse a indústria, o comércio e as artes. Essas orientações moldaram profundamente a personalidade e os hábitos de Dom Pedro II ao longo de sua vida, influenciando, inclusive, seu papel como chefe de Estado no gabinete da Conciliação (Sant'Anna, 2015).

Não obstante, o Imperador mostrava essa imagem intelectual e progressista de forma concreta através de suas ações: ele foi um dos primeiros brasileiros a adotar a fotografia, adquirindo um daguerreótipo em 1840 e estabelecendo laboratórios dedicados à fotografia, química e física no Palácio de São Cristóvão (Barman, 1999). Ademais, sua paixão pelo conhecimento abrangia áreas como antropologia, história, geografia, medicina, direito, filosofia, pintura, escultura, teatro, música, química, física, astronomia e poesia. Além disso, Pedro II dominava múltiplos idiomas, incluindo latim, francês, alemão, inglês, italiano, espanhol, grego, árabe, hebraico, sânscrito, chinês, occitano e tupi, com sua erudição impressionando contemporâneos como Friedrich Nietzsche e Victor Hugo, que o comparou a Marco Aurélio (Barman, 1999).

Pedro II também era abertamente abolicionista, segundo documentos ele libertou todos os escravos que trabalhavam no palácio imperial, e assalariava todos os funcionários que fossem negros promovendo a igualdade em seu entorno (Barman, 1999). Sua visão para o progresso e experiências científicas novas era tão grande que chegou até mesmo a permitir a vinda de uma colônia socialista para o Brasil liderada pelo francês Benoît Jules Mure, conhecida como 'Falanstério do Saí', que construíram a primeira máquina a vapor do Brasil e introduziram ferramentas inovadoras (Solnik, 2019).

Essa imagem viria a ser corroborada posteriormente em suas viagens, nas quais Dom Pedro II estabeleceu relações com figuras de notável intelectualidade, além de obter uma série de títulos e honrarias. O imperador também integrou uma vasta gama de institutos científicos e, embora em um estágio inicial, contribuiu significativamente para a industrialização do Brasil, promovendo avanços como a implementação de telégrafos, ferrovias, navios a vapor, entre outras iniciativas (Barman, 1999).

Dessa forma, segundo as máximas atribuídas a Sébastien-Roch Chamfort, filósofo francês dos tempos revolucionários, “O prestígio sem mérito obtém considerações sem estima” (Chamfort, 1923. p 24.)⁴. Por tanto, torna-se curioso enfatizar como o prestígio pessoal de Pedro II fora algo que se destacou como objeto de propaganda política mesmo antes de sua coroação. Sant’Anna (2015) nos mostra em seu trabalho várias imagens da época imperial atribuídas a ele como um, segundo citações diretas de suas fontes: “órfão da Nação”, “Príncipe Ilustrado”, “Rei Filósofo”, “Rei Mecenas”, “Protetor das Artes e Ciências”, “Pai dos desvalidos”, “Imperador Imparcial e Justo”, “Primeiro Cidadão”, “Imperador Patriota”, “Voluntário número um”, “Protetor dos escravos”, “Rei Bobeche”, e na última década de seu reinado: “Rei Caju” e “Pedro Banana” (Sant’Anna, 2015. p 2 – p 4)

Haveria por tanto, um verdadeiro esforço em ressaltar as qualidades existentes de Dom Pedro II, que eram potencialmente aproveitadas através de propaganda para que lhe rendesse esse prestígio político desde o momento que assumira sua posse aos 15 anos incompletos até a sua a sua longevidade:

[...] Houve uma profusão de imagens que retratou o jovem monarca exaltou sua “maturidade precoce” e “prodigalidade intelectual”. Destacaram as roupas de adulto, os gestos maduros, sua educação, seu domínio das línguas mortas e vivas, seu interesse com respeito às ciências e às artes, sua fama de filósofo.

⁴ L'importance sans mérite obtient des égards sans estime (Chamfort, 1923, p 24).

Tudo para favorecer e fazer do imperador um personagem excepcional e perfectivo. (Sant'anna, 2015, p. 69)

Entretanto, sobre esses dois últimos apelidos “Rei Caju e Pedro Banana”, nos anos finais do reinado de Dom Pedro II, a sua imagem pública passou a ser atacadas por setores jornalísticos defensores da república, com Brasil a época tendo uma imprensa aberta, algo deveras inusitado para o período.

Segundo Terci (2020), mesmo Joaquim Nabuco, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e ex-monarquista, reconhecia as prerrogativas do regime monárquico sob Dom Pedro II. Nabuco destacava que, durante todo o reinado, a liberdade de imprensa jamais foi cerceada, sendo utilizada principalmente pela oposição para criticar o governo. De modo que o imperador assegurava a alternância de poder entre os partidos políticos e mantinha seu paço acessível ao público, permitindo que qualquer cidadão pudesse lhe dirigir a palavra.

Em adição, Terci (2020) também menciona que, sob Dom Pedro II, a imprensa era livre para defender ideias republicanas e, inclusive, para criticar abertamente o imperador. Curiosamente, observadores europeus, como o ministro austríaco Schreiner, comentavam que as críticas feitas ao monarca na imprensa brasileira não seriam toleradas em outros países, nem mesmo na Inglaterra, conhecida por sua liberdade de expressão, e que em qualquer outro país seriam vistas como, das palavras diretas dele: “Alta traição intolerável”. Apesar dos ataques, que incluíam caricaturas que o ridicularizavam, Dom Pedro II rejeitava qualquer forma de censura, afirmando que “imprensa se combate com imprensa”(Terci, 2020).

Além disso, Terci ressalta que a monarquia de Dom Pedro II era vista como um símbolo de “autoridade sem tirania, de força sem violência e de liberdade sem indisciplina”. Ele exemplifica essas palavras ao citar Machado de Assis, que por exemplo, escreveu sobre sua preferência pelo sistema representativo, afirmando que, como brasileiro, o regime monárquico lhe agradava mais do que a ideia de uma república, que ele temia se transformar em uma aristocracia opressora no Brasil (Terci, 2020).

Dessa forma, em seus últimos anos, Pedro II passou a ser retratado como um monarca decadente, desinteressado e apático, sendo satirizado com apelidos como "Pedro Banana" e "rei Caju", em referência ao seu queixo projetado. As características que antes eram utilizadas para elogiar o imperador foram transformadas em alvos de crítica, especialmente suas viagens, sua obsessão por parecer erudito e os títulos que acumulava, refletindo o descontentamento crescente com sua política e forma de governo, além de críticas abertas contra abolição (Sant'Anna, 2015).

Dado o contexto da importância do Prestígio, e com o Brasil Império tendo necessidade da fomentação de um projeto nacional juntamente com uma presença ativa no sistema internacional. Dom Pedro II se mune dessas ideias, o investimento no prestígio, como parte de sua estratégia para a política externa brasileira, como destaca Cervo e Bueno:

[...] Dom Pedro II investiu seu prestígio pessoal, muito elevado tanto na Europa quanto na América, com a finalidade de resguardar o interesse brasileiro no exterior. Usou, para tanto, de seus intensos e permanentes contatos com instituições científicas, cientistas, escritores e membros das famílias reais europeias. Empreendeu três importantes viagens pelo Ocidente (1871, 1875 e 1887), durante as quais estabeleceu contatos de alto nível com governos e instituições dos Estados Unidos, de quase todos os países europeus, incluindo a Rússia dos czares, o Império Otomano, a Grécia, a Terra Santa e o Egito. O chefe do Estado brasileiro tornava assim o país mais conhecido e respeitado no exterior. (Cervo e Bueno, 2002, p 146)

Segundo Cervo e Bueno (2002), durante o reinado de D. Pedro II, o Brasil foi solicitado em diversas ocasiões para mediar conflitos internacionais, refletindo a crescente influência diplomática do país. Em duas ocasiões, D. Pedro II foi convidado para nomear o terceiro juiz em comissões de arbitragem internacional: uma para julgar as reclamações entre a França e os Estados Unidos, derivadas da Guerra de Secessão, e outra para resolver disputas entre Itália, Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, França e Chile, decorrentes da Guerra do Pacífico, reforçando a posição do país como um mediador confiável em assuntos internacionais.

Além dessas comissões, o governo brasileiro recebia frequentes convites para participar de eventos internacionais, e outras arbitragens como o caso do “American Claims” entre EUA e Grã-Bretanha. Em 1882, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil recebeu convites para participar de sete congressos, duas conferências e duas exposições internacionais, e em 1884, os convites incluíam três congressos, uma conferência e oito exposições, demonstrando que gradativamente a imagem brasileira passará a aumentar no contexto global (Cervo e Bueno, 2002).

Outrossim, segundo Cervo e Bueno (2002), uma das iniciativas importantes que marcou a expansão da política externa brasileira de prestígio durante o período de distensão foi o estabelecimento de relações diplomáticas regulares com a China, formalizadas pelo tratado de 3 de outubro de 1881. A missão à China, decidida em 1879 e conduzida por Eduardo Callado e Arthur Silveira da Mota, tinha como objetivo principal promover a imigração chinesa para suprir a crescente escassez de mão de obra escrava e a insuficiência de imigrantes europeus necessários para a lavoura.

Apesar das negociações, o Brasil não conseguiu alcançar a autorização explícita desejada, em contraste com o protecionismo chinês em evitar que seus cidadãos fossem vistos como escravos “modernos” em uma política de combate ao século das humilhações da China, obtendo apenas um acordo que permitia a liberdade de comércio e trânsito entre os dois países (Cervo e Bueno, 2002).

Além disso, o governo brasileiro, alinhando-se com as potências ocidentais, buscava um tratado que refletisse os moldes desiguais dos acordos impostos à China por esses países imperialistas. Pedro II, insatisfeito com certas cláusulas consideradas injustas, se recusou a ratificar uma versão inicial do tratado chinês. De modo que a diplomacia brasileira, assim, movia-se entre interesses nacionais concretos e a busca por manter boas relações com as potências já dominantes, perdendo a oportunidade de estabelecer uma relação política e jurídica mais igualitária com uma grande nação dependente, como a China, com a qual poderia haver maior identificação. Ainda assim, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1881 com a China é considerado um grande avanço do Brasil em busca de se relacionar com as nações orientais (Cervo e Bueno, 2002).

Consoante o exposto anteriormente, Danese (2017) explora a diplomacia do Império do Brasil, questionando se ela representava uma política externa do Estado ou apenas a projeção pessoal do imperador. Como evidenciado, após o reconhecimento da independência, a diplomacia brasileira se organizou ao longo do século XIX em torno de três grandes pilares: a relação desigual com a Grã-Bretanha, as interações com os países do Prata e a definição das fronteiras nacionais.

Danese (2017) destaca que o imperador teve um papel central na condução dessa política, já que tinha o poder de nomear e dissolver Gabinetes, influenciando diretamente os rumos da diplomacia. No entanto, os desafios complexos da época, como o tráfico de escravos, os conflitos com a Grã-Bretanha, as disputas no Prata e a questão das fronteiras, evidenciavam a necessidade de uma diplomacia mais institucionalizada e profissionalizada no Brasil, aos moldes do que temos com a consolidação do Itamaraty.

No mesmo sentido, Danese (2017) também observa que o modelo diplomático do Império Brasileiro se consolidou à medida que o chefe de Estado delegava suas funções à chancelaria, o que reduzia a interferência direta do imperador nas relações exteriores. Esse arranjo refletia o sistema político da época, em que o monarca dividia poder com a elite econômica e social que o sustentava. Embora o imperador brasileiro tivesse mais controle do que muitos monarcas europeus, figuras como o marquês do Paraná, o visconde do Uruguai e o

visconde do Rio Branco se destacaram como diplomatas influentes, exercendo papéis comparáveis aos de estadistas europeus como Talleyrand e Metternich (Danese, 2017).

No Brasil do século XIX, a possibilidade de o chefe de Estado exercer diretamente a diplomacia, como faziam líderes como Napoleão III na França, Bismarck e Guilherme II na Alemanha ou os czares na Rússia, era bastante limitada. Esses líderes tinham um controle mais direto sobre seus governos, comparado ao imperador Pedro II do Brasil, de modo que concentravam amplos poderes, interferindo diretamente na administração e nas políticas externas e internas, características próximas de regimes autoritários (Danese, 2017). Napoleão III, por exemplo, exercia um governo com centralização do poder, especialmente após o golpe de 1851, enquanto Pedro II, embora monarca constitucional, tinha uma postura mais moderada e frequentemente respeitava as decisões parlamentares, mantendo certa distância das práticas autoritárias.

Continuamente, Danese (2017) destaca que a historiografia sobre Dom Pedro II tende a apresentar avaliações bastante polarizadas, oscilando entre elogios excessivos e críticas desproporcionadas. Apesar das críticas sobre sua falta de iniciativa em questões como a abolição da escravidão, autores como Heitor Lyra defendem que Dom Pedro II, além de exercer suas prerrogativas constitucionais, participava ativamente da governança e administração do Império. Ainda assim, Danese (2017) ressalta que o poder no Brasil imperial era mediado pela elite política e econômica, cujos representantes se revezavam no governo, sempre sob a sanção formal do imperador.

Dom Pedro II costuma ser retratado, na maior parte da historiografia brasileira, como um monarca profundamente envolvido na política externa, revisando pessoalmente documentos oficiais e, por vezes, até redigindo instruções para diplomatas. Embora seu interesse fosse claro, suas atribuições, segundo Danese, eram relativamente limitadas, especialmente considerando o papel marginal do Brasil no cenário internacional na segunda metade do século XIX. Mesmo assim, o imperador acompanhava de perto as negociações mais importantes para a segurança e a integridade territorial do país (Danese, 2017).

Paralelamente, o papel de Dom Pedro II, especialmente no que se refere à política externa, era fundamentalmente o de conferir sanção imperial às decisões tomadas pelas lideranças políticas que assumiam a chefia do gabinete e da chancelaria. Embora o imperador desempenhasse funções diplomáticas de forma visivelmente protocolar, sua presença consolidava uma diplomacia de Estado que, ao longo do tempo, formou quadros profissionais

de elite, com diplomatas capazes de lidar com as demandas no exterior, vide o próprio Barão do Rio Branco. (Danese, 2017).

Por tanto, em sua análise, Danese descreve que a política externa do Brasil durante o Segundo Reinado, com destaque para as questões relacionadas ao Prata, foi um dos principais focos da diplomacia do período, ainda que o imperador exercesse uma função simbólica e centrípeta no sistema político e social do Império, sua autoridade e consenso ao redor de sua figura permitiam que ele mantivesse uma postura distanciada da política cotidiana, intervindo diretamente apenas quando o simbolismo de sua posição se fazia necessário ou em casos de interesse pessoal. Em momentos decisivos, houve episódios em que a intervenção de Dom Pedro II alterou o curso dos acontecimentos ou influenciou diretamente questões cruciais para o Brasil imperial, como a Questão Christie e a Guerra do Paraguai (Danese, 2017).

Dessa forma, no estudo da diplomacia, é possível observar que, embora o imperador tenha, em alguns momentos, assumido pessoalmente a condução das questões diplomáticas, sua participação nos negócios do Estado muitas vezes se mostrou superficial e protocolar. Segundo Danese (2017), a figura imperial, em várias ocasiões, revelou-se relativamente desimportante na condução da política externa e nas questões administrativas, ele afirma isso evidenciando as longas ausências em viagens particulares do Imperador, que ocorreram em períodos decisivos para o Brasil e suas relações regionais (Danese, 2017).

Seu distanciamento intelectual, que o levava a um papel de diletante nas ciências e nas artes, sugere que sua preocupação com assuntos exteriores se restringia a interesses pessoais ou a convites para arbitrar decisões entre diferentes opções propostas por seu gabinete. Assim, embora Pedro II tenha exercido a política externa com variada intensidade, sua atuação não superou os limites do poder discricionário que lhe era garantido, revelando que, apesar de a política externa ter sido considerada prioritária em certos momentos, não constituiu a espinha dorsal do poder no Império (Danese, 2017).

Cabe ressaltar, no entanto, aspectos específicos da figura de Dom Pedro II em sua diplomacia no que tange aos encontros de fronteira. Em seu estudo, Danese (2017) destaca que o encontro internacional em Uruguaiana, realizado em 12 de setembro de 1865, marcou o início dos “encontros de chefes de estado” que moldaram a diplomacia de cúpula brasileira. Neste contexto da guerra contra o Paraguai, o imperador do Brasil e os presidentes da Argentina e do Uruguai se reuniram para selar uma aliança política entre as nações da Tríplice Aliança, que embora tenha sido um encontro breve e estritamente protocolar, simbolizou a colaboração entre

os países e estabeleceu as bases para futuros diálogos diplomáticos, refletindo características como o pragmatismo brasileiro.

Dessa forma, desde que gradativamente o Brasil foi assumindo um papel de maior relevância, tornou-se evidente suas políticas intervencionistas de projeção de poder, busca por tratados mais vantajosos e protecionistas, resolução de litígios, seja a questão de fronteiras, ou problemas mais complexos como o caso dos rios amazônicos e a questão Christie já mencionada. O padrão de conduta adotado em optar por resolver tais questões diplomáticas bilateralmente, e não contra um conjunto de Estados, é algo que se provou extremamente benéfico para Brasil, que temia ficar cercado de inimigos em uma negociação que, através dessa pressão, poderia mudar os resultados desejados (Cervo e Bueno, 2002).

Em síntese, apesar das divergências na interpretação do papel de Dom Pedro II na política externa, tanto Danese quanto Cervo e Bueno reconhecem que o Segundo Reinado foi um período crucial para a consolidação da diplomacia brasileira. Danese sublinha que, mesmo diante das ambiguidades, o período imperial estabeleceu práticas diplomáticas estruturantes, como a realização de encontros internacionais de fronteira e a implementação das viagens internacionais do Chefe de Estado, mesmo que a nível particular. Cervo e Bueno, por sua vez, ressalta a crescente influência do imperador, que, ao fortalecer instituições diplomáticas e promover a diplomacia de prestígio, elevou a visibilidade do Brasil no cenário internacional através de suas reconhecidas viagens e encontros com chefes de Estado no Ocidente e Oriente, afastando-o do isolamento característico de um Estado periférico.

Para Danese, as viagens de Dom Pedro II não foram grandes influenciadoras nos rumos de uma diplomacia imperial construída, uma vez que a mesma estava diretamente ligada ao “Pedro de Alcântara” como cidadão cientista, e não Dom Pedro II, imperador do Brasil, enquanto que para Cervo e Bueno, o papel dessas viagens é reconhecido como importante, e os contatos que Pedro II fez, sejam monarcas na Europa ou cientistas, lhe proporcionaram a política de prestígio em participar de comissões, arbitragens, e quadros internacionais que antes não teriam sido possíveis para o Brasil. Ambos os autores convergem, no entanto, na compreensão de que o prestígio pessoal de Dom Pedro II projetou o imperador, mas também contribuiu para redefinir a inserção do Brasil no sistema internacional. Se para Danese isso não teve efeito na diplomacia imperial, que tinha maior protagonismo dos próprios ministros, para Cervo e Bueno fora importante no contexto do prestígio e na visão que Dom Pedro II passava para o exterior.

Diante do exposto, no capítulo 3 explorou-se como a política externa brasileira no século XIX, especialmente durante o reinado de Dom Pedro II, estava profundamente vinculada à imagem e ao prestígio pessoal do Imperador. O Brasil, então ainda jovem como Estado independente, buscava assegurar uma posição mais respeitada e influente no cenário internacional. A figura de Dom Pedro II, vista como símbolo de progresso e erudição, ajudava a criar uma percepção de modernidade e seriedade que se refletia nas relações do Brasil com outras nações. Desse modo, o capítulo 4 irá expor acerca justamente das viagens de Dom Pedro II entre 1871 e 1888, considerando a maneira como elas seguiram de forma cronológica, e se conectam com a figura imperial.

4. AS VIAGENS DO IMPERADOR DE 1871, 1876 E 1888

No presente capítulo, serão abordadas as três grandes viagens de Dom Pedro II, com ênfase em seus encontros com líderes e figuras influentes dos países visitados, além de seu interesse genuíno pela ciência e cultura. Embora estas viagens tivessem caráter essencialmente pessoal, atividades como visitas arqueológicas e a centros culturais e científicos tornaram-se componentes valiosos desta pesquisa. Conforme apontado por Danese (2017), a posição de Dom Pedro II como monarca facilitou o acesso a espaços exclusivos da alta sociedade europeia, o que favoreceu um contato harmonioso com elites culturais e políticas.

Se faz necessário destacar, inicialmente, que dada a escassez de fontes acadêmicas sobre as viagens de Dom Pedro II, a presente análise depende, em grande medida, de autores específicos que abordam o tema em profundidade, como Heitor Lyra (1939) — diplomata e historiador amplamente reconhecidos como um dos principais biógrafos e estudiosos de Dom Pedro II —, além de Barman (1999); Mary Williams (1966) e Schwarcz (1998), ambas também com obras de caráter biográfico, mas que especificam as viagens de forma detalhada. Destaca-se, ainda, Khatlab (2015), que explora extensivamente as viagens de Pedro II ao Oriente. Essa limitação referencial, por tanto, não decorre de uma restrição metodológica desta pesquisa, mas reflete uma lacuna bibliográfica no campo acadêmico, justificando o uso recorrente das mesmas fontes para embasar as análises teóricas da diplomacia e das relações internacionais associadas à imagem de Pedro II no exterior.

Cabe ainda ressaltar que esses autores, como Lyra (1939), Williams (1966), Barman (1999), Raeders (1938), Bediaga (1999) e Khatlab (2015) apresentam muitas cartas do período em seus textos, sejam elas do próprio imperador, ou então de pessoas endereçadas a ele. Dessa forma, o uso recorrente dessas fontes também se justifica justamente pelo fato de, ao longo desse texto, parafrasearmos as cartas que, nos textos originais, constam de maneira direta. Em medida que, ao copiar essas cartas de maneira direta nesse texto, o tornaria mais pobre e menos digno de análise.

É importante considerar, entretanto, que a literatura sobre Dom Pedro II, como Danese (2017) discute, frequentemente apresenta uma dicotomia interpretativa: de um lado, por exemplo, Lyra (1939) exalta sua figura como estadista e humanista, enquanto autores como Gilmary (1877), em sua obra que destaca os encontros de Pedro e o Papa, adotam uma visão mais crítica dada a própria percepção religiosa do autor. Em grande parte das referências que seguem neste capítulo, prevalecem obras de cunho mais favorável ao imperador, uma vez que

são biografias de sua vida, e também as poucas que falam sobre as viagens em si, de maneira detalhada. Refletindo tanto a difusão dessas fontes quanto as especificidades do tema no meio acadêmico.

4.1. A VIAGEM DE 1871

O ano de 1871 é caracterizado por complicações políticas significativas no contexto brasileiro, e a notícia da iminente viagem internacional do Imperador Dom Pedro II à Europa e ao Oriente suscitou uma onda de descontentamento popular, que repercutiu na narrativa de que, na ausência do Imperador, o Brasil poderia fragmentar-se em diversas "republicuetas", como ocorreu com outras ex-colônias americanas. Alguns políticos, inclusive, disseram que o Imperador viajaria apenas para receber o aplauso dos abolicionistas, enquanto outros falavam que o mesmo ia a Europa para promover o governo de Isabel no exterior (Lyra, 1939).

As críticas, no entanto, não se restringiram ao âmbito das ruas; politicamente, tanto os conservadores quanto os liberais se opuseram à saída do Imperador, considerando-a, entre outras denúncias, uma manifesta irresponsabilidade governamental (Lyra, 1939). Tal aversão às viagens do Imperador era exacerbada pelo clima político tenso que já se instalara, em grande parte devido às consequências da Guerra do Paraguai, um conflito sangrento que impôs elevado custo financeiro ao Estado brasileiro, além de um significativo número de vidas humanas perdidas nas batalhas. Simultaneamente, as disputas em torno da aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 contribuíram para intensificar o caos político em meio a jornada pela abolição da escravidão (Khatlab, 2015).

Outro aspecto destacado por Lyra (1939) que justificava o alvoroço em torno da viagem era a perspectiva de que, na ausência do Imperador, a Regência do Império ficaria sob a responsabilidade da Princesa Isabel. Pela primeira vez uma mulher assumiria a posição de Chefe de Estado no Brasil, o que se tornava ainda mais problemático dada a visão negativa que muitos políticos nutriram em relação ao seu marido, o Conde d'Eu. Acreditava-se que a presença deste poderia comprometer as relações entre a classe política e a coroa. Contudo, o diplomata Rio Branco apressou-se a assegurar ao Imperador que o Brasil estaria em boas mãos com Isabel e que tudo transcorreria de maneira favorável.

Khatlab (2015) menciona que, enquanto se discutia a licença para a viagem do Imperador, a filha caçula de Dom Pedro II, a princesa Leopoldina de Saxe-Coburgo, faleceu em decorrência de febre tifoide, deixando filhos pequenos. Este evento fez com que a polêmica

acerca da viagem se tornasse uma questão de família, resultando na decretação de um período de luto na corte. Dessa forma, Dom Pedro II pôde realizar sua viagem, delegando a regência a sua filha, a princesa Isabel, com a anuência da Assembleia Geral.

Em vista disso, ao buscar os motivos para a realização dessa viagem, é possível ressaltar 4 pontos das quais justificam a mesma: 1) a Saúde da Imperatriz; 2) o espírito de conhecimento do imperador; 3) o clima político apaziguado aos olhos de Pedro II; e 4) o Reinado de Isabel (Lyra, 1939).

Tratando-se do primeiro ponto, após a notícia da morte de sua filha mais nova a saúde da Imperatriz Teresa Cristina deteriorou, e se tornou extremamente debilitada. De forma que, assim, Dom Pedro II justificou a ida à Europa pela necessidade de tratar a Imperatriz nos centros médicos europeus, que eram considerados mais avançados à época, bem como o luto da família imperial. Cabe ressaltar que em várias correspondências o Imperador exaltava que, se não fosse pela saúde da Imperatriz, ele teria reconsiderado a viagem. (Lyra, 1939).

Além disso, com segundo tópico, Dom Pedro II tinha um forte desejo de visitar os países europeus que formavam o núcleo de sua educação. Lyra (1939) diz que Dom Pedro II era muito possivelmente, nos últimos anos de vida, um dos Monarcas mais viajados do seu tempo, e tal qual alguém extremamente apressado, Pedro II ficava tão extasiado em realizar tais viagens que um médico, um tanto fantasioso segundo ele, chegou mesmo a laudar uma doença “mania ambulatória” descrevendo esse estado crônico do Imperador.

Por tanto, notasse que essa primeira viagem de Dom Pedro II ao velho mundo em 1871 tinha caráter totalmente particular, do desejo do Imperador de conhecer novas terras em seu espírito aventureiro, algo que a maioria dos jovens patricios realizavam comumente com novície e que o mesmo almejava a muito por não ter lhe sido possível em virtude de assumir o cargo aos 15 anos incompletos, a viagem também vinha do desejo de sua majestade imperial tratar da saúde pessoal ao abandonar o clima político de um pós-guerra do Paraguai que deteriorara, em muito, seu estado saudável (Lyra, 1939).

Como terceiro ponto, Lyra (1939) descreve que Dom Pedro II não saiu do Brasil acreditando estar realizando uma “inadimplência governamental” como os políticos lhe acusavam, uma vez que, finalizada a guerra do Paraguai que lhe rendera uma administração excessiva do Estado, e com o caminho para a Lei do Ventre Livre já tendo sido pavimentado, sua saída estaria ocorrendo justamente no momento oportuno para também promover Isabel internamente como futura governante.

Dessa forma, Pedro II chegou a pensar realmente nessa primeira viagem com o ponto de vista político também, o que demonstra o quarto e último tópico: com a princesa Isabel na regência em um período tão conturbado, e a mesma recebendo auxílio do Barão do Rio Branco, ela teria como angariar a experiência necessária para governar o país futuramente, além de aprender sobre todas as responsabilidades políticas, a passagem de novas leis e as tensões entre os conservadores e liberais que estava ocorrendo de forma verdadeiramente prática, algo que para Pedro II lhe valeria mais do que qualquer livro (Lyra, 1939)

Imagem 1: Juramento da princesa Isabel como regente. Óleo de Francisco Tirone, 1871. FBN



Fonte: Schwarcz, 1998, p. 538

Para além disso, Dom Pedro II entendia que, não tendo filhos homens, seria necessário trabalhar a sucessão de Isabel de maneira árdua, para que não fosse questionada em um mundo onde, socialmente, as mulheres não eram majoritariamente vistas na política. Dessa forma, com a própria princesa Isabel ratificando a lei do Ventre Livre na ausência de Dom Pedro II, seu prestígio como governante aumentaria, lhe conferindo experiência e mais legitimidade ao assumir o trono (Lyra, 1939).

Ademais, Pedro II tinha um interesse particular em visitar o Oriente Médio, e nessa ocasião atual especialmente o Egito. Não apenas pela sua notória afinidade pela cultura, língua e história do Oriente, como também as novas reformas industriais e administrativas realizadas em virtude do canal de Suez, bem como o estudo botânico de safras de Café e outras plantas Árabes/Africanas para impulsionar o setor agrário brasileiro (Khatlab, 2015).

Segundo Khatlab (2015), Dom Pedro II demonstrava grande simplicidade em seu estilo de vida, tanto em sua rotina diária quanto na forma como organizava suas viagens. Mesmo

sendo um monarca, ele custeava suas viagens com seus próprios recursos, assim como seus acompanhantes, optando por embarcar em navios de linha de passageiros, em vez de cruzeiros de luxo. Embora sua dotação imperial representasse 3% do orçamento governamental no início de seu reinado, ele jamais aceitou aumentos, chegando ao final de seu governo com uma dotação equivalente a apenas 0,5% das despesas do governo central.

Além disso, Dom Pedro II era conhecido por suas ações filantrópicas, financiando orfanatos, entidades beneficentes e até bolsas de estudo para brasileiros, tanto no Brasil quanto no exterior. Mesmo no exílio, ele recusou auxílios financeiros do governo, vivendo de empréstimos a juros de mercado. Durante seu reinado, realizou cortes em funções consideradas desnecessárias, como a Guarda Imperial. Sua vida no palácio era marcada pela ausência de grandes recepções e pela acessibilidade, recebendo visitantes de diversas classes sociais sem formalidades excessivas: desde de escravos até patrícios (Khatlab, 2015).

É imperativo destacar essa questão de gastos, pois, ao longo de toda sua viagem, Dom Pedro II foi explícito em demonstrar seu desejo de não ser associado a honrarias excessivas ou a vínculos protocolares formais nos locais por onde passou, preferindo adotar a identidade de "cidadão Pedro de Alcântara" em detrimento de seu título imperial. Ou seja, tratava-se de um esforço contínuo para evidenciar que suas viagens não possuíam caráter oficial ou diplomático, tampouco envolviam despesas extravagantes (Danese, 2017).

Contudo, apesar dessas orientações, elas não foram plenamente respeitadas no decorrer das viagens, uma vez que, em grande parte dos países visitados, Dom Pedro II não conseguiu evitar os protocolos diplomáticos que lhe eram atribuídos como forma de respeito e admiração. Foi tratado como um chefe de Estado, condizente com o prestígio e a curiosidade que sua figura, conhecida como o "Imperador dos Trópicos", despertava no exterior, como descrito por (Khatlab, 2015):

Acreditamos que o imperador teria por missão uma viagem de abertura do Brasil para o mundo, numa iniciativa em que a Europa e o Oriente puderam conhecer o monarca das Américas em pessoa, já conhecidos, ele e o império brasileiro, através das representações diplomáticas espalhadas pelo mundo que, nos anos 1870, estavam em mais de trinta países. A Embaixada do Brasil em Londres era a mais importante, e o Brasil tinha em seu território mais de vinte representações estrangeiras. Apesar de d. Pedro II ter viajado não oficialmente e se apresentado como Pedro d'Alcântara, um cidadão brasileiro, para que, fora do protocolo, tivesse a oportunidade de conhecer as culturas e pesquisas que estavam sendo desenvolvidas nessas regiões e assim trazer conhecimentos práticos dos povos ao Brasil, sempre que podia, ele passava pelas representações diplomáticas brasileiras no exterior e às vezes não tinha como se desvencilhar de algum protocolo e encontro com autoridades (Khatlab, 2015. p 37 – p 38).

Dessa forma, no que tange a essa viagem dentre 25 de maio de 1871 e 5 de janeiro de 1873, Dom Pedro II percorreu diversos países, incluindo Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália e Egito. Nesse período, o imperador teve a oportunidade de se encontrar com importantes figuras do cenário oficial e acadêmico-intelectual europeu, entre elas Thiers, a rainha Vitória, o rei Leopoldo II da Bélgica, o kaiser Guilherme I, o imperador Francisco José I da Áustria, o rei Vittorio Emmanuele, o papa Pio IX, o cardeal Pecci (futuro papa Leão XIII), Gladstone, Alexandre Herculano, Gobineau, Richard Wagner e Camilo Castelo Branco e o Khediva do Egito Ismail Paxá (Danese, 2017); (Khatlab, 2015).

Pode-se concluir que esse conjunto de encontros, com personalidades de tamanha relevância na Europa e no Oriente Médio, permite observar não apenas o prestígio que Dom Pedro II possuía no cenário internacional, mas também os interesses variados que nortearam sua viagem ao velho mundo, América do Norte, África do Norte e Oriente.

4.1.1. Primeira parada na Europa: O Imperador na aristocracia europeia

“Os reis são grandes passeadores”, diz Lyra (1939), e isso se aplica a Dom Pedro II. Durante sua primeira viagem ao velho mundo, algo que almejava a muito, Pedro II é diversas vezes retratado pela sua forma peculiar de agir no estrangeiro, ao negar a majestade propriamente dita e transportar-se para o papel de “cidadão” e não Imperador, algo que se torna recorrente em todas as viagens sem exceção. Assim, foi oferecido ao Imperador a possibilidade de viajar com um navio da marinha imperial, bem como o custeio da viagem através do tesouro nacional, ambas negadas por Pedro II que preferiu não abusar dos cofres públicos.

A primeira parada de Dom Pedro II seria Portugal, onde pretendia visitar seus parentes do ramo europeu. Schwarcz (1998) destaca que o comportamento que lhe rendera fama no exterior não tardou a surgir: Com o toque de quarentena devido a epidemias, ao chegar em Lisboa, Pedro II preferiu permanecer por 10 dias em lazareto⁵ recusando qualquer tipo de tratamento ou serviço diferenciado, não se inibindo, porém, de receber as autoridades do País, civis e militares, assim como o rei e a rainha.

⁵ Lazareto é um tipo de hospital ou estabelecimento destinado ao isolamento de pessoas com doenças contagiosas. O nome deriva de São Lázaro, que é considerado o patrono dos leprosos. O termo é frequentemente associado a instituições que serviam para recolher viajantes provenientes de áreas afetadas por epidemias (Oxford Language, 2024).

Imagem 2: Charge de Angelo Agostini: “Telegrama de Lisboa anuncia que d. Pedro passa bem; a tripulação nem tanto...”



Fonte: Schwarcz, 1998, p. 538

O Imperador já havia notificado Dom Luiz I, Rei de Portugal seu sobrinho, bem como Miguel Maria Lisbôa, ministro do Brasil em Portugal, sobre evitar qualquer medida exorbitante, onde escreveu:

Minha viagem é de caráter inteiramente particular, e chamo-me como assino. Não devo, pois, aceitar as honras que pretendem fazer-me por qualquer consideração que não respeite esse caráter, sendo-me, todavia, muito gratas as demonstrações de estima e amizade de nossos caros patrícios, de meus parentes, a quem tanto prezo, e dos estrangeiros, sempre bem acolhidos por mim e pelos brasileiros. Vou para o hotel e hei de alugar trem, mesmo porque não desejo atribuir senão a mim qualquer embaraço, embora involuntário, à realização do meu programa de viagem. Não deixarei, como brasileiro, de ir à casa da Legação. Tendo, provavelmente, de passar por quarentena, irei para o lazareto, e muito me afligirei se qualquer exceção a meu respeito contrariar o intuito da legislação portuguesa. (Lyra, 1939, p 277)

A monarquia europeia em geral ficava realmente fascinada com o comportamento daquele homem, “o Imperador vindo dos trópicos”, que não tinha vergonha alguma de reduzir sua majestade formalmente em favor de ser tratado como cidadão (Lyra, 1939) Nessa época Pedro II já era visto como um homem amante da ciência e do avanço científico, e tais demonstrações de humildade passaram a ser vistas pela população dos países em que passava:

Foi em Portugal que d. Pedro causou mesmo sensação: não se entendiam facilmente os hábitos desse monarca que, em viagem, abria mão dos rituais. “Na praça da Figueira misturou-se com o povo e com as vendedeiras, de uma

dessas comprou três enormes maçãs que ele próprio levou para o carro e pagou generosamente com meia libra. Com os colarejos e saloios conversava familiarmente e discutia os preços. Um saloio fez essa exclamação: 'Então esse é que é o Imperador? Não se parece nada com reis'." (Schwarcz, 1998, p. 544).

. Essa “redução” de sua majestade, no entanto, não lhe negava o prestígio que vinha da mesma, pois foi em Portugal que a característica dessa majestade foi bem aplicada e recebida. Tal qual os monarcas de sua época, o prestígio de um Imperador vinha de sua majestade propriamente dita, e no caso brasileiro, vinha da Casa de Bragança. E para corte portuguesa, Pedro II era visto como o grande ancião dessa família, sendo tido com muito valor pelos seus parentes, o que lhe facilitava em promover o Brasil nos diálogos com Dom Luiz I, que não tardou em lhe prestar homenagens bem como toda sua família (Lyra, 1939).

Segundo Lyra (1939), Dom Pedro II era tratado como uma figura central dentro da família real portuguesa, com o Rei Dom Luiz I, seu sobrinho, e a Rainha Dona Maria Pia, além de outros membros da família real, demonstravam grande deferência pela antiguidade de sua coroa, o que evidencia a importância de Dom Pedro II no contexto da realeza europeia. Sendo o Imperador Dom Pedro II o cunhado do Rei Dom Fernando e mantendo laços com outros membros da nobreza, como Dona Amélia e o jovem Príncipe Real, Dom Carlos.

Como descreve Williams (1966), durante sua estadia no Lazareto, o Dom Pedro II recebeu a visita de notáveis intelectuais, entre os quais Alexandre Herculano, cuja presença foi especialmente valorizada pelo Imperador, uma vez que Herculano lutara ao lado de Dom Pedro I contra o príncipe Miguel durante a revolução, e nutria-se de ideias liberais tal qual o Imperador Pedro II.

A relação entre os dois, marcada por uma longa correspondência, demonstrava uma profunda admiração mútua, com Herculano expressando respeito pelo "espírito" e pela dedicação de Dom Pedro II às ciências e às letras, desde sua juventude. O encontro pessoal fortaleceu essa impressão, e ambos passaram longas horas em conversas que transcenderam as vaidades mundanas, com Pedro II se queixando do azeite que lhe era servido no Lazareto, e Herculano lhe trazendo azeite de sua terra natal:

Diário do Imperador - 19 de junho de 1871: "Ontem conversei longamente com Alexandre Herculano sobre assuntos específicos e negócios de Portugal. Ele escreveu grande parte do 5º tomo da História e outros trabalhos, incluindo uma narrativa em que descrevia o estado de Portugal. Horrorizou-se e rasgou o manuscrito. Nas horas de descanso, traduz Ariosto, que diz preferir em verso livre. Falou muito de Pedro V e recomendou que eu levasse ao Brasil a cópia do processo dos fidalgos que tentaram matar Dom José, a única existente, interessante pelos depoimentos do rei. Como Herculano fala com entusiasmo

da Batalha! Pretendo visitar o Convento dos Jerônimos com ele. Se houver tempo, vou a Val-de-Lobos, onde ele planeja ler e traduzir Ariosto para mim. Herculano falou com grande moderação, descrevendo uma descrença em Portugal, devido à falta de religiosidade, ao mau clero e à escassa instrução. Considera que as eleições, embora livres, refletem os piores resultados possíveis em termos de qualificação dos eleitores, mas elogia os seminários. Criticou a uniformidade no sistema de escolas e a obrigatoriedade de frequência, que, segundo ele, causa grandes dificuldades para a população agrícola..." (Lyra, 1939, p. 280-281).

Enquanto conversavam, Alexandre Herculano expressou uma visão crítica sobre o sistema de educação em Portugal junto a Dom Pedro II, elogiando os seminários e reconhecendo a qualidade da formação e educação oferecida por essas instituições religiosas, que preparavam o clero. Ao mencionar a "igualdade em todo o Reino do sistema das escolas", no entanto, pareceu estar se referindo ao fato de que a educação escolar era obrigatória para todas as classes da sociedade, incluindo a população agrícola, que ele acredita sofrer um grande constrangimento por causa disso, não que ele acreditasse que a educação deveria ser restrita, mas assim alertava para como as escolas não levavam em conta as diferenças e necessidades específicas de populações rurais que poderiam considerar essa imposição um fardo, seja pela dificuldade de conciliar o trabalho com a educação formal ou por não estarem no mesmo nivelamento educacional que a população urbana.

Após o término da quarentena, Dom Pedro II teve a oportunidade de explorar Lisboa, acompanhado pela família real em um cortejo que percorreu a cidade. Entre as visitas, ele foi ao Palácio das Janelas Verdes para encontrar sua madrasta, a Imperatriz Dona Amélia, e ao Panteão de São Vicente de Fora, onde rezou junto aos túmulos de seu pai e de sua irmã, a Rainha Dona Maria II (Lyra, 1939).

A pesquisadora Williams (1966) ressalta que a curiosidade intelectual do imperador era intensa, levando-o a percorrer Lisboa de forma incansável, observando detalhes com atenção e fazendo inúmeras perguntas. O Visconde de Nogueira da Gama descreveu essa rotina como "uma vida vertiginosa". Junto com a imperatriz, foi à igreja do convento de São Jerônimo, e visitou diversos locais importantes, incluindo escolas e instituições públicas e privadas, assim como museus e instituições científicas. Por fim, jantou com a família real antes de partir para a Espanha no dia seguinte

Imagem 3: Pedro II com um humor ácido, pelo caricaturista português Rafael Bordalo Pinheiro



Fonte: Motta, 2018.

No decorrer de sua passagem por Madri, Dom Pedro II foi homenageado pela Academia Espanhola e realizou uma visita ao Museu do Prado. Além disso, encontrou-se com o Rei Amadeu I⁶, um rei de origem italiana e que enfrentava grandes dificuldades para manter sua autoridade em uma Espanha em crise e polarizada, estava no segundo ano de seu reinado e abdicaria dois anos depois, sendo uma figura pouco lembrada pela História (Lyra, 1939).

Williams (1966) relata que houve pouco tempo para formalidades, uma vez que Dom Pedro II permaneceu apenas uma noite na capital espanhola. Ainda assim, foram realizadas homenagens entre Amadeu e Pedro II, após as quais o imperador dedicou-se intensamente a apreciar as obras de Velázquez e outros mestres no Museu do Prado, além de visitar centros culturais e científicos espanhóis. No entanto, há poucos registros sobre o encontro entre Amadeu e Pedro II, uma vez que os próprios registros do Rei Espanhol também são escassos.

Após essas interações ele viajou para França onde a situação se destacava, pois o país passava por um período verdadeiramente conturbado vide a Guerra Franco-Prussiana iniciada em 1870, tendo sido um conflito provocado pelas ambições expansionistas de Otto von Bismarck, chanceler da Prússia, que visava consolidar o Império Alemão. A guerra também serviu aos interesses de Napoleão III da França, que, após uma série de derrotas militares e gastos elevados com conflitos anteriores, buscava uma vitória para recuperar seu prestígio. No entanto, com a França mal preparada, não demorou para ser derrotada, culminando na rendição

⁶O reinado de Amadeu I (1870-1873) ocorreu em meio a um contexto de extrema instabilidade política na Espanha. Ele foi escolhido como rei após a Revolução Gloriosa de 1868, que depôs Isabel II, em um esforço de estabilizar o país. No entanto, enfrentou inúmeros desafios, como insurreições republicanas e carlistas, além da fragmentação política entre monarquistas e republicanos (Britannica, 2024).

de Napoleão III em setembro de 1870 e na captura de milhares de soldados franceses (Valle, 2015).

Além disso, a Comuna de Paris, em 1871, foi uma resposta direta a essa derrota e ao colapso do Império. Após a rendição francesa, a insatisfação popular cresceu, especialmente entre os trabalhadores e a população de Paris, já desgastados pelas duras condições econômicas e sociais. A cidade estava dividida em áreas ricas e pobres, o que contribuiu para o agravamento do conflito. Em 18 de março de 1871, os guardas nacionais, apoiados pela população, tomaram o controle de Paris, estabelecendo a Comuna, um governo popular e revolucionário munido de ideias socialistas, que durou cerca de dois meses antes de ser violentamente reprimido pelas tropas governamentais (Valle, 2015).

Quando Pedro II se aproximava da França, Napoleão III se encontrava em exílio após o êxito das tropas prussianas que então ocupavam Paris, após a guerra e a comuna, e o governo recém-formado, liderado por Adolph Thiers e Gambetta, buscava negociar a retirada das tropas inimigas do território francês, para retomar autonomia sobre o país (Lyra, 1939).

Conforme Khatlab (2015), Adolphe Thiers, presidente da França durante a Terceira República, reconheceu a relevância da visita de D. Pedro II, que foi a primeira autoridade estrangeira a visitar o país após a queda do Império. Em virtude disso, Thiers designou o diplomata francês e amigo de D. Pedro II, o conde Joseph Gobineau, para recebê-lo em nome do governo francês na fronteira franco-espanhola em Hendaia.

Dessa forma, na chegada do imperador e sua comitiva à fronteira, estavam presentes o conde Gobineau e a condessa de Barral, amiga próxima do imperador, juntamente com diplomatas brasileiros e políticos locais. Consta-se que a condessa aguardava ansiosamente o encontro assim como D. Pedro II, com a partir dessa viagem a condessa passando a integrar a comitiva imperial também. Nos locais em que não estava presente, tanto na Europa quanto no Oriente, ela recebia frequentes cartas do imperador, que, em seu diário de viagem, dedicava relatos especialmente a ela, relatos esses que servem como fontes documentais atualmente (Khatlab, 2015).

Para o historiador Faingold (2021), existe uma certa curiosidade em entender a relação que nutriam Dom Pedro II e Gobineu, uma vez que o último, como sua própria obra expressa: “Ensaio sobre a Desigualdade das raças humanas”, era conhecido como o teórico do racismo, e Dom Pedro II, totalmente oposto, era extremamente liberal, hebraísta e arabista, e adverso a práticas como escravidão. Faingold descreve que esses dois homens, com ideias opostas,

formaram uma relação surpreendente, discutindo diversos temas, como a emancipação dos escravos, migração de trabalhadores, literatura, arte e política (Faingold, 2021).

Ressalta-se que Gobineau, apesar de admirar o imperador, expressava opiniões racistas e depreciativas sobre a população brasileira, considerando que em suas correspondências descreveu os brasileiros como uma mistura de raças, o que, segundo ele, resultava numa sociedade degenerada: argumentando ainda que se “Dom Pedro” era um intelectual “ariano puro”, o povo brasileiro não compartilhava de tais características idealizadas (Faingold, 2021).

No entanto, essa visão não parecia afetar a relação com D. Pedro II, que o considerava um interlocutor intelectual valioso. Faingold (2021), questiona como que Dom Pedro II, um amante do orientalismo, arabista e hebraísta, viria a ter amizade com alguém que se munia de ideias eugênicas e racistas? Para o professor, a relação entre ambos teve apenas um caráter de intelectual, destacando que não existia uma relação de amizade entre ambos, mas sim interesses de caráter cultural e educacional:

Avesse à política e às formalidades da Corte, D. Pedro II achou em Gobineau seu “interlocutor preferido”, pois com ele poderia falar de quase tudo: literatura, ciências, artes, economia, religião e inclusive política. O fato de Gobineau ser um “inimigo cordial” dos brasileiros pouco importava ao Imperador do Brasil. Os frequentes encontros deixam claro que conceitos de “civilização e barbárie” podem caminhar juntos. D. Pedro II apreciava a cultura do Ministro da França. Certamente, nas tardes monótonas do palácio, ao lado do intelectual francês, o tempo voava e cada momento desses representava um testemunho inesperado e totalmente original (Faingold, 2021).

Desse modo, Faingold (2021) acredita que Dom Pedro II via em Gobineau um desafio, alguém que prontamente iria questioná-lo em suas argumentações, e que assim, poderia crescer intelectualmente estando a seu lado. Sendo Gobineau alguém que compartilhava de ideias totalmente opostas ao do Imperador, Pedro II via como uma maneira de questionar e se aprimorar, pois apesar das ideias racistas, ainda considerava Gobineau um intelectual.

Inicialmente, Dom Pedro II limitou-se a passar rapidamente pela França em direção a Inglaterra, uma vez que tinha planejado ficar mais tempo na viagem de volta. Por conseguinte, nesse curto período que esteve no país negou o cerimonial oferecido pelos germânicos, recusando uma homenagem militar que os alemães ocupantes desejavam-lhe prestar em solo francês. Dessa forma o Imperador preferiu não aceitar a deferência de um exército ocupante no território derrotado, como uma tentativa de preservar a dignidade da França:

O comandante da praça apressou-se em anunciar ao Imperador que uma guarda de honra seria posta à frente de seu hotel. Recusou-a. Penhorado,

embora, com essa homenagem dos Alemães, declarou que: “não recusaria se estivesse na Alemanha; mas estava na França, e não podia consentir em que os vencedores viessem homenageá-lo no solo dos vencidos”. (Lyra, 1939, p. 282-283).

Após a sua tumultuada primeira passagem pela França, à qual retornaria em um contexto mais tranquilo durante a viagem de volta do Egito, em razão da situação política explicada, o imperador e sua comitiva seguiram para a Inglaterra. Lyra (1939) diz que lá o Imperador se encontrou por dois dias com a Rainha Vitória e o Príncipe de Gales, agora sobre circunstâncias mais harmônicas que a Questão Christie. Na ocasião também se encontrou com o príncipe real da Suécia, posteriormente Rei Oscar II, e ambos, Pedro e Oscar, conversaram muito por terem vários pontos em comum no que diz respeito ao gosto por intelectualidades, história, ciências, e o modo de governar, em suma viraram amigos pelo tempo que conversaram como mostram seus diários.

Sua chegada à capital inglesa causou certo escândalo entre os membros da família real britânica e a sociedade puritana da época. Segundo Lyra (1939), a presença do Imperador em um ofício religioso na Sinagoga Central, localizada na Great Portland Street, surpreendeu principalmente a rainha Vitória, conhecida por seus muitos preconceitos. Khatlab (2015) relata que o destaque de sua passagem por Londres foi justamente essa visita à sinagoga, onde D. Pedro II não apenas participou da cerimônia judaica, mas também deixou os rabinos impressionados ao recitar passagens da Bíblia em hebraico clássico, demonstrando sua vasta erudição e respeito pelas diferentes tradições culturais e religiosas.

Curiosamente, no entanto, as impressões da Rainha Vitória também foram excelentes. Barman (1999) descreve os relatos da conversa entre os monarcas, e das palavras da Rainha Victoria, preservadas por seus diários: achou Pedro II um homem extremamente intelectual e sábio, e que não haveria melhor para governar o Brasil, elogiou a gentiliza com que o mesmo se portava, e comentou sobre o espírito aventureiro do Imperador em acordar cedo para aproveitar ao máximo, além de achá-lo bonito, porém demasiado grisalho para sua idade. Cabe ressaltar esse aspecto da aparência mais velha, pois ela era ocasionada devido seu quadro clínico de diabetes tipo 2 que viria ser descoberta nos anos 1880 (Campregher, 2020). Das palavras da própria rainha:

“Ele é muito alto, largo e robusto, um homem de boa aparência, mas muito grisalho, apesar de ter apenas 44 anos”, escreveu a rainha em seu diário. “A Imperatriz é muito amável e agradável, tão simples e modesta. Ela é baixa e manca.” No dia seguinte, a Rainha Vitória foi a Londres para retribuir a visita no Claridges Hotel: “O Imperador vai a todos os lugares e vê tudo, mas não

participa da sociedade. Ele se levanta às 5h e já está fora às 6h! Fala de maneira muito gentil e sábia, com grande apreço por nossas instituições, que disse que a Inglaterra lutou para conquistar em séculos passados. Ele é muito simples em seus gostos e aprecia 'la vie de famille'. Ele planeja visitar a Escócia por causa de Walter Scott, a quem admira muito, e depois ir a Viena e Coburg para visitar o túmulo de sua pobre filha e seguir para a Itália." (Barman, 1999, p. 237, tradução livre).

Torna-se interessante observar como Pedro II e Vitória da Inglaterra nutriam um respeito mútuo, mostrando que as desavenças passadas haviam sido superadas. O fato de as palavras citadas acima terem sido tiradas de seus diários pessoais, ou seja, anos posteriores a sua própria vida e refletindo seus pensamentos, mostram como Vitória genuinamente admirava Dom Pedro II, e que provavelmente, o encontro de ambos tenha sido extremamente proveitoso para imagem brasileira. Vendo Pedro II como um monarca íntegro, e que, como sua participação nas arbitragens mostram, revelava um Brasil que vinha ganhando destaque no exterior.

Outro aspecto interessante durante sua estadia na Inglaterra é o fato de Dom Pedro II ter buscado se encontrar com Charles Darwin, porém o mesmo estava ausente no estrangeiro. Darwin, como evidenciado anteriormente, tinha estado no Rio quando o Imperador ainda era criança em 1832, e voltaria em 1836, na Bahia, onde também não conseguiu se encontrar com o monarca. Ainda assim, não deixou de enviar certas palavras a respeito do Imperador, sobre como o estimava:

Sabedor dessa intenção (Darwin), de lá escrevia ao seu amigo J. D. Hooker: "o Imperador fez tanto pela ciência, que todo sábio lhe deve o maior respeito. Peço-lhe que lhe exprima, da melhor maneira e com a maior sinceridade, quanto me sinto honrado com o seu desejo de ver-me, e quanto lamento estar ausente" (Lyra, 1939, p. 283-284).

Desse modo, assim como em Portugal, Pedro II passou por locais exemplares da intelectualidade em Londres, na busca por ver museus, igrejas, e tudo que lhe era interessante. Um fato diplomático relevante, no entanto, é que o Imperador foi abordado pelo Ministro dos Estados Unidos, Roberto O. Schenck que desejava a designação de um Brasileiro para um tribunal arbitral que iria se reunir em breve na Comissão do Alabama "Alabama Claims" a disputa diplomática entre EUA e Reino Unido a despeito de litígios da guerra civil americana. A resposta de Dom Pedro II, no entanto, limitou-se a dizer que não nomearia alguém estando em uma viagem não oficial, vide que tal ação seria notoriamente incalculada e indiligente. Ainda que Roberto pedisse um conselho acerca da nomeação, Pedro II voltou a enfatizar que não o faria (Lyra, 1939).

Cabe-se ressaltar que o Brasil, posteriormente, participou como árbitro dessa mesma disputa, como consta o artigo dos documentos preservados pela Organização das Nações Unidas:

Os Estados Unidos da América e Sua Majestade Britânica, tendo acordado pelo Artigo I do tratado concluído e assinado em Washington no dia 8 de maio de 1871, em submeter todas as reivindicações "genericamente conhecidas como as reivindicações Alabama" a um tribunal de arbitragem composto por cinco árbitros nomeados: Um pelo Presidente dos Estados Unidos, Um por Sua Majestade Britânica, Um por Sua Majestade o Rei da Itália, Um pelo Presidente da Confederação Suíça, **Um por Sua Majestade o Imperador do Brasil** (Nações Unidas, 2012, p.128)

Após a visita a Rainha Vitória em 17 de julho, Dom Pedro II e a comitiva seguiram viagem para o norte, passando pelas ruínas de Kenilworth, e depois seguindo por Stratford, Birmingham, Liverpool, entre outras localidades. Nos centros industriais, o imperador visitou fábricas, em Lancaster, a penitenciária; em Carlisle, o asilo para deficientes mentais e a catedral (Williams, 1966).

Seguiram então para a Escócia, chegaram a Glasgow, de onde visitaram Ben Lomond e pontos turístico, e então viajaram para Edimburgo, passando por Loch Katrine e os Trossachs (Williams, 1966). De acordo com Lyra (1939) a passagem pelas terras escocesas foi breve, o Imperador Pedro II ficou profundamente encantado com a Escócia, especialmente pelas paisagens dos lagos e montanhas das terras altas, e pela hospitalidade dos habitantes locais.

Pelo que descreveu em seus diários, o ponto culminante de sua visita foi sua peregrinação aos locais descritos pelo famoso Walter Scott⁷, um autor que marcou juventude de Pedro II. Com a visita à residência de Abbotsford comovendo o monarca que reviveu as memórias do romancista, sentado na poltrona que outrora acomodara Scott, e tocando a mesa onde ele escrevera suas obras, segue uma carta da condessa de Barral que demonstra essa rotina ativa:

2 de agosto. Edimburgo. Só saímos depois do almoço, e isso apenas para ver o Castelo com as Salas das Insígnias, onde estão guardadas a coroa de Robert The Bruce e várias joias da época de Elizabeth e de James IV da Inglaterra.

⁷ Walter Scott (1771-1832) foi um renomado escritor e poeta escocês, considerado um dos pioneiros do romance histórico. Suas obras, como *Ivanhoe* e *Waverley*, combinam elementos de história, cultura e lenda, retratando eventos passados de forma narrativa, de forma que Scott foi fundamental na promoção da cultura escocesa, e teve grande influência na literatura europeia. Ele também exerceu um papel significativo na popularização da Escócia como destino cultural e histórico, especialmente por meio de sua representação das Highlands e de suas figuras heroicas (Britannica, 2024).

Fizemos compras de xales escoceses. O Imperador foi ver os sábios. (Lyra, 1939, p. 286)

Em vista disso, do jardim da residência de Abbotsford, o imperador trouxe um arbusto ornamental que posteriormente plantou nos jardins do palácio em Petrópolis. Em Edimburgo, conhecida como um importante centro médico, Dona Thereza consultou médicos que a aconselharam a fazer um tratamento de águas em Carlsbad para tratar sua imunidade. Assim o casal começou a viagem de volta ao sul, visitando catedrais em Durham e York, minas em Normanton e a universidade de Cambridge (Williams, 1966).

Por fim, de volta a Londres no dia 11, Dom Pedro visitou áreas pobres da cidade e conversou com o povo londrino, em locais do dia a dia, buscando entender como funcionava a sociedade londrina. No dia seguinte, a caminho de Ostend, a comitiva visitou a Catedral de Canterbury encerrando sua visita as terras inglesas (Williams, 1966).

Em direção a Europa continental, sua próxima visita foi a Bélgica, aonde se encontrou com o Rei Leopoldo II, a qual também foi uma passagem rápida. Passou por Gand e Bruxelas e visitou os campos de batalha de Waterloo onde Napoleão foi derrotado em 1815. Jantou com a família real belga que, segundo relatado, passou a noite escutando o Imperador falar sobre o Brasil, as belezas naturais, a fauna, o povo, e todos os aspectos que eram curiosos aos olhos de seus anfitriões (Lyra, 1939)

Na Bélgica, o Imperador mostrou grande interesse na escola de agricultura em Bruxelas. Além disso, participou de um congresso geográfico e outros eventos científicos (Williams, 1966). Em suas impressões, Pedro II destacou Leopoldo como um homem extremamente calmo: “calma imperturbável” foi o que disse (Lyra, 1939).

De certo que tal calma é algo emblemático, uma vez que Leopoldo seria futuramente responsável por um dos maiores massacres realizados em solo africano, com regime colonial de Leopoldo II no Estado Livre do Congo se destacando pela extrema brutalidade e pela exploração desenfreada em comparação com outras colônias da época (Honorato e Paiva Júnior, 2020).

De modo que, embora a violência fosse uma característica comum do colonialismo europeu, o modelo belga no Congo como propriedade pessoal de Leopoldo II, ao invés de um domínio estatal, resultou em uma das formas mais brutais de imperialismo, levando à morte de cerca de 13 milhões de congolezes (Honorato e Paiva Júnior, 2020).

Seguindo com a viagem, após a passagem pela Bélgica, Williams (1966) descreve que a comitiva de Dom Pedro II viajou em direção ao leste em direção a Alemanha, rumo a Berlim,

com paradas em Liège, Aix-la-Chapelle e Colônia, onde visitaram a famosa catedral gótica da cidade. Realizaram uma excursão a Rolandseck e outras localidades vizinhas, e ao voltarem a Colônia, de onde fizeram o trajeto de barco pelo rio Reno, seguindo enfim para Düsseldorf e, em seguida, Hamburgo, onde foram recepcionados por comerciantes alemães que haviam vivido no Brasil e os saudaram com música e parada militar.

A Condessa do Barral comentou em suas cartas sobre os “protocolos intermináveis” quando paravam em locais de autoridades, mas também descreveu que o imperador aproveitou para visitar uma cachoeira e vários outros lugares durante o curto período que estiveram na cidade, partindo para Berlim naquela mesma noite (Williams, 1966).

Continuamente, Dom Pedro visitou a Universidade de Berlim e, em seguida, o museu. À noite, houve uma recepção formal feita pelo corpo diplomático alemão, na ocasião cerimonial que se seguiu o Imperador, como de costume, usava sua tradicional gravata preta, o que, em alguns eventos formais, causava surpresa nas cortes, curiosamente levando a mudanças rápidas para preto, para todos estarem a “caráter” das cores do visitante. No próximo dia, almoçaram no Palácio de Potsdam com as autoridades alemãs, e Dom Pedro ficou nos aposentos que Voltaire usou quando foi pensionista de Frederico, o Grande (Williams, 1966)

Por fim se encontrou com o Imperador Wilhelm I, que graças a Bismarck passará de Rei da Prússia para Imperador da Alemanha Unificada. Embora Dom Pedro II e Guilherme I fossem diferentes em muitos aspectos, destaca-se que ambos compartilhavam afinidades em termos de caráter e visão de mundo, com os dois monarcas tendo um encontro extremamente harmonioso, e tal qual seu encontro com o príncipe sueco, o Dom Pedro II passou vários momentos conversando com o Imperador Alemão sobre os mais diversos assuntos intelectuais e políticos, não deixando de mencionar o Brasil. O diplomata Lyra sugere que os dois líderes possuíam um nível similar de humanidade, sendo homens de grande compreensão e modos afáveis (Lyra, 1939).

No entanto, curiosamente, Dom Pedro II evitou Bismarck, afirmando, segundo Lyra (1939, p. 289), "Admiro o homem, mas não o estimo". A relação tensa entre o Imperador brasileiro e o chanceler alemão pode ser explicada pela divergência em suas concepções políticas e de política externa. De acordo com Lyra, Dom Pedro II possuía uma visão idealista da política internacional, a qual contrastava significativamente com o realismo pragmático de Bismarck, marcado por métodos de governança firmes e autoritários. De forma que, embora Dom Pedro II reconhecesse as capacidades de Bismarck como estadista, ele deixou claro que

não o estimava, evidenciando um profundo desalinhamento de valores entre ambos os líderes (Lyra, 1939).

O Imperador em Berlim teve encontro com diversos intelectuais: Ricardo Wagner⁸ e Frau von Schlcinitz, famosa por seu salão intelectual em Berlim, e por sua rivalidade com Bismark dado a seu pensamento liberal. Dom Pedro II se sentia atraído não apenas pela personalidade cativante da condessa de Schleinitz, mas sobretudo pelo ambiente acolhedor que ela proporcionava em seu salão. Esse espaço reunia uma ampla gama de figuras da elite cultural e política da época, incluindo músicos, pintores, diplomatas, atores, cientistas e membros da nobreza. As discussões ali fluíam de maneira livre mesmo quando as opiniões eram mais radicais ou os argumentos mais frágeis (Lyra, 1939).

Um fator adicional que aproximou Dom Pedro II da condessa foi a admiração que ela nutria por Richard Wagner, a quem o imperador também reverenciava como sendo um "músico do futuro." Embora não fosse um profundo conhecedor de música, Dom Pedro II soube apreciar imediatamente a obra de Wagner, ao contrário da rainha Vitória, que rejeitava tanto o compositor quanto sua música, considerando-a incompreensível e desinteressante (Lyra, 1939).

Em Dresden, seu pedido de ser tratado como cidadão comum foi ignorado, sendo recebido na estação de trem pelo Rei da Saxônia e guardas militares em uniformes reluzentes. Segundo a Condessa de Barral, o Imperador "se revoltava contra essa etiqueta formal". Mesmo assim, gostou da cidade, apreciou a música na capela real e admirou obras de arte, como a "Madona Sistina" de Rafael e as pinturas de Holbein nos museus de arte (Williams, 1966).

Seguindo a viagem por Leipzig, Eisenach e em Wartburg, visitaram o castelo onde Martinho Lutero, sob proteção de Frederico, o Sábio, traduziu o Novo Testamento. No que se é descrito, ao chegarem à sala onde Lutero usava como capela, um hino religioso foi tocado no antigo órgão em homenagem ao Imperador, que se ajoelhou, permanecendo assim até o fim da cerimônia como descreve os documentos (Williams, 1966)

Em sua passagem por Coburgo, na Alemanha, Dom Pedro II foi recebido com grandes honras, acompanhado da Imperatriz Teresa Cristina, o Imperador realizou uma visita ao túmulo de sua filha, a princesa Leopoldina, cuja morte prematura ocorreu em Viena (Khatlab, 2015). Também se encontraram com o genro, o Príncipe Luís Augusto, e seus três filhos mais velhos:

⁸ Richard Wagner foi um dos mais influentes compositores alemães do século XIX, conhecido por suas óperas inovadoras e pelo uso do "leitmotiv", uma técnica musical associada a personagens e temas recorrentes. Sua obra mais famosa, o ciclo *O Anel do Nibelungo*, transformou a ópera, integrando música e drama de maneira inédita e marcando profundamente a história da música clássica ocidental (Cooke, 2024).

Pedro Augusto, Augusto Leopoldo e José Fernando, sendo que o filho mais novo, Luiz Gastão, nascera em Viena no ano anterior (Williams, 1966). A visita ao local representou um momento de profundo recolhimento e dor para a família imperial brasileira, que lamentava a perda de uma jovem princesa em pleno auge de sua vida (Khatlab, 2015).

No mês de setembro, a comitiva imperial estabeleceu-se em Carlsbad, onde já estava a Princesa Januária de Bragança, irmão de Pedro II. Lá descansaram com o tratamento nas águas minerais da região, enquanto a Imperatriz usufruiu dos banhos terapêuticos medicinais. Dom Pedro e o Visconde de Bom Retiro realizaram excursões a Nuremberg e Praga, e com a saúde de Dona Teresa Cristina já recuperada, o grupo seguiu viagem para Munique, onde foram recebidos novamente com paradas militares e honras reais, e, após dois dias, partiram para Salzburgo e Ischl, onde o imperador aproveitou para visitar de perto o glaciar de Dachstein. Em 1º de outubro, chegaram a Viena por meio de um barco a vapor no Danúbio (Williams, 1966).

Continuamente, a estadia na capital austríaca, que durou mais de uma semana, foi marcada pelo entusiasmo do imperador nas sessões da Academia de Artes e da Sociedade Geográfica, destacando que as informações adquiridas seriam valiosas quando retornasse ao Brasil. Segundo Williams (1966), cabe destacar que, para sociedade austríaca, o imperador impressionava pela simplicidade e generosidade, características que conquistavam tanto a elite quanto as massas, carregando suas próprias malas e guarda-chuva, e, nos hotéis, era comum vê-lo descer sem chapéu para perguntar pelo correios

Durante uma exposição em Viena, por exemplo, ignorou a entrada reservada à realeza e, após comprar seu próprio ingresso, entrou pela porta comum, onde era facilmente reconhecível por sua aparência e altura. A sociedade vienense ficou encantada com Dom Pedro, que, ao final da visita, segundo Williams, já era considerado uma das figuras reais mais populares da Europa (Williams, 1966)

Cabe ressaltar que o império austro-húngaro estava extremamente implacável no cenário europeu marcado pela diplomacia de Bismark, no entanto, o encontro com o Imperador Austríaco em Viena não foi muito agraciado pelo Imperador do Brasil. O imperador Francisco José, chefe da casa, na época com 41 anos, tinha apenas uma ligeira diferença de idade em relação ao imperador brasileiro. Ele desfrutava de grande prestígio político, graças à posição que o Império Austro-Húngaro mantinha na Europa, apesar da derrota na Batalha de Sadowa, que excluiu a Áustria da Confederação Germânica. Mesmo assim, o Império era visto como uma das principais potências mundiais, ao lado da Inglaterra (Lyra, 1939).

Durante a estadia, o casal imperial visitou diversas atrações da cidade, e o imperador demonstrou especial interesse pelas coleções do Museu da Corte e da Real Biblioteca da Corte. Os monarcas foram recebidos em um grande jantar de família no Palácio de Schönbrunn e também foram homenageados com espetáculos de gala no Burgtheater e na ópera. O casal brasileiro também reencontrou um velho amigo, Sonnleithner, que foi designado pelo ministro dos negócios estrangeiros para acompanhá-los durante a visita e registrou calorosamente sua satisfação em exibir a cultura de Viena ao imperador do Brasil. Sonnleithner, que já havia servido no Rio de Janeiro, teve que retornar a Viena devido a uma grave doença, e seu sucessor, o barão de Schreiner, assumiu o posto no Brasil (Ramirez, 1968).

Dessa forma, Dom Pedro II encontrou no Imperador Francisco José um homem cortês e de boas maneiras, mas segundo ele, profundamente egoísta e insensível, com uma dureza de coração notória e apático aos homens. Um exemplo dessa frieza foi a maneira como Francisco José dispensou o ministro Goluchowski, que após anos de serviços leais ao império, foi demitido de maneira impessoal. O próprio Goluchowski, ao encontrar uma carta de demissão em sua mesa sem assinatura, compreendeu a indireta e assinou-a sem questionamentos, encerrando sua carreira com um gesto de submissão ao imperador (Lyra, 1939).

O Conde Joseph Alexander Hübner relata o encontro entre os dois imperadores:

O Encontro não foi bem sucedido, Dom Pedro II dispensou o Imperador depois de cinco minutos de diálogo, afirmando que como turista estava muito ocupado para dispor de mais tempo com Francisco José. Ele (o Imperador da Áustria) me contou essa História, acrescentado que seu primo do Brasil era o maior "flegel" (mal educado) que já conheceu. (Barman, 1999).

Fica evidente que as impressões negativas deixadas no imperador austríaco indicam não apenas uma divergência pontual de comportamentos, mas também uma diferença profunda de personalidades e estilos de liderança, como um choque entre dois mundos. Enquanto Francisco José representava uma Europa imperial ainda profundamente imersa em tradições hierárquicas, Dom Pedro II personificava uma visão mais moderna de monarquia, voltada para o progresso intelectual e cívico. Embora fosse um imperador, ele frequentemente desafiava as convenções reais em seu próprio governo, demonstrando uma simplicidade que, se por um lado o aproximava de intelectuais e acadêmicos, por outro o afastava de monarcas mais tradicionais, como Francisco José, um governante de linha “dura” e formalista (Barman, 1999).

Como elucida Lyra (1939), o imperador não passou muito tempo com Francisco José, e assim seguiu viagem. Dom Pedro II foi criticado por Bom-Retiro pela rapidez com que

passou por grandes centros, sem dedicar tempo suficiente para conhecer os detalhes dos locais. Contudo, o imperador brasileiro tinha obrigações a cumprir em seu país, e o tempo era escasso, obrigando-o a seguir com a viagem de maneira mais rápida

Dessa forma, Dom Pedro II então passou para o Sul, em direção a Budapesth, Triest e, Veneza. Visitou Veneza e Milão, e aproveitou a proximidade para realizar o sonho de conhecer pessoalmente o poeta Alexandre Manzoni, cuja obra o encantara desde jovem. Manzoni, já com 86 anos, vivia retirado em Brusuglio, e o Imperador, grande admirador das letras, não pôde deixar de visitá-lo. De Veneza, escreveu ao poeta para anunciar sua chegada e expressou seu desejo de encontrá-lo, demonstrando sua admiração (Lyra, 1939).

A visita ocorreu em um clima de intensa troca intelectual, e Dom Pedro compartilhou com Manzoni seu projeto de traduzir para o português a famosa ode "Cinque Maggio". O poeta ficou comovido com a homenagem e retribuiu com um presente simbólico: um retrato de seu avô, Cesare Beccaria, filósofo conhecido por sua defesa da abolição da pena de morte, tema que também tocava Dom Pedro, que há anos não assinava sentenças de morte. Dom Pedro II prometeu que iria terminar de traduzir as obras de Manzoni para o português, mas que teria de terminar o trabalho enquanto arrumasse tempo no Egito, uma vez que agora iria partir para o Oriente (Lyra, 1939).

4.1.2. Passagem pelo Oriente Médio e África do Norte: O Imperador da “Terra Dos Papagaios” no Egito

As relações entre o Brasil e o Oriente Médio, em especial com o Império Otomano, que controlava grande parte da região, incluindo o norte da África, tornaram-se mais expressivas a partir do aumento da imigração de súditos otomanos entre os séculos XIX e XX. Esse movimento migratório, intensificado a partir de 1870, teve como um dos principais destinos as Américas, com destaque para o Brasil (Sochaczewski, 2017).

Ainda que de forma pequena, as noções do Novo Mundo eram difundidas pelo Império Otomano desde a era das grandes navegações, com a região brasileira sendo conhecida como a Terra dos Papagaios, e ganhou mais intensidade com a criação da imprensa otomana por um húngaro convertido ao islã chamado Ibrahim Muteferrika, durante o sultanato de Ahmed II que durou de 1703 a 1730. Além disso, o Brasil foi o segundo país, depois dos Estados Unidos, a estabelecer relações com o Império Otomano através da diplomacia. Em 1849, a Sublime

Porta⁹ nomeou João Samuel como cônsul otomano no Rio de Janeiro, e após receber o exequatur¹⁰ de Dom Pedro II, Samuel retornou à Europa. Seu substituto, Diogo Kenny, permaneceu ativo até 1853 (Sochaczewski, 2017)

A primeira tentativa brasileira de estabelecer um consulado em terras otomanas se deu em Alexandria, no Egito, e não na capital Constantinopla. Também não se tratava de um cidadão brasileiro enviado para a região, mas do cônsul geral português que ali servia. Seu nome era Andreas Papolani – provavelmente membro do millet ortodoxo grego, como seu nome sugere – e em outubro de 1852 iniciava uma troca de cartas com o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Paulino Jose Soarez de Souza, sobre como proceder para obter seu exequatur. Enquanto buscava a autorização formal em questão, Papolani já passava a encaminhar correspondência para o Brasil, algumas com o timbre “Consulado Geral do Brasil em Alexandria do Egito” (Sochaczewski, 2017, p. 189-190)

No contexto dessas relações, as comunicações entre o Brasil e o Império Otomano abordaram, entre outros assuntos, questões de tratamento diplomático e o desenvolvimento de infraestruturas, como a ferrovia Alexandria-Cairo e a construção do Canal de Suez, além de o acompanhamento de questões políticas, como por exemplo informações decorrentes da guerra da Crimeia. De igual forma o governo brasileiro manifestou interesse em nomear um representante para Constantinopla, sob auspício do ministro português, demonstrando o desejo de fortalecer os laços diplomáticos com o governo otomano durante o reinado de Dom Pedro II (Sochaczewski, 2017).

Por conseguinte, segundo Sochaczewski (2017), Papolani, o ministro português, buscou a ajuda do encarregado de negócios português em Constantinopla, o comandante Rabelo, para obter o exequatur que oficializaria sua posição como cônsul brasileiro. No entanto, Rabelo explicou que tal reconhecimento só seria possível após o estabelecimento de relações diplomáticas formais entre o Brasil e o Império Otomano. Infelizmente, com o adoecimento de Rabelo e sua subsequente retirada para Lisboa, a embaixada portuguesa em Constantinopla foi encerrada, e o antigo dragomano da legação portuguesa, Antonio de Summerer, então assumiu a iniciativa de apoiar Papolani, reforçando a importância de formalizar as relações entre os dois países.

⁹ A Sublime Porta era um termo usado para se referir ao governo central do Império Otomano, especificamente a sede do grande vizir (primeiro-ministro) e o ministério das relações exteriores. O nome "Sublime Porta" deriva do portão monumental da sede do governo em Istambul, que simbolizava o poder do império. Esse termo era amplamente utilizado nas relações diplomáticas e representava o poder político do sultão e seus ministros (Britannica, 2024).

¹⁰ Exequatur é uma autorização formal concedida por um governo para que um cônsul estrangeiro possa exercer suas funções em seu território. No caso descrito, o exequatur dado por Dom Pedro II era a permissão oficial para que João Samuel atuasse como cônsul do Império Otomano no Brasil (Kinderman; Silva e Queriquelli, 2013).

Sob essa mesma perspectiva, em 1856, durante as negociações do Tratado de Paris, que marcou o fim da Guerra da Crimeia, o grão-vizir otomano, Aali Paxá, iniciou os primeiros contatos com o ministro do Brasil em Londres, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, para avançar nas discussões de um tratado de amizade e comércio. A necessidade de estabelecer esse tratado também foi reconhecida pelo governo brasileiro, que visava assegurar direitos econômicos e comerciais no Império Otomano, especialmente em relação à exportação de café brasileiro (Sochaczewski, 2017).

De modo igual, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil considerava favorável a assinatura de um tratado com o Império Otomano, dado que a Turquia já estava presente no quadro das exportações oficiais brasileiras no ano financeiro de 1854-1855. O principal objetivo do tratado seria assegurar garantias e direitos semelhantes aos concedidos a outras nações estrangeiras, sem a necessidade de favores especiais. No entanto, o governo otomano só reconhecia oficialmente os países com os quais havia formalizado tratado, com essa formalidade sendo essencial para a nomeação de cônsules brasileiros na Turquia, o que seria benéfico para o Brasil em aspectos econômicos (Sochaczewski, 2017).

Além disso, com a abertura do Mar Negro e a livre navegação no Danúbio, havia uma oportunidade estratégica de expandir o comércio brasileiro, que até então era realizado de forma indireta por meio de comerciantes gregos estabelecidos em Londres, com forte atuação no Levante e no Mar Negro. Essas famílias desempenhavam papel crucial na exportação de café e outros produtos brasileiros, como couro e madeira, para o Império Otomano (Sochaczewski, 2017).

Finalmente, Sochaczewski (2017) descreve que, em 5 de fevereiro de 1858, foi assinado em Londres o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Império Otomano. O tratado foi ratificado por D. Pedro II em 10 de abril no Rio de Janeiro e pelo sultão Abdul Medjid em 18 de maio de 1858, em Constantinopla. A ratificação foi acompanhada pela troca de condecorações, com D. Pedro II concedendo a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro ao sultão, e este retribuindo com a Ordem Medjidiye. O tratado era composto por onze artigos, sendo o segundo o mais relevante para o Brasil, pois tratava da autorização para a nomeação mútua de cônsules em cidades e portos onde isso fosse considerado benéfico para o comércio e para os súditos de ambos os países. É nesse contexto de relações internacionais que Dom Pedro II parte, em 1871, em sua primeira viagem para o Oriente.

Em conformidade com esse contexto, Khatlab (2015) afirma que Dom Pedro II era um entusiasta dos estudos do oriente, porém, diferentemente do orientalismo pejorativo, muito

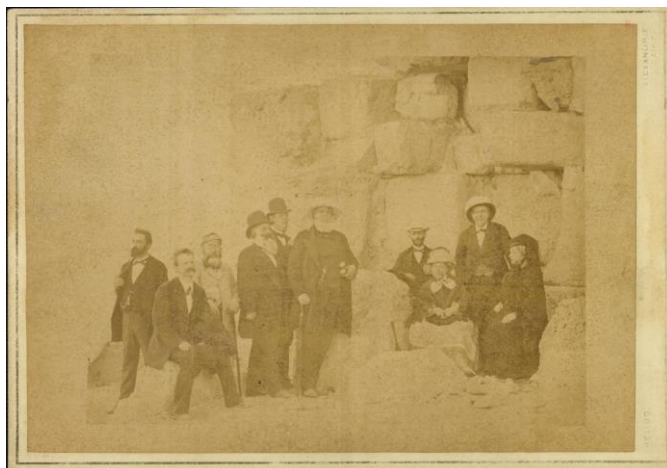
comum entre a elite europeia do período que retratava o Oriente Médio como uma terra bárbara, mágica e exótica, seus estudos foram impulsionados por contatos científicos dos estudos orientais que visitaram o Brasil, o que lhe permitiu adquirir amplo conhecimento sobre diversas áreas do Oriente, como história, geografia, arqueologia e línguas.

Assim Dom Pedro II manteve uma perspectiva realista em seus escritos, abordando aspectos históricos, sociais e arqueológicos sem transformar a região em um cenário exótico ou fantasioso. De forma que suas descrições, especialmente em seu diário, são marcadas pela objetividade, retratando o Oriente de forma concreta, desde o modo de vida, trabalho, áreas sociais, e até a cultura, sem o tom de mistério ou xenofobia comum nas narrativas ocidentais da época (Khatlab, 2015).

Além disso, Khatlab (2015) acrescenta que Pedro II desenvolveu um grande interesse pela egiptologia, influenciado inicialmente pelo aCervo e Bueno egípcio adquirido por seu pai, D. Pedro I, que foi incorporado ao Museu Nacional. Embora a egiptologia ainda não fosse considerada uma ciência formal no final do século XIX, como atualmente, o imperador já se dedicava a esse campo, inclusive estudando a gramática hieroglífica de Brugsch, como relatou em seu diário. O monarca, seguindo o movimento de exploração arqueológica daquele século, começou a estudar intensamente o Egito e suas descobertas, correspondendo-se com egiptólogos da época e adquirindo livros sobre o tema

Dessa forma, durante suas viagens ao Egito, D. Pedro II analisou, desenhou e traduziu inscrições hieroglíficas encontradas em sítios arqueológicos, tratando-se, por exemplo, de descobrir uma embaixada fenícia da antiguidade e nomes de governantes do período, cujos registros são hoje preservados no aCervo e Bueno do Museu Imperial de Petrópolis (Khatlab, 2015).

Imagem 4: Dom Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva no Egito



Fonte: Helios, 1871.

Além de seus estudos na egiptologia, Khatlab (2015) evidencia que Dom Pedro II também era um arabista, demonstrando um profundo interesse pela língua árabe, o que pode ter sido estimulado pelo fato de o idioma ser falado por alguns escravos e imigrantes no Brasil, especialmente em regiões como Petrópolis e Salvador. A presença de árabes, que atuavam como intérpretes entre escravos africanos e seus senhores, assim como de imigrantes da África do Norte, é evidente, sendo relevante o acervo e Buena de manuscritos árabes preservados no Brasil.

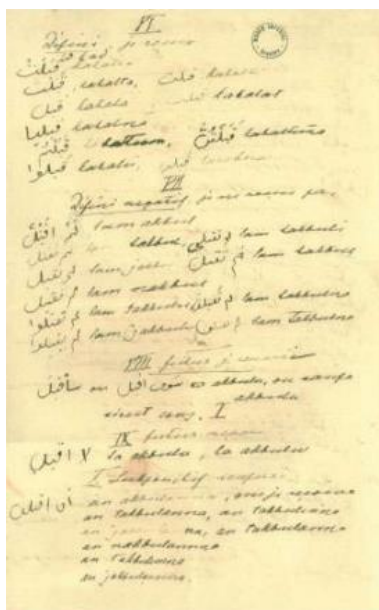
De forma adicional, Pedro II estudava não apenas a língua, mas também a cultura e a história árabe, sendo fascinado pelo Alcorão, cuja venda era comum no Brasil, inclusive entre os escravos. Iniciou seus estudos árabes com o barão Gustavo Schreiner em 1875 e, posteriormente, aprofundou-os com o filólogo alemão Christian Seybold. Ademais, a chegada ao Brasil do imã Abdurrahmán bin Abdullah Al-Baghdádi, que permaneceu no país por três anos, fornecendo instrução religiosa aos escravos muçulmanos. O contato com essas comunidades islâmicas crescentes no Brasil foi outro fator que contribuiu para o interesse de Dom Pedro II pelo árabe (Khatlab, 2015).

Mustafa Jarouche (2017) descreve que Dom Pedro II verdadeiramente se destacava da elite cultural brasileira, que era majoritariamente apegada ao racismo contra o oriente. Em suas viagens, pessoalmente passou a divulgar o Brasil para os árabes, bem como o mundo árabe para os brasileiros, tendo sido grande responsável por essa abertura de relações que a anos não era estimulada de fato, e sim ignorada. Jarouche (2017) ainda destaca como que a comunidade

mulçumana passou a ganhar certa notoriedade sob égide de Pedro II que incentivava essas comunidades locais.

Nos cadernos do imperador, mantidos no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, é possível encontrar registros de seus estudos gramaticais e de suas interações com diferentes dialetos árabes, como o argelino. O monarca também conduziu pesquisas sobre a morfologia das línguas orientais, como o árabe e o hebraico, e relatou em seu diário suas reflexões sobre a complexidade dessas línguas, com Dom Pedro II não apenas se interessando pelo estudo acadêmico das línguas, mas também promovendo a educação de jovens e o incentivo ao conhecimento em território brasileiro. Um exemplo notável desse comportamento seria sua participação em eventos como a distribuição de prêmios no Colégio Stanislas, onde presenteou a instituição com um manuscrito escrito em diversas línguas (Khatlab, 2015).

Imagem 5: Página do caderno de estudo de língua árabe de d. Pedro II



Fonte: Khatlab, 2015, p. 604

Convém ressaltar a tradução da obra “As mil e uma noites” do árabe original para o português, sendo essa um grande bastião da cultura do oriente médio, também é um ponto de destaque nesse interesse, com o imperador tendo a realizado até mesmo no exílio, e sob indicação de seu professor Seibold. A obra foi amplamente divulgada, tendo recebido dedicatórias como um homem erudito e voltado a progresso (Mustafa Jarouche, 2017).

Continuamente, o imperador não se limitava ao árabe, tendo também conhecimentos de sânscrito, persa e outros idiomas associados ao clássico literário, enriquecendo ainda mais sua

tradução com inserções de palavras desses idiomas, a tornando única, lhe rendendo homenagens no meio acadêmico (Khatlab, 2015).

Cabe ressaltar que o imperador nutria o mesmo empenho de preservação pela própria língua tupi-guarani, onde procurava uma forma de não a perder, propondo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que centralizasse os estudos das línguas indígenas e elaborasse uma gramática e dicionário geral das línguas e seus dialetos para que essa matriz cultural brasileira fosse preservada (Khatlab, 2015).

Tradando-se de sua área de estudo hebraísta, motivado por seu desejo de compreender a Bíblia em sua língua original, D. Pedro II também nutria um profundo interesse pelo estudo das línguas semitas. Dessa maneira, o imperador iniciou seus estudos em hebraico de forma autodidata em 1862. Naquela época, o hebraico era uma língua restrita à liturgia e aos cultos em sinagogas, sem o uso moderno e cotidiano como atualmente em Israel. Posteriormente, passou a contar com o apoio de diversos professores, como Leonhard Akerblom, Karl F. Koch e Karl Henning, que o acompanhou em viagens importantes, como a segunda viagem ao Oriente em 1876 (Khatlab, 2015).

A continuidade desses estudos resultou no profundo conhecimento que D. Pedro II adquiriu da língua hebraica e em sua crescente reputação como linguista, algo amplamente registrado pela imprensa internacional, como ocorreu em sua visita a Londres: “Na primeira viagem ao exterior, em 1871, o jornal *The Times*, de Londres, publicou: O imperador do Brasil é versado em hebraico, lê e entende o culto” (Khatlab, 2015, p. 55). Durante suas viagens, ele fazia traduções de textos bíblicos, como o cântico de Débora e o Salmo 122, como relatado em seus diários.

Além disso, Dom Pedro II foi além da simples leitura e tradução, envolvendo-se na preservação da cultura judaica, sendo que no exílio publicou o livro “Poesias hebraico-provençais”, onde resgatou cânticos litúrgicos antigos que datavam dos séculos XVI e XVII. Essa obra foi aclamada por escritores e estudiosos israelenses, como Nahum Sokolov, que destacou a iniciativa do imperador brasileiro de salvar essas peças do folclore judaico, até então esquecidas (Khatlab, 2015).

O fato de mostrar a sua versatilidade em hebraico surpreendeu até mesmo comunidades judaicas, como a delegação de judeus da Alsácia-Lorena, que, ao serem recebidos pelo imperador em hebraico, não conseguiram responder, pois desconheciam a língua sagrada, algo que causou admiração em D. Pedro II. Além do hebraico, ele também estudou o provençal,

uma língua falada na região da Provença, na França, que incluía termos hebraicos e árabes, e possuía conhecimento de aramaico, um dos dialetos do hebraico (Khatlab, 2015).

Assim sendo, saindo da Itália, Dom Pedro II partiu para o Egito, rumou junto de sua comitiva por todos os vastos monumentos antigos deixado pelas civilizações antigas, seu gosto pela egiptologia junto de profissionais e cientistas qualificados deram-lhe muito conhecimento acerca do que encontrara, seguindo os passos de Alexandre, Cesar e Napoleão (Lyra, 1939). Cabe ressaltar que na época as viagens ao oriente deveriam ser extremamente planejadas, dado não apenas o perigo do terreno desértico, como também a eminência de ataques de saqueadores que eram muito frequentes a caravanas isoladas e sem proteção (Khatlab, 2015).

Como forma de contextualização, se faz necessário ressaltar a história recente do Egito durante o período. A invasão do Egito pelo general Napoleão Bonaparte em 1798 marcou o início de um período de instabilidade no país, que culminou com a intervenção militar dos exércitos otomano e inglês, expulsando as tropas francesas em 1801. Posteriormente, o Egito mergulhou em uma guerra civil envolvendo facções otomanas, mamelucos e mercenários albaneses, que terminou em 1805 com a ascensão de Mohammad Ali, um soldado albanês que tomou o poder e foi posteriormente nomeado governador pelo sultão otomano em 1811 (Khatlab, 2015).

De maneira subsequente, Mohammad Ali iniciou um amplo processo de modernização no Egito, apoiado pelos franceses, reorganizando o exército, criando uma marinha de guerra e promovendo reformas econômicas e industriais que transformaram o país em um dos mais avançados fora da Europa durante o século XIX. Desse modo, a dinastia Mohammad Ali implementou a reconstrução da cidade de Alexandria em 1810 e a construção do canal Mahmudieh em 1819 para melhorar a irrigação com as águas do Nilo (Khatlab, 2015).

Posteriormente, em 1822, Mohammad Ali expandiu o território egípcio, conquistando grande parte do Sudão e introduzindo o cultivo de algodão, que rapidamente se tornou uma das principais fontes de riqueza do país, especialmente após a França perder o acesso ao algodão brasileiro devido à invasão de Portugal por Napoleão. A dinastia continuou a modernização do Egito após a morte de Mohammad Ali sob o governo de Said Paxá, que deu permissão ao engenheiro francês Ferdinand de Lesseps para a construção do Canal de Suez. Embora Said tenha falecido em 1863 sem ver a conclusão da obra, o canal foi inaugurado em 1869 por seu sucessor, Ismail Paxá (Khatlab, 2015).

Por fim, Ismail promoveu uma série de reformas administrativas, investiu na educação e desenvolveu a infraestrutura do país, com ênfase em ferrovias, telégrafos e a expansão urbana

de Cairo, inspirada no modelo urbano de Paris. No final da década de 1860, Ismail Paxá recebeu o título de khédive (vice-rei) e, durante os anos 1870, alcançou certa independência em relação ao Império Otomano. Foi nesse contexto que o Brasil estabeleceu suas primeiras relações diplomáticas com o Egito, criando um consulado no Cairo e, em 1868, um consulado honorário em Alexandria. D. Pedro II, em suas viagens ao Oriente em 1871 e 1876, encontrou-se com Ismail Paxá, com quem estabeleceu laços de amizade (Khatlab, 2015).

Segundo Lyra (1939), assim que Dom Pedro II desembarcou em Alexandria, no Egito, ele recebera dois telegramas importantes que lhe encheram de alegria, e lhe informavam acerca da promulgação da Lei do Ventre Livre, dessa forma não nasceriam mais escravos no Brasil. Visconde de Itáuna, que acompanhava a comitiva de Dom Pedro II, escreveu ao Barão do Rio Branco suas impressões, como segue a Carta de Alexandria, 28 de outubro de 1871, no arquivo do Itamaraty:

28 de outubro de 1871: "Logo ao desembarcar, recebeu o Imperador dois telegramas, um de Florença e outro de Milão, anunciando-lhe que a lei acerca do elemento servil havia passado no Senado. Apenas foi lido esse telegrama, Sua Majestade correu para mim, deu-m'o para lêr, abraçou-me, e em verdadeira explosão de prazer disse o seguinte: Escreva já ao Rio-Branco, enviando-lhe este abraço que lhe dou, e diga-lhe, na linguagem a mais positiva, que estou penhorado e desejava abraçá-lo agora pessoalmente, o que farei logo que o aviste em minha volta. Diga-lhe mais, que o considero como meu homem, em que deposito toda a confiança e esperança que posso ter, nutrindo a crença de que êle não me abandonará no muito que temos a fazer; diga-lhe mais, que conte comigo como me apraz contar com êle, e acrescente que deixando-o á frente do Governo na minha ausência, cada dia tenho mais razão de crer no homem que tantos e tão grandes serviços me prestou ao paiz, no Paraguai. Quem proferiu tais palavras, rematava o visconde de Itaúna, não é fácil fazê-lo. Nunca tenho visto o Imperador entregue a tão violenta expansão" (Lyra, 1939, p. 297-298).

A Lei do Ventre Livre no Brasil foi celebrada com grande entusiasmo popular, com pessoas saindo às ruas em diversas cidades para derrubar os pelourinhos, símbolos da punição dos escravos. Sabendo da passagem do imperador D. Pedro II na Europa, a imprensa internacional exaltou sua decisão de emancipar os escravizados de forma abrangente, ressaltando seu compromisso com a emancipação. Khatlab (2015) descreve que uma figura importante na vida de Pedro II era Rafael, um negro libertado veterano da Guerra da Cisplatina, que, além de ser homem de confiança de seu pai, serviu como criado pessoal do imperador desde a infância. Esse vínculo afetivo era tão forte que D. Pedro levou Rafael consigo em sua segunda viagem ao exterior, em 1876. Rafael faleceu aos 80 anos, no mesmo dia em que a

Proclamação da República foi anunciada e D. Pedro II foi informado de seu iminente exílio, em 15 de novembro de 1889 (Khatlab, 2015).

Quando esteve em Alexandria, rumou por todos os pontos arqueológicos que lhe fossem interessantes, desde os Obeliscos conhecidos como as Agulhas de Cleópatra, até as partes periféricas e portuárias da cidade, que eram ignoradas por turistas por não se tratarem do protocolo de visita. Na época, dado as reformas que estavam acontecendo e o fluxo de pessoas que aportavam apenas para seguir ao Cairo, Alexandria era uma cidade escassa de população e abandonada, com organização apenas na área central, e quando Dom Pedro II visitou essas áreas, tratou de criticar como a infraestrutura de tantos monumentos eram deixadas totalmente sem cuidados, bem como do perigo para a população que ali habitavam irregularmente (Khatlab, 2015).

Passou a visitar uma Igreja Brasileira construída em Alexandria por Miguel Debbané, libanês e Consul Honorário Brasileiro, que começou sua vida como um comerciante no Egito, e através de sua ascensão visitou o Brasil onde foi acolhido e recebeu o título de Conde. Era uma prática comum que missões diplomáticas de países cristãos em nações predominantemente islâmicas disponibilizassem uma capela ou igreja para que seus cidadãos cristãos tivessem um espaço para assistência espiritual. No caso específico, Debbané, membro do rito greco-melquita católico, decidiu dedicar uma igreja a São Pedro de Alcântara, santo patrono do imperador D. Pedro II (Khatlab, 2015).

Khatlab (2015) relata que, após o falecimento de Miguel Debbané, a Fundação Debbané passou a ser liderada por seu sobrinho, José Debbané, e posteriormente, com a morte deste, seu filho Nicolas Debbané assumiu a direção. Nicolas desempenhou diversos papéis de destaque, incluindo adido do Consulado Honorário do Brasil em Alexandria e membro de várias instituições acadêmicas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Real Sociedade de Geografia do Egito. Além disso, foi secretário-geral da Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais. O autor também observa que, após as visitas de D. Pedro II ao Egito, como consequência destas foram estabelecidos vice-consulados brasileiros em várias cidades, como Ismaíliã em 1873 e Suez, Cairo, Mansourah, e Damietta em 1877.

Alexandria, no entanto, não seria apenas um ponto turístico a ser visitado pelo Imperador, uma vez que, segundo Khatlab (2015), Dom Pedro II tinha planos econômicos e comerciais no Egito, com constam em seus diários, com Alexandria tendo sido, para o pesquisador, um marco nas relações entre Brasil e Oriente. O imperador teria se munido de um vasto material sobre o Egito, particularmente relacionado as expedições de Napoleão que, do

contrário que é comumente associado, fora acompanhada não apenas de militares, mas sim de uma vasta gama de especialistas e cientistas dos mais diversos âmbitos, como botânicos, biólogos, arqueólogos, historiadores, e etc.

Khatlab (2015) destaca que a comissão de ciências de Bonaparte produziu um trabalho intitulado “Projeto de um estabelecimento de agricultura no Egito”, que foi exposto na 16ª Sessão do Instituto Francês do Egito, em 1800, pelo botânico francês Hippolyte Nectoux. Dessa forma, como resquício documental, Debbané publicou um artigo a respeito do projeto no jornal brasileiro *O Paiz*, intitulado “A viagem de d. Pedro II ao Egito”, onde foi descrito que as prioridades de um governo esclarecido devem estar voltadas para a agricultura, e que especificamente em relação ao Egito, o artigo dizia sobre a esperança de que o país possa cultivar com sucesso tanto plantas nativas quanto exóticas de grande utilidade.

Devido à similaridade climática com a América do Sul durante grande parte do ano, Debbané descreveu através de Nectoux que o Egito tinha um potencial para obter novas riquezas através da cultura de produtos como cana-de-açúcar, anil, algodão e até café. D. Pedro II demonstrou uma visão estratégica e pragmática ao pensar na criação de um campo econômico que conectasse o Brasil ao Oriente, com o Egito, nesse contexto, era imaginado como um complemento à experiência agrícola brasileira e como um mercado estratégico para os gêneros exclusivos produzidos no Brasil (Khatlab, 2015).

As ações pós-viagem do Imperador revelam um compromisso contínuo com os contatos estabelecidos durante sua estadia no Egito. D. Pedro II fez referência ao Plano da América Mediterrânea, de Napoleão Bonaparte, adaptando-o para o que ele chamava de “Plano do Egito – América Tropical”. O livro *Affaires d’Egypte 1881-1882*, que está no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, era uma das suas leituras importantes, contendo documentos e correspondências diplomáticas sobre o Egito, reforçando seu envolvimento em aprofundar as relações econômicas e agrícolas entre o Brasil e o Oriente Médio (Khatlab, 2015).

Inspirado pela prática inglesa de nomear representantes com conhecimento profundo sobre as localidades que iriam representar e para facilitar essa conexão, o conde Miguel Debbané foi nomeado cônsul honorário do Brasil em Alexandria. O Conde não mediu esforços para fomentar o comércio e a agricultura entre Brasil e Egito, criando um campo experimental, onde eram cultivadas sementes e plantas enviadas ao Brasil. Simultaneamente, plantas brasileiras eram enviadas ao Egito para observar e comparar seu desenvolvimento, promovendo, assim, um intercâmbio agrícola inovador entre os dois países (Khatlab, 2015).

No Brasil, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1808 por d. João VI, já servia como um centro importante para o cultivo de plantas exóticas e nativas. D. Pedro II demonstrou particular interesse em diversificar a produção de café, trazendo mudas do genuíno café arábica da região de Moca, no Iêmen, para os viveiros no Egito e posteriormente para o Brasil. Esse esforço contribuiu para a criação de diversas espécies de plantas cafeeiras que ainda são cultivadas hoje (Khatlab, 2015).

Finalmente, após todos esses esforços, o acompanhamento de Pedro II sobre essas iniciativas culminou na criação da Estação Agronômica de Campinas, em 1887, que mais tarde se tornaria o Instituto Agronômico de Campinas. Tendo essa instituição sido fundamental para o desenvolvimento de critérios técnicos e científicos para o cultivo do café, que viria se tornar o principal produto brasileiro, consolidando a visão do imperador de fomentar a economia brasileira através de uma agricultura diversificada e moderna, com essas iniciativas consolidando duradouras relações entre Brasil e Egito no acompanhamento comercial dessas diversificações ao plantio (Khatlab, 2015).

Como consequência, sua visita ao Egito e o intercâmbio de sementes e mudas ajudaram a introduzir plantas exóticas e a consolidar uma visão pragmática de que o Brasil poderia expandir seu potencial agrícola, não apenas como exportador, mas também como um centro de pesquisa e inovação, com hoje Instituto Agronômico de Campinas sendo uma das realizações mais marcantes dessa estratégia que proporcionou bases científicas para a agricultura, especialmente para o café, que se consolidou como um dos principais produtos do Brasil (Khatlab, 2015).

Por fim, D. Pedro II também foi responsável por introduzir várias espécies de plantas exóticas no Jardim Botânico do Rio, incluindo bambus egípcios, e mantinha correspondência com outros líderes, como o rei-consorte de Portugal, d. Fernando II, para discutir essas iniciativas (Khatlab, 2015).

Continuando seu trajeto, Dom Pedro II seguiu até o Canal de Suez de trem, onde ficou em uma área urbanizada e viu o canal que ligava o Mediterrâneo ao Mar Vermelho. Passou por Ismaília, uma pequena cidade que ganhara destaque após a construção do canal, Port Said e, por fim, o Cairo. No âmbito das relações exteriores, esteve junto de Khediva Ismail do Egito e não demorou para que ambos se aproximassem. Ismail foi até o Hotel de Pedro II junto do ministro das relações exteriores Nubar Paxá, onde conversaram sobre os mais diversos interesses, e Ismail ficou extremamente impressionado pelo interesse e conhecimento que o Imperador tinha sobre o Egito (Khatlab, 2015).

Imagem 6: D. Pedro II subindo na pirâmide de Quéops com a ajuda dos árabes



Fonte: Khatlab, 2015, p. 613

Como mostra a imagem da comitiva de Pedro nas pirâmides, segundo Lyra (1939), Ismail se comprometeu a auxiliar a visita de Dom Pedro II e sua comitiva no que fosse necessário, e passaram a se corresponder a partir do primeiro encontro, com o vice-rei e o Imperador trocando cartas enquanto o imperador visitava os patrimônios históricos. Dom Pedro II passou pelas pirâmides, monumentos antigos, visitou mesquitas, as ruínas da antiga Mênfis. Encontrou-se com o famoso egiptólogo alemão Karl Brugsch, que não apenas lhe auxiliou em novas descobertas arqueológicas, como lhe também lhe auxiliara a traduzir muitos textos antigos.

No que tange aos acadêmicos árabes, também foi apresentado ao poeta Said Saleh Magdi, ministro da educação do Cairo, como descreve em seus escritos:

Brugsch apresentou-me na biblioteca um poeta árabe que há de fazer-me versos e outro árabe que tem traduzido muitos livros franceses para a instrução pública. Ainda está bastante atrasada [a escola pública] posto que instituísse 25.000 alunos no Cairo as escolas primárias e o atual Khédive instituísse uma de meninas, o que é grande progresso, onde o belo sexo é tão desprezado (Khatlab, 2015, p. 132)

Também conheceu o egiptólogo Auguste Mariette, que junto de Brugsch, acompanharam o imperador em sua visita ao museu Boulaq, mais sítios arqueológicos, e por fim o Instituto do Egito, onde Pedro II foi nomeado membro honorário (Sochaczewski, 2017).

Segundo a Carta do Imperador do dia 10 de novembro, o presidente honorário do Instituto era Mariette, e a sessão estava sendo presidida por Collucci-Bey, um médico de família italiana formado em Bolonha. Durante a sessão, Dom Pedro II agradeceu formalmente por sua admissão e mencionou que tinha algum conhecimento sobre o Egito e que o observava com atenção e curiosidade científica. Ademais, ao longo da sessão, várias memórias de outros participantes foram lidas, e Dom Pedro II teve a oportunidade de explorar o prédio, especialmente a biblioteca, onde conheceu e conversou com seus colegas. Entre os 16 presentes, ele destacou Paulo Colucci, irmão do presidente e também médico; Gaillardot, um médico francês com longa experiência no Egito; Dr. Abate, um médico italiano; Emmanuel, um explorador francês; Savaire, um orientalista francês; e Gallici, um advogado italiano especialista em direito otomano (Bediaga, 1999).

Dom Pedro também visitou monumentos famosos como os túmulos do Mokattam e as mesquitas de Galahúm, Tulúm, Amrú e Ashar, descrevendo a arquitetura e o valor histórico de cada local. Ao visitar o local da antiga “casa de loucos” de Galahúm, ele observou que o edifício original parecia um calabouço, felizmente agora substituído por outro prédio (Bediaga, 1999) Por fim ele viu cerimônias de dança do ventre, que em certas culturas regionais tinham cunho religioso, cerimônias de circuncisão, escolas e dervixes rodopiantes (Sochaczewski, 2017).

Imagem 7: “Ele quer ver o mundo inteiro” Charge de 1877 na Revista Ilustrada



Fonte: Biblioteca Nacional, Revista Ilustrada (RJ) - 1876 a 1898, 2024.

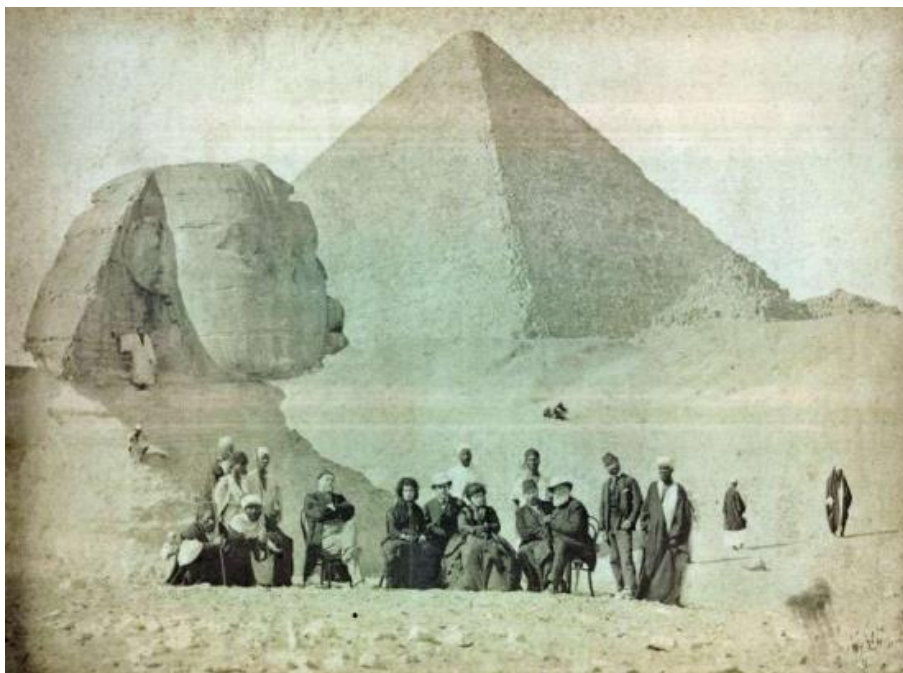
Assim conclui-se que a viagem de D. Pedro II ao Egito, que durou pouco mais de quinze dias, foi marcada por uma intensa movimentação por diversas regiões do país, incluindo desertos e cidades, vales e montanhas. Segundo Nogueira da Gama, um dos membros de sua comitiva, a excursão foi extenuante, com mostra a charge acima da *Semana Ilustrada* de 1877, com o imperador sempre à frente, conduzindo o grupo através de locais como Alexandria, Cairo, e até as pirâmides de Mênfis, enquanto a comitiva demonstrava sinais de cansaço devido às condições extremas do clima e às dificuldades enfrentadas durante a jornada, no entanto, para D. Pedro II, a viagem não foi motivo de queixas, mas sim “uma grande oportunidade de aprendizado” segundo suas palavras (Lyra, 1939).

Convém ressaltar, ainda, que ao contrário do que se poderia esperar, D. Pedro II não se deixou impressionar pelo esplendor do luxo do Khediva Ismaíl, que não se inibia em mostrar riqueza para o imperador visitante através de salões dourados, palácios ornamentados, iguarias e até mesmo um harém. Para o imperador brasileiro, a ostentação dos palácios do soberano contrastava de maneira desconcertante com o estado de abandono dos monumentos antigos, algo que o Khediva não viu como um insulto, mas sim com admiração pela humildade de Pedro II. Seu apreço pela história e pelas civilizações antigas fazia com que ele se sentisse incomodado com o descuido em relação ao patrimônio cultural egípcio. D. Pedro II expressou sua opinião de forma crítica, afirmando que o Khediva poderia gastar menos com seus palácios e investir mais na preservação desses monumentos históricos (Lyra, 1939).

Ismail Paxá viu em Dom Pedro II um laço de amizade, e lhe presentou com um sarcófago egípcio que hoje se encontra em solo brasileiro. Além disso, pode presenciar vividamente a modernização feita por Paxá, com as obras de infraestrutura do Canal de Suez, que na época era um importante elo entre o Oriente e o Ocidente, tendo influenciado a maneira que Pedro II passara a desenvolver as linhas ferroviárias no Brasil, com brasileiros sendo enviados ao Egito para acompanhar as obras e trazer o conhecimento de volta aos trópicos (Khatlab, 2015).

Sochaczewski (2017) descreve que o Imperador parecia um tanto chateado do fato de o Egito não ter nada do que ele pensava do “Antigo Egito”, mas ficou maravilhado com o encontro com os egiptólogos. Além disso, Pedro II encantou-se com a cultura local, mas prestou críticas a certas medidas que via como arcaicas, como por exemplo o gesto de encostar nas dançarinas do ventre na cintura como forma cerimonial, mas que ele via como objetificação do ser-humano e não o fez, ou mesmo a visita aos haréns (Khatlab, 2015).

Imagem 8: D. Pedro II e comitiva ao lado da Esfinge e pirâmides.



Fonte: Khatlab, 2015, p. 614

Após as expedições na terra dos faraós, o com os presentes que lhe foram entregues, como as traduções dos hieroglifos e o sarcófago, o imperador partiu em seu navio em direção a Itália. Essa partida de Alexandria marcou o final de sua primeira viagem ao Egito e à África do Norte, com Dom Pedro II tendo dedicado um tempo significativo ao estudo das civilizações antigas e ao aprofundamento de relações diplomáticas e científicas, tanto com autoridades locais quanto com intelectuais e estudiosos.

A viagem também deixara uma forte marca no Imperador, seja por ter visto com seus próprios olhos os monumentos, ou através da amizade construída com Paxá, que passou a incentivar o plano de cooperação agrícola entre Brasil e Egito através dos estudos das mudas africanas e tropicais, que viriam a influenciar fortemente os aspectos econômicos do Brasil com a agro exportação do Café.

4.1.3. De volta a Europa: O Imperador e Sucessor De São Pedro, retorno a França e Portugal

De volta a Itália após sua viagem ao Egito, Dom Pedro II se encontrou com o Papa Pio IX e também com Vitor Emanuel II, soberano da Itália, em um clima tenso que se alastrava dado os movimentos de unificação do país. No que diz respeito a viagem, D. Pedro II, após deixar a África do Norte e o Oriente, fez escalas em Rodes e Creta durante o retorno à Europa, antes de seguir pelo mar Jônio e Adriático até Brindisi, onde escreveu à condessa de Barral expressando sua felicidade com a viagem e a expectativa de reencontrá-la em Paris, além de relatos sobre o helenismo e a vontade de visitar a Grécia que não seria possível por enquanto. O imperador relatou, em seu diário, sua satisfação com a jornada, destacando a visita ao Oriente e lamentando que a condessa não o tenha acompanhado ao berço da civilização antiga, vide que a mesma temia visitar o oriente por achar “perigoso” para mulheres (Khatlab, 2015).

Assim que chegara em Nápoles mandou uma carta para Alessandro Manzoni, com quem tinha se comunicado na sua primeira passagem na qual lhe mandava as traduções que tinha prometido:

De regresso á bela Italia, dou-me pressa em oferecer-lhe o pequeno trabalho literário de que lhe falei. O seu único mérito é o verdadeiro sentimento para consigo que o inspirou, e talvez que a vista dos soberbos e vetustíssimos monumentos do Egito tenha deixado nele um pouco de sua obra poética" (Lyra, 1939, p. 300).

Seu próximo destino seria Roma, que passava por um momento conturbado dado as consequências das guerras de unificação da Itália, que ocorreram entre 1850 e 1870, como parte do movimento nacionalista que dominou a Europa no século XIX. O projeto nacional foi impulsionado por dois grupos principais: um de caráter liberal-republicano, liderado pela "Jovem Itália" e pelas "Camisas Vermelhas", e outro de natureza monarquista, representado pelo "Risorgimento", liderado por Cavour, o primeiro-ministro do Piemonte (Santos, 2015).

Como ressaltado, a onda revolucionária liberal e nacionalista de 1848 teve um papel fundamental nesse processo, que apesar de terem sido derrotados pelos austríacos, fortaleceram nos italianos o sentimento de unidade nacional. Posteriormente, vendo a necessidade de ajuda externa contra a Áustria, o primeiro-ministro Cavour firmou uma aliança com Napoleão III da França para lutar contra os austríacos (Santos, 2015).

O Piemonte-Sardenha, por sua vez, destacou-se como o motor da unificação, devido ao seu processo de modernização e à liderança de Cavour. Com vitórias militares e diplomáticas,

o Reino do Piemonte conseguiu anexar diversas regiões italianas, culminando na declaração de Vítor Emanuel II como rei da Itália em 1861, e com a derrota dos franceses na Guerra Franco-Prussiana em 1870. Dessa forma Roma foi incorporada ao Reino da Itália, completando a unificação (Santos, 2015).

Assim, o conflito entre o rei Vítor Emanuel II e o Papa Pio IX se deflagrou, sendo um dos pontos mais críticos após a unificação italiana, uma vez que o Reino do Piemonte-Sardenha anexou várias regiões que estavam sob o controle da Igreja, incluindo os Estados Papais e a capital Roma. Pio IX, que se opunha firmemente à perda dos territórios papais, exilou-se na Basílica de São Pedro e passou a se considerar um “prisioneiro no Vaticano”, onde recusou-se a reconhecer o Estado italiano, desacordo esse que ficou conhecido como a “Questão Romana”, e marcou o rompimento das relações entre a Igreja Católica e o Estado da Itália (Santos, 2015).

Por fim dessa parte contextual, cabe destacar que o conflito entre o Papa e o Rei da Itália só viria a ser resolvido em 1929, com a assinatura dos Tratados de Latrão, entre Benito Mussolini e o Papa Pio XI, que reconheceu o Vaticano como um Estado independente e recebeu compensações financeiras pela perda dos territórios papais (Santos, 2015)

Foi nesse contexto turbulento que Dom Pedro II se encontrou com o Papa Pio IX e o Rei Vítor Emanuel. Encontrou-se com o rei da Itália na noite em que chegou no seu Hotel, embora não se tenha registro sobre o que conversaram, pode-se ter uma noção que o Rei da Itália apelara a Dom Pedro II para ter uma abertura de diálogo com o papa, dado aos registros com relação a conversa de Pedro II e Pio IX no que se deu a seguir (Lyra, 1939).

O autor norte americano e historiador católico Gilmary Shea, conhecido por suas críticas fervorosas aos “inimigos” da igreja católica, descreve em sua biografia do Papa Pio IX o encontro de Pedro II com o alto pontífice. Em seu livro, Dom Pedro II é descrito como um imperador fraco e anticatólico, fazendo parte um movimento maior contra o catolicismo. Além disso, descreve minuciosamente o que teria sido a conversa entre ambos:

Em 1872, ano que aqui antecipamos, o fraco Imperador do Brasil, mais uma ferramenta da revolução anticatólica e aprisionador de bispos, estava em Roma. Ele chocou o sentimento católico ao se hospedar com Victor Emmanuel antes de prestar homenagem ao oprimido Vigário de Cristo. Uma manhã, o imperador se apresentou no Vaticano enquanto o Papa celebrava missa. Ao final, Pio IX foi informado da presença do Imperador do Brasil, algo totalmente inesperado naquela hora tão cedo. O Papa ordenou que ele fosse introduzido. Quando entrou, Pio IX perguntou: "O que deseja Vossa Majestade?"; "Peço à Sua Santidade que não me chame de Majestade, estou aqui simplesmente como Conde de Alcântara." O Papa respondeu: "Bem, meu caro Conde, qual é o seu desejo?"; "Sua Santidade, venho implorar-lhe que me permita apresentar a Vossa Santidade sua Majestade, o Rei da Itália." Ao ouviressas palavras, o Santo Padre levantou-se, e com um olhar que assustou

o imperador intrometido, exclamou: "É inútil dirigir-me tal linguagem. Que o Rei de Piemonte renuncie às suas más ações, que me devolva meus Estados, e então eu o verei. Antes disso, não." Alguns fingem pensar que a atitude do Papa foi dura e implacável. O Papa, por seu juramento, é apenas o depositário do poder recebido de seus predecessores para entregar intacto ao próximo Soberano Pontífice. Ele não pode alienar seus Estados ou aprovar a violência contra a religião neles cometida. A isso, ele sempre deve dizer: "Non possumus" — "Não podemos." (Gilmery, 1877, p. 382-383, Tradução livre).

Logo passou a circular que o Papa teria ofendido Imperador do Brasil, sendo que D. Pedro II teria feito uma sugestão para reconciliar o Papa Pio IX com o Rei da Itália, recebendo como resposta um comentário desdenhoso, em que o pontífice o teria chamado, de forma pejorativa, de "mon cher petit comte d'Alcantara". Do que temos registros das cartas de Isabel, no entanto, a princesa esclarece que, embora tenha ouvido falar sobre a tentativa de seu pai de reconciliar o Papa com o Rei, as circunstâncias não ocorreram da maneira descrita (Lyra, 1939)

Além disso, ela reforça que D. Pedro II nunca utilizou o título de Conde de Alcântara, assinando-se apenas como Pedro de Alcântara, que era seu nome de batismo, e que tudo teria sido um erro de descrição entre o Papa e o Imperador. Lyra também descreve que é importante ressaltar que o diálogo entre o Papa e o Imperador, teria sido conduzido em italiano, uma língua que D. Pedro II dominava fluentemente, em vez do francês, como mencionado erroneamente pelas notícias que saíram (Lyra, 1939).

Torna-se evidente que Papa Pio IX considerava a unificação da Itália como algo inaceitável e excomungou publicamente os líderes responsáveis, incluindo o Rei. Lyra (1939) elucida que a tentativa de Pedro II foi sincera, mas tal qual Garibaldi descrevera Pio IX como o "Vampiro do Vaticano", a tentativa tornou-se inútil dado os modos do papa como alguém sem educação e sarcástico, além de principalmente sua resistência inabalável contra seus inimigos. Barman (1999) ressalta que a princesa Isabel disse que a atitude do Papa não foi correta, mas que seu pai Pedro II não deveria ter ido velo, e que se "as pernas não conseguem ficar paradas, deveria ter as usado para ver curiosidades" no trajeto por Roma, e não o Papa.

Dessa forma, Dom Pedro II, afim de evitar uma discussão, pediu perdão pela sugestão de reconciliação entre ambos, o que era claramente impossível. Deu de presente ao Papa algumas joias e livros de poesias antes de sair da Itália. Como descrito na última citação de Gilmery (1877), Dom Pedro II é chamado de "aprisionador de bispos" dado os episódios diplomáticos conhecidos como "Questão Religiosa" em que Dom Pedro II viria a punir alguns Bispos no Brasil. Pio IX proibiu os católicos de fazerem parte da maçonaria, proibição essa que não foi respeitada por Pedro II que, para além de seu próprio pai Dom Pedro I ter sido

maçom e Grão Mestre, bem como José Bonifácio e outros ilustres brasileiros como Barão de Mauá e Barão do Rio Branco, achou tamanha atitude extremamente autoritária (Barman, 1999)

Várias bulas papais proibiam os católicos romanos de serem maçons e, além disso, nos países da Europa Católica, o movimento maçônico era ateu e agressivamente anticlerical. No Brasil, a situação era marcadamente diferente, por parte da maçonaria em comunhão com a religião, e as bulas papais nunca foram aprovadas pelo governo, uma vez que Dom Pedro II não podia aceitar que seus membros fossem acusados de ateísmo e outras perjuras: "Posso garantir ele [o papa] que a maçonaria, à qual, aliás, nunca pertenci, no Brasil não se ocupa de religião", informou D. Pedro II ao seu genro, que, no final de 1873, estava prestes a visitar o Papa Pio IX. A Maçonaria era um elemento integral do status quo no Brasil (Barman, 1999. p. 255-256, tradução livre).

Os Bispos do Pará, Olinda e Rio de Janeiro teriam obedecido o Papa ao proibirem membros da maçonaria de participarem das missas, algo que Pedro II não apoiou e puniu. Recebeu uma resposta dura de Roma para que explicasse a situação dos Bispos, com essa briga diplomática tendo durado de 1872 a 1875, distanciando o Império do Brasil do Vaticano. Na atual visita do Imperador, no entanto, tal questão religiosa ainda não havia se iniciado (Barman, 1999).

Imagem 9: Charge de 1877 na Revista Ilustrada “Sua Majestade em Roma”



Fonte: Biblioteca Nacional, Revista Ilustrada (RJ) - 1876 a 1898, 2024.

Além disso, é interessante notar que Dom Pedro II fazia parte da Soberana Ordem de Malta, antiga ordem dos cavaleiros hospitalários, assim como seu pai Dom Pedro I, o que

demonstra uma certa dualidade em sua postura. Por um lado, Dom Pedro II era membro de uma ordem católica secular de prestígio, mas, por outro, também protagonizou episódios de atrito com o Papa, evidenciando sua autonomia em relação à Igreja (Biblioteca Presidência, 2024).

Na tarde do dia seguinte, o imperador foi cordialmente recebido na Universidade de Roma, onde, em uma roda de eruditos e mestres renomados, participou de discussões abrangendo temas como matemática, arqueologia, arte, helenismo e hebraico. Os sábios presentes, admirados com o vasto conhecimento e curiosidade intelectual do monarca, demonstraram grande respeito, o que lhe proporcionou mais satisfação do que as homenagens formais das cortes locais. Antes de partir de Roma, o imperador insistiu em visitar o escultor Petrich, um antigo protegido que ele havia acolhido e amparado no Rio de Janeiro, disponibilizando uma sala no Paço da Cidade para seu ateliê. Agora, o escultor, em idade avançada, debilitado e vivendo em condições de extrema pobreza, foi profundamente tocado pela visita e pelo auxílio financeiro do imperador, manifestando sua gratidão de maneira comovente, em lágrimas e gestos de reconhecimento à generosidade do soberano (Lyra, 1939).

Segundo Lyra (1939), o Imperador deixou Roma e viajou então para Perugia, durante sua estadia, D. Pedro II foi visitado pelo então arcebispo da cidade, Joaquim Pecci, que mais tarde se tornaria o Papa Leão XIII. Em anos posteriores, Pecci confessaria ao visconde de Araguaia, ministro do Brasil na Santa Sé, a alta consideração que tinha pelo vasto conhecimento e pelas qualidades eminentes do monarca brasileiro, dignas de grande estima e veneração como consta nos arquivos do Itamaraty: “o vasto saber e as emmentes qualidades do nosso Monarca, tão digno da estima e da grande veneração de que goza” (Lyra, 1939, p. 303).

A relação cordial entre o imperador e Pecci deixou uma impressão duradoura em D. Pedro II, que, mesmo vinte anos depois e já no exílio, ainda se referia afetuosamente a Pecci como "meu amigo, o arcebispo de Perugia". Além disso, sabe-se que Pio IX não estimava Pecci, e nem lhe desejava ver assumindo o papado posteriormente, uma vez que o arcebispo se nutria de humanismo, poesia e filosofia (Lyra, 1939).

Quando o Imperador Dom Pedro II chegou a Florença, em novembro de 1871, a cidade estava imersa em celebrações em honra a Dante Alighieri, com a Exposição Beatrice organizada por De Gubernatis¹¹. É descrito que, apaixonado por Dante, o Imperador havia

¹¹ Angelo de Gubernatis (1840-1913) foi um destacado orientalista italiano e professor de sânscrito, cujas contribuições aos estudos orientais influenciaram profundamente a academia europeia no século XIX. Ele fundou

prometido, desde sua passagem por Roma, visitar o evento. Horas depois de sua chegada, foi surpreendido por De Gubernatis, que o encontrou despreocupadamente apreciando a exposição:

Ao sentir-se descoberto, o Imperador não pode conter a curiosidade, perguntou-lhe: - "Explique-me uma coisa, meu caro professor: porque é que de quando em quando ouço tocar lá fora o hino do meu país ". De Gubernatis, um pouco confuso, explicou ao Imperador a homenagem projetada da banda musical. E adiantou: como chegassem de carro vários personagens respeitáveis, altos, de longas barbas, o chefe da banda, com medo de enganar-se, resolvera receber cada um ao som do hino brasileiro. De forma que a única barba branca que não tivera o seu hino fora justamente o imperador do Brasil - porque tinha vindo a pé (Lyra, 1939, p. 305).

Conta-se que De Gubernatis, desejoso de prestar uma homenagem ao Imperador, organizara previamente uma banda de música à entrada da exposição, instruindo o maestro a tocar o hino imperial brasileiro assim que o avistasse. No entanto, devido à simplicidade de Dom Pedro II, que chegou muito antes do horário combinado e a pé, sem chamar atenção, ele passou despercebido entre os muitos visitantes e, por isso, não recebeu a saudação que lhe era devida (Lyra, 1939).

Após sua estadia em Florença, Dom Pedro II seguiu por Pisa, Gênova e Turim. Conforme narra Bom-Retiro, um dos cronistas da viagem, o frio começou a se intensificar em Turim, mas, apesar das condições climáticas adversas, o grupo continuou sua jornada, enfrentando uma madrugada severa até chegar a Aix-les-Bains. Lá, Dom Pedro II examinou com grande atenção as imponentes obras de engenharia do túnel ferroviário do Mont Cenis, as quais Bom-Retiro enaltece como um feito ainda mais admirável que a abertura do Canal de Suez. A viagem prosseguiu por Genebra e Basileia, onde a comitiva se deteve por algum tempo, antes de atravessar Estrasburgo e seguir direto para Paris (Lyra, 1939).

A partir de sua chegada ao Hotel Scribe em Paris na França, D. Pedro II solicitou a constante presença de Gobineau ao seu lado, os quais haviam se reencontrado na estação, pedindo que o conde lhe trouxesse sábios e artistas que desejava conhecer. Dessa vez o imperador passaria mais tempo na capital francesa, enquanto isso, a imperatriz Teresa Cristina rapidamente desenvolveu uma amizade com Clémence e Christine, esposa e filha de Gobineau,

várias publicações acadêmicas importantes e estabeleceu o *Museo Indiano* em Florença. Em 1890, mudou-se para Roma, onde continuou sua carreira como professor e dirigiu a *Società Asiatica Italiana*. Entre suas múltiplas realizações, Gubernatis também se destacou como poeta e dramaturgo, além de ter sido indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 1906 (Pirro, 2021)

respectivamente. As tardes no palácio eram marcadas por encontros culturais e sociais, nos quais a imperatriz recebia visitas diariamente às cinco horas (Raeders,1938).

Um episódio interessante relatado por Raeders (1938) diz respeito à preocupação do governo francês em receber o imperador Dom Pedro II com todas as honras protocolares, incluindo a execução do hino nacional brasileiro. No entanto, constatou-se que, em Paris, ninguém parecia conhecer a melodia. Diante dessa dificuldade, o Presidente Thiers, empenhado em garantir a perfeição do evento, solicitou o auxílio de Gobineau para solucionar o impasse. Após uma busca minuciosa pelas principais casas de música da cidade, a composição foi finalmente localizada na loja de Durand. A senhorita Blunt, renomada musicista e sobrinha de Lord Byron, executou a peça, permitindo que Gobineau identificasse o hino brasileiro. A partitura foi imediatamente encaminhada ao Palácio do Eliseu, e a guarda republicana dedicou-se a ensaiar a melodia ao longo da noite para a recepção do imperador (Raeders, 1938)

. Lyra (1939) relata que Adolfo Thiers, então primeiro Presidente da Terceira República Francesa, ao convidar Dom Pedro II para um jantar, teve uma conversa extremamente harmoniosa com o mesmo, onde expressou sobre as dificuldades enfrentadas pela França com a ocupação, e que as adaptações para os novos climas políticos que viriam. No entanto, fez questão de apresentar-lhe o general du Barrail, a quem descreveu como "o primeiro general de cavalaria da Europa". No entanto, o imperador, pouco impressionado com a apresentação, comentou o episódio posteriormente com Gobineau, acrescentando que "teria sido melhor deixar du Barrail com o seu cavalo", indicando que o homem não o cativou.

Ainda que as cicatrizes deixadas pela comuna de Paris fossem vistas pela cidade, dos escombros e sinais de luta, Bom-Retiro deixara claro que Paris ainda era Paris, e com certeza teriam oportunidade para apreciar a cidade, agora sem as tropas prussianas presentes também. Dessa maneira, Gobineau serviu como um guia competente e intelectual, apresentando ao Imperador importantes figuras francesas. Ele organizou uma lista de notabilidades como Renan, Alexandre Dumas, Mignet, Pasteur, Taine, Claude Bernard, Berthelot e Guizot (Lyra, 1939).

Da mesma forma, segundo Raeders (1938), as tardes organizadas pela imperatriz Teresa Cristina eram descritas como encantadoras, contando com a presença de personalidades influentes da aristocracia e alta sociedade francesa, como a própria condessa de Barral. Enquanto isso, D. Pedro II frequentemente se retirava para um salão vizinho, onde se envolvia em discussões com figuras célebres das ciências e das letras apresentadas por Gobineau. A

imperatriz, ao ser questionada sobre o paradeiro do imperador, costumava responder: "Ele está aqui com os doutores" (Raeders, 1938).

Gobineau ofereceu ao Imperador suas impressões pessoais sobre essas figuras. Sobre Claude Bernard, afirmou que era uma personalidade de destaque na Academia Francesa e nas Ciências, sendo insuperável como fisiologista. A respeito de Berthelot, destacou seu raro talento como químico com um espírito filosófico. Recomendou que Dom Pedro se interessasse por taine, um dos grandes expoentes da nova escola literária. Por outro lado, Gobineau fez observações críticas sobre outros intelectuais, como Théophile Gautier, cujo comportamento pessoal ele considerava pouco atraente, embora reconhecesse a importância de Dom Pedro observar todos os aspectos da cultura, mesmo os menos nobres segundo ele (Lyra, 1939).

Imagem 10: D. Pedro II visita os ateliês do *Moniteur Universel* e do *Monde Illustré*, gravura de Dauderarde. CRV



Fonte: Schwarcz, 1998, p. 538

O interesse genuíno do Imperador por essas instituições logo o destacou como uma figura respeitada entre os eruditos e acadêmicos de Paris, levando diversas associações, desde as mais renomadas, como o Instituto de França e a Royal Society de Londres, até as mais modestas a incluírem seu nome em suas listas de membros honorários (Lyra, 1939).

Seu reconhecimento internacional foi tão extenso que chegou a ser alvo de humor na imprensa parisiense: O jornal *La Constitution*, em tom satírico, brincou com o fato de Dom Pedro colecionar títulos e diplomas, comparando-o a um famoso colecionador de objetos curiosos da época. Segundo o jornal, o Imperador foi nomeado "bibliotecário honorário", "ator

honorário" e até "general honorário", em referência ao grande número de honrarias que recebeu durante sua viagem, demonstrando seu profundo conhecimento em várias áreas do saber, desde a geografia até a política, nesse grande tour parisiense que ele fez, de forma aberta ao povo e aos mais diversos intelectuais da cidade (Lyra, 1939).

Um fato interessante de se destacar é que Dom Pedro II fez questão de conhecer pessoalmente Louis Pasteur, que na época já havia se destacado por suas pesquisas sobre a transmissão de doenças contagiosas. Pasteur, então com cerca de 50 anos, estava começando a direcionar seus estudos para a raiva, pesquisa que eventualmente o consagraria como um dos maiores benfeitores da humanidade e criador da vacina contra essa doença. O encontro com Pasteur no laboratório da Escola Normal deixou uma profunda impressão no Imperador, que o admirava profundamente, não apenas por sua genialidade e contribuições científicas, mas também por sua humildade. Dom Pedro II lamentou que sua posição como monarca não lhe permitisse acompanhar mais de perto as pesquisas de Pasteur, porém meses após seu retorno ao Brasil, o Imperador enviou a Pasteur a comenda da Ordem da Rosa, gesto que o cientista recebeu com gratidão, expressando seu apreço pela inteligência e apoio de Dom Pedro II à ciência (Lyra, 1939).

Dessa forma, após dois meses em Paris, o Imperador Dom Pedro II partiu rumo ao sul da França, realizando paradas em Lyon, onde percorreu a cidade e, devido a um equívoco do cocheiro, acabou inadvertidamente em uma cerimônia de casamento, e em Saint-Étienne, onde fez questão de visitar uma renomada manufatura. Durante sua passagem por um quarteirão, foi convidado de maneira espontânea por um menino a entrar em sua residência. Encantado pela simplicidade da recepção, o Imperador visitou a modesta casa, conversou com o jovem anfitrião e, ao se despedir, deixou-lhe um bilhete de cem francos como recordação de sua visita inesperada (Lyra, 1939).

Williams (1966) descreve que em Marselha o Imperador visitou o Liceu, onde participou de uma aula de grego moderno. Recusou o lugar de honra oferecido pelo professor, preferindo se sentar entre os alunos e surpreendeu a todos ao interpelar um dos estudantes na própria língua, explicando que havia estudado grego moderno, mas não encontrara cursos dessa língua em Paris.

Além disso, Dom Pedro II fez questão de conhecer o renomado poeta provençal Frédéric Mistral¹², o imperador revelou que havia lido as obras de Mistral durante sua viagem

¹² Frédéric Mistral foi um poeta que liderou o renascimento da língua e literatura occitana (provençal) no século XIX. Ele compartilhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1904 (com José Echegaray y Eizaguirre) por suas contribuições na literatura e na filologia (Britannica, 2024).

pela Provença, e ambos discutiram o movimento literário Felibrige e o futuro da língua provençal. Mistral ficou profundamente sensibilizado com a visita do monarca e, mesmo décadas depois, lembrava-se com orgulho desse encontro marcante (Lyra, 1939).

Em Cannes, Dom Pedro se reuniu com o político britânico William Gladstone, líder liberal que, na época, se recuperava das batalhas políticas da oposição. A conversa entre os dois durou todo o dia, começando nos aposentos do imperador e se estendendo em um passeio à beira-mar, ambos compartilhando da mesma opinião política de caráter liberal. Em São Rafael, Dom Pedro II procurou o escritor Alphonse Karr, conhecido por cultivar e vender flores na região, e embora não o tenha encontrado, o imperador deixou um recado cordial demonstrando sua vontade de conhecê-lo pessoalmente. Karr, que estava ausente por motivos de saúde, ficou impressionado com o gesto do monarca (Lyra, 1939).

Em Montpellier, cidade universitária de grande tradição e reconhecimento mundial, organizou um encontro com o Dr. Benoit, professor da universidade, a quem pediu que organizasse um programa científico para o dia seguinte em sua visita a faculdade, das quais muitos dos mestres que fundaram essa academia eram árabes e judeus (Khatlab, 2015).

Seguiram novamente para a Espanha, e em Madrid um novo relato de Itaúna descreve a intensa jornada pela qual passaram, sem tempo para descanso. Em uma carta enviada a Rio Branco no 17 de fevereiro de 1872, arquivada no Itamaraty, Itaúna menciona o ritmo extenuante, comparando-a à jornada interminável do "Judeu errante", em referência a fuga do Egito de Moises. Em apenas 14 dias, percorreram diversas cidades, começando por Paris e passando por Toulon, Marseille, Tarascon, Nimes, Montpellier, Toulouse, Bayonne e Burgos, antes de finalmente chegar a Madrid (Lyra, 1939).

A viagem, além de acelerada, foi marcada por condições climáticas adversas, especialmente a travessia dos Pirineus, onde enfrentaram frio intenso e chuvas torrenciais. Mesmo assim, a comitiva manteve seu compromisso de explorar os locais visitados, muitas vezes sem tempo para repousar ou alimentar-se adequadamente. Ao chegarem ao Escorial, após uma noite de viagem sob chuva, continuaram o itinerário sem pausa, demonstrando a determinação de Dom Pedro II em aproveitar ao máximo sua expedição cultural (Lyra, 1939).

Desse modo, após oito meses de extensa viagem pela Europa e pelo Egito, Dom Pedro II retornou a Portugal. Ao cruzar a fronteira, recusou o trem real que o governo português havia disponibilizado, optando por comportar-se como um viajante comum. Visitou várias cidades, como Braga, Coimbra, Leiria, e os mosteiros de Batalha e Alcobaça, entre outros. Em Coimbra, ele fez questão de participar das aulas da Universidade, sendo recebido com grande entusiasmo

pelos estudantes. No Porto, assim como em outras cidades, hospedou-se em um hotel e impressionou a todos com sua postura despretensiosa. Vestido com roupas simples, carregando sua própria bagagem e um chapéu de chuva, ele passava despercebido, exceto pela simplicidade que sempre o caracterizou, sendo recebido calorosamente na cidade do Porto (Lyra, 1939).

O acolhimento festivo incluiu arcos triunfais, bandeiras e iluminações em homenagem ao filho de Dom Pedro IV (Dom Pedro I no Brasil), cujo coração era venerado na igreja da Lapa. A recepção ao Imperador não apenas refletia a memória viva do herói da campanha liberal, mas também o profundo respeito da população. Durante sua estadia, Dom Pedro II visitou o escritor Camilo Castelo Branco, que, apesar de doente, recebeu o monarca em sua residência para uma conversa sobre literatura e arquitetura, gerando uma admiração mútua, levando Camilo a reconsiderar a publicação de um romance crítico à casa de Bragança, por respeito ao Imperador. Em cartas, Camilo expressou sua gratidão pelo gesto de Dom Pedro II, ao mesmo tempo que criticava duramente aqueles que difamavam o monarca em Portugal (Lyra, 1939).

Ao chegar a Lisboa, no início de março, sua presença foi notada por todos, especialmente quando foi visto tomando um refresco no café Martinho, como qualquer cidadão comum, o que gerou surpresa entre os lisboetas. Seu tempo em Lisboa foi dedicado às instituições científicas, bibliotecas e museus. Visitou a Academia das Ciências, onde, recusando honras especiais, preferiu sentar-se entre os demais associados. Também demonstrou grande respeito por figuras literárias e históricas, visitando o Visconde de Castilho e Alexandre Herculano, ambos doentes, em suas respectivas casas, mostrando seu apreço por homens de letras e história (Lyra, 1939)

Excepcionalmente, aceitou um banquete no Palácio Real da Ajuda, que incluiu um concerto e uma recepção para a nobreza e a sociedade lisboeta. Antes de partir de volta ao Brasil, Dom Pedro II fez questão de render homenagem ao seu pai, Dom Pedro IV, visitando novamente o túmulo em São Vicente de Fora (Lyra, 1939).

Segundo Schwarcz (1998), após dez meses Pedro II retornou em março de 1872 junto de seus parentes próximos a falecida d. Leopoldina, os quais agora seriam educados no Brasil. Por fim, diversos eram os relatos, as fotografias, as falas que ovacionavam Dom Pedro II pelos seus “atos democráticos” no estrangeiro, porém, como finaliza Schwarcz sobre 1871:

A sua chegada é marcada pela dúvida. De um lado, a imponência das imagens fala da popularidade de d. Pedro. De outro, ficava a tensão nas relações com setores das elites dirigentes, que discordavam dos motivos da viagem prolongada de seu imperador. (Schwarcz, 1998, p. 546).

Khatlab (2015) relata que Dom Pedro II, em suas viagens, não se limitava a trazer apenas lembranças turísticas e arqueológicas, como folhas de árvores e pedras, mas também transportava nos porões do navio uma vasta coleção de livros, documentos e instrumentos científicos. Suas anotações incluíam informações práticas voltadas a várias áreas, como agricultura e indústria, além de contatos de especialistas cujas ideias seriam transmitidas às instituições brasileiras, especialmente aos seus ministros, com o objetivo de implementar inovações para o desenvolvimento do país. Quando retornou ao Brasil, foi recebido com grande euforia pelo povo e pela marinha imperial, que celebrava a volta do imperador, da imperatriz Teresa Cristina e de seus dois netos, em uma cerimônia marcada por música e demonstrações de alegria.

4.2. A VIAGEM DE 1876

Em 26 de março de 1876 a baía da Guanabara testemunhava mais uma vez a partida do imperador Dom Pedro II para o exterior. Nesse cenário, na década de 1870, o Brasil vivia um período de prosperidade política, social e científica, com a criação e reforma de instituições científicas, além de uma melhor distribuição de renda e leis mais flexíveis que garantiam mais direitos aos cidadãos (Khatlab, 2015).

De acordo com Williams (1966), a primeira viagem de Dom Pedro II à Europa despertou nele o desejo de realizar mais viagens e tirar férias das responsabilidades políticas e formalidades oficiais. Após o longo e exaustivo conflito da questão religiosa, dos desentendimentos entre Dom Pedro II e a Igreja Católica como explicado no tópico anterior, o imperador se sentia cansado e inquieto, como ele mesmo expressou em uma carta ao Conde de Gobineau em 1º de novembro de 1875, na qual lamentava a pouca liberdade de que dispunha.

Esses lamentos ocorriam, pois, em meados de 1873, durante o auge da questão dos bispos, a saúde de Dom Pedro II começou a gerar alguma preocupação, embora o problema não fosse grave, tratava-se de um inchaço em uma das pernas, resultado de uma condição linfática subjacente. Uma das cartas do representante diplomático da Áustria relatava a Viena que o imperador, apesar de sua preferência por uma dieta leve e o consumo raro de vinho, havia

sofrido de um mal linfático que causou o inchaço, mas sua recuperação era quase completa devido a um regime alimentar mais substancial (Lyra, 1939).

Conforme Lyra (1939), apesar de seu pronto restabelecimento, alguns dias de repouso foram necessários, algo que Dom Pedro II, sempre ativo, considerava um sacrifício. No entanto, o imaginário popular não deixou de especular, e começaram a circular rumores de que o imperador em breve retornaria à Europa para tratar melhor sua saúde. Dado o contexto de conflito com os bispos, alguns chegaram a atribuir intenções políticas à possível viagem, com o diplomata C. W. Gross, ao reportar esses rumores para Viena, fez questão de desmenti-los prontamente, afirmando que não havia fundamento algum:

O rumor que aqui correu que Sua Majestade, por causa de seus sofrimentos, pediria á Assembléa legislativa permissão para realizar uma viagem á Europa, deixando, como conselho de Regência, um Triunvirato, composto do presidente do Conselho de Ministros, visconde do Rio-Branco, do marechal do Exército duque de Caxias, e do conselheiro de Estado senador visconde de São Vicente, não tem o menor fundamento; e a alegação de que essa viagem teria por fim permitir ao Triunvirato agir vigorosamente contra as medidas que alguns Bispos do Brasil tomaram ultimamente contra os Maçons, deixa perceber de onde partiram tais boatos (Lyra, 1939, p. 365).

Dessa forma, mesmo doente, Dom Pedro II já contemplava a realização de uma nova viagem ao exterior, a qual incluía uma visita aos Estados Unidos, especialmente após ter tomado conhecimento da Exposição da Filadélfia, evento que celebrava o centenário da independência americana. Além disso, a saúde da imperatriz havia se deteriorado, mesmo com os tratamentos da primeira viagem de 1871, o que exigia uma mudança de ambiente, sendo que ao final de 1875 o panorama político e doméstico do Brasil apresentava-se estável, com a Princesa Isabel recentemente elevada à condição de figura pública mais conhecida em virtude do nascimento de seu filho, Pedro de Alcântara, bem como sua regência anterior, ou seja: prontamente preparada para assumir as funções do pai durante sua ausência (Williams, 1966).

Khatlab (2015) descreve que Dom Pedro II embarcou no navio britânico Hevelius acompanhado pela imperatriz Dona Teresa Cristina e uma pequena comitiva, que incluía o visconde do Bom Retiro e sua esposa, o médico Arthur Macedo, seu professor de hebraico, Dr. Karl Henning, e seu criado liberto de longa data, o afrodescendente Rafael. O itinerário da viagem incluía a América do Norte, Europa, Oriente Médio e Norte da África. Diferente da sua primeira viagem, a aprovação da Assembleia Geral para essa partida foi menos controversa, tendo como principal justificativa a participação do Brasil na Exposição Internacional da Filadélfia, ao lado do presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant.

Além disso, Williams (1966) menciona que Dom Pedro II redigiu longas instruções à Princesa Isabel sobre diversos problemas políticos, aconselhando-a a não agir sem consultar o ministério e a não enviar telegramas, exceto em situações realmente necessárias. Planejou levar consigo apenas uma pequena comitiva que o acompanharia, mas deve-se destacar que incluiu em seu grupo James J. O'Kelly, um correspondente irlandês do jornal New York Herald, que havia sido enviado ao Brasil alguns meses antes pelo editor para registrar a viagem do Imperador aos Estados Unidos.

Assim sendo, o projeto de lei que foi apresentado às Câmaras concedia ao Imperador permissão para ausentar-se do país por um ano e meio. Nesse período, dezoito meses, o Imperador desejava visitar uma vasta gama de países. Continuamente, após estudar o mapa, ele e Schreiner conseguiram elaborar um roteiro que incluía grande parte dos Estados Unidos, uma parte do Canadá, quase toda a Europa, sendo Inglaterra, Bélgica, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Rússia, Turquia, Grécia, Itália, Áustria, Suíça, França e Portugal, além da Ásia Menor, Palestina e novamente uma parte do Egito (Lyra, 1939).

Acrescentando, Khatlab (2015) descreve que a segunda viagem foi a mais longa, tendo sido realizada de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877, além de ter adquirido um caráter de peregrinação à Terra Santa, mas também voltada para o conhecimento científico. No que tange ao Oriente, o imperador visitou Beirute, o Monte Líbano, a Síria, a Palestina, retornou ao Egito e, em seguida, atravessou a Núbia sudanesa, permanecendo no Oriente de 11 de novembro de 1876 a 6 de janeiro de 1877, totalizando 57 dias. Além disso, como mencionado, novamente a Princesa Isabel assumiria o trono como regente do Império na ausência do pai.

Conforme Williams (1966), na manhã de 26 de março de 1876, Dom Pedro II partiu a bordo do transatlântico inglês Hevelius, com grandes multidões presentes no porto para se despedir dele. O'Kelly, o jornalista que acompanharia a viagem, descreveu o momento como uma "completa ausência de formalidade e pretensiosidade", ressaltando que "não se tratava de um governante se despedindo formalmente da nação que governava, mas sim da partida de um pai querido de sua família". Vários navios, tanto civis quanto da frota brasileira, acompanharam o Hevelius ao sair do porto em sinal de homenagem à partida.

De acordo com Lyra (1939), a viagem de Dom Pedro II do Rio de Janeiro a Nova York durou aproximadamente 20 dias, com paradas em Salvador e no Pará. Durante o trajeto, Dom Pedro dedicou grande parte do seu tempo ao estudo do sânscrito, sob a orientação do Dr. Carlos Henning, com aulas que começavam pontualmente às sete horas da manhã. À noite, o imperador buscava interagir com os passageiros norte-americanos para aprimorar seu inglês,

praticando a leitura de "Júlio César" de Shakespeare e traduzindo o hino nacional americano para o português. Embora falasse inglês fluentemente, Dom Pedro tinha certa dificuldade em compreender a pronúncia norte-americana, ao invés da europeia.

Enquanto viajava, devido às regulamentações de quarentena impostas no porto dado a surtos de doenças, Dom Pedro II recusou-se a desembarcar em Salvador, mesmo após ter recebido permissão especial. A próxima parada foi Belém, no Pará, onde o imperador foi calorosamente recebido pela população local, que o saudou com fogos de artifício. Após uma breve visita em terra, ele e a imperatriz retornaram ao navio, sendo a última parada antes de seguirem para Nova York (Williams, 1966).

4.2.1. América Do Norte: Dom Pedro II e a Conferência de Filadélfia

Conforme relatado por Williams (1966), a chegada de Dom Pedro II aos Estados Unidos foi um evento singular, já que o país havia recebido poucos soberanos estrangeiros, sendo o mais recente o rei Kalakaua do Havaí. Dessa forma, o povo americano, e o governo em si, estavam extremamente ansiosos para chegada de um monarca coroado em visita a seu país. Quando o navio "Hevelius" entrou no porto de Nova York em 15 de abril, o governo americano preparou uma recepção oficial. Porém, embora o secretário de Estado Hamilton Fish, acompanhado de uma delegação, tenha subido a bordo do navio e convidado Dom Pedro a desembarcar na embarcação oficial. O imperador recusou educadamente, explicando que, nos Estados Unidos, ele estava presente como um simples cidadão brasileiro, e não como imperador, da mesma forma que na viagem passada pelo velho mundo.

Apesar do desejo de Dom Pedro por uma recepção mais modesta, o comitê de Nova York, interpretando que ele aceitaria o convite, organizou uma acolhida oficial. Assim, enquanto o navio oficial recebia saudações entusiasmadas no porto, o "Hevelius", com o imperador a bordo, passou quase despercebido junto de Dom Pedro II e a Imperatriz (Williams, 1966).

Pode parecer grosseiro a recusa do tratamento oficial, porém, a modéstia por parte do Imperador fora algo que o tornou extremamente popular entre os estadunidenses, uma vez que, para o imaginário geral, eles esperavam a vinda de um Imperador cheio de condecorações, espada na bainha e recheado de símbolos de poder, algo que, ao vislumbrarem em Dom Pedro II um homem afável, vestido como um homem comum, sem traços de extravagância e bastante humildade, lhe ganharam na imagem que ele passava. Percorrendo assim, os mais diversos

meios de comunicação norte-americanos: Imperador do Brasil estava nos Estados Unidos da América (Lyra, 1939).

Como forma de sintetizada ordem estrutural de sua viagem, vide o tamanho dos Estados Unidos: Dom Pedro II chegou a Nova York em 15 de abril de 1876, onde começou sua exploração; assistiu ao culto na Catedral de São Patrício e visitou o Hospital Bellevue em 16 de abril. Ainda na cidade ele participou de visitas a instituições educacionais em 18 de abril. Em 25 de abril, chegou a São Francisco, onde visitou a Baía de São Francisco e a Universidade da Califórnia. Na final de abril, passou por Chicago. Em maio de 1876, ele visitou Salt Lake City. Em 7 de maio, chegou a Washington, D.C., onde visitou o túmulo de George Washington. Seguiu para Baltimore em maio, antes de participar da abertura da Exposição do Centenário em Filadélfia em 10 de maio.

Continuando, em 20 de maio visitou Nova Orleans e seguiu para o Canadá, passando pelas Cataratas do Niágara no 4 de junho e Montreal em 6 de junho. Em 8 de junho passou por Lowell e Boston, onde visitou várias instituições. Por fim, em 9 de junho, continuou em Boston, visitando escolas e universidades; e retornou a Nova York em 10 de julho, partindo para a Europa dois dias depois (Lyra, 1939) (Marcelino, 2021) (Williams, 1966).

Tendo em vista esse resumo, logo que desembarcaram, Dom Pedro II e Teresa Cristina utilizaram uma carruagem comum para percorrer ruas decoradas em sua homenagem até o hotel, onde receberam uma mensagem de boas-vindas do presidente norte-americano Grant. E assim, como de costume, iniciou um itinerário de visitas nos mais diversos eventos culturais da cidade: Participando de um culto na Catedral de São Patrício, e por fim, dedicando o restante do dia a explorar diferentes aspectos da sociedade americana, incluindo visitas a jornais e instituições sociais (Williams, 1966).

No dia seguinte enfrentou um pequeno incidente quando a carruagem que o transportava foi atingida por um carro de gelo, mas continuou sua agenda de visitas a hospitais e escolas. Destaca-se o interesse do imperador pelo treinamento de enfermeiras, uma novidade para ele, e pelo sistema educacional, especialmente as aulas elementares, onde assistiu crianças executando exercícios calistênicos, além da diversidade social dos alunos, que representavam tanto as classes mais ricas quanto as mais pobres (Williams, 1966).

Curiosamente, Williams (1966) relata que, durante sua visita a Nova York, Dom Pedro II demonstrou habilidade em “evitar multidões”, o que levou um jornal a chamá-lo de "Artful Dodger" em referência à sua discrição frente ao cerimonialismo, que passou a torná-lo popular entre a população. Acontece que, apesar de sua tentativa de manter a privacidade, o imperador

atraía atenção por onde passava, já que a imprensa havia noticiado amplamente sua chegada e solicitado ao público que respeitasse seu espaço, algo difícil visto que isso atraía ainda mais curiosidade do público.

Cabe ressaltar que os principais jornais foram bastante acolhedores sobre Dom Pedro II, com o *New York Times* reconhecendo que, embora os americanos não tivessem grande reverência por monarcas, Dom Pedro, por ser um “soberano liberal, esclarecido e prático”, merecia o respeito de todos os cidadãos sensatos. Já na Filadélfia, onde ocorreria a Exposição do Centenário, os jornais locais foram especialmente elogiosos, com o *North American* destacando a dignidade do Imperador e compromisso com o progresso e o abolicionismo (Williams, 1966).

Dessa forma, Dom Pedro II seguiu viagem para a Costa Oeste com sua comitiva pelo trajeto da ferrovia transcontinental, buscando cruzar as grandes planícies antes do calor do verão. Esse trajeto de nove dias entre Nova Iorque e São Francisco foi registrado em detalhes em seu diário, onde ele descreve que não apenas observava a paisagem e as atividades econômicas locais, como também frequentemente comparava as regiões que visitava com o Brasil (Marcelino, 2021).

Em uma dessas comparações, por exemplo, ele menciona que embora as oficinas centrais da ferrovia americana fossem importantes, não eram tão bonitas e bem cuidadas quanto as da estrada de ferro do Rio de Janeiro. Além disso, o imperador projetava a ideia de uma conexão ferroviária global, ligando Nova Iorque a Lisboa via o Estreito de Bering, mas lamentava a exclusão da América do Sul desses planos ambiciosos (Marcelino, 2021).

Fez uma pausa no Cabo Horn, onde, fascinado pela paisagem e imerso em uma profunda conversa com o ator shakespeariano John McCullough, acabou ignorando os chamados para retornar ao trem, que teve de voltar para buscá-lo após o erro ser percebido. Em Sacramento, para evitar as multidões na estação, seu vagão foi desviado para os pátios ferroviários, permitindo-lhe explorar as oficinas de máquinas; ainda assim, jornalistas persistentes tentaram entrevistá-lo, sendo educadamente dispensados por seu secretário, que alegou desconhecê-los (Williams, 1966).

Dom Pedro II também evitou a recepção pública planejada para sua chegada a Oakland em 25 de abril, com a colaboração dos oficiais ferroviários, que desviaram seu vagão para os cais antes do horário previsto, permitindo que ele e sua comitiva chegassem discretamente a São Francisco. Contudo, o imperador não pôde evitar por completo as formalidades, recebendo visitas de figuras proeminentes como Leland Stanford e o governador Irwin em seu hotel, além

de realizar uma recepção pública naquela mesma noite para quem deseja-se lhe conhecer (Williams, 1966).

Dessa forma, durante sua estadia na região de São Francisco, Dom Pedro II manteve uma rotina intensa, começando seus dias bem cedo, por volta das cinco da manhã, e visitando diversos locais de interesse, entre os quais a jovem Universidade Estadual de Berkeley e a icônica Baía de São Francisco, e assim como antes, ele comentou que embora tenha apreciado a vista, ainda considerava o porto do Rio de Janeiro mais encantador (Williams, 1966).

O imperador também desfrutou de momentos de lazer, como assistir a uma apresentação de "Rei Lear", ocasião em que, ao ser presenteado com flores por uma jovem, retribuiu o gesto com um beijo, recebendo aplausos entusiásticos da plateia. Curioso quanto aos detalhes da vida cotidiana em São Francisco, Dom Pedro II visitou fábricas, a antiga Missão Dolores, o teatro chinês e o bairro em si, além de passar algumas horas na biblioteca de Hubert Howe Bancroft (Williams, 1966).

Além disso, Dom Pedro foi à Sinagoga de Sutter Street, onde discutiu sobre a língua hebraica com dois rabinos, e os surpreendeu ao ler e traduzir diretamente um pergaminho sagrado da Arca, algo que passou a render-lhe notícias mais uma vez (Lyra, 1939). Por fim, os californianos ficaram muito impressionados com Dom Pedro II que, considerando o forte sentimento republicano daquele ano do centenário da independência americana, um elogio notável lhe foi proferido por um dos principais jornais de São Francisco: "um dos homens que, em nosso tempo, deram respeitabilidade à profissão de rei", algo que foi visto como impactante para época, e tornou Pedro II ainda mais procurado (Williams, 1966).

Ao retornar para o Leste pela Union Pacific, Dom Pedro II fez diversas paradas memoráveis, incluindo uma visita a um Tabernáculo Mórmon, adquirindo publicações sobre a religião em Salt Lake City, e uma estadia em Chicago, onde ficou impressionado com os elevadores modernos (Marcelino, 2021). Embora tenha brincado ao dizer que gostaria de visitar o "harém" de Brigham Young, ele não encontrou o líder mórmon nem suas esposas, mas dedicou tempo a explorar outros aspectos da região, testando a densidade da água no Grande Lago Salgado, o famoso órgão do Tabernáculo Mórmon e a arquitetura peculiar do edifício (Williams, 1966).

Em cartas posteriores a Princesa Isabel ele relatou suas opiniões sobre o Tabernáculo, e pareceu não estar impressionado criticando como o Governo Americano poderia permitir tais poligâmias no centro dos Estados Unidos (Williams, 1966). O imperador também visitou uma penitenciária em Auburn, que também considerou inferior à do Rio de Janeiro, além disso

visitou um observatório astronômico em Pittsburgh, onde se encontrou com Donnelly, chefe de polícia que havia vivido no Brasil por nove anos (Marcelino, 2021).

No diário de Dom Pedro II, datado de 8 de maio de 1876, ele descreve sua chegada a Washington após a viagem do oeste ao Leste, expressando certa decepção ao afirmar que a estação não correspondia à de uma capital de nação. Após descansar no hotel Arlington, foi até à missa na Igreja de St. Matthew, que lhe pareceu modesta e mal organizada, além de observar a segregação racial dentro da igreja, também pontuou a hipocrisia do Padre em cobrar 80 dólares para cada diplomata que quisesse celebrar a missa (Bediaga, 1999).

Ainda no seu diário, é descrito que ele visitou o Capitólio, elogiando sua arquitetura imponente, mas criticando as esculturas, que considerou de qualidade mediana. O imperador ficou impressionado com algumas obras de arte, especialmente quadros de Moran, mas reprovou os baixos-relevos da rotunda. Subiu até o topo da cúpula, onde observou a cidade, e comentou sobre o projeto do monumento a Washington, que na época era apenas uma torre em construção. No retorno ao Hotel encontrou-se com George Bancroft, um historiador alemão, que segundo o Imperador, teria vindo de Berlim para apoiar a política de Bismark, além de mencionar no seu diário o ministro inglês Thornton e o astrônomo Simon Newcomb, indicando que a conversa envolveu temas políticos e científicos (Bediaga, 1999).

Imagem 11: Imperador Astrônomo nos jornais “Revista da Semana”



Fonte: Williams, 1966, p. 188.

Posteriormente, visitou o observatório da cidade junto de Simon Newcomb onde avaliou de forma detalhada os equipamentos, gostou deles, porém comparou-os desfavoravelmente com os do Brasil. Encerrando o dia, passeou pelos jardins da repartição da Agricultura e do Smithsonian Institute, apreciando o luar e a cidade bem planejada, destacando os principais monumentos e edifícios públicos (Bediaga, 1999).

Dom Pedro II visitou a Casa Branca, onde foi recebido pelo presidente Grant e o secretário Fish, apesar de alguns críticos sugerirem que essa visita deveria ter ocorrido antes de sua viagem ao Oeste. No Capitólio, onde ficou especialmente impressionado com a Biblioteca do Congresso, ele costumava ser cercado por jovens em busca de autógrafos, mas sempre preferia manter-se discreto, ocupando um lugar na galeria diplomática e recusando os convites para adentrar os plenários. Um fato interessante é que em uma de suas visitas, ao início da oração do capelão da Câmara, levantou-se respeitosamente para prestigiar o momento. Porém, como relatado pelo jornal *Washington Evening Star*, após notar que muitos membros da casa estavam relaxados, com os pés sobre as mesas, acabou por sentar-se novamente, (Williams, 1966).

A visita também incluiu a Suprema Corte, cujo aspecto lhe causou respeito, e encontros com personalidades como general Sherman e o secretário da Guerra. Em suas observações sobre a visita ao presidente norte-americano, Dom Pedro II destacou sua impressão de que o presidente Ulysses S. Grant era uma figura de aparência rude e de poucas palavras, mas simpático, enquanto a nora do presidente foi descrita como uma pessoa muito agradável e a esposa como alguém que, apesar de ser descrita como “feia”, tentava ser simpática. Ele também mencionou a inteligência do filho do presidente, o qual conversou bastante (Bediaga, 1999).

Assistiu uma defesa no Senado vide que durante a visita, os Estados Unidos estavam passando por um processo de exposição de casos de corrupção administrativa com a imprensa divulgando escândalos como o "Whisky Ring", além de envolver figuras políticas como Blaine, Bristow e Belknap. O julgamento de Belknap ocorria no Senado, e o imperador acompanhava com interesse os trechos a que tinha acesso, encontrando uma amarga consolação ao perceber que até mesmo em um país com longa tradição de autogoverno esses problemas poderiam ocorrer (Williams, 1966).

Encontrou-se com o ministro da Dinamarca Linden Krone e o general Sherman, tendo registrado esses momentos como “conversas encantadoras” segundo seu diário. De noite ele visitou a imprensa nacional, e relatou que ficou impressionado com a escala e a eficiência do

trabalho de impressão, embora tenha apontado algumas limitações das máquinas utilizadas (Bediaga, 1999).

Talvez o mais importante, sua passagem pelos Estados Unidos culminou com a abertura da Exposição Universal da Filadélfia, ao lado do presidente Ulysses S. Grant, onde mais de duzentas mil pessoas compareceram para assistir ao evento tão aguardado. A Exposição do Centenário foi oficialmente inaugurada, com Dom Pedro II, acompanhado pela Imperatriz Thereza, chegando cedo e sendo recebido pela multidão com aplausos e aclamações (Williams, 1966).

Na inauguração da Exposição, o imperador Dom Pedro foi visto à frente do cortejo oficial, conduzindo pelo braço a esposa do presidente Grant, que o acompanhava ao seu lado e, por sua vez, oferecia o braço à Imperatriz (Lyra, 1936). Ao subir os degraus da plataforma, a orquestra executou o Hino Nacional Brasileiro, e em seguida, o General Joseph Hawley, chefe da comissão do Centenário, realizou um breve discurso de apresentação da exposição ao presidente Grant. Consta registrado que passado esse ato e após a resposta de Grant, o público ovacionou, e o Imperador, com um gesto simpático, levantou-se e acenou com o chapéu. Tanto ele quanto a Imperatriz participaram ativamente da cerimônia de abertura (Williams, 1966).

Imagem 12: Abertura da Exibição do Centenário Americano 1876 pelo artista Melton Prior



Fonte: Prior, 1876.

Dona Thereza, puxando um cordão dourado, inaugurou a Seção Feminina em seu pavilhão especial. Dom Pedro, por sua vez, compartilhou com o presidente Grant a honra de

acionar as milhares de engrenagens no Salão das Máquinas. Observadores comentaram que o Imperador realizou o ato alguns segundos antes do presidente ao acionarem as duas alavancas em conjunto. A máquina Corliss, um dos grandes destaques da exposição, despertou imenso interesse em Dom Pedro, que sempre demonstrava fascínio por tecnologia. Em tom bem-humorado, chegou a comentar que o número de rotações por minuto “superava nossas repúblicas sul-americanas” (Williams, 1966).

Apesar da abertura, a Exposição Centenária ainda estava incompleta e aguardava a chegada total dos expositores. Por esse motivo, o Imperador decidiu explorar outras cidades, planejando retornar para revisitar o evento. Desse modo, no dia 10 de maio, foi recebido na casa de George W. Childs, na Filadélfia, onde se interessou pela literatura americana e evitou discutir política. No dia seguinte, visitou a Exposição Centenária mais uma vez e a Casa da Moeda dos Estados Unidos, e seguiu para Wilmington, onde conheceu fábricas de ferro e construção naval. Participou também de uma recepção oferecida pelo ministro britânico Sir Edward Thornton, a quem conhecia desde a Guerra do Paraguai, época em que Thornton atuava como representante britânico no conflito (Williams, 1966).

Em Baltimore, Dom Pedro visitou diversos pontos importantes, como a Academia de Ciências e o City Hall, observando com humor a pressa para reacenderem as luzes em sua homenagem. No dia seguinte, esteve em Annapolis, onde demonstrou grande interesse pela observação astronômica e pelos cadetes da Academia Naval. Em seguida, passou por cidades como Cincinnati e Louisville, onde explorou a Caverna Mammoth. Em St. Louis, mostrou-se mais crítico, desaprovando as condições do hospital psiquiátrico e da casa dos pobres, mas elogiando o sistema escolar e as fábricas locais. A bordo do barco Grand Republic, Dom Pedro aproveitou um período de descanso enquanto descia o rio Mississippi em direção a Nova Orleans (Williams, 1966).

Curiosamente, ao chegar a Nova Orleans, foi recebido por uma grande multidão no cais, todos ansiosos para ver o Imperador visitante. Ele e sua comitiva enfrentaram dificuldades para desembarcar e se dirigir ao hotel St. Charles, devido ao grande número de pessoas presentes. Rendendo-se ao entusiasmo popular, concedeu uma entrevista a um repórter do New Orleans Times, na qual manifestou interesse por temas como o comércio do porto, a febre amarela, as escolas para negros e as relações raciais na cidade, reafirmando suas visões antirracistas e progressistas (Williams, 1966).

No entanto, o imperador não ficou particularmente impressionado com Nova Orleans, criticando a falta de energia e agitação comparada ao norte e oeste dos Estados Unidos. Ele

observou que a grama crescia nas ruas e que o sistema de limpeza da cidade era deficiente. Pedro II também teve duas reuniões com médicos no hotel para discutir maneiras de combater a febre amarela, vide os casos no Brasil, mas não aprendeu nada de novo com eles (Williams, 1966).

Durante sua visita, ele explorou casas comerciais, foi às plantações de açúcar na região, visitou o Lago Pontchartrain, e também assistiu a serviços em uma sinagoga judaica onde teve uma conversa filosófica com o Professor Fontaine, a quem convidou para passar uma noite com ele. Por fim, em 27 de maio, o imperador fez um passeio de iate a vapor para ver os famosos diques no delta do Mississippi, que foram explicados pelo Capitão Eads, impressionando-se com a façanha de engenharia e surpreso com o fato de cidadãos americanos realizarem obras públicas tão importantes por sua própria conta e risco. Ele aproveitou para estudar o comportamento dos americanos e contrastou a pontualidade e empenho com o hábito dos brasileiros de adiar as coisas (Williams, 1966).

Voltou a Washington, onde novamente viu instituições, e posteriormente foi junto do Duque de Saxe-Coburgo-Gota, partindo em direção ao norte. No dia 4 de junho visitaram as Cataratas do Niágara, onde foram fotografados tendo as cataratas como plano de fundo antes de seguir para o Canadá, onde continuou sua série de visitas a museus, mercados e pontos turísticos. Comentou em seus diários a alegria da Imperatriz nas cataratas e seguiu viagem para Kingston, onde viu as mil ilhas, lá ele envolveu-se em uma discussão com um fazendeiro idoso, tentando convencê-lo de que o Brasil era mais fértil que o Canadá. Em seguida foi a Montreal onde manteve a mesma agenda cultural, e voltou aos EUA (Williams, 1966).

Imagem 13: D. Pedro II, Tereza Cristina Maria e outras pessoas em Niagara Falls



Fonte: Mason, Biblioteca Brasiliense, 1876.

Outro episódio curioso ocorreu em Boston, uma cidade que encantou profundamente Dom Pedro. Em uma manhã, às seis horas, ele decidiu visitar o Monumento de Bunker Hill. Ao chegar lá, no entanto, sem dinheiro nos bolsos, o imperador precisou pedir emprestado 50 centavos ao cocheiro para pagar a entrada, já que o guarda, surpreso com a presença de um "imperador" tão simples e desprovido de recursos, questionou sua identidade, achando-o apenas um vagabundo, este momento é emblemático do estilo discreto e modesto de Dom Pedro II, mesmo enquanto detentor de um título imperial. (Lyra, 1939).

Além disso, em Cambridge, próximo a Boston, Dom Pedro foi encontrar-se com o poeta Henry Wadsworth Longfellow, seu poeta americano favorito. Nessa ocasião, ele também visitou o túmulo de outro amigo de longa data, o cientista suíço Louis Agassiz, que Dom Pedro conhecera no Brasil em 1865. Embora Agassiz já estivesse morto há três anos, o imperador foi recebido com afeto pela viúva e o filho do cientista. Durante sua estada, Dom Pedro também conheceu o poeta John Greenleaf Whittier, a quem presenteou com uma tradução em português de um de seus poemas, "The Cry of a Lost Soul." Embora Dom Pedro tivesse grande respeito por Whittier, sua devoção a Longfellow era notoriamente maior, mostrando o quanto admirava o poeta americano (Lyra, 1939).

Continuou sua passagem por várias localidades de Nova Inglaterra e Nova York, visitando a Universidade de Yale, sob a organização do historiador George Bancroft. No entanto, foi no Vassar College que Dom Pedro causou grande impressão na professora de astronomia Maria Mitchell. Uma vez que Mitchell, inicialmente esperava encontrar um imperador com ares de solenidade e autoridade, e ficou surpresa ao ser recebida por um homem de aparência afável, que demonstrou um grande interesse pelo observatório astronômico da instituição e uma notável familiaridade com os instrumentos científicos. A professora ainda registrou em seu diário o quanto Dom Pedro excedeu suas expectativas ao mostrar profundo conhecimento e curiosidade pelo local, o que ela não havia previsto para alguém de sua posição (Williams, 1966).

Continuamente, em junho de 1876, Dom Pedro II e sua comitiva retornaram a Filadélfia após uma extensa jornada de aproximadamente nove mil milhas pelos Estados Unidos. Cabe ressaltar que dois meses antes, o jornal *The North American* havia elogiado Dom Pedro II, afirmando que nenhum governante, como líder ou como pessoa, merecia tanto reconhecimento dos Estados Unidos quanto ele. Um editor da época comentou que, ao regressar ao Brasil, o imperador conheceria o país melhor do que dois terços dos membros do Congresso americano.

Imagem 14: Recepção de Homenagem a Dom Pedro em São Francisco



Fonte: Foguel, 2020

Essa consideração foi amplamente refletida na recepção que recebeu na cidade de Filadélfia, onde um grande arco iluminado com a saudação "Welcome Dom Pedro" foi erguido em sua homenagem na Chestnut Street, o que exalta como Dom Pedro II era amplamente reconhecido nos Estados Unidos (Williams, 1966).

Provavelmente, agora a maioria dos americanos já conseguiam localizar o Brasil e conhecia o viajante imperial; além disso, tinham se livrado da impressão inicial de que Dom Pedro percorria o país com uma coroa na cabeça e um cetro na mão, como um Rei de Espadas animado. Sua atitude pragmática e críticas francas eram bem recebidas, e seus elogios frequentes aqueciam os corações americanos. O entusiasmo por ele era enorme. Ele foi provavelmente o estrangeiro mais popular que já visitou os Estados Unidos até o momento. Tudo o que fazia despertava interesse. As pessoas eram cativadas por suas qualidades enérgicas e por sua tendência a aparecer de forma inesperada. Enquanto ainda estava no Brasil, James J. O'Kelly, referindo-se a ele como uma "ilusão de ótica", comentou: "Agora você o vê, agora não vê mais." O segredo de seu encanto residia, em parte, no fato de que a nação reconhecia nele algumas de suas próprias qualidades. Assim, um editorial o chamou de "Nosso Imperador Yankee." A propósito da campanha política nacional, um admirador escreveu: "Quanto a nós, nominamos Dom Pedro e Charles Francis Adams para o nosso ticket centenário para Presidente e Vice-presidente. Estamos cansados de pessoas comuns e nos sentimos inclinados a optar pelo estilo." (Williams, 1966, p. 193).

Essa citação se torna interessante, pois, ao falar de "Nosso Imperador Yankee", e "Dom Pedro e Charles Francis" para Presidente e Vice, não eram palavras meramente ilusórias. Na

verdade, talvez um dos fatos mais interessantes e curiosos dessa viagem é que Dom Pedro II acabou por, indiretamente, concorrer às eleições dos Estados Unidos da América. O reflexo dessa popularidade foi tanto que, segundo Rech (2024) e Couto (2024), Dom Pedro II teria recebido cerca de 15.000 votos em cédulas nos Estados Unidos na época, uma vez que bastava colocar o nome de quem você pretendia votar. Os americanos, tão cativados pela presença de Pedro II, acabaram por colocar o nome dele para Presidente. Os números, no entanto, divergem, com algumas fontes, como Pagano (1960) sendo mais específicos ao dizer que, apenas contando a Filadélfia, foram cerca de 4.000 cédulas com o nome de Dom Pedro II no Estado, o que reflete diretamente o impacto que sua visita teve no país.

Seguiu a exposição, onde se encontrou com o famoso Graham Bell:

Para conhecer melhor a Exposição, Dom Pedro II voltou ao local mais tarde, já livre dos compromissos oficiais. Nessa ocasião, assistiu às primeiras experiências com o telefone, realizadas por Alexander Graham Bell, e foi, em grande parte graças à sua incansável curiosidade científica, o responsável por divulgar o invento que, em breve, revolucionaria o sistema de transmissão da voz. Ele chamou calorosamente a atenção dos jurados da Exposição, tomando-se o maior propagandista do novo aparelho. Com isso, conseguiu tirar da obscuridade o jovem Bell, que havia conhecido pouco antes como um modesto e desconhecido professor em uma escola para surdos-mudos em Boston, e transformá-lo quase que instantaneamente em uma celebridade nos Estados Unidos. "O telefone tornou-se uma das sensações da Exposição, e, quando se tornou um objeto comercial, o Imperador foi um dos primeiros a utilizá-lo na prática" (Lyra, 1939, p. 375).

Segundo Williams (1966) a primeira linha telefônica foi instalada no Brasil em 1880, apenas quatro anos depois de o Imperador ter descoberto Bell ao lado do seu aparelho, modesto e ignorado por todos os jurados, numa das salas da Exposição de Filadélfia. Bell haveria de agradecer fortemente Dom Pedro II, e o Brasil se tornaria um dos primeiros países do mundo, o segundo para ser exato, a ter uma linha telefônica. De acordo com Khatlab (2015), a primeira estação telefônica foi inaugurada no Rio de Janeiro em 1877.

Durante sua visita à Exposição Universal de Filadélfia, além de seu interesse por inovações tecnológicas como o telefone, Dom Pedro II também estabeleceu contato com expositores árabes, especialmente sírio-libaneses, incentivados pelo próprio Império Otomano a participar da exposição. Esses comerciantes faziam parte da tradicional Rota da Seda e apresentavam produtos como tabaco, azeite de oliva e seda em métodos inovadores, sendo esta última de particular interesse para o imperador, já que o Brasil enfrentava dificuldades no processamento desse produto. Dom Pedro II enxergava na imigração uma solução para a escassez de mão de obra no Brasil, especialmente em vista da abolição da escravidão que se

aproximava. A interação com os expositores árabes foi significativa ao ponto de que, antes de sua chegada ao Líbano, já havia notícias de sua visita nos jornais locais por toda Beirute (Khatlab, 2015).

Além dos comerciantes árabes, o imperador encontrou-se com figuras intelectuais que tinham interesse no Oriente, como o escritor e arabista americano Bayard Taylor, que havia viajado pelo Egito e Palestina, e reencontrou o egiptólogo alemão Heinrich Karl Brugsch, com quem já havia explorado o Egito em uma viagem anterior em 1871. Dom Pedro II expressou seu desejo de ter Brugsch como acompanhante em uma futura visita ao Oriente, especificamente ao Egito, chegando a enviar um telegrama a ele, reafirmando seu interesse em que o egiptólogo o acompanhasse em sua jornada pelo país, para que ocorresse uma cooperação e intercâmbio científico de informações (Khatlab, 2015).

Por fim após três longos meses de extensas viagens por diversas cidades, grandes e pacatas, pelos Estados Unidos, Dom Pedro II retornou a Nova York, demonstrando um profundo conhecimento sobre o país, a ponto de ser comparado por um jornalista americano a um conhecedor superior à maioria dos membros do governo, como mencionado anteriormente. A viagem foi notavelmente proveitosa, estabelecendo Dom Pedro II como uma figura amplamente popular em todo o território americano, tendo conquistado o respeito e a admiração não apenas das autoridades: como os governadores com os quais ele conversou em diversas visitas pelos Estados, bem como intelectuais e figuras de destaque da sociedade, mas também da população em geral que, em qualquer lugar que fosse, desejava velo e cumprimentá-lo (Lyra, 1939).

Segundo (Lyra, 1939), Bayard Taylor, em um discurso na Sociedade de Geografia de Nova York, ovacionou para todos Dom Pedro II como construtor do ato emancipatório de 1871, e destacou que, dentre os estrangeiros ilustres que já estiveram nos Estados Unidos, nenhum havia conquistado a amizade e a estima do povo americano de maneira tão marcante quanto ele. A popularidade do imperador era tamanha que, em tom elogioso, vários eleitores, para além das cédulas, declararam seu desejo de vê-lo como candidato à presidência, evidenciando o forte impacto que sua presença e comportamento tiveram no país.

Cabe ressaltar, no entanto, que de acordo com Cribelli (2009), a visita de Dom Pedro II aos Estados Unidos, embora notável e extremamente repercutida, após o golpe republicano e o fim da Monarquia rapidamente perdeu relevância entre a população norte-americana, ainda mais, e conseqüentemente a saída de Dom Pedro II do Brasil. Um exemplo disso foi a ausência

de menções à viagem no guia oficial da Exposição Colombiana de 1893, que, inclusive, cometia o erro de declarar Buenos Aires como uma província brasileira.

O Imperador, assim que saiu do seu trono para o exílio, também caiu no esquecimento no imaginário norte-americano. Cribelli (2009), descreve, porém, que apesar dessa falta de memória popular, a visita trouxe benefícios para o Brasil, como o interesse de Dom Pedro por sistemas educacionais norte-americanos que influenciou a formação de mais mulheres educadoras no Brasil na década de 1880. Além disso, seu contato com Alexander Graham Bell foi fundamental para a instalação de linhas telefônicas no Brasil, uma vez que embora o Brasil estivesse longe de alcançar o nível de desenvolvimento tecnológico dos Estados Unidos à época, o imperador demonstrou estar ciente dos avanços e buscou aplicá-los no país.

Cribelli (2009) levanta questões sobre a capacidade de Dom Pedro de promover um avanço tecnológico significativo no Brasil nas décadas seguintes, vide que ocorreu uma total quebra de protocolos de Estado com o Golpe Republicano, e que até então o país continuava em um modelo agroexportador, além de abrir um debate sobre as limitações da cultura política brasileira e o impacto da transferência de tecnologia para o desenvolvimento econômico do país.

Desse modo, após 3 meses na América do Norte, o Imperador novamente iria viajar para a Europa. Nessa ocasião, visitaria o Norte da Europa, a Rússia, terra dos Czares, e passaria um maior tempo na Europa Central e Leste Europeu, e por fim, Oriente Médio, para aí sim retornar ao Europa Ocidental.

4.2.2. Europa: O Imperador no Leste Europeu

Seguindo em direção a Europa, o imperador e sua comitiva desembarcaram em Queenstown, o principal porto transatlântico da Irlanda, conhecido por ser o ponto de partida de muitos emigrantes irlandeses rumo aos Estados Unidos. De lá, o imperador enviou uma carta à condessa de Barral, relatando as boas condições da viagem e comentou sobre sua resistência ao enjoo durante a travessia marítima, expressando seu desejo de que o mar Mediterrâneo fosse igualmente tranquilo (Khatlab, 2015).

Dom Pedro II fez apenas uma breve passagem pela Inglaterra, onde pretendia retornar posteriormente, optando por priorizar uma visita à Alemanha:

De lá partiriam para outros países, de trem, carruagem, navios, barcos, passando então pela Bélgica, França, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Rússia, Ucrânia, Turquia, Grécia e Chipre, para finalmente entrarem no Oriente Médio e África do Norte. Na viagem pela Europa, o imperador reencontraria finalmente, na França, a condessa de Barral. Em seguida, partiria com uma comitiva para a Escandinávia e a Rússia, enquanto a imperatriz faria outro trajeto – pela Alemanha – acompanhada da condessa de Barral, para se reencontrarem em Constantinopla, na Turquia, de onde iriam para o Oriente Médio. Em Coburgo, na Alemanha, com a imperatriz Teresa Cristina, a condessa de Barral visitou o túmulo da princesa Leopoldina (Khatlab, 2015, p. 170).

Conforme Lyra (1939), sua jornada pelo país germânico incluiu uma extensa excursão por cidades como Bonn, Frankfurt, Heidelberg e Munique, culminando em um período de repouso em Gastein, onde as águas termais eram recomendadas para a saúde da Imperatriz. Foi em Gastein que Dom Pedro se encontrou novamente com o imperador Guilherme I, já em idade avançada, mas segundo Lyra (1939) em seus relatos documentais, ainda exibindo vitalidade e bom humor, aproveitando os frutos de suas conquistas, como a vitória sobre a França e a unificação alemã. Dom Pedro II e Guilherme I retomaram conversas sobre uma ampla gama de temas intelectuais e políticos, enquanto desfrutavam dos tratamentos com águas termais em um clima descontraído.

Em sua carta a Gobineau, Dom Pedro II expressa o apreço pela natureza ao seu redor em Gastein, mencionando uma paisagem que descreve como "pitoresca e um pouco selvagem" e destacando a proximidade de uma magnífica cascata perto de seu hotel. Além disso, o imperador também compartilha a esperança de que o ar puro traga benefícios para a saúde de sua esposa, e detalha seus planos de viagem, mencionando a ida a Bayreuth para a inauguração do teatro do "músico do futuro", referindo-se a Wagner, com quem teve contato seis anos antes em Berlim. Na mesma carta, o monarca indica a importância que atribui a suas visitas a Bonn e Heidelberg, duas universidades que lhe proporcionaram grande interesse intelectual (Lyra, 1939).

Na sequência, Lyra (1939) relata que, Dom Pedro II teve a oportunidade de assistir a Wagner dirigindo suas óperas e de ouvir Franz Liszt tocar piano pela primeira vez, uma experiência que o marcou profundamente. O imperador refletiria sobre essa visita anos mais tarde, em outra carta a Gobineau, lamentando não poder estar presente para ouvir o "Parsifal" em Bayreuth e sugerindo que seu amigo se sentasse na primeira fila, onde ele próprio ouvira o "Rheingold" em 1876.

Após a estadia em Bayreuth, Dom Pedro II seguiu para a Dinamarca, onde um navio de guerra dinamarquês o aguardava em Rostock para transportá-lo a Copenhague. A chegada

do imperador ocorreu no dia 17 de agosto de 1876, sob um rigoroso anonimato. Esse incógnito, porém, foi mantido de maneira relativamente leve: o imperador, conhecido oficialmente como "Dom Pedro d'Alcântara", e seus companheiros, o visconde de Bom Retiro e o secretário Arthur Teixeira de Macedo, figuravam na lista do hotel e na imprensa local sob seus nomes sem títulos (Lyra, 1939).

No entanto, a tentativa de anonimato falhou, e a presença de Dom Pedro II não passou despercebida. Logo sua chegada gerou grande curiosidade entre a população, tal qual o efeito na América do Norte, e sua presença foi amplamente noticiada pela imprensa dinamarquesa. O príncipe regente Haroldo da Dinamarca, ao saber da presença ilustre do imperador brasileiro, prontamente o convidou para um banquete no castelo de Charlottenlund, que logo se tornou famoso na corte, com a recepção incluindo visitas a importantes locais culturais, sempre acompanhadas pelo representante diplomático do Brasil na Dinamarca. Durante a visita, Dom Pedro II demonstrou particular interesse pelas coleções de arte e pelos museus da cidade, e cedeu ao cerimonial diplomático em virtude de Haroldo ser extremamente cordial (Lyra, 1939).

Um dos pontos altos dessa visita cultural foi a descoberta de uma coleção de pinturas do Brasil holandês, datada de 1641, assinada por Jacob van der Aa, que havia sido um presente do príncipe Maurício de Nassau ao rei Frederico III da Dinamarca. Dom Pedro ficou profundamente impressionado com essas telas, mas, por não conseguir adquiri-las para o Brasil, contratou o renomado pintor e miniaturista dinamarquês Niels Aargaard Lytzen para fazer cópias das obras. De modo que essas reproduções foram enviadas ao Brasil e hoje fazem parte da coleção do Instituto Histórico no Rio de Janeiro (Lyra, 1939). Assim, após três dias imersos na cultura e história dinamarquesas, Dom Pedro II seguiu viagem para a Suécia, mantendo seu compromisso de visitar outros países europeus antes de retornar ao Brasil.

Ao chegar em Estocolmo, Dom Pedro II foi recebido por Gobineau, que desempenhou um papel importante em garantir que sua visita transcorresse de maneira confortável e sem as exaustivas cerimônias típicas de encontros entre soberanos, a fim de evitar o que havia acontecido na Dinamarca. Felizmente, o rei Oscar da Suécia, o qual Pedro II havia conhecido em 1871 na Inglaterra, entendeu a necessidade de respeitar o desejo do imperador brasileiro de ter uma experiência mais pessoal e tranquila durante sua estadia. Dom Pedro II, por sua vez, já havia prevenido Gobineau para que ele solicitasse ao rei uma espécie de "habeas corpus" que o livrasse dessas formalidades excessivas (Lyra, 1939).

No que se segue das cartas, Gobineau, desempenhando o papel de intermediário, informou o imperador de que o rei Oscar estava bastante disposto a agradar, inclusive

questionando como deveria interpretar o desejo de "incógnito" que Dom Pedro descrevera. Gobineau respondeu ao Rei que, seguindo o que era comum nas visitas anteriores de Dom Pedro II, o termo deveria ser interpretado no sentido mais estrito possível. Isso significava evitar grandes cerimônias militares e garantir que o imperador tivesse a liberdade de explorar a cidade e os assuntos que mais lhe interessassem. Quando o rei ofereceu hospedagem no palácio, Gobineau, com prudência, sugeriu que o Grande Hotel seria uma opção mais adequada, pois ali o imperador teria maior controle sobre seu tempo e atividades (Lyra, 1939).

Durante sua estadia, Dom Pedro II seguiu um programa intenso, visitando uma série de coleções, academias, palácios, torres, castelos, minas e observatórios, sempre acompanhado por Gobineau. Percorreram por todos os âmbitos possíveis de Estocolmo, na medida que eram conhecidos pelos cidadãos e intelectuais locais (Lyra, 1939).

Em carta, Gobineau observava que, ao contrário da formalidade de muitos soberanos, Dom Pedro II se destacava por sua naturalidade e disposição para o diálogo. "É verdade que o chefe tem mais de Teodorico, rei dos Godos, do que de um príncipe empomado", comenta Gobineau em seus escritos. Embora tal rotina exaustiva pudesse parecer insuportável para alguns, ele admitia que, sem a obrigatoriedade, a experiência era divertida. Gobineau descreve Dom Pedro II como um soberano ideal para si: o imperador ouvia atentamente, discutia de forma aberta, aceitava contradições e permitia que cada um mantivesse sua própria opinião. "Ele acha que sou capaz de tudo, até de ter roubado os chinelos de Ivan, o Terrível!" descreve Gobineau em carta (Lyra, 1939).

Visitou a destacada Universidade de Upsala, onde foi recebido pelo reitor e percorreu minuciosamente todas as dependências, incluindo a catedral, a sala de anatomia, o observatório e as diferentes escolas. Demonstrou especial interesse pelas coleções locais e, particularmente, pelas relíquias de Lineu, figura notável da ciência natural. Ao ser saudado pelo professor Glas, Dom Pedro II respondeu em francês, surpreendendo os presentes com sua vasta erudição e conhecimento (Lyra, 1939).

O imperador, cativado pela presença intelectual de Gobineau, o convidou, juntamente com Dom Retiro e Macedo, a acompanhá-lo em sua jornada pelas extensas planícies russas. Embora Gobineau tenha inicialmente hesitado, em parte devido à necessidade de obter permissão do governo francês, acabou por aceitar o convite imperial (Lyra, 1939).

Enquanto aguardava a devida autorização, Dom Pedro II seguiu com suas viagens. Em carta enviada das águas finlandesas, escreveu a Gobineau: "Estou a aproximar-me de Hango, onde espero desembarcar por volta das três horas, após ter sido bastante sacudido, ao ponto de

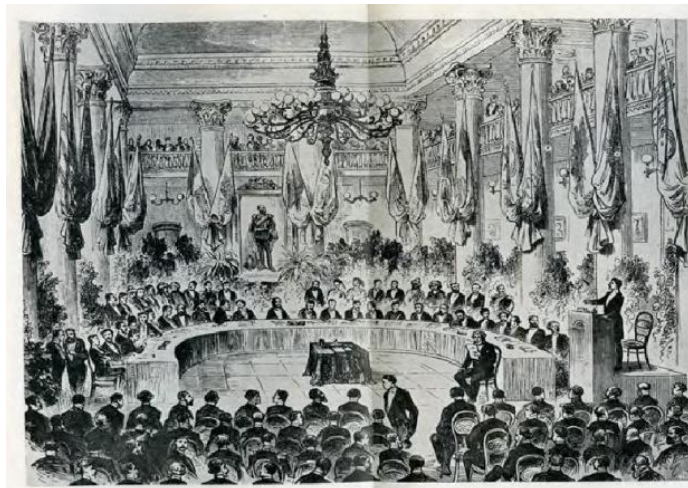
esvaziar o estômago". O imperador expressava a expectativa de que a recepção na Rússia fosse mais agradável, sem se limitar a meras conjecturas. Na mesma correspondência, mencionou a presença de um orientalista inglês a bordo, cuja profunda erudição o impressionava, refletida na leitura constante de volumosos jornais indianos e preparava para o congresso de São Petesburgo (Lyra, 1939).

Assim que Dom Pedro II chegou à Rússia, sua presença foi amplamente destacada pela imprensa local, que o apresentou como um dos monarcas mais cultos da época. A reputação do Brasil já estava em evidência, em parte devido ao trabalho do historiador Smirno, que havia escrito um livro sobre o país em russo, amplamente disseminado no Império Czarista, e também elogiado pelo imperador durante sua estadia nos Estados Unidos (Lyra, 1939).

Em São Petersburgo, o monarca brasileiro teve encontros significativos com acadêmicos, sendo homenageado com diplomas de honra pela Academia de Ciências e pela Universidade local, reconhecendo seu interesse pelos estudos orientais (Khatlab, 2015). Por fim, Gobineau encontrou-se com o imperador na cidade, e juntos, acompanhados de Dom Retiro e Macedo, partiram para explorar as vastas planícies do império, mergulhando na diversidade cultural, como o povo cosmopolita e a arquitetura monumental acompanhada da imensa extensão geográfica da Rússia (Lyra, 1939).

Demonstrou grande interesse na vasta coleção de Bíblias em diferentes idiomas e nos manuscritos hebraicos e samaritanos da Coleção Firkovitch na Biblioteca Imperial de São Petesburgo. Lá o imperador discutiu com o diretor da biblioteca sobre a literatura russa e aprofundou-se nas questões relacionadas às traduções bíblicas e língua hebraica. (Khatlab, 2015).

Imagem 15: Dom Pedro II no Congresso de Orientalistas em St. Petersburgo



Fonte: TECOP, 2024.

No entanto, o ponto ápice de sua visita a São Petesburgo, e por ele mais aguardado, foi o Terceiro Congresso dos Orientalistas, um evento de grande relevância acadêmica, realizado na Universidade Imperial. Apesar de estar acompanhado por várias figuras ilustres, incluindo reis e acadêmicos renomados, o monarca brasileiro demonstrou certa frustração com o conteúdo das conferências, considerando as discussões superficiais e carentes de objetivos práticos, uma crítica que expressou em correspondência pessoal à condessa de Barra (Khatlab, 2015). Demonstrando, em partes, a diferenciação do “orientalismo” pejorativo, como já explicado, para os estudos do Oriente que Pedro II realizava de maneira científica.

Seguiu por São Petersburgo, Moscou, Odessa e Livadia. Em Odessa, conhecida como um grande centro de exportação de trigo, Dom Pedro II e seu acompanhante Gobineau se divertiram ao tentar escalar uma das montanhas de grãos acumulados, com Gobineau relatando em cartas de forma humorística suas dificuldades em alcançar o topo (Lyra, 1939)

Já em Livadia, Dom Pedro teve a oportunidade de se encontrar com o imperador Alexandre II, conhecido por suas reformas progressistas, como a abolição da servidão, que libertou milhões de camponeses russos e representou um marco na modernização da Rússia, incluindo a reforma judicial, a introdução de conselhos locais conhecidos como zemstvos (Mosse, 2024).

Sendo ambos líderes progressistas e cheio de pontos de vista similares sobre os mais vastos assuntos culturais e sociais, bem como a Lei do Ventre Livre, não é errado supor que ambos engajaram em uma conversa bem proveitosa. Alexandre II, contudo, viria a ser tragicamente assassinado por nihilistas, e apesar de seus esforços em promover mudanças significativas no Império Russo, que embora tenham sido reformas importantes, não foram suficientes para resolver todos os problemas estruturais da Rússia que eram demasiados (Khatlab, 2015).

Segundo Khatlab (2015), a atenção da viagem do Imperador não se limitou apenas ao âmbito religioso com visitas a Igrejas Ortodoxas e Mosteiros, uma vez que a presença de Dom Pedro II na Rússia ajudou a estreitar os laços com a região, coincidindo com o início da imigração eslava para o Brasil, que trouxe russos, ucranianos e poloneses ao país a partir de 1876. Além disso, o embaixador otomano em território russo acompanhou seus passos atentamente, informando a Sublime Porta sobre a chegada iminente do imperador ao Império Otomano, para garantir que ele fosse recebido de maneira apropriada, sendo divulgadas notícias por todo o Império:

Quando d. Pedro II ainda estava na Rússia, um dos jornais de Beirute, chamado *Thamarat al-Funun*, publicou: Beirute, quinta-feira, 16 a 28 de setembro de 1876 Eventos diversos “Recebemos um telegrama que informa que o imperador do Brasil virá a Beirute nos próximos dias...”. [18] Com essa nota, e outras que sairiam nos jornais distribuídos em Beirute, percebe-se que o monarca tropical já vinha sendo esperado pelos árabes, uma novidade na época em que os visitantes e turistas no Oriente eram praticamente todos europeus, e nunca uma alta autoridade das Américas (Khatlab, 2015, p. 176).

Assim, Dom Pedro II partia em direção a Constantinopla, destino a muito aguardado, onde pretendia se encontrar com Teresa Cristina e sua amiga Condessa do Barral. Sua viagem pela Europa, embora rápida, marcou encontros significativos, novamente, com diversas figuras ilustres ou autoridades políticas, ainda que mantendo o tom de humildade como “Cidadão-Brasileiro”. Agora o imperador iria ao Oriente, e dessa vez teria uma margem maior de tempo para percorrer o vasto Império Otomano.

4.2.3. Grécia, Asia Menor, África do Norte e Oriente Médio: Visita ao Império Otomano e retorno Ao Egito

Era o mês do Ramadã quando Dom Pedro II chegou a Constantinopla em 1º de outubro, um período de jejum religioso para os muçulmanos, tendo sido recebido pelas autoridades otomanas e embaixadores europeus, além de ter se reencontrado com a Imperatriz Teresa Cristina e a condessa de Barral. Apesar de terem sido oferecidos a estadia no Palácio das Águas Doces da Ásia, a Imperatriz Teresa recusou, alegando que a viagem era de caráter particular, hospedaram-se assim no Hotel Royal, localizado no lado europeu da cidade (Khatlab, 2015). No contexto de sua visita a Constantinopla, Dom Pedro II e sua comitiva participaram de uma série de eventos e visitas que refletiam tanto o interesse do imperador por aspectos culturais e religiosos locais quanto sua inclinação em se aproximar das diferentes comunidades do Império Otomano (Sochaczewski, 2017).

Naquela época, o Império Otomano passava por transformações políticas significativas, uma vez que em 1876, um golpe militar resultou na abdicação do sultão Abdulaziz, que foi forçado a renunciar ao trono em favor de seu irmão Murad V. No entanto, Murad V revelou-se incapaz de governar efetivamente, levando à rápida transferência do poder para Abdul Hamid II. Este último, ao assumir a liderança, implementou a monarquia constitucional em novembro de 1876, exatamente quando Dom Pedro II encontrava-se em sua jornada pela Palestina, coincidindo com um momento de grande interesse internacional e diplomático (Khatlab, 2015).

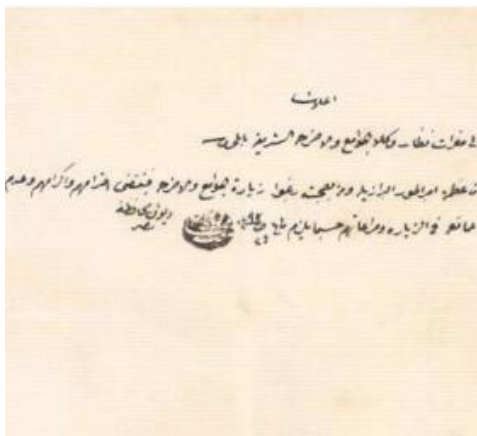
Logo pela manhã, Dom Pedro II visitou o Palácio de Dolmabahçe, onde se encontrou com o sultão Abdul Hamid II, recém-empossado. O sultão convidou o imperador brasileiro a conhecer a Mesquita de Santa Sofia, um imponente edifício construído no reinado de Justiniano, entre 532 e 537, e convertido em mesquita após a conquista de Constantinopla em 1453 (Khatlab, 2015). Ao entrar na mesquita, Dom Pedro II ficou encantado com sua grandiosidade, exclamando: “Inacreditável a beleza e majestade”. A condessa de Barral, igualmente impressionada, descreveu em seu diário a cena: “A mesquita estava toda iluminada e cheia de homens orando, ajoelhando-se ao mesmo tempo, criando um som impressionante” (Khatlab, 2015).

Ainda naquele dia, o sultão Abdul Hamid II retribuiu a visita, indo ao hotel onde Dom Pedro II estava hospedado. Além das visitas tradicionais a pontos turísticos, como a própria Hagia Sophia, o Museu de Santa Irene e a Floresta de Belgrado, Dom Pedro II manteve sua prática habitual de visitar instituições culturais e científicas locais. No dia 5 de outubro, acompanhado pelo barão do Bom Retiro, visitou o Observatório Imperial Otomano, onde propôs o estabelecimento de uma troca de correspondência com o Observatório do Rio de Janeiro. Visitou também outras instituições importantes, como a escola masculina Dar-el-Founoun, a escola feminina Valide-Mektebi, o Ministério da Guerra, o Tesouro Imperial Otomano e os reservatórios de água da capital, demonstrando seu interesse em compreender o funcionamento das instituições locais e em fortalecer os laços científicos e educacionais entre os países (Sochaczewski, 2017).

Dom Pedro II ainda dedicou tempo para visitar a cidade de Bursa, antiga capital otomana. A comitiva visitou várias mesquitas, túmulos de sultões e experimentou a tradição dos banhos turcos. Retornando a Constantinopla, a imperatriz e a condessa de Barral tiveram a oportunidade de visitar o harém do sultão, onde conheceram a tia do soberano e sua "favorita" do harem, que, segundo as lembranças da condessa, possuía um charme particular, apesar de não ser considerada bela (Sochaczewski, 2017).

Pode-se destacar, nesses diversos contextos apresentados, o interesse de Dom Pedro II em explorar não apenas os roteiros turísticos comuns seguidos pelos europeus, mas de fato adentrar em lugares de significância para os otomanos muçulmanos, como a Mesquita de Eyüp, que normalmente era inacessível aos não-muçulmanos, mas que fora aberta uma exceção a Pedro II em um passe para “mesquitas” ele recebeu, mesmo sendo cristão.

Imagem 16: Permissão de entrada em mesquitas e sítios arqueológicos de Pedro preservada no ACervo e Bueno Museu Imperial.



Fonte: Khatlab, 2015

Além disso, o imperador demonstrou um esforço particular em se aproximar das diversas comunidades residentes em Constantinopla, incluindo as comunidades grega, armênia e levantina (Sochaczewski, 2017).

Com os gregos, ele manteve contato por meio do encontro com membros do Silogeu Literário de Pera, enquanto com os levantinos, participou de uma apresentação teatral. Desse modo, ressalta-se que sua intenção ia além do simples intercâmbio cultural; ele queria realmente dialogar com as comunidades locais, o que torna essa viagem multifacetada, buscando um entendimento mais profundo das relações sociais e políticas entre as diferentes etnias e culturas que compunham o Império Otomano (Sochaczewski, 2017).

No que tange a Constantinopla, hoje Istanbul, Dom Pedro II descreveu a sua contemplação acerca da rica diversidade arquitetônica, cultural e cosmopolita, com uma coexistência harmoniosa entre muçulmanos, cristãos ortodoxos, católicos e judeus, todos circulando livremente em seus trajes tradicionais pela metrópole. Algo que lhe permitiu atestar a liberdade religiosa e a convivência pacífica de diferentes etnias em um império frequentemente descrito como repressor (Khatlab, 2015).

Após visitar as mais diversas instituições, Dom Pedro II seguiu para Grécia, que a altura já era independente do Império Otomano. Ao chegar a Atenas, foi recebido pelo presidente do Conselho de Ministros e pelo ministro dos Estrangeiros e, mesmo querendo ser discreto, não conseguiu escapar do cerimonial protocolar. O periódico grego “Messenger d’Athènes”, publicado em língua francesa, destacou que, dentre todos os monarcas que visitaram a Grécia, Dom Pedro II foi aquele que deixou as melhores lembranças, elogiando-o não apenas como o

soberano de uma nação com um futuro promissor, mas também como um estudioso respeitado, cuja reputação já era bem conhecida entre os gregos (Khatlab, 2015).

A calorosa recepção que recebeu em toda parte reforçou essa impressão positiva. Durante sua estadia em Atenas, Dom Pedro II, acompanhado pela condessa de Barral, realizou um extenso passeio pela cidade e seus sítios arqueológicos, com especial atenção à Acrópole. Mesmo com mais de cinquenta anos de idade, o imperador percorreu os locais a pé, demonstrando grande interesse pela história e cultura grega. Juntos, ele e a condessa assistiram ao pôr do sol sobre o Parthenon enquanto contemplavam a vasta planície, as montanhas da Ática e o golfo de Salônica (Khatlab, 2015).

Durante sua viagem à Ásia Menor, Dom Pedro II partiu de Atenas e navegou pelo mar Egeu, passando por diversas ilhas de importância histórica, como Éfeso e Rodes, e encerrando sua rota pela região. Em uma carta à condessa de Barral, datada de novembro de 1876, ele narra sua visita a Éfeso, descrevendo as ruínas do famoso Templo de Diana e mencionando a Gruta dos Sete Dormentes, um local associado a uma antiga lenda cristã e islâmica (Khatlab, 2015).

Dom Pedro II fez uma parada na ilha de Chipre, onde visitou Famagusta e explorou igrejas antigas, além das ruínas de Santa Soa, local onde os Lusignan foram coroados reis de Jerusalém. De Chipre, ele seguiu rumo a Beirute, conforme narra em suas cartas, demonstrando interesse por observar o Líbano ao amanhecer e planejando seu itinerário pela Palestina. A dificuldade de desembarque nos portos palestinos devido às condições do mar fez com que muitos peregrinos preferissem atracar em Beirute, de onde seguiam por terra até Jerusalém via Damasco. Em Beirute, sua chegada foi registrada no jornal local "Thamarat al-Funun", que anunciou o telegrama de Istambul informando que o imperador brasileiro partira da Grécia rumo à Síria, conhecida à época como Grande Síria (Khatlab, 2015).

Segundo Salibi (2024), Beirute, que significa "poços", já era mencionada em registros egípcios no segundo milênio a.C., mas ganhou importância com a sua elevação ao status de colônia romana em 14 a.C., sob o nome de Colonia Julia Augusta Felix Berytus. Durante os séculos III e VI d.C., a cidade se destacou pela famosa escola de direito, embora tenha sido destruída por terremotos e tsunamis no século VI. Após a conquista muçulmana em 635, Beirute foi reconstruída como uma pequena cidade murada, administrada por Baalbek, mas só voltou a ter relevância no século X com o retorno do comércio marítimo no Mediterrâneo, especialmente sob o domínio fatímida. Durante as Cruzadas, a cidade se tornou um posto comercial de destaque, mas sua posição estratégica era precária, levando à sua reconquista por

Saladino e posteriormente pelos mamelucos, que a transformaram em um importante porto para o comércio de especiarias com Veneza.

Sob domínio otomano, a cidade passou por períodos de declínio e ressurgimento, principalmente a partir do século XVII, quando se tornou um centro exportador de seda para a Europa. A modernização da cidade, contudo, ocorreu de fato com o crescimento comercial durante a Revolução Industrial e a ocupação egípcia em meados do século XIX, período em que Beirute começou a expandir além de suas muralhas. A cidade se tornou um importante centro educacional e intelectual no final do século XIX e início do século XX, com a fundação de universidades e o crescimento de sua indústria editorial, colocando-a na vanguarda do jornalismo árabe e do nacionalismo emergente (Salibi, 2024).

De acordo com Khatlab (2015), após o massacre de cristãos maronitas pelos drusos em 1860, Beirute passou a receber um grande número de refugiados, o que impulsionou o desenvolvimento da cidade. Como consequência desse evento, Beirute foi anexada à vilayet da Grande Síria, cuja capital era Damasco, e que abarcava territórios correspondentes a vários Estados atuais do Oriente Médio. A decisão gerou insatisfação entre os beirutinos, que a consideravam um retrocesso, mas, apesar disso, a cidade continuou a prosperar, com seu porto se tornando um dos mais importantes da região. Esse crescimento estimulou o intercâmbio comercial e intelectual entre a Europa e o Oriente, elevando o status de Beirute, que passou a ser conhecida como a "Porta do Oriente", destacando-se como uma das cidades mais dinâmicas e sofisticadas do Mediterrâneo.

Segundo Khatlab (2015), durante a passagem de Pedro II por Beirute, a cidade ainda era governada por um funcionário otomano subordinado ao sultão, com um porto movimentado tanto no comércio quanto no turismo, além de diversas escolas dirigidas por missionários católicos e protestantes que promoviam a cultura internacional. Entretanto, a opressão otomana impulsionou a emigração de muitos libaneses, especialmente para os Estados Unidos após 1860 e para o Brasil a partir de 1880, período posterior à visita de Pedro, que contribuiu para divulgar essas novas terras aos árabes. Posteriormente, Beirute tornou-se capital de uma nova vilayet em 1887, e, após a criação do Grande Líbano, passou a ser a capital da República Libanesa em 1943.

Em sua viagem a Beirute em novembro de 1876, Dom Pedro II, a bordo do navio *Águila Imperial*, teve uma recepção calorosa, ainda que sua visita não fosse oficial. Mesmo dispensando o protocolo formal, o povo libanês e as autoridades locais aguardavam ansiosamente sua chegada, atraídos pelo fato de ele ser um monarca dos trópicos com

conhecimento da língua árabe, vide que seu até mesmo seu próprio nome “Alcântara” deriva da palavra árabe *alkantara* ou *al-qantara*, que significa a arcada de ponte ou de parede, e que reforçou sua popularidade e a curiosidade em torno de sua visita (Khatlab, 2015).

Dom Pedro II optou por se hospedar no Hotel Belle Vue, que, embora não fosse dos mais luxuosos da cidade, oferecia uma bela vista para o mar Mediterrâneo e as montanhas nevadas, além de ser o maior para comportar sua comitiva. O imperador saudou o povo e cumprimentou a todos antes de ir para o Hotel, algo que seria considerado uma quebra de protocolo, mas que, ao ver todos prontamente esperando sua chegada em multidões no sol escaldante do Líbano, sentiu-se na obrigação de cumprimentá-los ainda que não fosse uma viagem de Estado. Além disso, a alimentação do local era predominantemente francesa, importada diretamente da França, como medida preventiva para garantir a saúde do monarca, que não estava habituado à culinária local, com essa mudança abrupta podendo causar problemas no organismo (Khatlab, 2015).

Khatlab apresenta um jornal de Beirute anunciando a chegada de Pedro II:

Sábado passado [dia 11 de novembro de 1876 em Beirute], chegou aqui o imperador do Brasil, d. Pedro II, e exprimiu seu profundo agradecimento ao governo pela recepção honrosa feita para ele e sua comitiva. Esclareceu que sua visita tem propósito turístico e por isso não se apresentou com vestes oficiais. Logo em seguida, o imperador foi passear pela cidade e por seus mercados, visitou escolas e encontrou-se com algumas pessoas, sempre se comportando de forma popular e sem protocolo (Khatlab, 2015, p. 191).

O jornal *Thamarat al-Funun* teve um papel relevante ao promover o Brasil na língua árabe após a visita de Dom Pedro II ao Líbano em 1876. Naquela época, a região conhecia pouco sobre o Brasil, associando a "América" principalmente aos Estados Unidos. A presença do imperador, com sua habilidade em línguas semitas e comportamento carismático, contribuiu para aproximar os dois países e incentivou a posterior emigração de libaneses para o Brasil. A visita de Dom Pedro II se transformou em parte do legado oral familiar, sendo lembrada por gerações de descendentes libaneses no Brasil (Khatlab, 2015).

Esse papel na imigração também é descrito por Kadri e Solone (2017), que relatam que o trabalho de relações públicas do imperador pode ter convertido o distante reino das Américas em destino seguro para uma parcela da população levantina, em contexto de grande instabilidade política e de crise econômica. Almeida (2017) também descreve que, inquestionavelmente, o primeiro movimento de maior relevância nas relações entre o Brasil e Líbano foi a visita realizada por D. Pedro II, em 1876.

O Thamarat alFunun faria um empenho na divulgação do novo país, belo e viçoso em todos os detalhes: população, riquezas, rios e grandeza. O resto da propaganda, a própria gura do imperador à paisana, de casaca, popular, falando línguas semitas e ainda com o sobrenome Alcântara, encarregou-se de fazer. A notícia circulou por todos os cantos, e transformou-se em história contada ao longo dos anos de pai para lho – e neto... Algumas pessoas, ao ouvir dos pais o relato sobre o imperador brasileiro que visitou o Oriente, decidiram emigrar para o Brasil e hoje têm seus netos e bisnetos no Brasil, que ainda falam da passagem do imperador. Uma dessas famílias é a de Ernesto Zarzur, descendente de libanês. Seu pai, Faiz Zarzur, foi um agricultor nascido no nal do século XIX em Hamra, perto de Zahle, no vale do Bekaa, local por onde passou d. Pedro II em 1876. Eles não se esquecem que foi d. Pedro II que apresentou o Brasil aos seus antepassados, o país que os antigos chamavam de Terra da Promissão (Khatlab, 2015, p. 192).

A popularidade de Dom Pedro II se manifestava de forma natural, pois, ao chegar a qualquer local, ele imediatamente saía para explorar as ruas, como fez em Beirute. Embora tivesse iniciado seus estudos de árabe do Oriente Médio recentemente, ele conseguia se comunicar devido ao conhecimento prévio de outras línguas semitas, o que também se refletia no uso de termos árabes em seu diário. Além disso, o francês, a segunda língua predominante no Líbano, facilitava sua interação com a população local. Em suas caminhadas pela cidade, Dom Pedro II não demonstrava cansaço e aproveitou a oportunidade para visitar locais de grande interesse cultural e histórico, incluindo os tradicionais hammams, além de igrejas, mesquitas e escolas no centro de Beirute (Khatlab, 2015).

Muniz (2017) descreve que não se pode atrelar um papel “messiânico” a ida de Pedro II como locomotiva central de um guia para os libaneses irem ao Brasil. No entanto, ele ressalta sua importância, e diz que a visita do monarca foi amplamente difundida à época, e teve um importante papel ajudando a divulgar o Brasil no Oriente. Ademais, ele descreve que ainda existe, desde a ida de Pedro II até os dias de hoje, um imaginário popular libanês em ver os “trópicos” como realmente um local paradisíaco.

Curiosamente, Isaura Daniel (2022), ressalta como o imaginário dessas viagens continuam vivos até mesmo hoje, sendo que em 2022 foi realizado, através do Ministério das Relações Exteriores e a Embaixada Brasileira em Beirute, uma exposição sobre a ida de Pedro II ao Líbano, com fotos, artigos e documentos históricos, além de homenagens feitas por artistas libaneses, como a de Zahed Kobeissi:

Imagem 17: Arte de Zahed Kobeissi em Caligrafia Árabe de Dom Pedro II e sua égua branca no Líbano durante exposição em Beirute



Fonte: DANIEL, 2022.

Continuando sua jornada, Dom Pedro II teve uma relação próxima com o Collège Notre Dame de Nazareth, uma instituição de ensino dirigida pela Congregação de Irmãs de Nossa Senhora de Nazaré. O monarca fez duas visitas ao colégio: a primeira para conhecer a instituição e conversar com as religiosas sobre a educação, e a segunda para assistir à missa. O imperador recusou o genuflexório que lhe haviam preparado na capela e optando por permanecer junto à congregação de leigos, e a superiora do colégio, Pauline de Vaux, registrou essa atitude no diário da instituição, destacando a humildade e o desejo de Dom Pedro II de ser tratado como qualquer outro devoto. Além disso, como era seu hábito, o imperador realizou uma generosa doação em dinheiro para apoiar as obras educacionais e religiosas da instituição, o que causou uma profunda impressão nas alunas (Khatlab, 2015).

Em sinal de gratidão, as estudantes compuseram dois textos poéticos dedicados a Dom Pedro II, um em árabe e outro em francês, ambos cheios de reverência e louvor pela presença do monarca. Nos escritos, elas expressaram reconhecimento não apenas pela visita, mas também pelas doações e pela atenção que o imperador dedicou à escola. As mensagens exaltavam sua majestade e seus feitos, comparando-o até mesmo ao cedro do Líbano, símbolo de força e grandeza na cultura local. Mesmo após a partida de Dom Pedro II, ele continuou a apoiar a instituição, enviando novas doações como forma de ajudar no desenvolvimento da educação no Líbano (Khatlab, 2015).

Os frutos dos seus benefícios viverão o tanto que o dia sucederá a noite e a memória se perpetuará nas gerações futuras. Desejamos que, semelhante ao cedro do Líbano, Vossa Majestade seja para sempre elevado em potência e glória. Que os dias decorram para Ele (Majestade) sem nuvem, pois elas são submissas a Ele; e que o tempo seja sempre seu servidor. Alunas do extermato das Damas de Nazaré Beirute, 14 de novembro de 1876 (Khatlab, 2015, p. 195 – 196).

Visitou a região do Monte Líbano, que, à época, era um pequeno emirado governado por mutasarrifs nomeados pela Sublime Porta Otomana. O Monte Líbano enfrentava dificuldades econômicas, especialmente pela falta de portos, o que limitava suas exportações. Mesmo assim, a região conseguiu certa autonomia administrativa e estabilidade, com apoio francês na organização da polícia e da administração local (Khatlab, 2015).

Observou o cultivo em terraços nas montanhas e o percurso do rio Nahr el-Kalb, onde se destacavam as amoreiras, fundamentais para a produção de seda, uma atividade que havia sido introduzida na região há séculos e que, no século XIX, era uma das principais exportações do país. O imperador já demonstrava interesse pela sericicultura no Brasil e havia incentivado a produção de seda, especialmente em São Paulo e Paraná. Apesar de o Líbano ter enfrentado uma crise no final do século XIX devido à concorrência japonesa, a seda libanesa manteve-se como um produto importante para os mercados europeus, especialmente para a França, que modernizou a produção local (Khatlab, 2015).

Encontrou-se com Dom Yosef Elias al-Debs, arcebispo de Beirute. Al-Debs era um renomado intelectual e fundador do Colégio La Sagesse, instituição também visitada por Dom Pedro. Na ocasião, o monarca brasileiro presenteou o arcebispo com um cofre de madeira incrustado de pedras preciosas, e este retribuiu com uma banquetta decorada com madrepérolas. No dia seguinte visitou o Colégio Protestante Sírio da Missão Evangélica Americana, que mais tarde se tornaria a Universidade Americana de Beirute (Khatlab, 2015).

O imperador já havia estabelecido contato prévio com a instituição, sendo recepcionado pelo professor Cornelius Van Dyck, um missionário e destacado estudioso da cultura e língua árabe. Durante a visita, D. Pedro discutiu a tradução da Bíblia com Van Dyck, que lhe ofereceu uma coleção de suas obras. Além de interagir com intelectuais locais, o imperador mostrou grande interesse pela diversidade religiosa da região, recebendo informações detalhadas sobre os drusos e outras comunidades dentre as vertentes mulçumanas e judaicas, o que contribuiu para sua compreensão das complexidades geográficas e religiosas do Levante (Khatlab, 2015).

Nami Jafet, originário de Dhur Chueir, Monte Líbano, tornou-se um grande professor, sociólogo e escritor e, por falta de liberdade e pela pressão política no Império Otomano, pensou em emigrar e lembrou-se do imperador d. Pedro II. Emigrou para o Brasil em 1893, onde já estavam seus irmãos. Daud Kurban, escritor libanês, que não emigrou para o Brasil e sim seu filho, foi quem, por ocasião do falecimento de d. Pedro II, em 1891, publicou um artigo, in memoriam, em que relatou a viagem de d. Pedro II a Beirute, sua biografia e sua sabedoria (Khatlab, 2015, p. 211).

Após a visita a Beirute, D. Pedro II seguiu em direção a Baalbek, montado em uma égua branca, o imperador enfrentou um percurso desafiador pelas montanhas e pelo vale do Bekaa, parte de sua extensa jornada que se estenderia até Jerusalém e Jafa, na Palestina. A travessia totalizava mais de 500 km e, além das dificuldades do terreno, a comitiva imperial era acompanhada por guias locais e um grupo de soldados enviados pelo governo turco, como parte dos privilégios garantidos pelo Tratado de Amizade entre o Brasil e o Império Otomano (Khatlab, 2015).

Ao longo do caminho, a comitiva imperial chamou a atenção dos habitantes das localidades por onde passou, com destaque para os vilarejos de Bsous e Kahale, conhecidos pela produção de seda. Kahale, em particular, tinha laços históricos com o Brasil, já que muitos de seus moradores haviam emigrado para Petrópolis, onde D. Pedro mantinha sua residência de verão. Esses imigrantes árabes costumavam visitar o imperador em suas residências, tanto no Rio de Janeiro quanto em Petrópolis, sendo recebidos calorosamente por ele, que aproveitava essas ocasiões para praticar o árabe como mencionado (Khatlab, 2015).

Ao prosseguir sua jornada, D. Pedro II atravessou Aley, Bhamdoun e Soufar, até alcançar o ponto mais alto da travessia, Mezher, atualmente conhecido como Dahr al-Baida. Apesar das montanhas cobertas de neve devido ao mês de novembro, ele pôde desfrutar de uma vista magnífica do vale do Bekaa, conforme relatado em seu diário. Ele também fez uma parada para almoçar em Chtaura, uma localidade que, na época, contava com diversas pousadas e restaurantes para viajantes, como a Maison Brun, conhecida por sua vinícola *Domaine des Tourelles*. (Khatlab, 2015).

A viagem seguiu para Maalaka, próxima à cidade de Zahle, que à época marcava o limite do Monte Líbano e início da província da Síria. Zahle mantém até hoje uma lembrança especial da passagem de D. Pedro II, nomeando sua principal avenida de "Brasil" em homenagem ao imperador e ao grande número de emigrantes locais que partiram para o Brasil após seu encontro com ele. Esses imigrantes, que prosperaram em terras brasileiras, retornaram

a Zahle e abriram comércios na rua principal, a qual ficou conhecida como "rua dos brasileiros" (Khatlab, 2015).

Em seus diários datado de 14 de novembro de 1876, é possível notar que chegada de D. Pedro II a Baalbek, na província síria do Império Otomano foi marcada por sua admiração pelas ruínas, que já conhecia de leituras. Apesar das dificuldades da viagem, a entrada noturna nas ruínas, iluminadas por fogaréus, impressionou-o profundamente, tendo que cavalgar por 7 horas e dormir em barracas improvisadas posteriormente (Bediaga, 1999). No dia seguinte à sua chegada em Baalbek, D. Pedro II começou cedo suas explorações, visitando inicialmente o Templo de Baco, de Júpiter, e também fez uma breve visita ao Templo de Vênus, embora o descrevesse como menos impressionante que os outros, dada a simplicidade e o estado de degradação em que se encontrava (Bediaga, 1999).

Khatlab (2015) descreve que D. Pedro II chegou a Damasco, visitando a Grande Mesquita dos Omíadas, construída sobre as ruínas de um templo romano. Também subiu os 141 degraus do minarete "el Arous!" e desfrutou da vista panorâmica onde refletiu sobre a famosa lenda de Maomé, que ao avistar a cidade do alto do Monte Kassiu, disse: "basta-me um só paraíso", preferindo não entrar em Damasco por sua semelhança com o paraíso descrito no Alcorão

Damasco, com suas ruas e construções marcadas pela diversidade religiosa e cultural, deixou uma impressão forte em D. Pedro. Apesar de sua beleza e importância histórica, o imperador também se incomodou com a sujeira nas ruas, especialmente nas áreas periféricas, algo comum nas cidades do Oriente da época. Ele contrastou a rusticidade exterior com o luxo interno das casas, destacando os belos jardins e interiores decorados que observou durante sua estadia (Khatlab, 2015).

Durante sua visita, D. Pedro II explorou diversos locais históricos, incluindo o mausoléu do sultão Saladino, o famoso líder muçulmano que reconquistou Jerusalém em 1187, provocando a Terceira Cruzada. O imperador registrou em seu diário a visita ao túmulo de Saladino, que na época estava em estado de deterioração, mas seria restaurado posteriormente com o apoio do imperador alemão Guilherme II (Khatlab, 2015).

Além disso, D. Pedro mencionou sua passagem por locais significativos para a tradição cristã, como a muralha onde o apóstolo Paulo teria escapado, e expressou sua preocupação com a segurança da população cristã local, lembrando o massacre de 1860, que resultou em milhares de vítimas durante os conflitos entre drusos e cristãos (Khatlab, 2015).

Durante sua estadia em Damasco, D. Pedro II visitou figuras históricas e notáveis da época. Entre elas, Abd-el-Kader, um líder argelino que se destacou como humanista e defensor da resistência contra o colonialismo francês. Conhecido por sua intervenção em 1860, quando salvou mais de 1.500 cristãos durante conflitos religiosos, Abd-el-Kader também era poeta, filósofo e teólogo. D. Pedro descreve sua hospitalidade, destacando o oferecimento de chá e a entrega de um livro sobre a Síria. O imperador também menciona o apreço francês pelo líder, que recebeu condecorações como a Legião de Honra (Khatlab, 2015).

Além disso, em seu diário de 17 de novembro de 1876, Dom Pedro II relata suas impressões de uma visita à casa de Lady Ellenborough, que se casou com o chefe beduíno Mejuel, descrevendo com riqueza de detalhes as qualidades físicas e a inteligência do chefe, bem como o talento artístico de Lady Ellenborough, que mostrou ao imperador aquarelas de locais históricos como Palmira e Babilônia. Dom Pedro II também registra visitas às casas de judeus de origem portuguesa, às residências árabes e ao Kan-Hassad-Pacha, onde se impressionou com a arquitetura e o pátio ornamentado, observando ainda a estrutura do Tekyeh, que servia de abrigo para peregrinos de Meca, e comenta sobre as escolas de meninas e meninos mantidas por congregações religiosas. (Bediaga, 1999).

Além dessas visitas, D. Pedro II conheceu o bairro judeu de Damasco e as casas de famílias de origem portuguesa, como a família Lisbun, cujo nome remete aos judeus expulsos de Portugal em 1497. Ele também visitou o Palácio Abd-Allah-Pacha, admirando sua arquitetura detalhada e o luxo de seus interiores, como os tetos decorados com relevos e pinturas variadas (Khatlab, 2015).

No relato de Pedro d'Alcântara, sua jornada em direção à Palestina destaca-se como um marco significativo em sua vida, partindo de Damasco com o propósito de visitar Jerusalém e locais bíblicos que havia estudado e traduzido. Durante a viagem, ele aproveitou cada pausa para continuar suas traduções e observar a beleza do Monte Hermon (Khatlab, 2015).

Khatlab (2015), descreve que os relatos sobre a viagem de d. Pedro II à Palestina foi um dos mais marcantes acontecimentos locais da época, com dona Teresa Cristina tendo sido a primeira imperatriz, depois de santa Helena (255-328), mãe do imperador Constantino, a pisar naquelas terras.

Além da beleza do local, o diário do Imperador revela detalhes sobre a vida cotidiana nas aldeias ao longo do caminho, como em Khanicher e Kawikaba, onde ele observou as práticas agrícolas e a interação cultural com os beduínos, como sua descrição da tatuagem entre as mulheres beduínas, que utilizam cores para simbolizar seu estado civil. Partiu para o Lago

de Genezaré, também conhecido como Mar da Galileia, depois o Monte Tabor, onde encontrou ruínas romanas e vestígios de uma igreja do tempo de Santa Helena, mãe do imperador Constantino (Khatlab, 2015).

Em Sebastieh o imperador explorou ruínas de colunas, e em Nablus, o cenário mudou para uma paisagem montanhosa, rica em olivais, onde Dom Pedro II encontrou o pároco local e refletiu sobre as colunas romanas e as torres que dominavam a região. Ele chegou a Jerusalém em 29 de novembro de 1876, onde se hospedou na Casa Austríaca, um abrigo de peregrinos, próximo à Via Dolorosa (Khatlab, 2015).

O Paxá de Jerusalém enviou uma escolta de vinte cavaleiros e soldados para receber o monarca e sua comitiva, demonstrando o respeito local pelo imperador brasileiro, além de uma banda de recepção que Pedro II pediu para ser dispensada para evitar cerimonialismo. Em Jerusalém, Dom Pedro II visitou o Muro das Lamentações e o Santo Sepulcro, onde participou de atos religiosos, e a Cúpula da Rocha com a Mesquita de al-Aqsa (Khatlab, 2015)

Durante sua visita a Betânia, Dom Pedro II explorou o túmulo de Lázaro, a planície de Jericó e suas ruínas arqueológicas. Seguiu a visita ao Rio Jordão, relembrando as passagens bíblicas, e por fim chegou ao mar morto, onde ficou fascinado pelas peculiaridades da água de forma científica. É interessante ponderar que D. Pedro II, em suas visitas ao Oriente, explorou diversas instituições educacionais buscando entender métodos de ensino e administração. De modo que ficou impressionado com o contraste entre os investimentos massivos em igrejas e a escassez de recursos para a educação, criticando abertamente governos cristãos, como o da França, que gastaram fortunas em construções religiosas, negligenciando o sistema educacional, algo que ele lamentou ao observar a Igreja de Santa Ana em Jerusalém (Khatlab, 2015).

Seguiu viagem visitando a gruta de São Pedro, e posteriormente chegou em Belém, onde visitou diversos túmulos de caráter bíblico. Além disso, a visita a Abergosch também foi significativa, onde D. Pedro II explorou ruínas de uma igreja do tempo das Cruzadas. Por fim, a jornada pelo vale de Terebintho, até a planície de Saron, onde visitou Ramleh e suas ruínas religiosas, terminando seu tour e seguindo para o Egito (Khatlab, 2015).

Imagem 18: Pedro II em peregrinação no oriente como Beduíno Arquivo Nacional

Fonte: DANIEL, 2022

O imperador havia visitado o Egito anteriormente, em 1871, e retornou com a imperatriz Teresa Cristina e sua comitiva, iniciando a jornada em Port Said e seguindo pelo Canal de Suez até o Cairo. Ao longo de sua viagem, D. Pedro II documentou suas impressões e descobertas em um diário que, embora informal e frequentemente escrito em francês para arqueólogos amigos como Mariette e Brugsch, demonstrava o interesse científico e histórico que o monarca nutria pela civilização egípcia (Khatlab, 2015).

D. Pedro II embarcou no vapor Feruz, navegando pelo rio Nilo até Abu Simbel, na fronteira sudanesa. Durante essa expedição, ele visitou diversos monumentos icônicos do Egito Antigo, como as Pirâmides de Gizé, os templos de Luxor e Karnak, além de registrar as paisagens desérticas e as comunidades que habitavam as margens do rio. A bordo, o imperador fazia anotações meticulosas sobre distâncias, clima, e as dimensões dos monumentos que observava, o que demonstrava sua abordagem quase científica, buscando não apenas uma experiência turística, mas sim uma contribuição significativa para o estudo do Egito (Khatlab, 2015).

Dessa forma, no Cairo, D. Pedro II fez questão de visitar as pirâmides novamente, além de manter uma agenda cultural rica, que incluía visitas ao teatro e à ópera, onde assistiu a apresentações de peças como *Petite Mariée* e *Aída*. Durante sua expedição ao Alto Nilo, o imperador fez observações detalhadas sobre as ruínas de Abu Simbel e destacou a importância histórica da área da Núbia (Khatlab, 2015)

Em janeiro de 1877, o imperador ultrapassou a fronteira egípcia, dirigindo-se até Wadi-Halfa, nas proximidades da Segunda Catarata do rio Nilo, atualmente submersa sob o Lago Nasser, situada no norte do Sudão. Durante sua viagem, o percurso incluiu a exploração detalhada dos monumentos de Abu Simbel, onde D. Pedro II registrou suas observações sobre as grandiosas estátuas de Ramsés II e as inscrições antigas que adornavam o local. A travessia do deserto da Núbia, segundo o relato do monarca, foi feita em parte por ferrovia e parte em embarcações, um trajeto que ele descreveu como "um prazer inexprimível" e uma oportunidade única para apreciar a região. No retorno ao Cairo, após visitar o Alto Egito e a Núbia, D. Pedro II encontrou-se com Mariette para aprofundar seus estudos sobre a história egípcia. (Khatlab, 2015)

Ao longo da viagem, o monarca também expressou em cartas à Condessa de Barral seu fascínio com as descobertas e o aprendizado obtido, onde também refletia sobre o Egito moderno, observando as mudanças trazidas pela construção do Canal de Suez e os avanços tecnológicos, como a expansão das ferrovias. O imperador aparentava demonstrava um grande interesse pela modernização do Egito, comparando essas inovações com os projetos de desenvolvimento que ele próprio promovia no Brasil (Khatlab, 2015).

Novamente D. Pedro II teve um encontro significativo com o Quediva Ismail, uma vez que o relacionamento entre os dois já havia sido estabelecido desde 1871, quando D. Pedro II visitou o Egito pela primeira vez. Esse laço se fortaleceu ao longo dos anos por meio de correspondências e trocas culturais, e no encontro de 1876, D. Pedro II visitou uma das usinas de açúcar do Quediva, que era equipada com tecnologia de ponta francesa. Durante essa visita, o imperador observou com interesse os processos industriais e a produção de açúcar, que alcançava cerca de cinquenta mil quintais por ano, além de produzir quatrocentos mil litros de álcool (Khatlab, 2015).

Khatlab ressalta que ao concluir sua viagem, D. Pedro II deixou um importante registro sobre os monumentos, muitos dos quais desapareceriam anos depois devido à construção da barragem de Assuã, que submergiu grande parte da Núbia. Seu diário, portanto, tornou-se um documento valioso para o estudo de uma região que se transformaria profundamente com o tempo, confirmando o legado do monarca como um intelectual interessado nas grandes civilizações da história (Khatlab, 2015).

Por fim, durante sua espera por um navio em direção à Europa, d. Pedro II aproveitou sua estadia no Cairo para explorar a cidade e suas redondezas, visitando monumentos

importantes, como o Serapeum e os túmulos de Sakarah. Ele também teve a honra de, sob ordem do Khediva, inaugurar a estrada de ferro que conectava o Cairo a Heluã (Khatlab, 2015).

Em uma correspondência do Imperador ele revelou seu fascínio por Alexandria, cidade que ele considerava avançada, mas que poderia ter se desenvolvido ainda mais caso o Khédive do Egito não tivesse investido tanto em construções suntuosas. D. Pedro II embarcou no vapor *Labourdonnais* em direção à Sicília, encerrando uma etapa significativa de sua jornada pelo Oriente e Norte da África, voltava no entanto, não apenas com anotações arqueológicas, mas com verdadeiros relatos de experiências do Khediva em sua modernização (Khatlab, 2015).

4.2.4. A Viagem de volta pela Europa: Novos encontros intelectuais

Em janeiro de 1877 Dom Pedro II retornava à Itália para continuar seus trajetos pela Europa, onde seguiu por Nápoles, Roma, Florença, Siena e Veneza. Segundo Lyra (1939), o Imperador relatou a Gobineau, em carta enviada de Veneza, que suas impressões eram tão numerosas que se tornava impossível resumi-las em uma única palavra.

Em Roma, o imperador visitou o Vaticano para prestar suas homenagens ao Papa Pio IX, que também havia encontrado em sua viagem de 1871. Embora o pontífice estivesse mais velho e em seus últimos anos de vida, recebeu Dom Pedro II com grande prazer, e dessa vez, cordialidade, mostrando que a Questão dos Bispos havia sido superada (Lyra, 1939). Dom Pedro II também passou por Villa d'Este, em Tivoli, e conversou com o cardeal de Hohenlohe, um amigo próximo de Pio IX. O cardeal, erudito e amante das artes, era admirado pelo imperador e cercado por figuras ilustres como Wagner, Liszt, e outros artistas e intelectuais, que anos depois escreveu sobre Dom Pedro II com admiração (Lyra, 1939).

Seguiu para Florença, onde Dom Pedro II encontrou o pintor Pedro Américo, que trabalhava em sua famosa obra sobre a batalha de Avaí, e expressou seu apreço pelo talento do artista. Além disso, em Milão, ele se reuniu com o compositor Carlos Gomes, outro beneficiário de seu apoio imperial, passando por diversos locais turísticos e seguindo em direção a Áustria novamente (Lyra, 1939).

Segundo Lyra (1939), após deixar a Itália e se reunir com a imperatriz em Viena, Dom Pedro II continuou sua viagem para a Alemanha, agora de forma acelerada, e, posteriormente, para Paris, onde permaneceu por dois meses. Na capital francesa, aproveitou intensamente sua estadia para visitar instituições culturais como museus, bibliotecas e academias, além de participar de conferências e se encontrar com intelectuais e cientistas de renome.

Arsène Houssaye descreve Dom Pedro II como um homem de enorme erudição e simplicidade, que visitava monumentos e recebia personalidades de destaque com a mesma naturalidade de um viajante comum, apesar de governar um dos maiores impérios do mundo. Houssaye também observa que o imperador conhecia profundamente a literatura e a cultura francesas, lembrando até mesmo de obras e discursos que os próprios autores já haviam esquecido, e falava o francês com a elegância de um verdadeiro diletante (Lyra, 1939).

Acompanhado novamente por Gobineau, visitou a galeria do filho de Horace Vernet, que contava com obras de grandes mestres como Reynolds e Boucher. Em outro momento, Dom Pedro conheceu o físico Gaston Planté, inventor do acumulador elétrico, e o astrônomo Camille Flammarion, impressionando ambos com seu conhecimento científico. Na casa de Flammarion, Dom Pedro demonstrou grande habilidade ao manusear instrumentos astronômicos, o que se explicava por sua experiência com o observatório que mantinha no Paço de São Cristóvão, no Brasil (Lyra, 1939).

Dom Pedro II também tentou encontrar-se com o romancista Afonso Karr, a quem havia tentado visitar em 1872, sem sucesso. Naquela ocasião, uma gripe impediu o encontro, e desta vez Karr justificou sua ausência devido a um compromisso com seu neto, escrevendo ao imperador para expressar seu pesar por não poder recebê-lo. Karr ainda recordou uma anedota sobre o rei Henrique IV da França para ilustrar sua justificativa, comparando o sacrifício de não poder receber Dom Pedro à responsabilidade de um avô em passar tempo com a família (Lyra, 1939).

O imperador também foi frequentemente visto participando das atividades da Academia Francesa e da Academia de Ciências. Em uma de suas visitas à Academia Francesa, Alexandre Dumas Filho, que presidia a instituição, desceu pessoalmente para recebê-lo. Dom Pedro cumprimentou todos os membros presentes e, em seguida, tomou seu lugar entre eles. Dumas Filho comentou espirituosamente que o imperador, ao aplaudir entusiasticamente a leitura de um discurso pelo conde de Houssonville, parecia verdadeiramente integrado ao grupo de imortais da academia (Lyra, 1939).

Após a sessão, Dom Pedro partiu a pé, seguido por sua carruagem simples, conversando com alguns dos confrades como se fosse um cidadão comum. Alguns dias depois, ele retornou à academia, pedindo que não fizessem cerimônia por sua presença e que o tratassem como um dos quarenta membros. O imperador, com sua habitual humildade, participou das discussões sobre o dicionário histórico em curso, despedindo-se de forma casual com um "até logo" (Lyra, 1939).

Outro ponto importante é que Dom Pedro II era membro correspondente da Academia de Ciências desde 1875, quando foi honrado com a admissão. Em sua carta de agradecimento à academia, ele expressou que sua eleição só poderia ser explicada como um gesto de apreço pelos cientistas brasileiros, que a academia, por suas limitações, ainda não conhecia (Lyra, 1939).

Lyra (1939) acredita que seu ingresso na academia foi um reconhecimento significativo, apesar das acusações infundadas de que teria solicitado ou insinuado o desejo de ser eleito. O imperador negou formalmente tais alegações, afirmando que nunca esperou tal honra e que a notícia de sua eleição o surpreendeu profundamente.

Mais tarde, a Academia considerou um reconhecimento ainda mais elevado: promovê-lo a associado estrangeiro. Dom Pedro respondeu que já havia se surpreendido com sua eleição como correspondente e que não queria participar ativamente dessa nova promoção, preferindo que tal honraria fosse dedicada ao Brasil e aos seus estudiosos. Ainda assim, Dom Pedro II continuou sendo um dos membros mais ativos da academia, frequentemente enviando comunicações científicas sempre que tinha oportunidade (Lyra, 1939).

Lyra (1939) ainda descreve que embora sua filha, a princesa Isabel, tenha sugerido, com um toque de malícia descontraída, que ele devia sua admissão ao fato de ser imperador, Dom Pedro II argumentou que valorizava imensamente essa honra, considerando-a uma de suas maiores realizações. Sabe-se que preferia sentar-se ao lado de confrades pelos quais tinha grande simpatia, como Lesseps, Berthelot, Pasteur e outros e negava o tratamento especial, onde era estimado e respeitado, sendo visto como um exemplo para seus membros.

Dom Pedro II encontrou-se com Vítor Hugo em sua casa, senador e figura política proeminente, que aos olhos do Imperador, simbolizava os valores da pátria e da liberdade após a queda do Segundo Império Francês. Durante a conversa, Dom Pedro demonstrou ser um entusiasta das ideias de progresso e liberdade, criticando a forma como outros soberanos eram cercados e manipulados. Vítor Hugo, por sua vez, elogiou o caráter singular do Imperador, considerando-o um "grande cidadão" e comparando-o ao imperador filósofo Marco Aurélio (Lyra, 1939)

Em junho de 1877, Dom Pedro II estava em Londres, participando da inauguração da Exposição de Caxton, em homenagem a William Caxton, responsável por introduzir a imprensa na Inglaterra. O evento foi presidido por William Gladstone, Primeiro-Ministro britânico, que, durante a cerimônia, propôs um brinde à Família Real Inglesa e estendeu-o ao Imperador do Brasil. No entanto, Dom Pedro II retirou-se antes do início dos discursos. Ele também foi

convidado para um baile no Palácio de Buckingham, onde compareceu usando casaca e gravata preta, novamente contrariando o protocolo rigoroso da corte britânica, que exigia uniforme e calções curtos. Esse detalhe não passou despercebido pela imprensa londrina, como relatado pelo jornal *The Truth*, que criticou o fato de um imperador participar de um evento formal sem o traje adequado (Lyra, 1939)

Durante sua estadia em Oxford, Dom Pedro II conquistou a simpatia dos alunos com sua simplicidade e informalidade, chegando a visitar seus dormitórios, surpreendendo-os em momentos de descontração. Após concluir sua estadia na Inglaterra, Dom Pedro II prosseguiu com sua viagem pela Europa, passando pela Holanda e Suíça, antes de se dirigir a Portugal. Ao chegar a Portugal, o imperador expressou o desejo de reencontrar o romancista Camilo Castelo Branco, com quem havia convivido brevemente em 1872, no entanto, devido sua saúde, Camilo dissuadiu o imperador de visitá-lo (Lyra, 1939)

Em uma carta, ele explicou que sua situação era demasiadamente dolorosa, mencionando que sofria de nevralgias, febre, cegueira e surdez, o que tornava insuportável a ideia de receber a visita do monarca. Segundo Camilo, a visita não seria apenas desconfortável, mas exacerbava seus sofrimentos, sendo um “espetáculo cruel” para qualquer espectador. Pediu ao imperador que não repetisse a honra da visita que havia lhe prestado anos antes, quando se encontravam em condições muito mais felizes (Lyra, 1939)

Além de Camilo Castelo Branco, Dom Pedro II também buscou reencontrar o historiador e escritor Alexandre Herculano. Embora Herculano tivesse resistido à ideia de o imperador ir até sua residência, como ocorrera em 1872, eles acabaram por se encontrar em Lisboa, conversando animadamente como velhos amigos que se reencontram após longo tempo, Herculano faleceu apenas dez dias depois, marcando profundamente Pedro II. Outro evento marcante da viagem foi o momento em que o imperador, já próximo de sua partida para o Brasil, foi procurado por um jovem de 26 anos, de nome Guerra Junqueiro, que lhe entregou um poema de sua autoria. Desconhecido à época, Guerra Junqueiro se tornaria um dos grandes poetas da literatura portuguesa (Lyra, 1939).

Podemos concluir através de Lyra (1939) e sua *Biografia do Imperador*, que a viagem de Dom Pedro II à Europa lhe proporcionava momentos de grande satisfação pessoal e intelectual. O historiador descreve que ele era fascinado pelo convívio com grandes intelectuais e homens de cultura, o que lhe permitia estabelecer diálogos enriquecedores e fortalecer suas relações diplomáticas e culturais com diferentes países.

Nos momentos finais de sua viagem em 1876, Lyra (1939) descreve o imperador refletia sobre a aproximação de sua volta ao Brasil, onde os desafios de sua “dura profissão” o aguardavam, reconhecendo que sua vida era marcada, sobretudo, pelo trabalho incessante, uma atividade à qual ele se dedicava com grande diligência e que ele considerava essencial para sua própria felicidade.

Lyra (1939) descreve que, como Tolstói e Flaubert, o imperador acreditava de forma ideológica que o trabalho era um meio eficaz de lidar com os desafios da vida, servindo como fonte de consolo em meio às responsabilidades que o aguardavam em seu retorno ao Brasil. Em carta a Gobineau, ele reafirmou essa perspectiva, destacando que o trabalho era seu “grande consolo” (Lyra, 1939).

4.3. A VIAGEM DE 1888

O contexto da última viagem de Dom Pedro II como imperador do Brasil é marcado pelas tensões políticas que culminariam no golpe republicano, juntamente com o processo abolicionista que visava, finalmente, destruir a escravidão no Brasil. Barman (1999) relata que, no início de 1887, Dom Pedro II passava por um período de isolamento no Palácio de Verão em Petrópolis, especialmente após a partida de sua filha, D. Isabel, que viajou com sua família para a Europa.

O pesquisador descreve que durante esse período, em janeiro, o Grão-Duque Alexandre da Rússia esteve no Brasil e visitou o imperador. Nas memórias do grão-duque, ele descreve o encontro como um diálogo amistoso e informal, no qual ambos puderam abordar questões políticas num clima descontraído, ressaltando a inexistência de tensões diplomáticas relevantes entre os dois países. Alexandre ainda destacou o comportamento hospitaleiro de Pedro II e o ambiente relaxado, onde debateram temas sobre o Brasil e a Rússia (Barman, 1999)

Entretanto, poucas semanas após a visita do Grão-Duque, Dom Pedro II foi acometido por uma doença que o deixou gravemente debilitado. Embora os médicos inicialmente acreditassem que sua recuperação seria breve, o estado do imperador piorou com crises frequentes. Como a causa da doença não pôde ser identificada com precisão, os médicos recomendaram uma mudança de ambiente, esperando que isso pudesse melhorar seu estado de saúde. Acredita-se que ele sofria de problemas na vesícula biliar, o que possivelmente levou a crises severas, como pancreatite (Barman, 1999). Além disso, Campregher (2020) acrescenta que o imperador também sofria de diabetes, o que contribuiu significativamente para seu

declínio físico nos últimos anos de vida, exacerbando a sua aparência envelhecida ainda novo dado a precariedade dos tratamentos no período.

Ademais, o processo abolicionista tornava o clima político no Brasil cada vez mais tenso. Segundo Williams (1966), a discussão sobre a emancipação no Parlamento ajudou a estimular a agitação em outros lugares, com os abolicionistas pressionando o governo, realizando reuniões em parques públicos e marchando pelas ruas do Rio de Janeiro e outras cidades carregando faixas com imagens e slogans antiescravistas, além de pedirem dinheiro para fomentar o movimento. Ademais, os propagandistas agora instigavam abertamente os escravos a deixarem seus senhores e ofereciam refúgios caso as autoridades tentassem devolvê-los aos donos, com em muitos casos, a polícia e outros funcionários públicos simpatizando com essas manifestações.

A pesquisadora também descreve que a imprensa dedicou muito espaço à discussão e refletiu os pontos de vista conflitantes com relação ao tema. No entanto, ainda existia o elemento pró-escravidão nas cidades, composto em grande parte por banqueiros, fazendeiros, fabricantes e comerciantes. Na capital, por exemplo, formaram o Clube de Lavoura e Comércio com o objetivo de derrotar o projeto antiescravidão. O apoio a essa causa vinha principalmente dos delegados das legislaturas provinciais, membros conservadores do Parlamento e da maioria, como mencionado, dos fazendeiros, que temiam perder sua mão de obra (Williams, 1966)

Nas eleições para a nova Câmara dos Deputados, o ministério esteve altamente ativo, com fraudes e violência generalizadas, resultando em contestações de assentos. O novo Parlamento reuniu-se para discutir a questão da escravidão, com os liberais dominando a câmara baixa, mas em grande parte hostis ao ministério. Assim, diante da crescente agitação, Dom Pedro demitiu o gabinete em maio de 1885 e nomeou José Antonio Saraiva, que aprovou um projeto de emancipação menos liberal (Williams, 1966).

No entanto, enfrentando resistência da câmara, Saraiva renunciou. Dessa forma o Imperador, após consultar lideranças parlamentares, nomeou o Barão de Cotegipe, que aprovou a Lei Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, em setembro de 1885. A lei libertava escravos com 60 anos ou mais e incluía provisões para manumissões e aumento da imigração, mas não fixava uma data para a abolição completa, gerando insatisfação entre os abolicionistas. A campanha abolicionista ganhou força, com emancipações voluntárias e generosas contribuições para libertar escravos, incluindo as da família imperial (Williams, 1966).

Barman (1999) ressalta que, evidentemente, com sua saúde cada vez mais fragilizada e a ausência de D. Isabel, o cenário político começou a mostrar sinais de instabilidade na última década do governo de Pedro II. Sua incapacidade de governar, dado os problemas de saúde, mostravam a necessidade de um plano de sucessão, e discussões foram realizadas sobre a possibilidade de seu afastamento. Após muito debate, ficou decidido que Dom Pedro II deveria partir para a Europa em busca de tratamentos médicos mais adequados. Mesmo com relutância, o imperador embarcou para a Europa no final de junho de 1887, gerando grande comoção no Brasil.

Nota-se, portanto, que, diferente da última viagem, Dom Pedro II não desejava partir em 1888. Para muitos, sua partida foi interpretada como o prenúncio do fim do Império, pois não havia garantia de que ele retornaria ao país em condições de reassumir o trono, e todos acreditavam que o pior poderia acontecer (Barman, 1999).

Assim sendo, de caráter médico, na sua terceira viagem Dom Pedro II esteve ausente do Rio de Janeiro entre 30 de junho de 1887 e 22 de agosto de 1888, visitando diversos países europeus, como Portugal, França, Alemanha, Bélgica e Itália. Durante esse período, sua saúde estava bastante fragilizada, a ponto de quase ser desenganado em maio de 1888 (Danese, 2017).

De acordo com Schwarcz (1998), a terceira partida de Dom Pedro II foi marcada por controvérsias e dúvidas. A imprensa ironizava suas viagens, referindo-se a ele como vítima de "motomania", uma suposta doença que o impulsionava a se movimentar constantemente. Alguns críticos alegavam que o imperador estava fugindo das questões políticas do Brasil. Ferreira Viana, que já havia chamado Dom Pedro II de "César caricato", declarou na Câmara que "aquele que ainda ontem era senhor do Império, hoje não é nem senhor de si". Além disso, havia especulações de que o monarca, além de doente, enfrentava uma decadência física causada por sua idade avançada. Nesse clima político turbulento, o Pedro II deixou a costa brasileira na busca por tratamento.

4.3.1. O retorno à Europa antes do golpe republicano

Segundo Barman (1999), a mudança de humor após a partida de Pedro II para a Europa em 30 de junho de 1887 foi visível desde o momento em que seu navio deixou o porto do Rio de Janeiro. Schwarcz (1998) descreve que a terceira viagem de Dom Pedro II deixaria a Princesa Isabel no comando mais uma vez, o que gerou apreensão geral, pois seu marido, o Conde d'Eu, tornara-se impopular. Boatos circulavam sobre sua avareza e negócios duvidosos,

com rumores de que ele seria dono de "casas de pensão". Jornais como O Diário o chamavam de "o corticeiro" e "o agiota sem berço", refletindo as preocupações com a sucessão.

Além disso, a escolha de um médico francês para o nascimento do segundo filho de Isabel alimentava críticas sobre o "estrangeirismo" do casal. Com o envelhecimento de Dom Pedro II, a regência de Isabel tornava-se cada vez mais frequente, enquanto o Conde d'Eu era visto como um estrangeiro intruso e mesquinho, transformando representações negativas em questões políticas (Barman, 1999)

No entanto, Barman (1999) descreve que os primeiros atos da Princesa Isabel, ao assumir a regência, marcaram o fim de sua dependência emocional de seu pai, bem como a sua relutância em tomar iniciativas governamentais. Em carta ao Imperador, escrita em 2 de julho, D. Isabel mencionou que a instalação no Palácio de São Cristóvão era conveniente, e que a solidão do lugar, alegrada pelas crianças, era adequada para os primeiros dias.

Para Barman (1999), ao tomar posse do palácio de seu pai, Isabel afirmava tanto sua igualdade com ele quanto seu direito de governar em seu lugar. Ela e o Conde d'Eu organizaram os papéis do imperador, que estavam em desordem a ponto de causar preocupação à imperatriz e a Pedro Augusto, devido ao risco de roubo de correspondências privadas. Como gesto simbólico, essa ação de Isabel invadiu o espaço privado de Pedro II e implicava uma crítica indireta à forma como ele governava, com 40 anos a princesa passou a gerir os assuntos familiares e governamentais, ocultando de Pedro II o que ele não precisava saber em sinal de "independência" do velho imperador.

No final do mês, Dom Pedro II, acompanhado pela imperatriz Teresa Cristina e seu neto Dom Pedro Augusto, partiu para Lisboa. De lá, em caráter rápido, seguiram para Paris, onde o médico que o acompanhava, Conde de Motta Maia, organizou uma consulta médica com especialistas franceses (Williams, 1966). Schwarcz (1998) ressalta que após chegar a Portugal, Dom Pedro II parecia um homem diferente, já que seu período de influência romântica, simbolizado por figuras como Gobineau, Victor Hugo e Wagner, havia passado e parecia algo distante, além da morte de Herculano, sendo agora era um "velho de olhar vazio e barba longa".

Inicialmente, ficou evidente que mesmo médicos de renome, como os doutores Bouchard, Brown-Séguard e Peter, não conseguiam compreender plenamente a natureza de sua recente enfermidade, tampouco sugeriam um tratamento melhor do que o já aplicado por seu médico pessoal, o visconde de Mota Maia (Barman, 1999)

Além disso, constatou-se que o imperador era um paciente difícil, pois, embora não desobedecesse diretamente às recomendações médicas, continuava a agir conforme seus

próprios desejos, ignorando possíveis consequências ao não permanecer em repouso (Barman, 1999). Os médicos confirmaram o diagnóstico feito no Brasil de diabetes, além de destacar que o imperador sofria de malária, o que contribuía para sua fraqueza crônica. Apesar da recomendação de descanso e tratamento, Dom Pedro II não aguardou a recuperação completa antes de retomar suas atividades intelectuais, visitando lugares de interesse em Paris e participando de encontros acadêmicos com grande entusiasmo (Williams, 1966)

Sob recomendação de seus médicos foi aconselhado a descansar em Baden-Baden, uma estância termal, local frequentado por figuras como Bismarck, a rainha Vitória e o príncipe de Gales (Schwarcz, 1998). Assim, após a França, ele passou pela Suíça, onde desfrutou de sua estadia, e seguiu para a Alemanha, em Baden-Baden, onde realizou exercícios físicos e tratamentos de saúde (Williams, 1966).

Gradualmente, sua força e memória começaram a melhorar, fato confirmado até por seu neto, Dom Pedro Augusto, que costumava ser pessimista. Contudo, apesar dessas melhoras, continuaram a circular rumores no Brasil, divulgados pela imprensa, de que sua condição mental permanecia debilitada e que ele talvez não pudesse reassumir o trono (Williams, 1998). Durante sua estadia, na estância alemã, Dom Pedro participou de um concerto onde o regente dedicou o programa a ele, ao que o imperador respondeu modestamente que tal honra era, na verdade, para o Brasil (Schwarcz, 1998).

O tratamento em Baden-Baden mostrou-se eficaz. O imperador recuperou peso, houve uma redução significativa no nível de açúcar em sua urina, e sua memória de curto prazo melhorou substancialmente. No entanto, mesmo com esses avanços, controlar suas atividades continuava sendo uma tarefa árdua. Ao retornar a Paris, Dom Pedro II insistia em manter sua rotina intensa, como ir ao teatro todas as noites, desconsiderando os apelos e advertências médicas de Mota Maia. Essa postura resultou em um aumento nos níveis de açúcar em sua urina, indicando uma piora temporária de sua condição. Felizmente, com a partida para Cannes no final de outubro, tanto sua saúde física quanto sua memória mostraram novos sinais de melhora incontestáveis (Barman, 1999).

Tendo terminado o tratamento, mais descansado, d. Pedro retorna a Paris, onde procura reavivar sua velha imagem de “monarca-mecenas”, visitando intelectuais, como Pasteur e Renan, e fazendo versos e traduções que enviava a amigos e parentes. Depois de seis meses de repouso e com o consentimento dos médicos, iniciou um cruzeiro pela Riviera italiana, voltando, aos poucos, à rotina de suas viagens ao exterior. Longe do Brasil, d. Pedro vivia uma situação idílica e totalmente separada do contexto nacional. Nas imagens ele

ainda era um grande imperador, um par para os demais monarcas do mundo (Schwarcz, 1998, p. 654).

Barman (1999) ressalta também que o imperador Dom Pedro II tinha planos de visitar o Egito e a Palestina, apesar da oposição dos médicos. Entretanto, uma fraqueza temporária em sua perna esquerda deu ao médico Mota Maia um motivo forte para cancelar a viagem. Ao invés disso, o imperador prolongou sua estadia em Cannes, o que resultou em uma melhora significativa em sua saúde, embora isso não tenha diminuído sua carga de atividades.

Após o cancelamento da viagem ao Oriente Médio, o imperador insistiu em realizar uma visita à Itália no início de abril de 1888. Em Florença, ele teve a oportunidade de se encontrar com importantes membros da realeza europeia, incluindo o rei da Itália e as rainhas: Vitória da Inglaterra, Olga de Württemberg e Natália da Sérvia. A rainha Vitória, ao recebê-lo, notou uma grande diferença em sua aparência física, afirmando que tanto Pedro II quanto a imperatriz Tereza Cristina aparentavam estar bastante impactados pela questão da saúde (Barman, 1999).

Apesar dessa percepção por parte de terceiros, o imperador se recusava a reconhecer a fragilidade. Segundo o visconde de Nioac, que acompanhava a comitiva imperial, era praticamente impossível conter o imperador, que continuava com uma rotina incansável, dormindo apenas após a meia-noite e mantendo sua sede incessante por conhecimento. Essa necessidade de estar em constante atividade, característica marcante de Pedro II ao longo de sua vida, havia se tornado quase frenética naquele momento, demonstrando uma ânsia descontrolada por aprender e explorar novos saberes, como sua visita a Pompéia (Barman, 1999).

Imagem 19: Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva em visita as ruínas de Pompéia



Fonte: Sommer, 1888.

A comitiva imperial enfrentava não apenas preocupações com a saúde de Pedro II, mas também tensões causadas pelo comportamento de seu neto, o príncipe Pedro Augusto, que desconfiado do médico Mota Maia em restringir o acesso ao imperador, o jovem príncipe insinuava que a real condição de saúde do avô estava sendo ocultada. Ele chegou a buscar informações em Paris para minar a confiança no médico, gerando desagrado entre os membros da comitiva. Posteriormente em cartas, Mota Maia expressou indignação, enquanto o visconde de Nioac criticava o príncipe como ocioso e egoísta. A situação piorou após uma doença do príncipe em Cannes, que intensificou seu comportamento errático e ambições de suceder o avô, vistas pela comitiva como imaturas e descabidas (Williams, 1966).

Williams (1966) descreve que Dom Pedro II também presenciou avanços significativos na questão da abolição da escravidão no Brasil, mesmo estando distante. Enquanto ele estava no sul da França, surgiram novos movimentos abolicionistas no Brasil, algo que Pedro II considerava benéfico como forma de pressionar a passagem de leis, especialmente após a resistência da promulgação da segunda lei de abolição em 1885

Como evidenciado, a oposição do ministério de Cotegipe às propostas de aceleração da emancipação foi um fator de estagnação legislativa por dois anos, no entanto, o clima social foi se tornando cada vez mais favorável à abolição. A resistência do governo de Cotegipe em atender às demandas públicas acabou resultando em sua renúncia em 1888, sendo substituído por João Alfredo, que, com o apoio da Princesa Isabel, impulsionou o processo legislativo para

a abolição total. Esse contexto culminou na assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, sendo ovacionado pela imprensa e população (Williams, 1966).

Barman (1999) descreve que nos últimos dias da escravidão no Brasil, o imperador Pedro II enfrentou uma grave doença durante sua viagem à Itália, especificamente em Milão, em maio de 1888. Na manhã do dia 3, o imperador não conseguiu se levantar e perdeu o controle sobre seus membros, apresentando uma série de sintomas preocupantes, como palidez extrema, fala arrastada e dificuldade para respirar, o médico Mota Maia diagnosticou como um risco para falha total do sistema.

Dessa forma, especialistas foram convocados para auxiliar no tratamento, mas a saúde de Pedro II piorou, atingindo um ponto crítico no dia 11 de maio, embora o imperador tenha conseguido superar essa crise, Pedro II sofreu um novo colapso, desta vez ainda mais grave. Ele perdeu a consciência, seu pulso tornou-se fraco e irregular, e sua respiração chegou a cessar por até 20 segundos em intervalos repetidos. Os médicos tentaram de tudo para salvá-lo, utilizando diversos tipos de estimulantes, como injeções de cafeína, até que ele finalmente recuperou a consciência após meia hora. Nesse momento, ele fez sua confissão a um sacerdote e recebeu os últimos sacramentos, embora logo depois tenha surpreendido os presentes ao afirmar que se sentia bem (Barman, 1999).

Em Milão, nove dias depois de a lei da abolição ter sido promulgada, o imperador tomou conhecimento da nova situação. Em 22 de maio, quando a saúde do monarca já era considerada satisfatória, a imperatriz resolveu ler o telegrama enviado pela princesa Isabel. O texto começava de forma reticente: “13 de maio de 1888. Petrópolis. Meus queridos e bons pais. Não sabendo por qual começar hoje: Mamãe por ter tanto sofrido esses dias; Papai pelo dia que é, escrevo a ambos juntamente [...]”. Boa parte das biografias destacam a resposta “serena” do imperador, que teria sido apenas: “Damos graças a Deus” e a seguir: “Grande povo, grande povo!”, o que mais parece uma peça de cultura política do que um comentário daquele que, durante pelo menos cinquenta anos, teria convivido — apesar de sempre se dizer contrário — com a escravidão. D. Pedro Augusto, que se encontrava em Aix-les-Bains com o avô, deixou uma pequena nota que revela uma reação um pouco diversa por parte da família: “O Imperador adoeceu a 3 de maio e achamos que ia morrer. Quando o Imperador melhorou um pouco, nesse dia 22, deram pressa em anunciar a ele a grande lei da abolição. O telegrama de felicitações foi redigido [...] ‘Felicito a princesa Regente pela feliz medida’. Mandeí dois telegramas. O primeiro: Faço votos que tudo termine a contento geral. O segundo: Parabéns pelo triunfo da casa imperial (Schwarcz, 1998, p. 662 e p. 663).

É descrito que a notícia da abolição foi como um “sopro de vida” para o imperador, que após essa recuperação dramática, começou a se restabelecer lentamente. Em junho, foi transferido para Aix-les-Bains, nos Alpes franceses, onde continuou sua convalescença. Em

poucas semanas, já conseguia caminhar sozinho. No entanto, apesar das advertências de seus médicos e da comitiva, o imperador voltou a adotar seu estilo de vida agitado, resistindo a qualquer sugestão de permanecer inativo, mesmo que temporariamente. Mota Maia expressou suas preocupações em uma carta ao conde d'Eu, afirmando que, se Pedro II estivesse disposto a aceitar uma inatividade relativa após sua doença, ele recomendaria que o imperador prolongasse sua estadia na Europa, o que traria excelentes resultados para sua saúde. No entanto, dada a resistência do imperador a essa ideia, decidiu-se que a comitiva imperial retornaria ao Brasil em agosto de 1888 (Barman 1999).

No porto de Bordeaux, Pedro II despediu-se de seus companheiros de viagem, incluindo figuras próximas como Santa Anna Nery, a Condessa de Barral e o próprio Dr. Charcot, em um momento que marcou sua partida. Durante a despedida, o imperador, sempre fiel à sua paixão pelo conhecimento, foi visto abrindo uma caixa de livros enviados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), expressando sua característica animação pela leitura, mesmo que seu estado de saúde sugerisse o contrário (Schwarcz, 1998).

Imagem 20: O Imperador D. Pedro II, Imperatriz e comitiva a bordo do vapor "Congo", de volta da Europa



Fonte: Brasiliana Fotografia, 1888.

Pedro II aceitou o plano de retornar ao Brasil, e a viagem transcorreu sem problemas. Em 22 de agosto de 1888, o navio Congo chegou ao porto do Rio de Janeiro, onde o imperador foi recebido de maneira extremamente calorosa pela população, em uma manifestação de grande intensidade. Embora aparentasse estar em boas condições físicas e tivesse suportado bem a intensa programação de recepções e festividades, Pedro II rejeitou a sugestão de seu médico e do presidente do Conselho de Ministros para que a princesa Isabel continuasse como regente por mais dois meses. Ele afirmou que não queria ser visto como um inválido ou ocupar um cargo meramente honorário, o que ele considerava desnecessário (Barman, 1999)

Apesar da calorosa recepção pública ao imperador, o cenário político no Brasil estava mudando rapidamente. O conde d'Eu, conhecido por seu pessimismo, relatou que, embora a popularidade pessoal de Pedro II fosse grande, o avanço do republicanismo no país era notável desde a partida do imperador no ano anterior. Mesmo com a prosperidade econômica daquele período, a monarquia nunca esteve tão abalada politicamente como naquele momento, dado os processos abolicionistas (Barman, 1999).

Nos relatos do conde, a recepção ao imperador lembrava a de um avô que retorna de uma longa hospitalização: embora amado, sua ausência permitiu que a "família" se adaptasse a uma nova dinâmica sem sua interferência. Com o retorno do imperador, o privilégio político foi interrompido, e a atenção dedicada a ele passou a exigir um esforço que muitos políticos já não estavam dispostos a oferecer. Em resumo, o retorno de Pedro II não apenas marcou o fim de sua ausência, mas também evidenciou uma desconexão crescente entre ele e "povo", e o avanço do republicanismo reforçava essa transição (Barman, 1999).

Segundo Schwarcz (1998), a instituição monárquica estava cada vez mais associada ao atraso e à falta de conexão com a realidade do país, e o próprio Pedro II, debilitado pela diabetes, já não refletia o vigor de outrora, quando era visto como o "monarca-mecenas" ou o "monarca-cidadão". Nesse contexto, ele parecia um espectro do que já fora, uma sombra da própria realeza que representava. Mesmo assim, a figura de Pedro II, por sua simpatia e pela afeição popular que despertava, começou a se desvincular da própria monarquia. A imagem do imperador passou a ser idealizada de forma quase mística, lembrado como um "bom pai" que, com um ato de benevolência, abolira a escravidão. Essa imagem senil e venerável do monarca ganhou um significado simbólico que contrastava com a decadência do regime que ele encarnava.

Essa desconexão entre a imagem pessoal de Pedro II e a monarquia como instituição explica o aparente paradoxo que se desenrolava na época. Enquanto o sistema monárquico

perdia força política e ideológica, o imperador atingia o auge de sua popularidade. Nesse cenário, a figura idealizada de Pedro II parecia ser a única coisa que ainda sustentava o regime monárquico, mesmo enquanto ele se desintegrava politicamente (Schwarcz, 1998).

Assim, impulsionado por um pequeno grupo de oficiais do Exército, com o marechal Deodoro da Fonseca à frente. A articulação do golpe republicano teve como pano de fundo uma crescente insatisfação de setores das Forças Armadas com o governo imperial e com o primeiro-ministro Visconde de Ouro Preto, além de questões internas do Exército, como a falta de reconhecimento e valorização de sua posição pós-guerra do Paraguai (Carvalho, 2023).

A conspiração republicana se fortaleceu especialmente entre os militares e setores urbanos ligados ao positivismo. Curiosamente, a ausência de participação popular na Proclamação da República é evidente, uma vez que segundo o historiador Carvalho (2023) "o povo assistiu ao movimento de 15 de novembro como espectador, sem manifestar entusiasmo ou hostilidade", sendo caracterizado como um movimento elitista, com o apoio de setores da burguesia urbana e rural que almejavam maior participação nos processos decisórios e eram descontentes com o processo abolicionista.

Além disso, segundo Carvalho (2023), o fato de Isabel ser mulher, sendo ela herdeira do trono e futura imperatriz, influenciou as ambições republicanas, de caráter conservador e sem grandes mudanças no status quo da sociedade brasileira, mantendo a elite agrária, o modelo agroexportador e sem avanços na industrialização até meados de 1930, que não concordavam com suas ideias progressistas, segue carta de Isabel antes do golpe arquivada na Biblioteca Nacional:

11 de agosto de 1889. "Fui informada por papai que me colocou a par da intenção e do envio dos fundos de seu Banco em forma de doação como indenização aos ex-escravos libertos em 13 de Maio do ano passado, e o sigilo que o Senhor pediu ao presidente do gabinete para não provocar maior reação violenta dos escravocratas. Deus nos proteja dos escravocratas e os militares saibam deste nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil. Nosso amigo Nabuco, além dos Srs. Rebouças, Patrocínio e Dantas, poderem dar auxílio a partir do dia 20 de Novembro quando as Câmaras se reunirem para a posse da nova Legislatura. Com o apoio dos novos deputados e os amigos fiéis de papai no Senado será possível realizar as mudanças que sonho para o Brasil! Com os fundos doados pelo Senhor teremos oportunidade de colocar estes ex-escravos, agora livres, em terras suas próprias trabalhando na agricultura e na pecuária e delas tirando seus próprios proventos. Fiquei mais sentida ao saber por papai que esta doação significou mais de 2/3 da venda dos seus bens, o que demonstra o amor devotado do Senhor pelo Brasil. Deus proteja o Senhor e todo a sua família para sempre! Foi comovente a queda do Banco Mauá

em 1878 e a forma honrada e proba, porém infeliz, que o Senhor e seu estimado sócio, o grande Visconde de Mauá aceitaram a derrocada, segundo papai tecida pelos ingleses de forma desonesta e corrupta. A queda do Sr. Mauá significou uma grande derrota para o nosso Brasil! Mas não fiquemos mais no passado, pois o futuro nos será promissor, se os republicanos e escravocratas nos permitirem sonhar mais um pouco. Pois as mudanças que tenho em mente como o senhor já sabe, vão além da liberação dos cativos. Quero agora me dedicar a libertar as mulheres dos grilhões do cativeiro doméstico, e isto será possível através do Sufrágio Feminino! Se a mulher pode reinar também pode votar! Agradeço vossa ajuda de todo meu coração e que Deus o abençoe! Mando minhas saudações a Madame a Viscondessa de Santa Vitória e toda a família (Monte Castelo, 2024).

Em carta datada de 11 de agosto de 1889, três meses antes da proclamação da República, a Princesa Isabel delineia um ambicioso plano para tornar o Brasil mais inclusivo. Entre suas intenções, destaca-se a criação de um fundo significativo, formado por parte de seu patrimônio, para indenizar os ex-escravos libertos, incluindo planos futuros de destinar verbas do tesouro nacional, afirmando o sigilo com medo do golpe já eminente. Essa doação visava permitir que os ex-escravos adquirissem terras para trabalhar de forma autossuficiente, promovendo uma reparação pelos danos causados pela escravidão (Monte Castelo, 2024).

Além disso, Isabel expressa seu desejo de garantir o voto feminino, acreditando que a participação política das mulheres seria fundamental para a construção da nova sociedade brasileira. Em suas palavras, “se a mulher pode reinar, também pode votar” – uma afirmação que ressoa especialmente, dado que Isabel governou como regente em três ocasiões durante a ausência de seu pai, Dom Pedro II, totalizando cerca de 3 anos de uma mulher governando no Brasil (Monte Castelo, 2024).

Com a proclamação da República em novembro de 1889, contudo, esses projetos foram interrompidos, adiando as reformas sociais que Isabel buscava consolidar, tanto para os ex-escravos, que nunca ocorreu, quanto para as mulheres, que viriam a ter voto apenas a 1932, frustrando o avanço desses direitos no Brasil (Furtado, 2007).

Dessa forma, conforme exposto por Williams (1966), a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 resultou na comunicação a Dom Pedro II de que ele e sua família deveriam abandonar o território brasileiro. No dia 16 de novembro, o Major Solon Ribeiro entregou ao imperador uma carta formal emitida pelo governo provisório e assinada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, a qual informava a imposição de partida para o exílio em um prazo de 24 horas.

A historiadora ainda descreve que embora Dom Pedro II, plenamente ciente dos destinos usualmente reservados a monarcas depostos, não tenha se surpreendido com a ordem, esta representou, ainda assim, um golpe severo. Ademais, apesar de sua aparência externa de calma e dignidade, o imperador sentiu-se profundamente abalado diante da necessidade de deixar a pátria que governara por quase meio século. Nesse contexto, a Princesa Isabel, sua filha, reagiu com notável desespero, entregando-se ao choro convulsivo; enquanto isso, Dona Teresa Cristina ficou visivelmente atônita e desorientada, incapaz de compreender plenamente as motivações para a expulsão (Williams, 1966).

Durante as últimas horas em solo brasileiro, a família imperial se dedicou a preparativos finais e sem resistência. Já na madrugada de 17 de novembro, sob escolta militar e em meio ao receio de possíveis atos violentos por parte de jovens estudantes armados, Dom Pedro e sua família foram conduzidos ao porto do Rio de Janeiro, onde embarcaram no navio "Parnahyba". Ao longo do trajeto até o navio, o imperador recusou-se a apressar a partida, asseverando: "Não há pressa; não estamos fugindo" (Williams, 1966). Essa postura denotava a dignidade com que enfrentava o exílio, embora com uma amargura perceptível em suas palavras dirigidas aos militares presentes: "Vocês todos perderam a cabeça, estão loucos" (Williams, 1966).

Assim que o navio deixou as águas brasileiras e adentrou o Atlântico, Dom Pedro registrou uma última mensagem ao país: "Saudades do Brasil!", amarrando-a à perna de um pombo-correio que, tragicamente, não completou o trajeto e afundou no mar, algo que para muitos, segundo Williams, simbolizou o rompimento doloroso e definitivo com sua terra natal (Williams, 1966).

Em território português, os desafios financeiros e emocionais agravaram-se consideravelmente, sobretudo com a morte de Dona Teresa Cristina em dezembro de 1889, apenas algumas semanas após a chegada da família à Europa. As últimas palavras da Imperatriz foram: "Brasil, minha bela terra! Não posso voltar lá,". Para Dom Pedro, a perda da esposa representou um impacto emocional ainda mais devastador que a própria deposição (Williams, 1966).

Apesar das adversidades enfrentadas, o ex-imperador manteve-se fiel à sua inclinação intelectual, dedicando-se com afinco aos estudos e à leitura de temas diversos, tais como línguas orientais e ciências. Em suas correspondências e escritos, Dom Pedro expressava o desejo latente de retornar ao Brasil; entretanto, ele nunca conspirou para retomar o trono, afirmando que somente o faria se fosse convidado espontaneamente pelo povo (Williams, 1966).

Carvalho (2007) ainda escreve que D. Pedro II possuía uma visão fortemente institucional e preferia evitar um possível derramamento de sangue, numa guerra civil em nome de sua permanência no poder. Para o monarca, a unidade nacional era mais importante do que seu próprio trono, o que explica em parte sua resignação em relação ao golpe, e posteriormente sua imagem como “mártir” tão difundida propositalmente como descrita na tese de Sant’Anna (2015)

Os últimos anos de Dom Pedro II foram, assim, marcados pela solidão e introspecção. Ele mantinha a esperança de que a história lhe fizesse justiça, acreditando que sua própria vida constituía o melhor manifesto de seus ideais e de sua dignidade enquanto governante. Em seus momentos mais vulneráveis, lamentava a ingratidão daqueles que o haviam traído, mas sempre encontrava forças para seguir adiante. Em um de seus sonetos mais profundos, escrito após o falecimento da imperatriz, Dom Pedro homenageou, segundo ele, a "metade da alma" que perdera (Williams, 1966).

Seu estado de saúde decaiu rapidamente e, no dia 5 de dezembro, três dias após seu aniversário de 66 anos, Pedro II faleceu. Nos últimos dias do imperador, muitas pessoas foram visitá-lo. Suas últimas palavras foram: "Deus que me conceda esses últimos desejos, paz e prosperidade ao Brasil" (Gomes, 2020).

5. ANÁLISE DAS VIAGENS SOB AUSPÍCIO DO CONSTRUTIVISMO, A POLÍTICA DE PRESTÍGIO E DA IMAGEM DO LÍDER

O presente capítulo tem como objetivo analisar, através das teorias escolhidas e em consonância com o problema de pesquisa, de que modo as três grandes viagens de Dom Pedro II, realizadas entre 1871 e 1888, influenciaram a política externa brasileira do século XIX, bem como seu papel na consolidação da imagem internacional do Brasil. Além disso, se buscará entender como essas viagens foram eventos relevantes, não apenas para fortalecer os laços do Brasil com outras nações, mas também para apresentar ao mundo uma imagem afastada de um eixo “periférico” do sistema internacional, como forma de demonstrar o compromisso brasileiro em consolidar-se com o progresso e a modernidade.

Como ressaltado anteriormente, a análise será realizada sob três vertentes teóricas: o construtivismo, que permite interpretar como a identidade e a imagem do Brasil foram moldadas por suas interações com outros Estados; a política de prestígio, que, com base na teoria de Hans Morgenthau, explora o uso do prestígio diplomático e de encontros e atos simbólicos para projetar a influência e importância do Brasil; e a imagem de liderança, que investiga como a figura de Dom Pedro II, com sua personalidade e interesses, contribuiu para consolidar a imagem internacional do Brasil como uma nação civilizada e progressista.

A partir dessas abordagens, o capítulo busca não só identificar as principais simbologias teóricas das viagens, mas também compreender como esses eventos ajudaram a definir o papel do Brasil no cenário internacional do século XIX, criando uma base para a diplomacia e a política externa brasileira no período imperial e posterior. O construtivismo, a teoria da imagem do líder e a política de prestígio serão utilizados em uma análise conjunta, uma vez que são abordagens complementares para analisar a política externa de Dom Pedro II. Enquanto o construtivismo destaca que a identidade e a imagem de um país são construídas socialmente e se modificam através de interações no sistema internacional (Wendt, 2013), a teoria da imagem do líder ressalta o papel do chefe de Estado na representação dessa identidade construída (Balmas, 2018). Já a Política de Prestígio, mesmo que sob auspício do realismo, credita o valor dos atos simbólicos no sistema internacional, uma vez que ela nem sempre está ligada ao poder que o Estado de fato possui, mas sim o poder que ele deseja que os outros Estados acreditem que ele o detém (Morgenthau, 2005).

Tendo em vista essas informações supracitadas, passaremos para uma análise específica dos episódios ocorridos durante as três viagens. Como forma estrutural, as análises ocorrerão

através da divisão de: 1) os encontros com líderes de outros Estados e cerimonial diplomático; 2) os encontros com os intelectuais/figuras ilustres e ganhos na Política Externa Brasileira.

5.1. ANÁLISE DOS ENCONTROS COM OUTROS LÍDERES

Em sua viagem Dom Pedro II encontrou-se com 15 Líderes de Estados Nacionais incluindo: Dom Luiz I de Portugal, Rei Amadeu I da Espanha, Rainha Vitória da Inglaterra, o Primeiro Ministro Britânico William Gladstone, Rei Oscar II da Suécia, Rei Leopoldo II da Bélgica, Kaiser Guilherme I da Alemanha, Imperador Francisco José da Áustria, Rei Vitor Emanuél da Itália, o Papa Pio IX, o Presidente Adolph Thiers da França, o Presidente Ulysses Grant dos Estados Unidos, o Príncipe Regente Haroldo da Dinamarca, o Czar Alexandre II da Rússia, e o Sultão Abdul Hamid II do Império Otomano. Além disso, também se encontrou com outras figuras notórias de autoridade, como o Vice-rei (Khediva) Ismail Paxá do Egito, diversos governadores nos Estados Unidos e figuras do capitólio, Ministros e Diplomatas dos governos em que passou como Roberto O. Schenck, Sir Edward Thornton, Linden Krone, Nubar Paxá, etc.

Desses encontros, podemos separar entre as monarquias europeias e o papado, as repúblicas visitadas, e os líderes do Oriente e Norte da África, uma vez que seus contextos se divergem dado a natureza de tais reuniões. No que tange as monarquias, de todos os monarcas que Pedro II visitou, todos deixaram boas impressões sobre suas interações exceto Francisco José e o Papa Pio IX em 1871.

O Imperador Austríaco, pelas claras divergências em todos os sentidos entre ele e Pedro II no que tange a ideais políticos e personalidade, e o Papa Pio IX dada a tentativa falha de Pedro II em abrir um diálogo entre o Papa e o Rei da Itália, com essa desavença tendo sido apenas um prelúdio dos conflitos diplomáticos entre o Brasil e os Estados Papais na Questão Religiosa dos Bispos Brasileiros e a maçonaria.

Ainda assim, a imagem que Pedro II passou para a maioria desses líderes, como documentado, mostrou uma aproximação imperial como forma de reforçar esses laços monárquicos, inserindo o Brasil através dos círculos das lideranças europeias ao divulgar o Brasil através do Imperador, como seus jantares e encontros com Leopoldo II, as conversas com Oscar II, Guilherme I, Alexandre II e Vitória da Inglaterra. Seja por como se portou com eles, com esses monarcas vendo na imagem de Dom Pedro II alguém virtuoso, singular e afável, assim como suas ações nesses países voltadas para curiosidade científica e

comportamentos de “cidadão”, que lhe distinguiu entre os imperadores europeus mais tradicionalistas.

Esse sentimento de “distinção” imperial, foi sentido também pelo Presidente Norte-americano Grant e pelo Presidente Adolph Thiers, ambos preocupados em realizar uma recepção digna a Pedro II dado aos contextos do centenário americano, e para Thiers do fim do império francês, mostrando a importância que deram ao cerimonial diplomático mesmo Pedro II sendo um líder sul-americano.

É pertinente destacar os encontros de Dom Pedro II com o Sultão Abdul e o Quediva Ismail como um dos aspectos mais notáveis de suas viagens. A visita de um Chefe de Estado sul-americano ao Oriente foi, indubitavelmente, um acontecimento de grande relevância, promovendo o Brasil no cenário internacional por meio de sua imagem e identidade, além de evidenciar o compromisso do Imperador em fortalecer os laços com o Oriente. As reações positivas, já pavimentadas pelo Tratado de 1858 como a amizade estabelecida com o Quediva Ismail que presenteou Dom Pedro II com um sarcófago, bem como a troca de correspondências, demonstram a quão aguardada e bem recebida foi sua presença.

Assim, sob a perspectiva construtivista, a identidade internacional do Brasil foi, em parte, moldada pela atuação de Dom Pedro II, cujas visitas a monarcas europeus e a líderes republicanos contribuíram para uma percepção mais próxima e favorável do país, especialmente em relação aos ideais de “nobreza” e “civilização” que a Europa associava às monarquias tradicionais. Sua postura respeitosa e erudita visava alinhar o Brasil com esses padrões de civilidade e modernidade ocidental, em contraste com as percepções geralmente desfavoráveis atribuídas às nações latino-americanas, frequentemente vistas sob a ótica do colonialismo, da escravidão e do atraso cultural, como mencionado no capítulo 3 em que analisamos a imagem do Brasil no século XIX. Sob essa ótica construtivista, tal postura de Dom Pedro II representava uma estratégia deliberada de moldar a identidade nacional de modo a inspirar respeito e consideração no cenário internacional.

Encontros como o com Francisco José e o Papa Pio IX foram pontos de fricção, que sob a ótica de Morgenthau, podem ser vistos como um custo para a política de prestígio, uma vez que revelam tensões entre os ideais liberais do imperador e os valores tradicionais do papado e da monarquia austríaca. Uma vez que a natureza da política de prestígio, como citado no capítulo teórico, é “jogo de soma zero”, a divergência com Francisco José e Pio IX criou obstáculos para o reconhecimento pleno do Brasil como uma potência moderadora e pacífica, algo que ficou evidenciado na própria questão dos bispos posteriormente.

Por outro lado, segundo Morgenthau, o prestígio de uma nação, quando bem cultivado, reduz a necessidade de demonstrações contínuas de força. Dessa forma, os encontros de Pedro II com o Papa Pio IX e o Imperador Austríaco, ainda que não tenham sido frutíferos inicialmente, posicionaram o Brasil de uma forma diferenciada, sem medo de estar a “altura” em responder as nações europeias, postura evidenciada anteriormente pela própria vitória na arbitragem da Questão Christie. Além disso, após a Questão dos Bispos, em 1876, a aproximação com o Papa acabou mostrando um Brasil diplomático e aberto ao diálogo e reforçando a estabilidade interna através de um simbolismo de soberania e respeito aos poderes religiosos e monárquicos, uma vez que nesse segundo encontro Papa Pio IX e Pedro II tiveram uma conversa extremamente diferente, em um clima que demonstrava que as questões dos bispos foram superadas.

Durante esses encontros Pedro II projetou um Brasil, que embora uma monarquia tropical, mantinha “valores e comportamento” dignos da “nobreza europeia”. Além disso, torna-se importante evidenciar que, embora as viagens de Dom Pedro II fossem, em grande medida, de caráter pessoal, sua figura era invariavelmente associada ao Brasil, de modo que ele era recebido como um imperador, e não apenas um cidadão comum como desejava.

Esse contexto é analisado por autores como Khatlab (2015) e Williams (1966), que destacam que, apesar de sua preferência por ser chamado de "Pedro de Alcântara" e de evitar formalidades diplomáticas, até mesmo se esquivando delas algumas vezes como em várias cidades nos EUA por exemplo, comportamento que lhe foi apontado nos próprios jornais como “habilidoso em evitar multidões”, Dom Pedro II ainda era visto pelos anfitriões como um representante oficial de sua nação, o que o colocava em contato privilegiado com as elites culturais e políticas dos países visitados, e até mesmo o próprio povo, curioso com a figura excêntrica de um Monarca vindo da América.

É possível argumentar por tanto, que essa percepção internacional desses líderes e da população, da figura de Dom Pedro II, mesmo que involuntária, beneficiou diretamente transformação da imagem do Brasil, como é descrito através da teoria da imagem do líder, semelhante ao “Efeito Obama” dos Estados Unidos, como explicado no capítulo teórico, que modificou a imagem norte-americana como mais moderada globalmente,

Concomitantemente, embora Dom Pedro II custeasse suas viagens e evitasse ostentações, a associação de sua figura ao Brasil imperial permitiu que essas visitas tivessem um impacto diplomático duradouro, que segundo Cervo e Bueno (2002), viria a ser explorado,

através da política de prestígio, pelo Barão do Rio Branco mesmo após a proclamação da república e a queda da imagem imperial.

Os encontros e protocolos do cerimonial diplomático que o imperador buscava minimizar acabaram sendo, paradoxalmente, ferramentas estratégicas no prestígio brasileiro, elevando a visibilidade do Brasil e ampliando as possibilidades de parcerias e arbitragens internacionais que antes não seriam possíveis (Cervo e Bueno, 2002). Isso se justifica através de Khatlab (2015), que argumenta que ao visitar locais distantes e adotar um estilo diplomático de aproximação informal e curiosidade científica, o imperador despertava o interesse e a curiosidade sobre o Brasil entre autoridades e cidadãos dos países que visitava.

Khatlab (2015) ainda complementa dizendo que embora Dom Pedro II frequentemente evitasse os aspectos formais desses encontros, ele não conseguia escapar das oportunidades que eles proporcionavam para construir uma imagem positiva e atrativa do Brasil, aspectos vistos em seus diários, onde menciona até mesmo o interesse em interagir com cidadãos comuns e até com comunidades minoritárias, o elevando como um monarca “atípico”.

Dessa forma, a imagem de Dom Pedro II como um monarca culto e erudito, admirado pelos estrangeiros, se tornou um canal para transmitir as virtudes e os valores que o Brasil desejava associar a si mesmo. No caso de Dom Pedro II, ele não só representava a monarquia, mas também personificava o próprio Brasil; ao ser reconhecido e bem-quisito pelos líderes estrangeiros, sua figura reforçava a identidade do país como uma nação moderna e progressista, além de fortalecer o prestígio da monarquia brasileira frente à comunidade internacional (Sant’Anna, 2015).

Nesse sentido, a teoria da imagem do líder complementa essa abordagem ao enfatizar a relevância da figura pessoal do chefe de Estado como um veículo de diplomacia e prestígio, e principalmente, como os cidadãos estrangeiros associam os governantes a imagem geral de sua população ou nação, como ressaltado por Ingenhoff e Klein (2018).

O fato de Dom Pedro II ter sido acusado por políticos brasileiros de "buscar aplausos dos abolicionistas", como relata Lyra (1939) em referência à sua primeira viagem, já evidencia que a imagem internacional do Brasil passava por uma transformação significativa. Uma vez que, historicamente, conforme analisado no capítulo 3, o Brasil era amplamente visto como um país escravista e atrasado, cuja continuidade da escravidão dificultava o fortalecimento de seus laços com outras potências (Ricupero, 2017).

Continuamente, a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, aliada à visita de Dom Pedro II à Europa, merece especial atenção. Nesta ocasião, os líderes europeus puderam

confrontar diretamente o imperador, que começava a ser visto, como demonstram os registros jornalísticos da época, como o principal defensor da abolição no Brasil, além de sua própria erudição voltada a políticas liberais (Khatlab, 2015). Notoriamente, esse contexto proporcionou uma oportunidade única para o país projetar uma nova imagem, mais alinhada com os valores progressistas do mundo ocidental, que eram abertamente defendidas por Pedro II nos setores da alta sociedade europeia.

Em relação a abolição, o campo acadêmico tem opiniões bastante distintas acerca do papel de Dom Pedro II nesse processo. Autores como Chalhoub (1990), Carvalho (2007) e Schwarcz (1998) destacam que Dom Pedro II preferiu priorizar interesses políticos, ao manter estável sua relação com as elites agrárias do Império, ao invés de ser mais ativo no combate a escravidão, como uma “inação” ao comprometimento com o processo abolicionista.

Esses autores, ainda que críticos a postura imperial em preservar as elites, descrevem exatamente sobre as complexidades do Brasil, que sendo uma monarquia constitucional e não absolutista, se distinguia em suas políticas. Dessa forma, eles reconhecem que embora o imperador fosse pessoalmente simpático à causa abolicionista, algo que lhe rendeu essa “fama” no exterior, ele acreditava que mudanças abruptas poderiam desestabilizar a ordem política e social, enfrentando também a resistência de um Parlamento amplamente controlado pela elite escravocrata, como destaca Emília Viotti da Costa (1999).

Esse contexto institucional, segundo Sidney Chalhoub (1990), limitava a atuação de Pedro II, que via o gradualismo como uma estratégia mais aceitável para evitar conflitos internos e, ao mesmo tempo, manter a unidade do país, com alusão a própria guerra civil americana que, dentre vários motivos teve como um dos estopins a própria questão escravista norte-americana, tendo sido um conflito extremamente sangrento e que notoriamente colocou em risco a unidade territorial dos Estados Unidos. Dessa forma, os autores supracitados destacam que sua inação não era apenas passividade, mas também uma escolha pragmática, ainda que insuficiente para acelerar o processo abolicionista.

Desse modo, a luz de Costa (1999), Carvalho (2007) e Schwarcz (1998), é possível perceber que até mesmo a memória das rebeliões do período regencial e do Primeiro Reinado exerceu um impacto profundo na política do Segundo Reinado, orientando a postura de Dom Pedro II em relação à unidade nacional. Algo que Cervo e Bueno (2002) também comenta, ao dizer que Pedro II priorizava uma estabilidade interna em frente a uma instabilidade externa, vide as próprias guerras travadas no Prata. Assim, esses autores destacam que revoltas como a Cabanagem, a Sabinada e a Revolução Farroupilha marcaram o imaginário político do

imperador, consolidando a ideia de que mudanças abruptas poderiam desestabilizar o país e ameaçar a integridade territorial.

Tendo isso citado, as viagens internacionais de Dom Pedro II entre 1871 e 1888 assumem papel central na construção da identidade e imagem de um Brasil “anti-escravidão” no cenário internacional. A própria ida do Imperador ao redor do mundo, tornava, como Cervo e Bueno (2002) descreve, o país mais conhecido no próprio sistema internacional, tendo uma projeção de imagem maior e atenuando sua relevância para possíveis parcerias, como o próprio caso da cooperação egípcia agrícola descrita por Khatlab (2015). Contribuindo, dessa forma, de modo significativa para que o Brasil projetasse uma imagem de civilidade, progresso e estabilidade, elementos que buscavam afastar o país da visão predominante de uma nação escravista e periférica, com a primeira grande viagem, em 1871, marcando o início dessa transformação.

Danese (2017) argumenta que, de fato, as viagens não ocorreram como um elemento político pensado, com Dom Pedro II “estrategicamente” indo em reuniões com diversos chefes de Estado com o intuito de tornar o Brasil mais relevante. As críticas de Danese apresentam que isso não foi um movimento político, e que por tanto, não foram importantes do ponto de vista diplomático, como é possível enxergar mais adiante na história do Itamaraty, com sua institucionalização e paradigmas concretos.

Cervo e Bueno (2002) ressalta, entretanto, que as viagens de Dom Pedro II se inserem em um contexto mais amplo relacionado à sua política de prestígio, com ela sendo uma extensão da política externa que, para tal, buscava justamente mostrar um Brasil presente e aberto aos olhos estrangeiros. O objetivo dessas viagens era projetar o país de maneira mais participativa, por meio do Imperador e de seus diplomatas, no sistema internacional, angariando prestígio para engajar em conferências internacionais, arbitragens e outras iniciativas. Ou seja, uma transformação da identidade nacional, como descreve Wendt (2013).

Além disso, no entanto, cabe enfatizar que Danese (2017) escreve em um contexto em que ele analisa a diplomacia “presidencial”, ou seja, uma diplomacia do chefe de Estado de forma oficial, caso que, como corretamente apontado por ele, não era o de Dom Pedro II, que viajou de forma particular em todas as três viagens.

O fato de Pedro II ter ido nessas viagens, de forma “pessoal” e como “cidadão”, ao tentar se esquivar de seu título monárquico e os cerimoniais políticos, acabara que, por consequência, o ressaltar em diversos exemplos como um monarca culto, elevando a imagem do Brasil para muitos estrangeiros que o viram, com seus gestos de humildade que quebravam

o estereótipo dos imperadores europeus, como o caso do encontro com Francisco-José da Áustria ressaltando como os dois imperadores eram claramente diferentes (Lyra, 1939).

Não se torna estranho dizer que essa afeição geral com os gestos virtuosos de Pedro II ocorre como “um processo natural”, uma vez que até mesmo, segundo De Barros (2022) Cícero descreve, em “Da Republica” que o reconhecimento das virtudes de um político, de maneira pessoal, assim como o caminho virtuoso seguido de maneira correta, acaba por trazer a longo prazo ganhos políticos significativos. O que é, comparativamente falando, o caso de Dom Pedro II em sua imagem no exterior, como ressaltado pelas teorias da influência dessa imagem de liderança por (Balmas, 2018).

Em suas teorias sobre Diplomacia Pública, e a imagem pessoal do líder da Nação, Balmas (2018) ressaltava exatamente como essa percepção estrangeira afeta diretamente como a imagem do país é vista pelos estrangeiros. De mesmo modo, Ingenhoff e Klein (2018), analisam como a identidade nacional é vista pelos habitantes do país. Com ambos os conceitos se convertendo em ganhos políticos no reconhecimento internacional, sendo paulatinamente a política de prestígio que Cervo e Bueno (2002) ressaltam em seus estudos sobre o período do Segundo Reinado.

Seja por andar como um cidadão nas ruas norte-americanas, ou por optar por usar entradas reservadas a monarcas em locais públicos, e até mesmo ao recusar a própria guarda de honra alemã em Paris, todos esses aspectos, ainda que pareçam simples, impactavam na forma que Pedro II era visto.

Dessa forma, a própria percepção da identidade de um “Brasil escravista”, como foi ressaltada por Cervo e Bueno (2002), Ricupero (2017) e Luz (1966), tornava-se menos difundida através das promulgações das leis abolicionistas, e as viagens de Dom Pedro II, que se encontrava com os líderes estrangeiros, os intelectuais e a população, como descrevem Lyra (1939), Williams (1966) e Khatlab (2015), quebrando a imagem de um Brasil periférico, ainda que houvesse resistência específicas, como o caso do teórico racista Gobineau, no qual vislumbrava apenas a figura pessoal de Dom Pedro II e não a nação brasileira.

E é exatamente aí, por tanto, que se inclui a política de prestígio descrita por Morgenthau (2003), definida em seu livro *"Politics Among Nations"*, propondo que os Estados busquem assegurar e expandir seu poder através do reconhecimento e respeito dos outros atores internacionais. Dessa forma, Morgenthau (2003) conceitua a política de prestígio como uma das três manifestações da busca por poder, ao lado do status quo e do imperialismo, representando um esforço para convencer as demais nações do poder que um Estado

efetivamente possui, ou no caso Brasileiro que deseja aparentar possuir, utilizando-se de cerimônias diplomáticas e da exibição de força militar como meios principais para alcançar esses objetivos.

No caso imperial brasileiro, a exibição da força militar era mais evidente a nível regional, uma vez que em sua primeira viagem, Dom Pedro II constava como vitorioso do conflito de maiores proporções que já ocorreu na América do Sul, a guerra do Paraguai, com uma marinha moderna a vapor, de vital importância na grande batalha do Riachuelo, considerada avançada e bem preparada para seu período (Maia, 1975).

Além disso, para Cervo e Bueno (2002), diplomacia de prestígio, usando alianças e intervenções, especialmente na região do Prata, também resultaram no fortalecimento da imagem do Brasil como líder na América do Sul, bem como um estabilizador na região de acordo com os interesses do próprio Império Brasileiro.

Paradoxalmente, no entanto, no que tange ao cerimonial diplomático, a política de prestígio, aplicada no contexto das viagens de Dom Pedro II, consistiu nos encontros com autoridades e intelectuais a nível pessoais e não oficiais de Pedro II, nas homenagens que ele recebeu em diversos países pelos quais passou, e nas consequências, como mostrado por Cervo e Bueno (2002) através dos ganhos dessa política de prestígio para a Política Externa, com o Brasil participando de 10 congressos, 3 conferências e 10 exposições internacionais durante a década de 1880. Algo que, se vislumbramos a política externa de Pedro I e a série de tratados desiguais assinados, era uma realidade bem distante de se alcançar antes do governo de Pedro II.

No que tange a teoria da imagem do líder apresentada, embora fosse um “processo natural”, da personalidade de Pedro II e suas interações com os líderes e eruditos”, e de um desejo genuíno do Imperador em se portar em prol de uma visão acadêmica e ideias progressistas. Não se pode excluir que Sant’ Anna (2015) considera que a imagem difundida de Dom Pedro II foi, de fato, parte de um movimento político, através de uma construção intencional e positiva da imagem do monarca, idealizada tanto pelo próprio imperador quanto pela elite imperial, como forma de consolidar a Monarquia no Brasil.

Essas confecções de imagens eram vistas como uma maneira de conferir à Monarquia uma representação de caráter nacional, elevando o imperador à posição de um símbolo do país e dos brasileiros, seja através da organização de rituais oficiais, a construção de monumentos e a idealização de uma continuidade histórica e simbólica que ligasse a população ao regime imperial (Sant’ Anna, 2015).

A imagem do imperador, no entanto, era recepcionada de diferentes maneiras nas diversas camadas da sociedade brasileira, com as classes dominantes utilizavam a figura de Dom Pedro II como uma ferramenta de controle e unificação nacional, quase um instrumento de "marketing político", que promovia a Monarquia como pilar da unidade e da ordem no país (Sant' Anna, 2015).

Por outro lado, segundo Sant' Anna (2015), nas camadas populares, a figura do imperador adquiria outras dimensões, como a visão de um "rei sagrado e religioso" ou "Sebastião nos trópicos", uma alusão ao mito português. Indo além, nas camadas sociais mais baixas, incluindo negros libertos e escravos, o Imperador também era visto como uma figura "paternal e de justiça", alguém que poderia proteger os mais oprimidos, como descreve exemplo do autor João José Reis, citado por Sant' Anna (2015), que argumenta justamente sobre a "mentalidade monarquista" entre negros e escravos, onde o imperador era percebido como um defensor dos direitos dos negros, explicitamente através de seus gestos em libertar negros que trabalhavam em seu meio pessoal, como também em sua luta pela abolição da escravidão, com grande resistência política vide o conflito entre Liberais e Conservadores envolto das promulgações das leis abolicionistas, algo que era percebido pela população.

Cabe ressaltar, assim, que segundo Schwarcz (1998), Dom Pedro II era um "monarca de muitas coroas", capaz de simbolizar diferentes ideais para diferentes grupos, sendo ao mesmo tempo um "imperador tropical", um "mecenas do romantismo" e, ao final do Império, acabou se tornando também um "mártir exilado" e, por fim, um "mito nacional", evocando diversas leituras em torno de sua figura. Evidenciando o quão complexo sua figura, sendo extremamente difícil de definir como sua "imagem" refletia a ele próprio.

Na presente pesquisa, é possível listar muitas homenagens que Dom Pedro II, no que tange a esse cerimonial diplomático já argumentado, que se enquadram na Política de Prestígio de Morgenthau: Desde os cortejos em Lisboa, as homenagens na Academia Espanhola, até mesmo o próprio ato de negar a guarda de honra prussiana na França. As paradas militares, cortejos e homenagens em Hamburg, Berlin, Dresden, Waltburg, Caburgo, Munique e Vienna. As homenagens no Egito pelo Khediva, os institutos científicos e as autoridades religiosas muçumanas, cristãs e judaicas. A recepção em Florença por De Gubernatis, e a grande preocupação de Adolph Thiers em achar a melodia do Hino Brasileiro para recepção do Imperador na França.

Sua condecoração em diversos Institutos, com ao Royal Society, o Instituto do Egito, da França e dezenas de outros. Sua recepção "heroica" no retorno a Portugal através de arcos

de triunfo como “filho de Dom Pedro IV”. A acolhida em Nova York, Boston, Nova Orleans, São Francisco, Baltimore, e diversas outras cidades norte-americanas, como o arco com seu nome na Filadelfia. O ato simbólico em poder abrir a exposição do centenário da independência ao lado do Presidente dos Estados Unidos, assim como o fato de ter conquistado uma grande quantidade de votos simbolicamente “concorrendo” as eleições norte-americanas.

E as subsequentes falhas de manter o anonimato protocolar, seguindo com homenagens a Dinamarca, Rússia e sua participação honoraria no Terceiro Congresso de Orientalistas, assim como seus encontros com autoridades no Ramadã em Constantinopla. As recepções honorárias na Grécia, e por fim Beirute, Jerusalém e outras tantas cidades do oriente que, por onde passava, atraía uma grande multidão. Sua participação da exposição de Caxton, bem como diversas universidades das quais recebeu homenagens ilustres, e outras situações já citadas de forma mais detalhada nessa monografia.

Curiosamente, se destaca o fato de Dom Pedro II vestir uma gravata preta, que obrigava a corte dos locais que visitava a ajustar suas próprias vestimentas em respeito à sua presença, exemplificando uma manifestação sutil, porém poderosa, da política de prestígio simbólica. Segundo Morgenthau (2003), esse tipo de influência transcende a força material e se enraíza na percepção de respeito e deferência que os outros atribuem a um líder ou Estado, como o próprio exemplo de Napoleão em se encontrar com o Papa em uma cerimônia de caça, obrigando o pontífice a sujar suas roupas.

Dessa forma, ao obrigar cortes inteiras a adaptarem suas vestimentas ao protocolo informal que ele estabelecia, Dom Pedro II demonstrava uma forma de autoridade tácita, projetando o Brasil como um país cujos líderes mereciam consideração e adaptação por parte das elites estrangeiras. Esse gesto, pequeno em aparência, repercutia como uma prova de seu prestígio e da capacidade do Brasil de influenciar o ambiente ao seu redor, o que reforçava a posição do país como um participante digno de atenção e reverência nas relações internacionais.

Paralelamente, a maneira como Pedro II dispensou o ministro norte-americano na busca do Brasil participar da arbitragem do “Alabama Claims” enquanto esteve na Inglaterra também configura com esse prestígio sutil, uma vez que, ao evitar ceder a pressões norte-americanas, Dom Pedro II não apenas consolida o prestígio brasileiro, como também abre margem para pensar de forma calma, tendo o país participado posteriormente em seus termos.

Em síntese, os inúmeros gestos diplomáticos, cortejos e homenagens que Dom Pedro II recebeu em suas viagens refletem claramente a aplicação de uma política de prestígio

conforme descrita por Morgenthau. Através de um cerimonial diplomático cuidadosamente conduzido, o Imperador, que não conseguiu evitar tais acontecimentos, consolidou a imagem do Brasil como uma nação respeitável e civilizada, interagindo de igual para igual com as principais potências da época.

Os arcos de triunfo, recepções honoríficas, condecorações em institutos científicos renomados e sua figura de destaque, como evidenciado pelas teorias da imagem da liderança, em eventos simbólicos, como a Exposição do Centenário ao lado do Presidente dos Estados Unidos, conferiram-lhe uma posição singular, quebrando barreiras geográficas e culturais. Esse prestígio acumulado ajudou a elevar a posição do Brasil no cenário global, evidenciando as iniciativas para uma mudança de imagem como exalta o construtivismo, e ofereceu um legado diplomático que reforçou, como descreve Cervo e Bueno (2002) a identidade e a imagem do país como um ator importante no sistema internacional do século XIX.

5.2. ENCONTROS COM INTELECTUAIS E FIGURAS ILUSTRES

Cervo e Bueno (2002) destaca os contatos acadêmicos e científicos que Dom Pedro II realizou no exterior como parte de sua estratégia de prestígio. Esses contatos, como evidenciado por Sant'Anna (2015), difundiam a imagem de um “Rei Filósofo” socrático, mostrando Pedro II como um sábio de seu tempo. Esses encontros foram numerosos, constando diversas figuras ilustres da história que, para além de reconhecerem o Imperador, mantiveram-lhe o contato acadêmico e cooperação científica.

Desses encontros é possível listar os nomes de: Alexandre Herculano, Gobineu, Condessa do Barral, as cartas de Charles Darwin, locais de Walter Scott, Ricardo Wagner, Frau von Schinitz e seu salão intelectual, Alexandre Manzoni, Miguel Debanné, Karl Brugsch, Said Saleh Magdi, Auguste Mariette, Petrich, Joachim Pecci (futuro papa Leão XIII), De Gubernatis, Dumas, Renan, Mignet, Pasteur, Taine, Claude Bernard, Berthelot, Guizot, Frederic Mistral, Camilo Castelo Branco, Visconde Castilho, Simon Newcomb, George W Childs, Henry Longfellow, John Greenleaf, Mary Mitchell, Professor Glas de São Petersburgo, Bayard Taylor, Graham Bell, Niels Aargaard Lytzen, Cornelius Van Dyck, Abd-el-Kader, Jane Digby, o cardeal de Hohenlohe, o pintor Pedro Américo, e o compositor Carlos Gomes, físico Gaston Planté e o astrônomo Camille Flammarion, dentre outros diversos nomes das academias francesas, britânicas, austríacas, alemãs e institutos no Egito e Líbano.

Através dos contatos acadêmicos e científicos que Dom Pedro II cultivou com figuras proeminentes de sua época, podemos observar uma implementação sofisticada de prestígio, conforme Morgenthau (2003) define, e associada à imagem de um líder intelectualmente respeitado e admirado, como nos contempla Balmas (2018). Ao se cercar de intelectuais e cientistas como Herculano, Wagner, Pasteur e Graham Bell, Pedro II consolidou essa identidade intelectual, projetando o Brasil como uma nação interessada no saber, no progresso e no diálogo internacional. A teoria da imagem do líder, que analisa a forma como as qualidades pessoais de um governante influencia a percepção global de seu país, revela aqui como Dom Pedro II alavancou seu próprio prestígio intelectual para difundir uma imagem do Brasil associada ao avanço cultural e científico, refletindo as virtudes de um país culto e pacífico em uma época de intensas rivalidades imperiais.

Ademais, sob a ótica do construtivismo, esses encontros não foram apenas interações pessoais, com Dom Pedro II, ao estabelecer vínculos com pensadores europeus e orientais, paralelamente contribuindo para uma construção coletiva da identidade brasileira como aberta ao conhecimento global e capaz de se inserir nos círculos intelectuais mais destacados do período, principalmente quando pedia por cooperação científica, como o estabelecimento de troca de informações entre os observatórios otomanos e brasileiros, e a busca pela inserção de cientistas brasileiros nas academias europeias.

Esses laços reforçavam a ideia de um Brasil que buscava não apenas a sobrevivência no sistema internacional, mas também um lugar de respeito e reconhecimento em campos de contribuição ao desenvolvimento humano. Dessa maneira, Dom Pedro II utilizou suas redes acadêmicas como uma estratégia para transcender os limites geográficos e culturais que isolavam o Brasil, posicionando o país como um participante legítimo e influente no cenário global, em consonância com os ideais construtivistas de cooperação e compartilhamento de valores comuns. Além disso, seus contatos no exterior contribuíam para o desenvolvimento do Brasil, como as estratégias das linhas ferroviárias, a busca pela instalação das redes de telefone, e o desenvolvimento na área da agricultura científica para melhorar as produções brasileiras, como o café no Instituto de Campinas.

Dessa forma, a partir das interações e laços acadêmicos que Dom Pedro II estabeleceu com expoentes científicos e culturais da época, é possível interpretar seu esforço não apenas como uma estratégia de prestígio, mas também como uma forma de influenciar ativamente a percepção e os valores associados ao Brasil no exterior. Essas conexões tiveram um efeito duradouro: enquanto o Brasil do século XIX ainda lidava com desafios internos, como a

questão da escravidão e uma economia baseada na exportação agrícola, as ações de Pedro II ajudaram a colocar o país no mapa internacional como uma nação com aspirações intelectuais e morais, conectada às grandes discussões da ciência e do progresso.

Outro aspecto notável é como essa estratégia de prestígio intelectual foi uma alternativa a outras formas mais comuns de exibição de poder na época, como o poder militar. Essa abordagem tem ecos na diplomacia moderna, propriamente descrita por Morgenthau (2003) que destaca, para além do realismo clássico que ele defende, a importância de ativos simbólicos na política de prestígio, como valores culturais e acadêmicos, para a influência internacional.

Schwarcz (1998) argumenta que Dom Pedro II tinha uma visão desenvolvimentista para o Brasil, focando em modernizar a nação através do progresso científico, educacional e tecnológico, incentivando a criação de escolas e o intercâmbio científico, promovendo viagens internacionais de brasileiros para estudar em universidades estrangeiras.

A expansão das ferrovias e a introdução da telegrafia, faziam parte de uma estratégia de infraestrutura maior, com Dom Pedro II entendendo que esses avanços eram cruciais para conectar o país e estimular a economia, bem como os próprios telefones ainda que estivessem em um estágio inicial de invenção (Schwarcz, 1998).

Finalmente, a escolha de Pedro II de se posicionar como um “monarca-filósofo”, como descrito por Schwarcz (1998), contribuiu para a criação de uma identidade diplomática singular para o Brasil. O país começou a ser visto como uma nação cujos interesses iam além de seus próprios limites materiais, incorporando um ideal busca pelo progresso. Portanto, ao adotar uma diplomacia centrada no conhecimento e na cooperação científica, Dom Pedro II conferiu ao Brasil uma identidade diplomática distinta e sofisticada para a época, que se refletiu em ganhos tanto no âmbito internacional quanto no desenvolvimento interno.

Por fim cabe ressaltar nesse capítulo a aproximação brasileira com o Império Otomano, e a Influência das viagens na Imigração para o Brasil. Como descrito por Khatlab (2015), as visitas a Constantinopla e outras partes do Império Otomano contribuíram para uma maior aproximação com comunidades locais, especialmente as levantinas, gregas e armênias, promovendo uma imagem positiva do Brasil como um país aberto e acolhedor.

Como destacado por Kadri e Solone (2017), Almeida (2017), Muniz (2017) e Mustafa Jarouche (2017), a visita de Pedro II ao Oriente representou, sem dúvida, uma ruptura de paradigmas para a sociedade brasileira e, até mesmo, para o sistema internacional. A viagem do Imperador Pedro II constituiu um ato simbólico de abertura e diálogo entre o Brasil e o Império Otomano, o que, embora não exclusivamente por esse motivo, teve uma certa

influência na promoção do Brasil como um destino acolhedor para a imigração de sírio-libaneses. Nesse contexto, Khalab (2015), por meio de sua análise documental, descreve como esses imigrantes recordavam a visita de Pedro II ao Líbano, e como se lembravam da imagem do Imperador.

Segundo Schahin (2017), estimasse que atualmente existem 10 milhões de libaneses (imigrantes e descendentes) que vivem no Brasil, mais que o dobro da própria população residente em solo libanês. Além de cerca de 9 milhões sírios em solo brasileiro, entre imigrantes e seus descendentes. Kadri e Solone (2017) destacam que a imigração promovida a partir de 1880, tinha como maioria cristão maronitas e ortodoxos que fugiam da perseguição otomana, mas que também continham muçumanos sunitas.

Essa aproximação com o oriente também resultou em integração científica, seja através das trocas documentais entre os observatórios astronômicos e institutos otomanos-brasileiros, ou através do plano de agricultura já supracitado nesse artigo, através das viagens de Pedro II ao Egito e sua busca pela especialização do café em cooperação egípcia, que teve como base os estudos de Nectoux da expedição napoleônica e resultou na criação do Instituto de Agricultura de Campinas, responsável por potencializar o que seria a maior economia brasileira até os anos 1930, o café.

Por fim, o próprio trabalho arqueológico de Pedro II no exterior, seja em seu mapeamento de ruínas através do Nilo, muitas que vieram a ser perdidas completamente devido aos fluxos de inundação nas áreas Núbias e Sudanesas, além de seu reconhecimento nos institutos egípcios, aproximação com as religiões e línguas muçumanas e hebraicas, lhe trouxeram, como evidenciado, não apenas a amizade do Khediva Ismail, que lhe auxiliou nessa cooperação evidenciava, como também na percepção popular nesses locais de Pedro II como alguém singular, que nutria respeito a cultura do oriente, assim como a de que o Brasil através dele, poderia ser um lar afável.

Dentre as conferências apresentadas durante o trabalho, pode-se destacar o Terceiro Encontro de Orientalistas em São Petesburgo, e a Conferência do Centenário de Independência Americana na Filadélfia em 1876. Em São Petersburgo, ao interagir com especialistas e acadêmicos de renome, o imperador consolidou uma rede de influências que destacava o Brasil, entretanto, suas impressões na conferência, e sua postura após a ela, indicam como sua figura singularmente se distinguia dos demais pesquisadores, uma vez, em um período notório pela xenofobia e pseudociência, Pedro II realizava estudos científicos do Oriente de forma ética, e via nas conferências “carência” de valores práticos.

Já na Filadélfia, sua presença em uma celebração de tamanha relevância histórica, científica e cultural para os Estados Unidos também contribuiu para elevar a imagem brasileira no cenário global. Ao lado do presidente dos Estados Unidos, Ulysses S. Grant, o imperador compartilhou os holofotes de um evento de grande destaque, destacando a imagem de um Brasil comprometido com o progresso e o diálogo internacional. Esse evento não só evidenciando uma aproximação simbólica entre Brasil e Estados Unidos, que viria a se tornar mais intensificada com o trabalho de Rio Branco em sua continuação da política de prestígio (Cervo e Bueno, 2002), como também inseriu o país em debates científicos e sociais que estavam moldando a visão global de desenvolvimento e modernidade, seja por como Pedro II era ovacionado nos EUA como um defensor da abolição, sua notória contribuição para divulgação do telefone de Graham Bell, ou até mesmo o evento simbólico de participar das eleições indiretamente, sendo todas essas ocasiões facilmente interpretadas através do “prestígio simbólico” sutil que Morgenthau (2003) descreve sobre essa política.

Cabe ressaltar de forma separada, que a grande maioria dos jornais, que eram o principal meio de democratização de notícias na época, expressam grandes elogios a Dom Pedro, que o potencializaram como um soberano respeitável. O New York Times chamou-o de "soberano liberal, esclarecido e prático", digno de respeito dos cidadãos americanos enquanto o jornal North American, da Filadélfia, elogiou sua dignidade e compromisso com o progresso e o abolicionismo. Na Grécia, o Messenger d’Athènes considerou Pedro II como o monarca que deixou as melhores lembranças no país e em Paris, o jornal La Constitution brincou com o fato de Pedro II colecionar títulos e diplomas, chamando-o de "bibliotecário honorário" e "general honorário", enfatizando seu vasto conhecimento, entre diversos outros jornais listados anteriormente.

Esse vasto conjunto de notícias, sob égide de Ingenhoff e Klein (2018) que descrevem como a imagem do líder no campo das notícias tende a modificar a percepção estrangeira sobre o país de origem do mesmo, mostram exatamente o verdadeiro motivo de que, na maioria das vezes em que Pedro II chegava em uma cidade, como vimos de forma massiva nos EUA, nas cidades alemãs e no oriente médio, uma grande população também desejava conhecê-lo.

Podemos ir além ao usarmos os estudos dos Yoo e Jin (2015) que, em suas teorias da imagem da liderança, descrevem como a percepção do ocidente para o oriente, e vice versa, também moldam significativamente a percepção que um país tem do outro através da liderança apresentada. A crescente produção de notícias no oriente, em especial para o jornal libanês Thamarat al-Funun, de Beirute que anunciou antecipadamente sua visita, auxiliaram para que,

ao chegar no Império Otomano, Pedro II fosse bem recebido pela população, que, ao praticar o árabe e o hebraico nas ruas otomanas, quebrava uma barreira cultural significativa. Para Yoo e Jin (2015) isso é muito forte, ainda mais para uma época em que o preconceito e a xenofobia com o Oriente era extremamente exacerbado. Dessa forma, ver um governante de tão distante se integrar à população local, tratando todos com gentileza e igualdade, além de falar a língua local, certamente influenciou a forma como as pessoas viam o país de origem de Dom Pedro II. Comportamento esse, como evidenciado nas viagens, pode ter sido um dos vários fatores que contribuiu para a imigração libanesa para o Brasil.

Ainda assim, embora as viagens e a postura de Dom Pedro II tenham construído uma imagem favorável do Brasil no cenário internacional, a política de prestígio também apresentava certas limitações que cabem ser ressaltadas. A escolha do imperador de financiar pessoalmente suas viagens, por exemplo, e evitar o aparato formal do Estado reduzia a oficialidade de suas interações, como destaca Danese (2017), limitando o impacto diplomático direto da maioria delas, não garantindo “grandes acordos” com esses líderes, e sim uma mudança de imagem a longo prazo.

Além disso, cabe ressaltar que sua imagem positiva no exterior nem sempre refletia mudanças internas no Brasil; por exemplo, apesar da percepção de Dom Pedro II como um defensor da abolição, a questão da escravidão permaneceu um desafio crítico até 1888, com resistências internas que continuaram até a promulgação da Lei Áurea, demonstrando que embora a política de prestígio tenha contribuído para a reputação do país, sua capacidade de transformar desafios internos foi restrita.

Como outro fator, a política de prestígio centrada em Dom Pedro II era, em muitos aspectos, dependente de sua personalidade e visão de mundo. Ou seja, com sua deposição e a proclamação da República, o prestígio construído em torno de sua figura perdeu força, e o Brasil precisou de décadas para reconstruir sua imagem internacional sob uma nova perspectiva republicana, que graças a Rio Branco não teve esse prestígio totalmente perdido, uma vez que ele se muniu dessa política orquestrada por Pedro II em seu papel diplomático posteriormente na República.

Assim, como legado dessa política, Cervo e Bueno (2002) destaca que o Barão do Rio Branco herdou e adaptou a “política de prestígio” que Dom Pedro II estabeleceu durante o Segundo Reinado, não através da imagem do Imperador que foi desconectada da nova linha diplomática, mas sim da estratégia de elevar o posicionamento do Brasil e sua relevância no exterior.

Tendo em vista isso, Rio Branco aproveitou essa base, ainda que após a proclamação da república, buscando continuar esse trabalho ao consolidar o prestígio brasileiro com uma diplomacia que também visava a paz e a cooperação internacional, mas com um novo enfoque em acordos territoriais e fortalecimento militar estratégico. Com efeito, Rio Branco aumentou o prestígio diplomático do Brasil ao transformar a legação em Washington em uma embaixada em 1905, um movimento que tinha como objetivo colocar o Brasil em posição destacada em relação às outras nações sul-americanas

Segundo Cervo e Bueno (2002), para consolidar a soberania brasileira e ampliar a influência do país na América do Sul, Rio Branco também se valeu da Doutrina Monroe, que defendia a América para os americanos e limitava a interferência europeia no continente, como uma ferramenta diplomática estratégica para o Brasil. Ele interpretou essa doutrina como um “escudo protetor”, o que permitiu ao Brasil negociar com os países vizinhos a partir de uma posição de força, evitando ingerências externas europeias.

Por fim, Cervo e Bueno (2002) destaca que, através dessa política de prestígio, Rio Branco manteve o envolvimento em arbitragens e disputas internacionais, promovendo a imagem de um Brasil justo e comprometido com a paz. Munindo-se desse legado da política de prestígio, ao resolver pacificamente disputas de fronteiras, como no caso do Acre e dos conflitos com o Uruguai e a Argentina, e ao fortalecer relações com os Estados Unidos, que se tornou um aliado importante para evitar ameaças externas e consolidar a influência brasileira na América do Sul

Pode-se até mesmo ressaltar que a Política de Prestígio que teve seu início no Segundo Reinado, e a Política Externa Independente (PEI) dos anos 1960 compartilham objetivos similares de projeção internacional e de afirmação da relevância brasileira no sistema internacional, embora atuem em contextos e com abordagens distintas. Sob Dom Pedro II, a diplomacia de prestígio buscava uma aproximação com potências além do eixo tradicional e consolidava o Brasil como um ator respeitável, seja em viagens ao Oriente Médio e à Europa, em arbitragens internacionais e em participações diplomáticas que enfatizavam a imagem de um país civilizado e confiável, ainda que sob influência inglesa.

De forma análoga, segundo (Cervo e Bueno e Bueno, 2002), a PEI dos anos 1960 buscou afirmar a autonomia brasileira ao expandir relações com países socialistas, africanos e asiáticos, comparativamente a busca de Pedro II na abertura dos consulados no Egito, rompendo a dependência dos Estados Unidos e promovendo um alinhamento mais global e independente, sendo esse um ponto também interessante vide como o Brasil, apesar da

complexa relação com a Grã-Bretanha, ainda afirmava seus interesses em casos como a Questão Christie.

Posteriormente, a política externa brasileira continuou nessa linha, especialmente a partir dos anos 2000, quando reforçou sua presença em fóruns multilaterais e buscou maior liderança em blocos como BRICS e Mercosul, sempre com a intenção de diversificar alianças e consolidar o Brasil como um ator relevante e autônomo no cenário internacional (Cervo e Bueno e Bueno, 2002). O ponto de encontro entre as políticas atuais com as do Império reside justamente no prestígio, na relevância, na imagem brasileira internacionalmente como um país sério, que atua de forma responsável e confiável para os demais países no sistema internacional, e que para além disso, almeja buscar ainda mais desse prestígio.

De forma conclusiva, a análise das viagens de Dom Pedro II revela como, sob uma lente construtivista, sua figura desempenhou um papel central na transformação da imagem do Brasil no cenário internacional, conectando o país a valores de modernidade e civilidade. Através de interações com líderes e intelectuais, Dom Pedro II não só projetou o prestígio brasileiro, mas também desafiou percepções sobre a América Latina, destacando o Brasil como uma monarquia progressista e diplomática, com suas ações, mesmo em encontros informais, fortalecendo uma diplomacia de prestígio que influenciaria as políticas do Brasil por décadas. Assim, Dom Pedro II posicionou o Brasil como um interlocutor relevante, demonstrando o valor das interações culturais e científicas como ferramentas diplomáticas, de forma que, esse legado de prestígio, continuado pelo Barão do Rio Branco, consolidou o Brasil como um ator estável e respeitável no sistema internacional do século XIX.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado através das páginas dessa monografia, a relevância acadêmica deste trabalho reside na análise da política externa brasileira sob a liderança de Dom Pedro II, especificamente por meio das viagens internacionais empreendidas entre 1871 e 1888. Ao longo do Segundo Reinado, o Brasil buscou afirmar-se no sistema internacional por meio de uma diplomacia que, além de pragmática, valorizava o prestígio pessoal do imperador como uma ferramenta nas relações internacionais, mostrando a fomentação de um projeto nacional que, dentre vários elementos como contatos no exterior de autoridades monárquicas, intelectuais, e participação em eventos e conferências, se materializavam naquilo que ficou configurado como “Política de Prestígio”.

Nesse contexto, pode-se inferir que a figura de Dom Pedro II emergiu como um elemento singular da política externa brasileira, pois sua liderança e influência pessoal foram estrategicamente empregadas para legitimar o Brasil como um Estado moderno, respeitável e progressista, ainda que o país se encontrava inserido em um sistema internacional de maioria periférica, e dominado por potências centrais. Este trabalho, portanto, preenche uma lacuna significativa na literatura de relações internacionais, que frequentemente relegam a política externa do Segundo Reinado a uma posição secundária, privilegiando o período republicano e as políticas de caráter econômico e militar.

Ademais, ressalta-se a justificativa deste estudo por sua contribuição à compreensão das complexidades da diplomacia imperial e pela proposta de uma análise que se distancia das interpretações tradicionais centradas nos conflitos fronteiriços ou na Guerra do Paraguai. Com o foco nas viagens de Dom Pedro II e na construção de uma imagem de prestígio, o presente trabalho visou demonstrar como essas ações transcenderam o simbolismo monárquico, passando a influenciar diretamente a percepção estrangeira do Brasil. Além disso, ao analisar as viagens imperiais sob a ótica da teoria construtivista, a imagem do líder e da política de prestígio, conceitos pouco aplicados ao período imperial na literatura, este estudo destaca-se por introduzir uma abordagem teórica inovadora que contextualiza as ações do imperador na busca por uma imagem nacional de destaque.

Continuamente, a presente pesquisa alcançou os objetivos propostos ao aprofundar-se na análise da política de prestígio do Brasil Imperial. O objetivo geral — compreender como o prestígio e a imagem do imperador contribuíram para a política externa do Brasil no século XIX — foi amplamente explorado a partir de uma contextualização histórica e teórica,

evidenciando que a imagem do Imperador, além de constituir uma estratégia deliberada, encontrou nas viagens internacionais um campo complementar a essa política de prestígio. De modo que, ao promover a imagem do Brasil no exterior e elevar sua relevância nas relações internacionais, tornou-se perceptível como o Imperador, por meio de seu prestígio pessoal, influenciava diretamente a estratégia brasileira de projeção internacional, e por tanto o prestígio que era visado.

Entre os objetivos específicos, o primeiro, que consistia em compreender a política de prestígio no Império Brasileiro sob a liderança de Dom Pedro II e à luz das teorias, foi discutido ao longo do embasamento teórico e posteriormente no capítulo analítico, onde as teorias de construtivismo e a Política de Prestígio do realismo clássico forneceram base para o entendimento da construção da imagem do imperador como líder capaz de elevar o status internacional do Brasil. A análise revelou que, segundo as teorias abordadas, o construtivismo exemplifica como a identidade e o prestígio do Estado são construídos por meio de interações sociais. A política de prestígio demonstrou que atos simbólicos, destinados a consolidar o prestígio nacional, elevaram a imagem do Brasil no cenário internacional. Isso se aplicou claramente às viagens e encontros com autoridades estrangeiras, nos quais sua presença pessoal impactava diretamente a visão que se tinha do país, sendo essa a teoria da imagem do líder complementando essas perspectivas.

Em complemento, outro objetivo específico da pesquisa, analisar os antecedentes históricos do século XIX no contexto das viagens do imperador, foi plenamente cumprido ao contextualizar o cenário político e diplomático em que essas viagens ocorreram. Esse contexto envolveu a consideração dos principais eventos e tensões globais da época, como as guerras prussianas, os conflitos internos no Império Otomano, as consolidações nacionais, como a unificação italiana, a modernização egípcia, entre outros. Além disso, foram analisadas as questões internas brasileiras, como o tortuoso processo rumo à abolição da escravatura, elementos esses que serviram para complementar a pesquisa e proporcionar uma compreensão mais profunda do contexto em que as viagens de Dom Pedro II se inseriram, destacando, assim, a busca diplomática por uma imagem progressista.

Em referência a esses processos, tornou-se evidente que a figura de Pedro II nesses cenários se destacava de forma complexa em diversas formas. Tornando-se até mesmo difícil definir Pedro II de maneira simples, uma vez que, como referenciado, ele era um imperador de “muitas coroas”, com muitas percepções distintas. Como visão geral, era visto como um homem erudito e visando o progresso, mas que, internamente, priorizava a unidade territorial

e política do Brasil de forma pragmática ao preservar as elites escravistas em uma monarquia constitucional, tornando o processo de abolição lento.

Esse processo pode ser metaforicamente comparado a uma das mais longas "cartas de suicídio" deixadas por um Estado, uma vez que ao tornar esse caminho deliberadamente lento, por temor de uma possível crise estatal ou até mesmo de uma guerra civil em resposta à perda de privilégios das elites escravocratas, o império inadvertidamente selou seu destino. De modo que, justamente a partir desse contexto, essas mesmas elites passaram a apoiar o golpe republicano, que, por fim, resultou no colapso do império.

A saúde do Imperador também foi um fator decisivo, sua última viagem ao exterior de forma forçada foi, de fato, o prelúdio do fim imperial, dado ao fato que essas elites mencionadas se sentiram "livres" de sua presença, e que ao retornar do exterior, não estavam dispostas a abdicar da atenção que deveriam demandar ao homem que justamente construiu o processo para a abolição de seus privilégios.

No entanto, não se torna inescrupuloso dizer que Dom Pedro II foi, como visto nessas páginas, um dos homens mais cultos de seu tempo, seja por como era referenciado ao redor do globo, ou por seu comportamento sutil nas mais diversas áreas, seja na ciência e estudo acadêmico, ou seja no seu próprio comportamento pessoal singular. Notoriamente, os contextos históricos em que esteve inserido foram cruciais para o Brasil aproveitar oportunidades no cenário global e alavancar sua imagem, com a ida para o Oriente, em um século tão atrasado, sendo de fato um avanço significativo.

Adicionalmente ao que foi citado, o objetivo específico de evidenciar como a política de prestígio foi aplicada pelo imperador durante suas viagens se distingue justamente nas interações de Dom Pedro II com chefes de Estado, líderes e intelectuais de diversas regiões, bem como suas próprias ações no exterior. Durante o processo de análise, ficou perceptível que a recepção calorosa por onde passava assim como as honras oferecidas a Pedro II consolidaram o prestígio brasileiro; seja através dos jornais internacionais, como nos Estados Unidos ao elogiarem Dom Pedro como um "soberano liberal e esclarecido," ou o acompanhamento da empresa no Oriente Médio; seja pelos comportamentos pessoais do Imperador em adotar aspectos de "cidadania" e humildade em contraste com seu título imperial, como ao diminuir custos e portar-se como um cidadão igual a todos, ou pela forma que buscou, de forma realmente intensa, a aproximação com os mais diversos campos intelectuais de sua época por onde viajava.

Todavia, esses estudos ressaltaram aspectos positivos e negativos dessa política de prestígio, uma vez que, embora as viagens fossem benéficas a longo prazo para consolidar a imagem brasileira no exterior, elas também careciam de uma estrutura diplomática sólida ao figurarem como de caráter pessoal, dificultando grandes benefícios a um curto prazo para diplomacia brasileira.

Além disso, o fato de tais viagens utilizarem do prestígio pessoal do imperador como extensão da política de prestígio da política externa, tornou seu uso extremamente limitado a um contexto de que, após sua deposição, precisou de uma verdadeira remodelação aos moldes republicanos que não poderiam usar da figura imperial para dirigir sua política externa. Com Rio Branco demonstrando um papel central em preservar a continuidade da política de Pedro II para que, de certo modo, seus benefícios não fossem totalmente perdidos.

No entanto, tratando-se desses benefícios, ainda que com dificuldades para ganhos rápidos, a política de prestígio não foi apenas crucial para tornar o Brasil mais conhecido e respeitado ao superar barreiras impostas por estar em um eixo periférico, permitindo que participasse ativamente no cenário global através de seus mecanismos como conferências, arbitragens e congressos, como também simbolizou uma abertura para o Oriente Médio, com a ida de Pedro II ao oriente influenciando o que seria o novo ciclo do café brasileiro através do desenvolvimento de técnicas de modernização das ferrovias, do plantio do café de forma científica e a criação do Instituto de Campinas.

Além disso, o papel de propagandar o Brasil, mesmo que não tendo tido papel “messiânico” como apontado nessas páginas, teve sua importância ao complementar o processo da busca e vinda e imigrantes para as terras Brasileiras, em especial os libaneses.

Finalmente, o objetivo de investigar os encontros bilaterais entre Dom Pedro II e os chefes de Estado em suas viagens de 1871, 1876 e 1888 foi atendido ao se examinar os registros das reuniões e a relevância dos contatos realizados ao longo do grande capítulo 4 sobre as três viagens internacionais. Essa investigação confirmou a hipótese central desta pesquisa ao evidenciar que as ações de Pedro II, especialmente seu empenho em fortalecer sua imagem de líder progressista e intelectual, foram fundamentais para elevar o prestígio do Brasil no cenário internacional, e consequentemente consolidar sua liderança na América do Sul.

Mesmo com as críticas voltadas ao impacto prático e de curto prazo da política de prestígio, é evidente que a imagem de Dom Pedro II foi um elemento central de influência nesse aspecto. O prestígio pessoal do imperador refletia diretamente no prestígio da nação brasileira, projetando uma imagem internacional que distinguia o Brasil no cenário global, de

modo que a presença do imperador em eventos importantes, como suas interações durante a Conferência de Filadélfia em 1876, reforçou essa imagem.

Além disso, em seus encontros com as diversas lideranças desses países, Pedro II, salvo exceções distintas, causou boas impressões em seus anfitriões, tendo sido geralmente bem recebido por líderes de diversas nações, que admiravam suas características já mencionadas. Em sua visita ao Reino Unido, por exemplo, Dom Pedro II impressionou a Rainha Vitória e o Primeiro-Ministro William Gladstone com seu comportamento modesto e inteligência refinada, e a própria Rainha o considerava um monarca digno e esclarecido, traços que se destacavam em meio ao protocolo aristocrático da época.

Dessa forma, todos os objetivos definidos no início da pesquisa foram abordados, comprovando a relevância da política de prestígio como uma característica fundamental da diplomacia brasileira durante o Segundo Reinado e reafirmando a contribuição de Dom Pedro II para o estabelecimento do Brasil no cenário global da época. A presente pesquisa apresentou resultados que demonstram a eficácia das viagens de Dom Pedro II como uma estratégia de projeção internacional e construção de prestígio para o Brasil no século XIX, mas também revelou uma dicotomia ao figurar o lento processo abolicionista. Os resultados indicam que a imagem pessoal do imperador, sua postura intelectual e o seu comportamento sábio nas interações com chefes de Estado estrangeiros tiveram papel fundamental na percepção positiva do Brasil no cenário internacional.

O problema de pesquisa proposto buscou entender de que forma as viagens de Dom Pedro II, realizadas entre 1871 e 1888, contribuíram para consolidar a imagem internacional do Brasil e influenciaram a política externa brasileira no século XIX. A análise realizada ao longo deste trabalho demonstrou que essas viagens foram fundamentais para o fortalecimento do prestígio do Brasil no cenário internacional, revelando que, por meio dessas viagens, Dom Pedro II não apenas reforçava a ideia de um Brasil de valores modernos, mas também criava uma rede de relações diplomáticas sólidas, confirmando a hipótese inicial de que as viagens de Dom Pedro II foram um fator crucial no prestígio buscado pela política externa do Brasil Imperial.

Ademais, este estudo apresentou limitações que devem ser consideradas para uma análise mais ampla do impacto da diplomacia de prestígio. Primeiramente, a análise das viagens de Dom Pedro II focou principalmente em suas interações diretas com líderes e na projeção de sua imagem como um monarca esclarecido, o que, embora relevante, carece de mais detalhes documentais acerca de como foram essas reuniões.

A escolha metodológica de uma análise qualitativa e hipotético-dedutiva, por exemplo, embora adequada ao tipo de investigação, implica certas limitações, de modo que esse método depende de interpretações subjetivas das fontes e da identificação de padrões de prestígio e influência, os quais podem ser percebidos de forma distinta por outros pesquisadores, o que, no entanto, enriquece o estudo através de debates científicos.

Além disso, a pesquisa se concentrou em fontes documentais e cartas da época, que oferecem uma perspectiva limitada, pois refletem a visão predominante do Imperador e seus contemporâneos, mas não necessariamente as reações internas do Brasil ou as percepções de todos os países visitados, uma vez que ainda que os autores apresentados reflitam sobre os impactos nas sociedades em que Pedro II esteve e como a população reagia ao Imperador, como nos Estados Unidos ou em Beirute, se faz necessário uma busca maior para resgatar esses encontros de forma mais detalhada.

De forma igual, muitas das fontes disponíveis abordam principalmente aspectos biográficos e as percepções gerais do imperador, o que limita a profundidade da análise sobre reações específicas e detalhadas de outras nações, bem como a do papel “saudosista” do Imperador, com a grande maioria das biografias, se não quase todas, focando em apresentar as qualidades do Imperador, e não as viagens em si. Paralelamente, a ausência de mais fontes que capturem perspectivas locais dos países visitados por Dom Pedro II, com mais jornais e notícias além das listadas aqui por exemplo, limita uma compreensão mais abrangente das dinâmicas diplomáticas e das percepções estrangeiras detalhadas, com o trabalho tendo focado no papel do prestígio imperial de forma geral.

Como destacado no começo desse tópico, a própria limitação de fontes se torna um desafio na realização dessa monografia de caráter bibliográfico, já que o campo de estudo sobre a política externa do Segundo Reinado, e mais especificamente das viagens do Imperador, encontra-se verdadeiramente escasso, com necessidade de novos estudos que abranjam, de forma diplomática e não biográfica, essas viagens internacionais.

Cabe ressaltar, no entanto, que, para superar essas limitações e mitigar seus impactos na pesquisa, foram adotadas algumas estratégias específicas. Primeiramente, a abordagem teórica possibilitou lidar com a escassez de fontes, pois, ao incorporar o fator teórico, a análise se torna mais enriquecedora ao comparar os acontecimentos. Além disso, procurou-se apresentar contrapontos à visão romântica de Dom Pedro II, frequentemente adotada pelos biógrafos, destacando, por exemplo, a lentidão da abolição da escravidão, com tal abordagem contribuindo para uma visão mais equilibrada e realista.

Ainda assim, as biografias do Imperador utilizadas como base para entender os acontecimentos das viagens, embora apresentem uma visão extremamente positiva de Pedro II, são de grande valor, especialmente dada a escassez de fontes primárias. Essas biografias fornecem uma ligação crucial com os eventos passados e permitem interpretações comparativas quando alinhadas com outras fontes secundárias, como jornais da época, cartas trocadas entre o Imperador e personalidades estrangeiras, documentos diplomáticos e os próprios diários de Pedro II.

Outro ponto relevante é o reconhecimento da limitação do trabalho, uma vez que se trata de uma pesquisa de graduação, sendo que busca por mais fontes e, especialmente, o acesso a elas, exigiriam uma investigação com a mesma profundidade, o que demandaria uma pesquisa de maior envergadura a nível acadêmico consequentemente.

Sendo assim, para aprofundar o entendimento sobre o impacto da diplomacia de prestígio na política externa brasileira, futuros estudos poderiam investigar como o modelo de prestígio pessoal e intelectual de Dom Pedro II influenciou políticas diplomáticas de seus sucessores na Primeira República, através do aperfeiçoamento de Rio Branco por exemplo. Entender quais foram as consequências e os impactos dessa política de prestígio posterior ao Imperador pode-se tornar um objeto de estudo extremamente interessante, ou então talvez como esses impactos foram ou não influentes no que viria a se tornar a Política Externa Brasileira moderna.

Além disso, seria enriquecedor comparar o papel do prestígio pessoal de Dom Pedro II com o de outros líderes monárquicos europeus ou republicanos na América Latina, analisando as diferenças nas estratégias e nos resultados obtidos, bem como outras diplomacias de prestígio. Talvez, como a Política de Prestígio que teve início do Império moldou os paradigmas e diretrizes para o futuro da Política Externa Brasileira, análises comparativas entre a diplomacia de Prestígio e a Política Externa Independente, ou até mesmo a Política Externa atual. Outras pesquisas também poderiam explorar o impacto dessas viagens na percepção pública internacional do Brasil e sua influência em áreas como comércio e ciência, como a construção do Instituto de Campinas, ampliando a compreensão do legado de Dom Pedro II na política externa brasileira e no desenvolvimento de uma imagem de nação soberana e moderna.

Na política externa contemporânea, o Brasil enfrenta desafios complexos que incluem pressões ambientais, dificuldades econômicas e crises institucionais, concretizando um cenário de frequentes questionamentos sobre a eficácia das políticas e a reputação do país. De modo que, futuros estudos poderiam investigar se a construção de uma imagem intelectual e

diplomática sólida, inspirada na postura visionária de Dom Pedro II em seu período, poderia contribuir para uma abordagem mais respeitada e influente na contemporaneidade das relações internacionais do Brasil. Uma vez que, em um tempo em que monarcas eram raramente associados a temas progressistas, Dom Pedro II se destacou pela presença ativa em congressos, sua proximidade com intelectuais, seu domínio de várias línguas, aproximação com o Oriente e a busca por ideias inovadoras, características que cativaram figuras de destaque ao redor do mundo e tornaram o Brasil mais conhecido.

Desse modo, é possível inferir que o estudo sobre a diplomacia de Pedro II, não apenas resgata uma perspectiva histórica, que pode erroneamente ser interpretada como reacionária, mas sim reforça a importância de uma liderança bem informada, engajada e culturalmente sensível, tal qual o antigo imperador, para a consolidação da imagem internacional do Brasil, especialmente em tempos de desafios globais e de necessidade de fortalecimento de sua posição no sistema internacional. Estudos sobre essa abordagem diplomática de Pedro II podem ser significativos para interpretar a possibilidade de ganhos contemporâneos na política externa a luz de seus ensinamentos.

Em síntese final, a ideia de que as viagens de Pedro II não foram relevantes para as relações internacionais do Brasil é, no mínimo, infundada. Ainda que os impactos práticos e imediatos possam ser discutidos, é inegável que essas viagens exerceram uma influência significativa na construção de uma visão ampla para a Política Externa Brasileira, representando um aspecto crucial da política de prestígio do Império do Brasil. Ignorar esse período da política externa brasileira é desconsiderar uma parte essencial da história do país, que, como uma nação jovem, desde os tempos imperiais tem buscado uma posição mais central no sistema internacional a fim de vencer o “eixo periférico”. Figuras como Pedro II perceberam esse desafio e, de forma pragmática, começaram a trabalhar para inserir o Brasil nas relações internacionais de forma mais sólida.

O prestígio é, portanto, uma característica essencial da própria identidade do Brasil. Assim como Pedro II foi um monarca de múltiplas coroas, o Brasil é uma nação de múltiplas identidades, um verdadeiro Estado cosmopolita, multicultural e multiétnico, com uma rica herança internacional. Ainda que alguns, de maneira preconceituosa, tentem desconsiderar o legado de Pedro II por sua associação à monarquia, ele representa muito mais do que um título ou uma instituição política. Pedro II simboliza uma era de ambições para um Brasil que buscava definir seu lugar no mundo, encarnando a aspiração por uma identidade que integrasse as origens do país com seu desejo de se tornar parte ativa do concerto das nações.

O prestígio que ele cultivou, tanto no plano pessoal quanto no estatal, não se tratava de mera vaidade, mas da afirmação do valor do Brasil em um sistema internacional que o pouco reconhecia, e que talvez nem o enxergava. Esse prestígio nos recorda que o reconhecimento internacional transcende a diplomacia; é, acima de tudo, a busca por pertencimento e respeito. Valores estes que, se Pedro II acreditou nas potencialidades deste país em sua época, hoje não devem ser negligenciados. Cabe aos brasileiros contemporâneos, portanto, prosseguir na busca pelo prestígio que é de direito do Brasil no sistema internacional, em consonância com os ideais e sonhos expressados por Pedro II em suas últimas palavras: “Que Deus me conceda esses últimos desejos paz e prosperidade para o Brasil”.

7. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Claudio Henrique Mello de. **A participação brasileira na UNIFIL: contribuição para as relações Brasil-Líbano.** In: SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (orgs.). *Brasil-Líbano: Legado e Futuro.* Brasília: FUNAG, 2017.
- ARISTÓTELES. *A Política.* São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicomano.* Editora Vega, 1991.
- BALMAS, M. **Tell me who is your leader, and I will tell you who you are: Foreign leaders’ perceived personality and public attitudes toward their countries and citizenry.** *American Journal of Political Science*, 2018.
- BARMAN, Roderick. **Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891.** Stanford University Press, 1999
- BAZUCHI, José Vitor Siqueira. **Ensaio crítico sobre a política externa brasileira no período imperial.** *CMSE.eb*, 2016.
- BEDIAGA, Begonha (Org.). **Diário do Imperador D. Pedro II (1840-1891).** Petrópolis: Museu Imperial, 1999
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Revista Ilustrada (RJ) - 1876 a 1898.* Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=332747&pagfis=412>. Acesso em: 11 de nov. 2024.
- BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA. **29 de junho de 1966 - No jantar oferecido ao Príncipe e Grão Mestre da Ordem Soberana e Militar de Malta, Sua Alteza Eminentíssima Fra Ângelo de Monjana D'Colongna.** Biblioteca Presidência, 2024. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/39.pdf/view>. Acesso em: 07 out. 2024.

BRASILIANA FOTOGRAFIA. *O Imperador D. Pedro II, Imperatriz e comitiva a bordo do vapor "Congo", de volta da Europa*. 1888. Fotografia pb, 17 x 23 cm. Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2949>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. Frédéric Mistral. *Encyclopedia Britannica*, 4 set. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Frederic-Mistral>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRITANNICA. **Amadeus**. *Encyclopedia Britannica*, 26 maio 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Amadeus-king-of-Spain>. Acesso em: 2 out. 2024

BRITANNICA. **Sir Walter Scott**. *Encyclopedia Britannica*, 19 set. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Walter-Scott>. Acesso em: 3 out. 2024.

BRITANNICA. **Sublime Porte**. *Encyclopedia Britannica*, 7 set. 2012. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Sublime-Porte>. Acesso em: 4 out. 2024.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política exterior do Império**. Brasília: FUNAG, 2021.

CAMPREGHER, Sérgio. **O Magnânimo D. Pedro II e a diabetes**. Farol, 2020. Disponível em: <https://farolblumenau.com/o-magnanimo-d-pedro-ii-e-a-diabetes/>. Acesso em: 07 out. 2024.

CARVALHO, Felipe Rocha de. O poder das ideias: a teoria construtivista como um paradigma alternativo nas Relações Internacionais. *Conversas & Controvérsias*, v. 7, n.2, p. 1-10, jul.-dez. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: O imaginário da República no Brasil**. Brasil, Companhia das Letras, 2023.

CERVO E BUENO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ª. Brasília: Ed. UnB, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAMFORT, Sébastien-Roch-Nicolas de. **Maximes et pensées de Chamfort**. Paris: G. Grès et Cie, 1923.

COOKE, Deryck V. *Richard Wagner*. *Encyclopedia Britannica*, 28 ago. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Richard-Wagner-German-composer>. Acesso em: 3 out. 2024.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

COTIN. **Beija-Mão**. Glossário de História Luso-Brasileira: Roteiro de Fontes. Arquivo Nacional, publicado em 11 nov. 2021. Atualizado em 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://historialuso.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

COUTO, José Alberto Cunha. **Dom Pedro II, candidato a presidente dos EUA**. *Gestor de Crises*, 2024. Disponível em: <https://gestordecrises.com.br/dom-pedro-ii-candidato-a-presidente-dos-eua/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CRIBELLI, T. **A Modern Monarch: Dom Pedro II's Visit to the United States in 1876**. *Journal of The Historical Society*, v. 9, p. 223-254, 2009. DOI: 10.1111/j.1540-5923.2009.00268.x. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5923.2009.00268.x>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

DANIEL, Isaura. **Beirute recebe exposição sobre viagens de Dom Pedro II**. ANBA - Agência de Notícias Brasil-Árabe, 2022. Disponível em: <https://anba.com.br/beirute-recebe-exposicao-sobre-viagens-de-dom-pedro-ii/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DE BARROS, Marco Antônio Abrantes. **CÍCERO. PRINCIPIA**, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 31–37, 2022. DOI: 10.12957/principia.2002.69518. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/principia/article/view/69518>. Acesso em: 29 out. 2024.

DICIONÁRIO ETIMOLOGICO, **Prestígio**. 2024. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=Prestígio>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DICIONARIO PRIBERAM, **Prestígio**. 2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/prest%C3%ADgio>. Acesso em: 24 jun. 2024.

EVANS, Richard J. *The Third Reich at War*. Penguin, 2009.

FAINGOLD, Reuven. **O inimigo cordial: D. Pedro II e Gobineau**. História Judaica com Reuven Faingold, 2021 Disponível em: <https://reuvenfaingold.com/o-inimigo-cordial-d-pedro-ii-e-gobinau/>. Acesso em: 07 out. 2024.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; DE MORAES, Vera Lucia Martins. **O retorno impossível: Charles Darwin e a escravidão no Brasil**. Anuário do Instituto de Geociências, v. 31, n. 1, p. 65-82, 2008.

FOGUEL, Israel. **Último Imperador**. 1. ed. [S.l.]: Yolbook, 2020. 140 p. ISBN 978-65-001-0141-6.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GILMARY, John. **The Life of Pope Pius IX and the Great Events in the History of the Church During His Pontificate**. New York: Thomas Kelly, 1877. Disponível em: <https://archive.org/details/lifeofpopepiusix00sheauoft>. Acesso em: 11 de novembro 2024.

GOMES, Eduardo. *História: morte de Dom Pedro II, o último imperador brasileiro*. Aventuras na História, 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-morte-de-dom-pedro-ii-o-ultimo-imperador-brasileiro.phtml#:~:text=Seu%20estado%20de%20sa%C3%BAde%20decaiu,66%20anos%20C%20Pedro%20II%20faleceu.&text=Nos%20%C3%BAltimas%20dias%20do%20imperador,paz%20e%20prosperidade%20ao%20Brasil%E2%80%9D>. Acesso em: 11 nov. 2024.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

GUIMARÃES, Samuel. Quinhentos anos de periferia. 3ª ed. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.
HELIOS (Fotógrafo). *Dom Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva no Egito*. 1871. Fotografia em papel albuminado, pb, 17 x 24 cm. Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2937>. Acesso em: 11 nov. 2024.

HONORATO, Felipe Antonio; JUNIOR, Paulo Cesar de A. P. **Rei branco, morte negra: um olhar sobre a trajetória psicopolítica de Leopoldo II da Bélgica**. Revistas África, v. 7, n. 13, 2020. E-ISSN 2446-7375. ISSN Impresso 2318-1990.

INGENHOFF, Diana; KLEIN, Susanne. A Political Leader's Image in Public Diplomacy and Nation Branding. *International Journal of Communication*, v. 12, p. 4507-4532, 2018.

JAROUCHE, Mamede Mustafa. **Árabes, mouros e sírio-libaneses na literatura brasileira**. In: SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (orgs.). *Brasil-Líbano: Legado e Futuro*. Brasília: FUNAG, 2017.

KADRI, Jorge Geraldo; SALONE, Roberto Aldo. *Brasil e Líbano: muito mais do que "brimos"*. In: SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (orgs.). *Brasil-Líbano: Legado e Futuro*. Brasília: FUNAG, 2017.

KERSHAW, Ian. Hitler: A Biography. W.W. Norton & Company, 2008.

KHATLAB, Roberto. **As viagens de D. Pedro II – Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876**. eBook Kindle. São Paulo: Benvirá, 2015.

LENZI, Adriano. **O Brasil nas lentes de José Christiano: retratos de escravos na fotografia do século XIX**, 2019. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=11149>. Acesso em: 23 set. 2024.

LIMA, Bruno Rodrigues de. **Luiz Gama contra o Império: a luta pelo direito no Brasil da Escravidão**. 1ª edição, São Paulo: Contracorrente, 2024.

LIMA, Lucas Carlos. Uti Possidetis Juris e o papel do direito colonial na solução de controvérsias territoriais internacionais. *Sequência* (Florianópolis), p. 121-148, 2017.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil (1808-1821)**. Edição fac-similar. Brasília: FUNAG, 2019.

LUZ, Nícia Villela. **A monarquia brasileira e as repúblicas americanas**. *Journal of Inter-American Studies*, v. 8, n. 3, p. 358-370, 1966. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/165256>. Acesso em: 23 set. 2024.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II: 1825-1891**. Volume 2. Companhia Editora Nacional. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre, 1939.

MAIA, Prado,. A marinha de guerra do Brasil na colônia e no império: tentativa de reconstituição histórica. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

MARCELINO, Jorge Henrique. Dom Pedro II nos Estados Unidos (1876): Impressões do roteiro de um monarca viajante. **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, p. 247–272, 2021. DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v10i1p247-272. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/172256>.. Acesso em: 11 nov. 2024.

MARICÁ, Marquês de. **Coleção Completa de Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá**. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia Universal de Laemmert, 1846

MASON, Samuel J. D. Pedro II, Tereza Cristina Maria e outras pessoas em Niagara Falls: [retrato]. 1876. Papel albuminado, preto e branco, 16 x 8 cm. Niágara, Cataratas do (Estados Unidos e Canadá). Custódia: Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2939>. Acesso em: 11 nov. 2024.

MONTE CASTELO. *Identidade Brasileira - Carta de Princesa Isabel ao Visconde de Santa Vitória (1889)*. Disponível em: <https://montecastelo.org/identidade-brasileira-2/identidade-brasileira/princesa-isabel-carta-ao-visconde-de-santa-vitoria-1889/#:~:text=Quero%20agora%20me%20dedicar%20a,Vit%C3%B3ria%20e%20toda%20a%20fam%C3%ADlia>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MORGENTHAU, Hans. *A Política Entre Nações*. Brasília: Ed. UnB, Impressão: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOSSE, W. E. Alexander II. *Encyclopedia Britannica*, 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Alexander-II-emperor-of-Russia>. Acesso em: 16 out. 2024.

MOTTA, Débora. **As viagens do imperador brasileiro pelo mundo**. FAPERJ. Publicado em: 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.faperj.br>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MUNIZ, Adam Jayme. *O multilinguismo e a língua portuguesa no Líbano*. In: SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (orgs.). *Brasil-Líbano: Legado e Futuro*. Brasília: FUNAG, 2017.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, 1883.

NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de Casos na Arbitragem Internacional*. 2012 Disponível em: https://legal.un.org/riaa/cases/vol_XXIX/125-134.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

NASCIMENTO, Rodrigo Nunes do. **Deuses, heróis e homens: a legitimação de Seleuco e sua dinastia à luz da deificação de Alexandre**. 2018. 129 f., il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

OXFORD Languages. **Lazaretto**. Disponível em <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PAGANO, S. **Eduardo Prado e sua época**. 1960. 286 p. Digitalizado pela Universidade do Texas em 11 jun. 2008. Editora Ocetro.

PATERSON, William E. *The Making of German Democracy*. Oxford University Press, 2010.

PIRRO, Deidre. **Angelo De Gubernatis**. The Florentine, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.theflorentine.net/2021/10/28/angelo-de-gubernatis/>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

PRIOR, Melton. Opening of the American Centennial Exhibition: Colonel Sandford delivering to President Grant a Catalogue of the British Department, from a sketch by our special artist, 1876. *Heritage Images*, 1876. Disponível em: <https://www.mediastorehouse.com/heritage-images/opening-american-centennial-exhibition-36375226.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RAEDERS, Georges. **D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas**. Série 5.^a, Bibliotheca Brasiliana Pedagógica, vol. 109. Edição ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. **As relações entre a Áustria e o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional Brasileira, 1968.

RECH, Marcelo. **Dom Pedro II, candidato a presidente dos EUA**. *Inforel*, 13 fev. 2024. 16h. Disponível em: <https://infoel.org/2024/02/13/dom-pedro-ii-candidato-a-presidente-dos-eua/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2006)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SALIBI, Kamal Suleiman. *Beirut*. Encyclopedia Britannica, 11 nov. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Beirut>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SANT'ANNA, Elizabeth. **Diferentes Vozes, Diferentes Imagens: Representações, Requerimentos, Petições e Súplicas a D. Pedro II**. Universidade Federal Fluminense, 2015.

SANTOS, Lenalda Andrade. *História Contemporânea I: Aula 7 - A Unificação Italiana*. Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SCHAHIN, Marta Kehdi. *A contribuição libanesa na área da saúde: o Hospital Sírio-Libanês*. In: SCHERER, Ligia Maria; GOULART, Felipe Haddock Lobo; VELOSO, Pedro Augusto Franco (orgs.). *Brasil-Líbano: Legado e Futuro*. Brasília: FUNAG, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, João Batista da; KINDERMANN, Milene Pacheco; QUERIQUELLI, Luiz Henrique. **Direito internacional público: livro didático**. Palhoça: UnisulVirtual, 2013. 127 p. il. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7817-610-5.

SIMÃO, D.; MOTA, M. Destino Manifesto: impulso ou obstáculo para a formação da nação?. 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brazil: Five Centuries of Change**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SOCHACZEWSKI, Monique. **Do Rio de Janeiro a Istambul: contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)**. Brasília: FUNAG, 2017.

SOMMER, Giorgio. *Pedro II, Teresa Cristina Maria e comitiva em visita às ruínas de Pompéia*. 1888. Fotografia, 20,6 x 25,6 cm em c. 31,6 x 38 cm. Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2937>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOUSA, Elizeu Santiago Tavares de et al. **Pensamento político e política externa no Brasil imperial: tendências do pensamento internacional brasileiro**. UERJ, Pós-Graduação em Ciência Política, 2017.

TECOP, Universidade de Lisboa. Drawing of the opening session of the 3rd International Congress of Orientalists (S. Petersburg, 1876). Dom Pedro II, the Emperor of Brazil, was an honorary member of this session. 2024. Disponível em: <https://tecop.bnportugal.gov.pt/np4EN/file/399/2>. III Congresso Internacional de Orient. jpg. Acesso em: 11 nov. 2024.

TERCI, André. **História Coluna: O Império do Brasil e a liberdade de imprensa**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-coluna-o-imperio-do-brasil-e-liberdade-de-imprensa.phtml>, 2020.

VALLE, Camila Oliveira do. **Do Império à Comuna: a guerra Franco-Prussiana e as revoltas de Paris**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1400267970_ARQUIVO_artigoCompletoanpuhCamilaValle.pdf. Acesso em: 07 out. 2024.

WENDT, Alexander. A Anarquia É O Que Os Estados Fazem Dela: A Construção Social Da Política De Poder. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.2, n.3, jan./jun., 2013.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, Mary Wilhelmine. *Dom Pedro: The Magnanimous, Second Emperor of Brazil*. Reimpressão. Nova York: Octagon Books, 1966.

YOO, J.-W.; JIN, Y.-J. The effects of leader image on national reputation: Influence of Chinese presidents Hu Jintao and Xi Jinping on Korean perceptions and attitudes toward China. *Corporate Reputation Review*, 2015.

YOUSSEF, Alain El. **Questão Christie em perspectiva global**: pressão britânica, guerra civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864). *Revista de História* (São Paulo), n. 177, 2019.